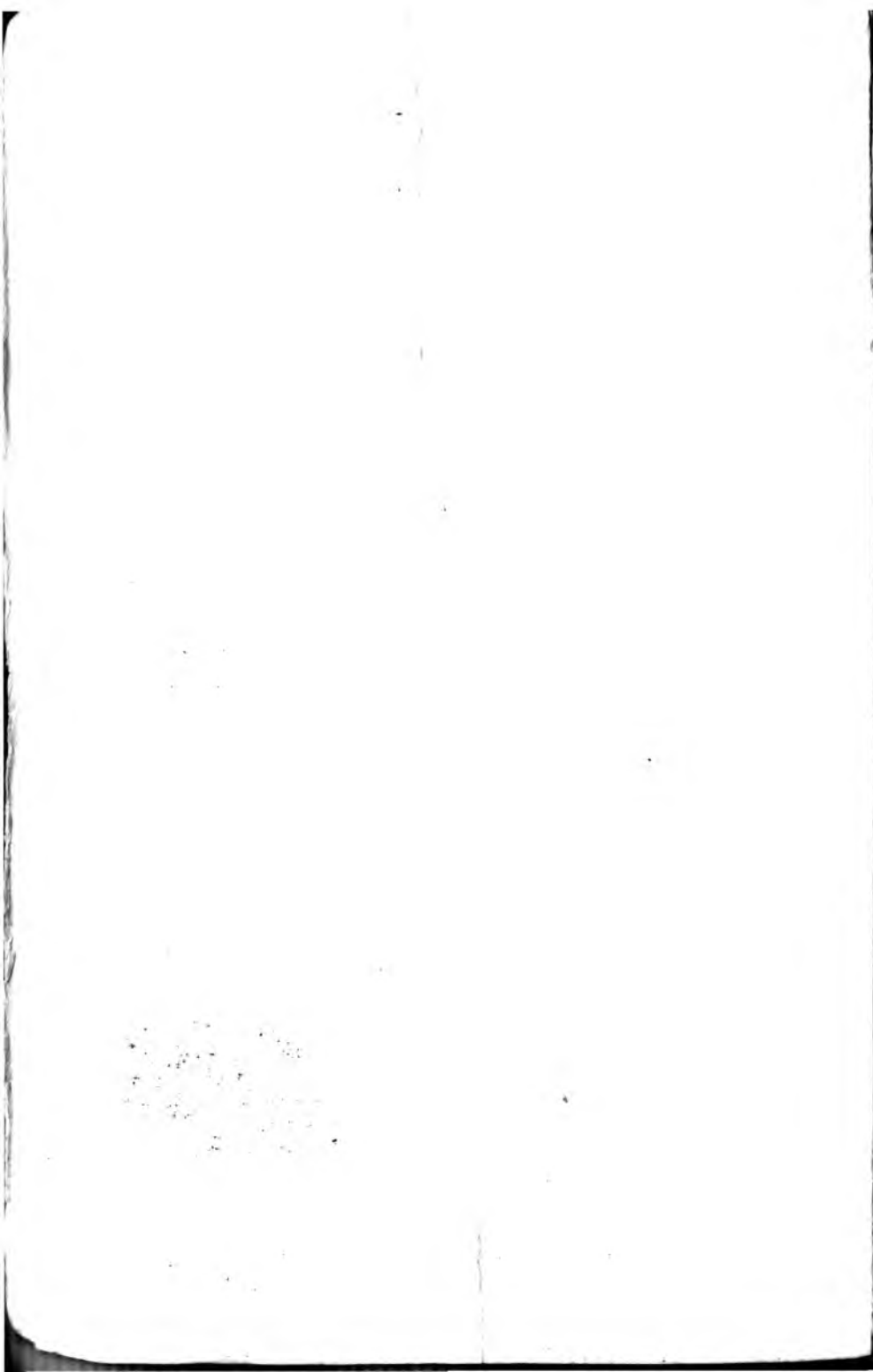


Rodolfo Ilari

LINGÜÍSTICA  
ROMÂNICA



F SÉRIE  
FUNDAMENTOS S

83

**RODOLFO ILARI**

Do Departamento de Linguística da Unicamp

# *Linguística Românica*

com um ensaio de Ataliba T. de Castilho  
sobre "O Português do Brasil"

3.<sup>a</sup> edição

  
editora ática

**Editor**

Nelson dos Reis

**Edição e preparação de texto**

Ivany Picasso Batista

**Edição de arte (miolo)**

Milton Takeda

Divina Rocha Corte

**Composição/Paginação em vídeo**

Fernando Peres dos Santos

Neide Hiromi Toyota

**Capa**

Paulo César Pereira



Impresso na **Coral** Editora gráfica e mais

**ISBN 85 08 04250 7**

1999

Todos os direitos reservados pela Editora Ática

Rua Barão de Iguape, 110 – CEP 01507-900

Caixa Postal 2937 – CEP 01065-970

São Paulo – SP

Tel.: (011) 3346-3000 – Fax: (011) 277-4146

Internet: <http://www.atica.com.br>

e-mail: [editora@atica.com.br](mailto:editora@atica.com.br)

Ao  
Professor Albert Audubert

---

### **Nota da Editora**

Por encontrar-se em fase final de edição, este livro não incorpora as atualizações necessárias no que tange às transformações políticas que estão ocorrendo na ex-União Soviética e na Iugoslávia, implicando a redivisão de territórios. O leitor perceberá isso nas referências a essas áreas geográficas que se fazem principalmente nas páginas 195, 197 (mapa 26) e 226.

# Sumário

---

Relação dos mapas e créditos .....	9
Símbolos fonéticos .....	10
Abreviaturas utilizadas no texto .....	12
Nota prévia .....	13

## **Primeira Parte: História e métodos da Lingüística Românica**

<b>1. As origens da Lingüística Românica; o método histórico-comparativo .....</b>	<b>17</b>
1.1 Diez e os primeiros comparatistas .....	17
1.2 Os neogramáticos .....	18
1.3 O método comparativo .....	20
Documento: Da comparação à reconstituição .....	22
<b>2. O impacto da geografia lingüística e das pesquisas de campo .....</b>	<b>25</b>
2.1 Gilliéron .....	25
2.2 O movimento “palavras e coisas” .....	31
2.3 O Idealismo Lingüístico .....	31
2.4 O Estruturalismo .....	32
2.5 A Gramática Gerativa .....	35
Documento: Os principais atlas lingüísticos e de palavras e coisas .....	35

## Segunda Parte: A romanização

3. România, romano e romance .....	41
3.1 A expansão territorial do Estado romano .....	41
3.2 Decadência do Império e perdas territoriais .....	46
3.3 A difusão do latim e a romanização .....	48
3.4 O termo <i>Romania</i> e seus cognatos .....	49
3.5 A România atual .....	51

## Terceira Parte: O latim vulgar

4. O latim vulgar e o latim literário no primeiro milênio .....	57
4.1 Sociolinguística do latim vulgar .....	57
4.2 Latim vulgar e latim literário na Alta Idade Média .....	61
4.3 Variedades de latim e línguas românicas .....	64
5. As precárias fontes escritas do proto-romance .....	65
5.1 Textos que opõem intencionalmente duas formas de latim .....	66
5.2 Obras em que o latim vulgar penetra parcialmente .....	66
5.3 Inscrições .....	68
5.4 Termos latinos vulgares transmitidos por empréstimo às línguas não-românicas vizinhas .....	69
Documento: As primeiras 50 glosas do <i>Appendix Probi</i> .....	71
6. Características fonológicas do latim vulgar .....	72
6.1 Acentuação e vocalismo .....	72
6.2 As consoantes do latim vulgar .....	77
Documento: Os sistemas fonêmicos em algumas línguas românicas .....	85
7. Características morfológicas do latim vulgar .....	88
7.1 A morfologia dos nomes .....	88
7.2 Os pronomes .....	94



7.3 A morfologia do verbo	96
7.4 As palavras invariáveis	102
Documento: A conjugação em latim clássico e vulgar	103
<b>8. Características sintáticas do latim vulgar</b>	<b>105</b>
8.1 Alguns fatos a lembrar na construção sintática vulgar de algumas formas	105
8.2 A sintaxe da oração	108
8.3 A sintaxe do período	111
Documento: O <i>Testamentum porcelli</i>	115
<b>9. O léxico em latim vulgar</b>	<b>118</b>
9.1 Processos de formação de palavras	119
9.2 Tendências gerais na mudança de significado	124
9.3 Preferências e diferenças regionais	131
Documento: Notas sobre o léxico ibérico	132

### Quarta Parte: A formação das línguas românicas

<b>10. Fatores de dialeção do latim vulgar</b>	<b>135</b>
10.1 Mudanças fônicas determinadas por pressões paradigmáticas	136
10.2 Mudanças fônicas devidas ao entorno	137
10.3 Os substratos	139
10.4 Os superstratos	143
10.5 Os adstratos	149
<b>11. A formação de domínios dialetais na România</b>	<b>157</b>
11.1 A fragmentação lingüística da România no final do primeiro milênio	159
11.2 România Oriental e România Ocidental	164
11.3 Recapitulação	166
<b>12. Os domínios dialetais na România do século XX</b>	<b>168</b>
12.1 Península Ibérica	168
12.2 Os dialetos da Gália	178

12.3 Os dialetos da Itália e da Suíça Meridional _____	185
12.4 Os dialetos do romeno _____	195
<b>13. O acesso dos romances à escrita: os primeiros documentos em romance _____</b>	<b>198</b>
13.1 Condições de acesso dos romances à escrita _____	198
13.2 Os primeiros documentos em romance _____	199
Documento: O laboratório das línguas românicas _____	211
<b>14. A constituição das línguas nacionais _____</b>	<b>213</b>
14.1 Critérios para o reconhecimento das línguas nacionais _____	213
14.2 O despontar das línguas nacionais românicas _____	216
14.3 Algumas linhas comuns na história das línguas românicas _____	226
Documento: Momentos da constituição do português literário _____	233

### **Apêndice:**

O Português do Brasil _____	237
Referências bibliográficas _____	270
1. Bibliografia geral _____	270
2. Complementação bibliográfica _____	273
3. Bibliografia do Apêndice _____	277

## Relação dos mapas e créditos

Mapa 1 — Distribuição das denominações do galo no sudoeste da França (Miazzi) .....	27
Mapa 2 — Distribuição das denominações da abelha no território francês (Miazzi) .....	30
Mapa 3 — Os nomes da galinha nos dialetos italianos (Magno)	37
Mapa 4 — Os nomes da galinha nos dialetos portugueses (Magno) .....	38
Mapa 5 — As regiões da Itália Antiga ( <i>Atlas of Ancient and Classical Geography</i> , Dent & Sons) .....	43
Mapa 6 — Formação do Império Romano (Operti-Alasia)	45
Mapa 7 — Divisão administrativa do Império sob Diocleciano ( <i>Enciclopédia Mirador</i> ) .....	47
Mapa 8 — As línguas românicas no mundo (Renzi) .....	53
Mapa 9 — Formação dos reinos romano-barbáricos no final do século V-VI (F. Schrader, <i>Atlas de Géographie Historique</i> ) .....	145
Mapa 10 — As principais isoglossas da România no fim do primeiro milênio, segundo Agard .....	162
Mapa 11 — Algumas isoglossas na România do século IX, segundo Robert Hall .....	164
Mapa 12 — Os sistemas dialetais na România Antiga (Tagliavini) .....	169
Mapa 13 — As regiões da Hispania romana ( <i>Atlas of Ancient and Classical Geography</i> , Dent & Sons) .....	175
Mapa 14 — Línguas da Península Ibérica por volta de 930 (Lapesa) .....	175
Mapa 15 — As inovações fonéticas que definem o castelhano, na época da Reconquista (Lapesa) .....	176
Mapa 16 — Línguas da Península Ibérica por volta de 1072 (Lapesa) .....	176
Mapa 17 — Línguas da Península Ibérica por volta de 1200 (Lapesa) .....	177
Mapa 18 — Línguas da Península Ibérica por volta de 1300 (Lapesa) .....	177
Mapa 19 — Línguas da Península Ibérica na atualidade (Lapesa)	178
Mapa 20 — Os dialetos galo-românicos antes da absorção pelo francês .....	183
Mapa 21 — Algumas aloglossas no domínio galo-românico (Tagliavini) .....	184
Mapa 22 — Os dialetos occitanos (Tagliavini) .....	185
Mapa 23 — Línguas e dialetos na Itália do século XX (Tagliavini) .....	186
Mapa 24 — Dialetos da Sardenha (Tagliavini) .....	188
Mapa 25 — Dialetos réticos (Tagliavini) .....	191
Mapa 26 — Dialetos romenos (Tagliavini) .....	197

## Símbolos fonéticos

Os símbolos fonéticos utilizados são os da tabela abaixo, tirados, com poucas exceções, do *Alfabeto Fonético Internacional (IPA)*.

CONSOANTES	bilabiais	labiodentais	dentais e alveolares	palato-alveolares	palatais	velares	uvulares
<i>oclusivas</i>	p b		t d		k g		
<i>nasais</i>	m		n		ŋ		
<i>africadas</i>			ts dz	tʃ dʒ			
<i>não fricativas laterais</i>			l		λ		
<i>vibrantes</i>			r				R
<i>monovibrantes</i>			r				R
<i>fricativas</i>	β	f v	θ ð s z	ʃ ʒ	x		χ
<i>contínuas não fricativas e semivogais</i>	w ɥ	ʋ			j (ɥ)	(w)	
VOGAIS					anteriores	centrais	posteriores
<i>fechadas</i>	(y ɥ u)				i y	ɨ	u
<i>semifechadas</i>	(o ɔ)				e ɛ	ə	o
<i>semi-abertas</i>	(æ ɶ)				ɛ œ	ɐ	ɔ
<i>abertas</i>	(ɐ)					ɐ	ɑ

## Exemplos

[p]	port. <i>pato, rousa</i>	[R]	parisiense <i>terre</i>	[i]	port. <i>fim</i>
[b]	port. <i>bater, aba</i>	[r]	port. <i>carta,</i> <i>corvo</i>	[y]	fr. <i>tu, vertu</i>
[t]	port. <i>tatu, rato</i>	[β]	esp. <i>lobo, vinie</i>	[i]	romeno <i>inca</i>
[d]	port. <i>roda, dente</i>	[f]	port. <i>faca, rufo</i>	[u]	port. <i>luto, tatu</i>
[k]	port. <i>capa, bico</i>	[v]	port. <i>ver, luva</i>	[ũ]	port. <i>fundo, um</i>
[g]	port. <i>gato, guia</i>	[θ]	esp. <i>cinco, ingl.</i> <i>I think</i>	[e]	port. <i>ipê</i>
[m]	port. <i>maçã, alma</i>	[ð]	esp. <i>lado</i>	[ê]	port. <i>venda, vento</i>
[n]	port. <i>nabo, sarna</i>	[s]	port. <i>açó, rosa</i>	[o]	fr. <i>bleu, Dieu</i>
[ñ]	port. <i>junho, fr.</i> <i>Champagne</i>	[z]	port. <i>it. rosa</i>	[o]	port. <i>avô, fr. mot</i>
[ŋ]	ingl. <i>smoking</i>	[ʃ]	port. <i>roxo, peixe</i>	[ô]	port. <i>boim, ponte</i>
[ts]	it. <i>pizza,</i> <i>força</i>	[ʒ]	port. <i>já, fr.</i>	[ə]	fr. <i>mesure, devoir</i>
[dz]	it. <i>mezzo</i>	[ʒ]	<i>rouge</i>	[ɛ]	port. <i>terra</i>
[tʃ]	it. <i>piacere,</i> esp. <i>ocho</i>	[N]	esp. <i>brujo, hijo</i>	[ê]	fr. <i>bien, pain</i>
[dʒ]	it. <i>Giovanni</i>	[N]	<i>carioca rato,</i> <i>tenro</i>	[œ]	fr. <i>coeur, peuple</i>
[ʃ]	ingl. <i>judge</i>	[w]	port. <i>frequente</i>	[œ]	fr. <i>brun, chacun</i>
[ʎ]	port. <i>lado, sala</i>	[w]	fr. <i>luette, muet</i>	[ə]	port. <i>avo</i>
[ʎ]	port. <i>filho, esp.</i> <i>pollo</i>	[j]	fr. <i>merveille,</i> port. <i>mais</i>	[a]	fr. <i>patte, port.</i> <i>pato</i>
[r]	gaucho <i>rato</i>	[j]	port. <i>mais</i>	[a]	port. <i>manhã</i>
			port. <i>aqui</i>	[d]	fr. <i>pâte</i>
				[ã]	fr. <i>chant, champ</i>

## Abreviaturas utilizadas no texto

adj. adn. — adjunto adnominal	MT — modo-tempo
adj. adv. — adjunto adverbial	neut. — neutro
alv. — alveolar	nom. — nominativo
arc. — arcaico	NP — número-pessoa
bil. — bilabial	obl. — oblíquo
cat. — catalão	oclus. — oclusiva
cláss. — clássico	OD — objeto direto
cp. — compara	OI — objeto indireto
dat. — dativo	opos. — oposição
dent. — dental	p. — pessoa
dent.a. — dental-alveolar	pal.a. — palatal-alveolar
eng. — engadino	plur. — plural
esp. — espanhol	port. — português
fem. — feminino	prep. — preposição
fr. — francês	pron. — pronúncia, pronunciado
fric. — fricativa	prov. — provençal
gen. — genitivo	rom. — romeno
germ. — germânico	sing. — singular
gr. — grego	SN — sintagma nominal
ingl. — inglês	SP — sintagma pronominal
it. — italiano	suj. — sujeito
lat. — latim	SV — sujeito-verbo
l.dent. — labiodental	v. — verbo
lg. — língua	vel. — velar
masc. — masculino	VS — verbo-sujeito
med. — medieval	vulg. — vulgar

# Nota prévia

---

Algumas décadas atrás, a Lingüística (ou “Filologia”) Românica ocupava, na formação do professor de Português, um lugar privilegiado, com outras disciplinas referentes à história da língua. Muito secundarista iniciou-se nos mistérios da língua por essa perspectiva, e aprendeu assim a valorizá-la como uma sempre presente instituição social.

Mais recentemente, o ensino tem tomado por base teorias que encaram a língua por um ângulo sincrônico, valorizando seu caráter sistemático ou procurando expressar com rigor matemático suas regularidades.

Mas a história das línguas românicas continua a ter um forte interesse formativo para todas as pessoas interessadas nas origens de nosso idioma.

O livro foi escrito antes de mais nada para esse tipo de leitor, e visa a dar uma visão equilibrada, não técnica, do conjunto de problemas que se costuma reunir sob o rótulo “Lingüística Românica”; mas deveria servir também ao estudante de Letras, como estímulo e orientação na busca de leituras mais especializadas. Por isso, a bibliografia consultada na elaboração do livro foi organizada por grandes temas na “Complementação bibliográfica” da p. 273.

Neste mesmo volume, o professor Ataliba T. de Castilho dá-me a honra de publicar o ensaio “O Português do Brasil”, onde

expõe as vicissitudes da língua portuguesa no continente americano e situa com meridiana clareza os problemas encontrados por quem se dedica ao seu estudo. É o trabalho de um dos principais especialistas no estudo da língua portuguesa, propondo uma visão de conjunto num tema onde a principal dificuldade é separar as questões dando-lhes o realce adequado.

Sem demérito para outras obras congêneres (Silvio Elia, Nascetes...), pensamos que os dois textos poderão ser úteis ao professor universitário de Lingüística Românica e de História da Língua Portuguesa, facilitando-lhes a tarefa de organizar uma bibliografia extremamente ampla num caso e extremamente dispersa no outro.

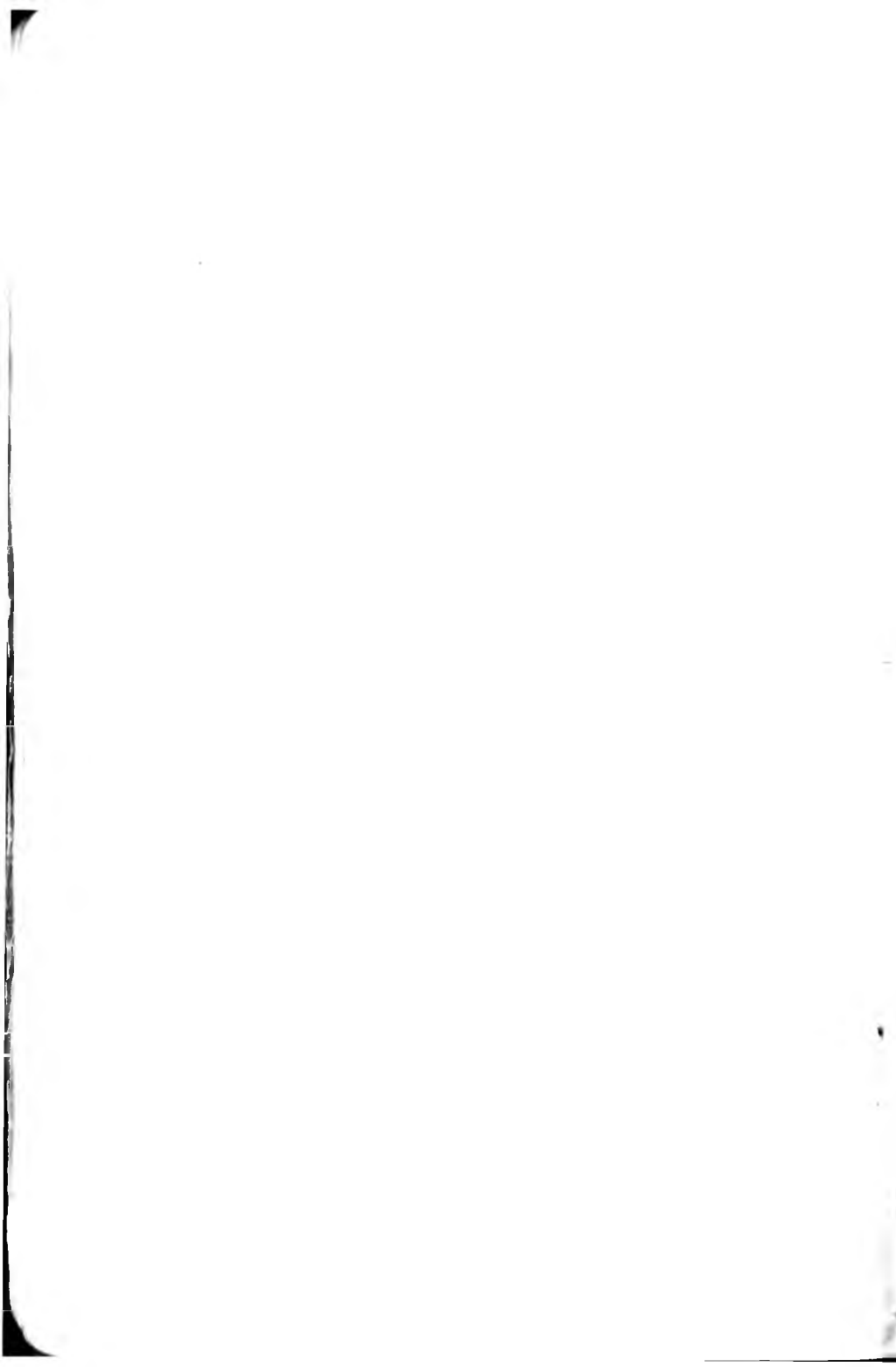
Esperamos também ter dado pontos de referência mais exatos a todos aqueles que, sem compromissos profissionais, se interessam em recuperar a memória de nossa língua.

Departamento de Lingüística da  
Universidade Estadual de Campinas



**Primeira Parte:**

**História e métodos da  
Linguística Românica**



# 1

## As origens da Lingüística Românica; o método histórico-comparativo

---

### 1.1 Diez e os primeiros comparatistas

A Lingüística Românica é uma disciplina de orientação histórica, que se constituiu na segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica, graças aos trabalhos de Friedrich Diez, cujos textos fundamentais (*Gramática das línguas românicas*, de 1836, e *Dicionário etimológico das línguas românicas*, de 1853) deram um exemplo marcante de rigor e método no tratamento histórico das línguas românicas, mostrando a possibilidade de tratar “cientificamente” de uma série de temas que haviam preocupado os intelectuais durante séculos, mas que haviam sempre sido abordados com certa dose de impressionismo e assistemática.

O nome “Filologia Românica”, com que a disciplina surgiu, é significativo do contexto intelectual em que se deu seu aparecimento. Desde o período do Humanismo (o movimento intelectual que precede e prepara a Renascença), muitos estudiosos vinham-se dedicando ao trabalho de estudar textos da antiguidade clássica, uma tarefa que exigia, além de conhecimentos técnicos (por exemplo, de edótica e diplomática) indispensáveis para restabelecer o texto em sua forma original, a capacidade de manipular informações extremamente variadas sobre a época a que se referiam os documentos e um domínio muito grande das línguas antigas. A esse interesse no

desvendamento das literaturas antigas chamou-se *Filologia Clássica* respeitando de algum modo a etimologia de *filologia*, “amor pela expressão”; mas, dada a importância dos conhecimentos lingüísticos que se exigiam para que o estudo literário se tornasse viável, a expressão *Filologia Clássica* designou desde sempre o estudo erudito daquelas línguas.

Esse estudo, que por razões óbvias só podia ser histórico, ganhou um caráter comparatista no início do século XIX, quando Franz Bopp, com o livro *Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita, em confronto com o das línguas grega, latina, persa e germânica*, estabeleceu que as semelhanças existentes entre as línguas clássicas (em particular as semelhanças referentes ao domínio da gramática) só poderiam ser explicadas pela origem comum. O projeto de Bopp, que foi logo retomado por outro erudito da época, Jacob Grimm, deu ao estudo das línguas antigas um caráter genético e fez aparecer a preocupação de reconstituir, pela comparação, o indo-europeu, considerado como a origem comum das línguas das principais culturas clássicas.

Diez confirmou que havia entre o latim e as principais línguas românicas uma relação genética semelhante à do indo-europeu com o latim, o grego e o sânscrito; aplicando o método comparativo dos indo-europeístas chegou a algumas teses que são hoje postulados da Lingüística Românica: uma dessas teses é que as línguas românicas não se originam do latim clássico, mas de uma outra variedade de latim, conhecida como “latim vulgar”; outra é que não tem qualquer fundamento a hipótese (defendida pelo francês Raynoudard) segundo a qual todas as línguas românicas teriam como ascendente mais próximo o provençal. Diez se interessou também pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico; assim, seu trabalho, que tinha orientação paralela ao da Filologia Clássica, criou espaço para uma *Filologia Românica*, com o duplo aspecto de estudo textual (justificado pelas dificuldades que apresenta(va) a leitura dos documentos românicos escritos antes da invenção da imprensa e da definitiva consolidação das línguas românicas) e de investigação genética das línguas derivadas do latim.

## 1.2 Os neogramáticos

A geração de Diez, fundador da Lingüística Românica, esteve sob influência direta da filosofia espiritualista dos românticos,

impregnada de historicismo; a próxima escola lingüística com influência marcante para a romanística esteve ao contrário sob uma forte influência das ciências naturais (que faziam então enormes progressos) e do darwinismo. Essa escola se constituiu na Universidade de Leipzig, onde atuou nas últimas três décadas do século XIX; seus nomes mais representativos são os de Brugmann, Leskien e Osthoff, mas é comum referir-se a ela como um grupo, utilizando o nome de *neogramáticos* (*Junggrammatiker*), que lhe foi dado de início por troça, mas que acabou tornando-se respeitado, à medida que ela passou a representar a posição “oficial” em matéria de história das línguas.

Os neogramáticos ganharam espaço no universo acadêmico da época propugnando um programa que afrontava ostensivamente as orientações comparatistas vigentes. Fizeram troça do propósito que havia animado seus predecessores no domínio da Lingüística Indo-européia — encontrar pela comparação a *protolíngua*, que estaria na origem das línguas modernas; recomendaram ao contrário que a atenção dos pesquisadores se voltasse para as línguas vivas, onde os processos de evolução lingüística poderiam ser vistos em ação, e onde poderia ser captado o papel das forças psicológicas que estão na base do funcionamento e da evolução das línguas.

Na prática, o trabalho dos neogramáticos se caracterizou por uma exigência de extremo rigor, que se traduziu na crença de que as “leis” da evolução fonética agem de maneira absolutamente regular, admitindo exceções apenas quando sua ação é contrariada pela ação da força psicológica da *analogia*. Exemplos simples de como a analogia atua no funcionamento das línguas podem ser encontrados na fala das crianças, em erros como *fazi* ou *trazi* por *fiz* ou *trouxe*: na expressão de Saussure, que retoma o conceito de analogia dos neogramáticos, operaria aí uma espécie de regra de três: se *viver*, *correr* etc. fazem o perfeito em *-i* pode-se esperar que *fazer* e *trazer* também o façam. Um exemplo muito simples de como a analogia afeta a evolução das línguas é o verbo português *render*, e seus correspondentes românicos *rendre*, *rendere* etc.: essas formas não poderiam provir do verbo que significa render em latim clássico, ou seja, *reddere*: nenhuma lei fonética conhecida justificaria o aparecimento de um *-n-* fechando a primeira sílaba: as formas românicas derivam verossimilmente de *\*rendere*, construído por analogia com o verbo que significa “tomar”, isto é, *prendere* (clássico *prehendere*).

Pela maneira mecanicista como representaram o funcionamento das leis da evolução fonética, os neogramáticos atraíram as

críticas de autores que, ou por razões teóricas (como o lingüista alemão Hugo Schuchardt) ou por estarem em contacto direto com a realidade multiforme dos dialetos (como o dialetólogo italiano Graziadio Ascoli) não estavam dispostos a aceitar a tese de que as leis fonéticas operam de maneira cega. Tiveram contudo uma influência determinante, para a lingüística e para a romanística. Ferdinand de Saussure, em quem se costuma reconhecer o fundador da Lingüística Moderna, era neogramático de formação, tendo estudado com Brugmann na Universidade de Leipzig; como se sabe, Saussure teve entre seus alunos alguns lingüistas de grande porte, como Bally, Sechehaye e Meillet, e seu ensinamento deu origem à lingüística estrutural; também teve formação neogramática o mais importante romanista depois de Diez, Meyer-Lübke, cujas obras *Gramática das línguas românicas* e *Dicionário etimológico românico* (este geralmente conhecido pela sigla REW, formada pelas três primeiras letras do título original) são ainda hoje fundamentais. Os trabalhos dos neogramáticos em geral, e de Meyer-Lübke em particular, refinaram o método de Diez, isto é, o método histórico-comparativo, que é fundamental nos estudos de lingüística histórica em geral, e nos estudos românicos em particular.

### 1.3 O método comparativo

Comparar é uma tendência natural e uma importante fonte de intuições e de descobertas em todos os campos do conhecimento. Na análise das línguas, a comparação e o confronto levam às vezes ao estabelecimento de tipologias (como a que distinguia, tradicionalmente, entre línguas monossilábicas, aglutinantes e flexivas), outras vezes à busca de características supostamente inerentes a toda língua humana (como nos levantamentos acerca dos “universais da linguagem” realizados pela lingüística estrutural americana nas décadas de 1950 e 1960). Nesses casos, a comparação nada tem a ver com genealogia.

Em Lingüística Românica, porém, o método comparativo assume tipicamente propósitos genéticos, de reconstituição. Entende-se, em outras palavras, que a semelhança constatada entre expressões pertencentes às diferentes línguas românicas prova que elas se originam de uma mesma palavra latina; e que a forma que essas palavras assumem nas línguas românicas é indício da forma que deve ter tido a expressão originária.

Quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum, numa palavra (i) cuja primeira sílaba começa por sibilante e (ii) cuja segunda sílaba é tônica e comporta uma consoante bilabial ou labiodental (*p*, *b* ou *v*). Constatando-se além disso que na evolução do latim para o espanhol e o português é regular a passagem do *p* intervocálico a *b*; que o *p* intervocálico do latim passa regularmente a *b* e em seguida a *v* em francês; que, ainda em francês, o *e* longo das sílabas tônicas não travadas passa a *ei*, depois *oi*, *oé*, *ué* e *wá* (a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma *oi*), torna-se legítimo supor que a forma originária comum fosse \**sapére*, paroxitona. A identificação de \**sapére* como a forma de que se originaram *saber* e seus correspondentes românicos não deixa de ser surpreendente quando referida ao vocabulário conhecido do latim clássico: o latim clássico tinha um verbo *sápere*, conjugado como *cápere*, que significava entre outras coisas “saborrear, provar uma comida para sentir-lhe o sabor”. Este verbo *sápere* deve ter sido conjugado em latim vulgar como um verbo da 2ª conjugação; por outro lado deve ter sofrido uma alteração de sentido, ou seja, a habilidade em não confundir o gosto dos alimentos deve ter sido tomada como representação metafórica da esperteza e inteligência (quem é esperto e vivo “não come gato por lebre”). A forma e o sentido distinto que o verbo *sápere* assume em latim vulgar não são fatos isolados: a comparação de outras formas românicas aponta para conclusões semelhantes. Assim, port. *fazer*, *caber*, esp. *hacer*, *caber* mostram que o latim vulgar deve ter tido *facére capére*, ao invés das formas clássicas *fácere* e *cápere*; e o uso de metáforas físicas para representar operações do pensamento é comum, mesmo em latim clássico (por exemplo, o nosso *pensar* e o mais erudito *ponderar* provêm de verbos que significam “pesar”, “colocar pesos na balança” etc.).

Conforme ficou exemplificado no parágrafo anterior, o método histórico-comparativo permite que os romanistas façam conjecturas bastante exatas sobre as formas românicas originárias. É até certo ponto casual que essas formas resultantes de conjecturas baseadas na comparação sejam efetivamente encontradas nos textos latinos que sobreviveram até nós, ou seja, que sua existência passada possa ser confirmada mediante provas documentais. Às vezes, a prova documental é possível. Por exemplo, as formas port. *velho*, esp. *viejo*, fr. *vieil*, it. *vecchio*, rom. *vechi* levam a uma forma *veclus* (que se explica a partir de *veculus* e *vetulus*, esta última diminutivo

da forma clássica *vetus*, “velho”). *Veclus* é atestada no *Appendix Probi*, um glossário que pode remontar aos séculos III ou IV d.C., e que aponta uma série de formas correntes na época, que as pessoas cultas deveriam evitar por não serem as formas próprias do latim literário. Outras vezes ainda, formas que haviam sido propostas como hipótese de trabalho a partir da comparação das línguas românicas acabaram por ser encontradas em textos. É o caso da forma *anxia*, da qual derivam port. *ânsia* e seus cognatos. Muitas vezes, por fim, as formas resultantes de reconstituição permanecem não atestadas; neste último caso, os romanistas, à imitação do que faziam os indo-europeístas, antepõem à palavra um asterisco. É importante perceber que as formas com asterisco (que, segundo uma estimativa reproduzida em Vidos — 1956 — não passam de 10% do total de materiais com que têm trabalhado os romanistas) não são menos importantes ou menos seguras do que as formas atestadas: as línguas românicas tomadas em seu conjunto numa visão comparativa são a melhor fonte para o conhecimento de sua própria origem, um fato que ressalta quando se leva em conta a precariedade das fontes escritas do latim não literário.

As conclusões que se tiram da comparação das línguas românicas são tanto mais seguras quanto maior for o número de línguas românicas que apontam para elas e quanto mais afastadas no espaço forem essas línguas. O Sardo e o Romeno, que se situam hoje nos limites da România, e se desenvolveram por assim dizer à parte, sem comunicação com as outras línguas românicas, constituem uma espécie de teste da antiguidade e do caráter pan-românico das regularidades apontadas pela comparação.

O campo em que o método comparativo deu os resultados mais sistemáticos é o da fonética; em morfologia e em sintaxe, sua aplicação exige a manipulação de dados mais complexos, e seus resultados foram menos espetaculares.

### **Documento: Da comparação à reconstituição**

Para ilustrar o funcionamento do método histórico-comparativo, considerem-se as palavras do quadro a seguir. Ele comporta cinco colunas, sendo que a primeira é formada por palavras do latim clássico e as outras contêm palavras portuguesas, espanholas, francesas e italianas. O quadro permite dois tipos de comparação: (i) entre formas românicas; (ii) entre estas e o latim clássico. Estes



dois tipos de comparação são os que uma pessoa culta faria mais espontaneamente; e foram, historicamente, os que ocuparam as atenções dos primeiros romanistas.

latim	português	espanhol	francês	italiano
(1) novu movet mordit porta populu	novo move morde porta povo	nuevo mueve muerde puerta pueblo	neuf meut mord porte peuple	nuovo muove morde porta popolo
(2) flōre- hora solu  famosu co(ho)rte prorsa	flor hora só (ant. soo) famoso corte prosa	flor hora solo famoso corte prosa	fleur heure seul fameux cour prose	fiore hora solo famoso corte prosa
(3) gula juvene ulmu unda bucca furnu musca	gola jovem olmo onda boca forno mosca	gola joven olmo onda boca horno mosca	gueule jeune orme onde bouche four mouche	gola giovane olmo onda bocca forno mosca
(4) lūna virtute mutare	lua virtude mudar	luna virtud mudar	lune vertu muer	luna virtù mutare

O quadro foi dividido em quatro grandes blocos, conforme as palavras latinas compreendem (1) um *o* breve (e acentuado), (2) um *o* longo, (3) um *u* breve ou (4) um *u* longo. Dito isto, é possível verificar no quadro acima (que é apenas uma pequena amostra das comparações possíveis no terreno das vogais) uma série de correspondências, que registramos a seguir, sem a preocupação de ser totalmente exatos e exaustivos:

Bloco 1: onde o latim tinha um *o* aberto e acentuado, o espanhol tem, sempre, o ditongo *ue*; o francês tem [ $\phi$ ], [ $\text{œ}$ ] grafados *eu* e o italiano tem o ditongo *uo* desde que na palavra latina a mesma sílaba fosse aberta, isto é, sem consoante depois da vogal; o português tem *o*.

Bloco 2: onde o latim tinha um *o* fechado, as línguas românicas do quadro apresentam um *o*, exceto o francês; esta língua tem *eu* (pron. [ø], [œ]) quando a sílaba latina era aberta, e tem *o* ou *ou* (pron. [u]) quando a sílaba latina era fechada.

Bloco 4: onde aparecia o *u* longo latino, todas as línguas do quadro têm *u* (em francês, aparece *u* na grafia, correspondendo à pronúncia [y]).

Examinando o bloco 3, que propositalmente foi deixado para o final destes comentários, constata-se que valem para ele, exatamente, as mesmas observações que foram feitas para o bloco 2. Esta constatação é importantíssima pois leva à conclusão de que na origem das línguas românicas está uma variedade de latim com um quadro vocálico no interior do qual o *o* longo e o *u* breve do latim clássico se confundiam numa única vogal. De certo modo, então, a comparação das línguas românicas permite opor ao quadro vocálico bem conhecido do latim clássico um outro quadro mais simples, no qual a série posterior se reduz a três vogais distintas entre si não pela duração, mas pelo timbre:

lat. cláss.	<i>u</i> longo	<i>u</i> breve	<i>o</i> longo	<i>o</i> breve	etc.
lg. rom.	<i>u</i>		<i>o</i> fechado	<i>o</i> aberto	

À medida que se acumulam observações deste tipo configura-se uma variedade de latim que se pode estudar em confronto com o latim clássico, mas que não se confunde com ele: é a essa variedade de latim, cuja existência histórica é comprovada pela comparação das línguas românicas, que se chamou de latim vulgar ou proto-romance. Evidentemente, as semelhanças das línguas românicas com o latim vulgar são mais diretas: por exemplo, o quadro acima poderia ser reduzido a três blocos, sendo as regularidades que ele exemplifica retomadas como segue:

latim vulgar		português	espanhol	francês	italiano
<i>o</i> aberto	síl. aberta	<i>o</i>	<i>ue</i>	<i>eu</i>	<i>uo</i>
	síl. fechada	<i>o</i>	<i>ue</i>	<i>o</i>	<i>o</i>
<i>o</i> fechado	síl. aberta	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>eu</i>	<i>o</i>
	síl. fechada	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o, ou</i>	<i>o</i>
<i>u</i>		<i>u</i>	<i>u</i>	<i>u</i>	<i>u</i>

# 2

## O impacto da geografia lingüística e das pesquisas de campo

---

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, várias tendências reagem contra o método histórico-comparativo e contra a maneira como ele levava a representar a formação das línguas românicas: algumas dessas orientações “novas” resultam de uma reflexão filosófica ou teórica sobre linguagem, como é o caso do chamado “idealismo lingüístico” ou da escola lingüística de Saussure; outras surgem no próprio campo de estudo das línguas românicas, como resultado de um contacto mais direto com os dialetos neolatinos. Estão neste último caso as orientações que se costuma reunir sob o título genérico de “geografia lingüística”.

Como orientações da “geografia lingüística”, serão mencionados aqui (i) as investigações sobre os dialetos galo-românicos de Jules Gilliéron; (ii) o movimento “Wörter und Sachen” de Schuchardt; e (iii) a proliferação, inspirada pelas duas orientações anteriores, de atlas lingüísticos para regiões do território românico.

### 2.1 Gilliéron

Entre 1897 e 1901, um professor de dialetologia da École Pratique de Hautes Études dirigiu uma alentada pesquisa de campo que consistiu em aplicar um questionário de 1920 perguntas em 639

pontos do território dos dialetos galo-românicos. A aplicação do questionário, que compreendia perguntas destinadas a levantar dados não só sobre fonética, mas também sobre morfologia e sintaxe, foi feita por um auxiliar (Edmond Edmont), ao passo que o próprio Gilliéron se dedicou principalmente à triagem e interpretação dos dados e à sua apresentação na forma de atlas. Resultou dessas pesquisas de campo o *Atlas linguistique de la France* (ALF) (publicado entre 1902 e 1912).

O trabalho de Gilliéron é inovador, e historicamente importante, antes de mais nada, por sua metodologia: ao passo que os comparatistas utilizavam principalmente fontes escritas (documentos antigos, glossários e dicionários dos dialetos, textos dialetais etc.), Gilliéron dá prioridade aos dados que resultam de uma pesquisa de campo. Com isso, cria-se, no domínio dos estudos românicos, uma consciência autenticamente geográfica, graças a uma delimitação relativamente exata das áreas em que vigoram determinadas realidades lingüísticas; além disso, o próprio método prestava-se a provocar o aparecimento de uma quantidade de dados antes não catalogados.

Mas os estudos de Gilliéron foram sobretudo importantes pelas descobertas a que levaram, que obrigaram de certo modo a abandonar definitivamente a concepção comparatista segundo a qual a dialetação do latim teria resultado sem outras complicações de um tratamento fonético diferenciado que as expressões do latim vulgar teriam recebido em cada região. Gilliéron mostrou que essa perspectiva era infundada, e que além da evolução fonética operou crucialmente na formação dos dialetos românicos a criatividade dos falantes, particularmente ativa toda vez que se tornava necessário desfazer colisões homonímicas e salvar palavras foneticamente pouco consistentes, ou toda vez que a etimologia popular alterou a forma de uma palavra para relacioná-la a algum paradigma conhecido.

Um bom exemplo de como a criatividade verbal dos falantes interfere na evolução fonética para desfazer colisões homonímicas são as denominações do *galo* nos dialetos do sul da França. Essas denominações incluem não só os derivados das palavras latinas *gallus* (= “galo”) e *pullus* (por *gallus pullus* = “galo filhote”), mas ainda formas semelhantes ao francês *vicaire* e *faisan* (respectivamente: “vigário” e “faisão”). Segundo Gilliéron, houve um momento em certos dialetos do sul da França em que, por efeito da evolução fonética, *gallu* e *cattu* se confundiram numa única palavra *gat*, com o inconveniente de tornar homônimas as denominações

para dois animais domésticos bastante comuns. Para desfazer a homonímia, os dialetos em questão recorreram ao nome do vigário, que compartilha com o galo a tarefa de acordar os paroquianos pela manhã, e veste um barrete que lembra uma crista; outros dialetos recorreram ao nome de um outro galináceo, o faisão.

**Mapa 1:** Distribuição das denominações do galo no sudoeste da França



Um exemplo célebre de como a etimologia popular interfere na evolução fonética segundo Gilliéron é a história da palavra francesa *fumier*, “monturo”: o latim tinha para “esterco” a palavra *fumus*; *i*, sobre a qual deve ter sido formada \**fimarium*, “lugar onde se junta esterco”; entretanto para chegar-se à forma francesa, é preciso passar por *fumarium*. Para Gilliéron esta forma deve ter sido criada, efetivamente, por influência do verbo *fumare*: o monturo deve ter sido representado em algum momento como um lugar de onde se exalam fumaças, provavelmente a partir do hábito europeu de queimar neles durante o outono as soqueiras dos cereais colhidos no verão. A palavra *fumier*, em suma, teria ganhado sua forma atual ao ser incorporada por uma família de palavras com a qual não tinha de início nenhuma relação.

Mas Gilliéron dá uma demonstração ainda mais impressionante de como se podem interpretar os dados do ALF ao comentar o mapa que representa as denominações da *abelha*. Nesse mapa, cabe observar antes de mais nada a grande variedade de denominações — *mouche à miel*, *mouchette*, *avette*, *essette*, *aveille* etc. —, o que já é, por si só, um fato digno de nota. Chama a atenção por outro lado o fato de ter sido adotada pelo dialeto de Paris a denominação típica do provençal (*abeille*, do lat. *apic(u)la*, não é palavra francesa pois nos dialetos que formam a base do francês *standard*, o *p* intervocálico passa a *b* e em seguida a *v*; cp. *trapalium* > *travail*). Para justificar esse empréstimo provençal, Gilliéron reconstituiu como segue a história dos nomes da abelha nos dialetos do norte da França:

1ª etapa: de *ape* a *és*

1. o latim *ape* passa a *éf* (singular), *és* (plural);
2. sobre o plur. *és* forma-se um sing. *é* (por uma reinterpretação da forma que lembra a “derivação regressiva”);
3. para reforçar foneticamente o sing. *é*, usa-se em seu lugar o plural pelo singular; chega-se assim a uma fase em que *abelha* se diz indistintamente *és*, *é* ou *éf*, prevalecendo a primeira.

2ª etapa: de *és* a *ep*

4. nos dialetos do norte da França alternam, em contextos fonéticos relevantes para o caso, as pronúncias [é] e [wé]; por conseguinte, as frases [v l d ezes] e [v l dez es] tornam-se homônimas, significando “vão de pássaros” ou “vão das abelhas”; para desfazer a colisão, a língua substituiu os dois termos em conflito: de

um lado, toma-se *essaim* (do lat. *examen*, “enxame”) como coletivo/plural de abelha, o que leva por sua vez a buscar novos termos para “enxame”; de outro substitui-se o termo para “pássaro” (*ézé*, *wezé*) por *moineau*, *oiselet* etc.;

5. a mesma flutuação de pronúncia confunde os nomes da abelha e da vespa: (*wjés* (< lat. *ape*) = *wés* (< lat. *vispa*); desfaz-se mais esta colisão tomando do dialeto da Île de France a forma *ep*.

### 3ª etapa: de *ep* a *mouchette*

6. foneticamente fraco, *ep* reforça-se em *é-ep*, *és-ep* e *mouche-ep*;
7. as duas últimas formas são reconstruídas nas formas assonantes *essette* e *mouchette*.

### 4ª etapa: de *mouchette* a *mouche à miel*

8. *mouche à miel* substitui *mouchette*, em conflito com o diminutivo de *mouche*;
9. *mouche à miel* opõe-se a *mouche guêpe*, nome da vespa.

### 5ª etapa: de *mouche à miel* a *abeille*

10. no dialeto de Paris, toma-se emprestada a forma provençal *abeille*, criando o par opositivo *mouche abeille* (assonante com *mouche à miel*) / *mouche guêpe*;
11. permanece *abeille*, nome atual da abelha em francês *standard*.

Na análise de Gilliéron, o fato de o francês *standard* ter adotado para designar a abelha um termo provençal aparece como o último episódio de uma longa história na qual a evolução fonética é apenas um dos aspectos relevantes. O exemplo da palavra *abeille* mostra que a evolução fonética intervém na história da língua sobretudo como um fator de desestabilização, ao provocar o enfraquecimento das formas e ao criar “colisões homonímicas”. As soluções a essas instabilidades não poderiam ser fonéticas no sentido estrito das “leis fonéticas”; para superá-las, aceitam-se empréstimos de dialetos vizinhos, e recorre-se a formas compostas, duplicadas ou assonantes; frequentemente, essas formas revelam uma análise que coloca a palavra em contraste com outras palavras de um mesmo campo nocional.

Com isso, Gilliéron não apenas mostra que na história da língua intervém um trabalho de reflexão dos falantes (um trabalho epilíngüístico, se diria provavelmente hoje), mas ainda desloca a análise do terreno da fonética (para os comparatistas, o caso de *abeille* seria um problema fonético, e uma exceção) para o terreno da lexicologia.

**Mapa 2:** Distribuição das denominações da abelha no território francês





## 2.2 O movimento “palavras e coisas”

A revista *Wörter und Sachen*, fundada em 1909 por Meringer e Schuchardt dá o nome a um outro movimento que encara a pesquisa de campo como prioritária em oposição ao estudo de documentos escritos. A tese que distingue este movimento é que, frequentemente, a verdadeira etimologia de uma palavra só é explicada por um estudo acurado da realidade que ela designa e dos conhecimentos que a cercam: recomenda-se, então, que os estudiosos da língua considerem com mais interesse as “coisas”, em oposição a uma tradição que se preocupou quase que exclusivamente com as “palavras”.

O exemplo sempre lembrado para ilustrar este enfoque é a história da palavra *figado* e de seus cognatos românicos (esp. *hígado*, fr. *foie*, it. *fegato*, cat. e prov. *fetge*, eng. *fiyat*, rom. *ficát*). Embora estas palavras sejam a tradução exata do latim *iecur*, não é possível, evidentemente, traçar entre esta e aquelas uma derivação fonética regular. Entre *iecur* e as formas *\*ficatu*, *\*ficatu* que resultam da comparação das línguas românicas encontra-se contudo um elo quando se considera mais de perto a “coisa”, no caso o interesse gastronômico que os antigos tinham no fígado das aves e a técnica de sua produção. O fígado era um prato altamente apreciado, e para obter fígados maiores e mais saborosos, era hábito alimentar os gansos com grandes quantidades de figos. Da expressão *iecur ficatu*, que indica o fígado engordado com figos, sobrevive *ficatu*, que tem inicialmente o mesmo sentido, e que se substituiu depois a *iecur* com o significado genérico de “fígado”. (Por uma derivação análoga, *pêssego* se origina de *malum persicum*, significando “maçã pérsica”, isto é, “maçã da Pérsia”).

Uma orientação afim ao estudo das palavras e coisas é a da *onomasiologia*, que consiste no levantamento de todas as expressões que designam um mesmo objeto ou conceito. Este estudo leva naturalmente a representar o vocabulário como um conjunto de “campos semânticos” estruturados por relações de sinonímia e oposição.

## 2.3 O Idealismo Lingüístico

Desde sua origem, os estudos de lingüística românica constituem um terreno privilegiado para a aplicação de hipóteses filosóficas sobre a natureza das línguas e os mecanismos de sua evolução.

Assim, não admira que nas primeiras décadas deste século a filosofia espiritualista de Bergman e Croce tenha repercutido nos estudos românicos, dando origem a movimentos que valorizavam a criatividade individual dos falantes como um aspecto central da língua e a intuição como faculdade mestra do lingüista. Esses movimentos são geralmente conhecidos como “Idealismo Lingüístico”; seu representante mais célebre é o lingüista alemão Karl Vossler que, num livro significativamente intitulado *Língua e cultura de França*, analisa as grandes tendências da cultura francesa ao longo dos séculos e busca na língua, particularmente a língua literária, uma contrapartida para as mesmas.

O Idealismo Lingüístico constituiu uma poderosa reação à orientação dos neogramáticos, então dominante; contra a metodologia atomística e positivista destes (coleta dos materiais, rigor nas tarefas de documentação, formulação indutiva de regras) preconizou uma metodologia intuitiva e sintética, voltada para formulações globais que em geral resultam em apresentar os fatos lingüísticos (isto é, as inovações registradas num determinado período da história de uma língua) como a expressão do espírito de uma determinada época, grupo ou nação.

As explicações propostas pelos idealistas são freqüentemente discutíveis quando não francamente inverossímeis. Por exemplo, Vossler explica o aparecimento dos artigos partitivos em francês como manifestação de uma mentalidade interesseira e comercial que teria tomado conta da França no fim da Idade Média, uma explicação que é no mínimo forçada. Assim, o grande mérito dos idealistas não reside nas suas explicações, mas no fato de terem chamado a atenção para um aspecto que as pesquisas anteriores e as orientações então dominantes colocavam à margem: a importância da expressividade e criatividade individual como fator de evolução da língua.

Por esse enfoque, o Idealismo Lingüístico, cuja influência se prolongou por várias décadas, preparou o terreno para um movimento de crítica literária de inspiração filológica, que teve forte repercussão nos países de língua espanhola: a Estilística.

## 2.4 O Estruturalismo

Bem mais marcante foi para a Linguística Românica a influência exercida pelo Estruturalismo, nome que cobre uma vasta gama

de orientações cujo traço comum é a crença de que a língua se caracteriza, no dizer de André Martinet, “por um tipo de organização *sui generis* que transcende as semelhanças acidentais entre as realizações de unidades isoladas”.

O Estruturalismo lingüístico remonta às idéias do suíço Ferdinand de Saussure, em particular à sua concepção da língua como um sistema onde as unidades contam principalmente pelas relações que entre elas se estabelecem.

O caráter sistemático da língua, segundo Saussure, aparece principalmente quando se considera uma língua ou dialeto não ao longo do tempo (“diacronia”), mas numa perspectiva que procura abranger todas as unidades e suas respectivas relações num mesmo momento (“sincronia”). Assim, Saussure lançou o programa da lingüística dita “sincrônica”, que rompia com mais de um século de tradição historicista e que orientou desde então as investigações lingüísticas de vanguarda.

Aplicadas aos sons da língua, as idéias de Saussure levaram a desenvolver, em paralelo aos tratamentos tradicionais de cunho fonético, um tratamento voltado para o estudo dos sons enquanto unidades distintivas, o que resultou no desenvolvimento de uma nova disciplina, a Fonologia. A perspectiva do fonólogo é, por definição, sistemática: um fonema só existe como tal na medida em que se opõe a todos os demais fonemas do mesmo sistema; a fonologia ilustra de maneira cabal a tese estruturalista de que o sistema precede logicamente as unidades de que se compõe.

A principal influência que o Estruturalismo exerceu sobre o estudo evolutivo das línguas românicas prende-se a essa perspectiva sistemática: no Estruturalismo, as mudanças fônicas deixam de ser encaradas como fatos isolados, ou como fatos que ocorrem em determinadas condições sintagmáticas (por exemplo, os neogramáticos tinham insistido na importância da assimilação de sons aos sons vizinhos na cadeia falada como um fator de evolução) e passam a ser encarados como soluções que a língua adota para corrigir desequilíbrios no seu próprio sistema fonológico; ao aceitar essa tese, o lingüista é levado a reconhecer que certas mudanças fônicas alteram o sistema fonológico da língua como um todo; essas mudanças são qualitativamente diferentes daquelas que resultam em mudanças de pronúncia, sem repercussões no sistema. Eis alguns exemplos:

a) Desfonologização

A duração das vogais era um traço distintivo no latim arcaico, e manteve-se como tal no latim clássico; sabe-se entretanto que o traço distintivo da duração desapareceu no latim vulgar, e não é

fonologicamente pertinente nas línguas românicas: desde o latim vulgar, as variações no parâmetro de duração produzem variantes livres ou estilísticas, mas não bastam para distinguir palavras com significações diferentes. Podemos dizer nesse caso que houve desfonologização da quantidade vocálica.

#### b) Fonologização 1

Em compensação, em latim vulgar e na maioria das línguas românicas há palavras que se distinguem unicamente pelas vogais /e/, /ɛ/ e /o/, /ɔ/. Como essas diferenças não existiam no período de formação do latim vulgar, a abertura, enquanto traço fonológico, passou de três a quatro graus, conforme se indica no esquema a seguir:

graus	latim arcaico		latim vulgar	
	anteriores	posteriores	anteriores	posteriores
1	i	u	i	u
2	e	o	e	o
3		ɑ	ɛ	ɔ
4				ɑ

Podemos dizer nesse caso que houve fonologização de um quarto grau de abertura.

#### c) Fonologização 2

Os fonemas latinos vulgares /k/, /g/, /l/, /n/, /s/ seguidos de vogal anterior ou de "i" semivogal recebiam uma pronúncia fortemente palatalizada. Com o tempo, esses sons palatalizados passaram a opor-se aos demais fonemas da língua, distinguindo palavras com sentido diferente (exemplos: port. *mala-malha*, *sono-sonho*, *assar-achar*; it. *chiglia-ciglia*); essas realizações palatalizadas se transformaram assim em verdadeiros fonemas; em outras palavras, houve fonologização do traço de palatalidade.

#### d) Transfonologização

O traço de sonoridade era conhecido do latim vulgar, cf. /p/-/b/, /c/-/g/, /t/-/d/. O português e outras línguas românicas estenderam-no a /s/ e /f/, donde os fonemas /z/ e /v/. Pelo processo de transfonologização, um traço pertinente estende sua esfera de atuação, criando novos fonemas que preencherão assim "casas vazias" do sistema.

Como o Estruturalismo alcançou seus primeiros sucessos importantes no domínio da fonologia, era natural esperar que os primeiros êxitos dos estruturalistas no estudo evolutivo das línguas românicas se fizessem sentir no campo da fonologia; mas as idéias estruturalistas alimentaram desde cedo a reflexão dos romanistas também em outras áreas; no tocante ao léxico, por exemplo, reforçaram a idéia de que o aparecimento de uma nova palavra, ou a alteração do sentido de uma palavra já existente repercutem sobre o sentido de outras palavras “próximas” no sistema. Assim, quando a palavra *trabalho* perdeu o sentido de “suplício” (“trabalho” significou na origem “três paus”, o suplício dos três paus), e passou a significar mais neutramente “prestação de serviços em troca de remuneração”, deslocou dessa posição “neutra” outras expressões como *obrar*, *lavar* e *manobrar* etc. que assumiram valores específicos (“trabalhar os campos”, “trabalhar com as mãos” etc.). Quando a evolução fonética do francês aproximou a forma do adjetivo *ouvrable* (ligado historicamente a *ouvrier*, “operário” e *œuvre*, “obra”) do verbo *ouvrir* (“abrir”) a expressão *jour ouvrable* passou a ser interpretada como significando “dia em que o comércio abre” e não “dia de trabalho”.

## 2.5 A Gramática Gerativa

É difícil, por falta de perspectiva histórica, avaliar as contribuições que a romanística vem recebendo da Gramática Gerativa — indiscutivelmente a orientação mais prestigiada da lingüística atual. Limitemo-nos a observar que os últimos desenvolvimentos da gramática chomskiana têm dado uma atenção especial às línguas românicas, apresentando-as como surpreendentemente distantes entre si quando julgadas por alguns dos principais parâmetros chomskianos. A gramática chomskiana realça assim algumas diferenças fundamentais entre as estruturas sintáticas das línguas românicas, que teríamos tendência a minimizar, por razões culturais e históricas.

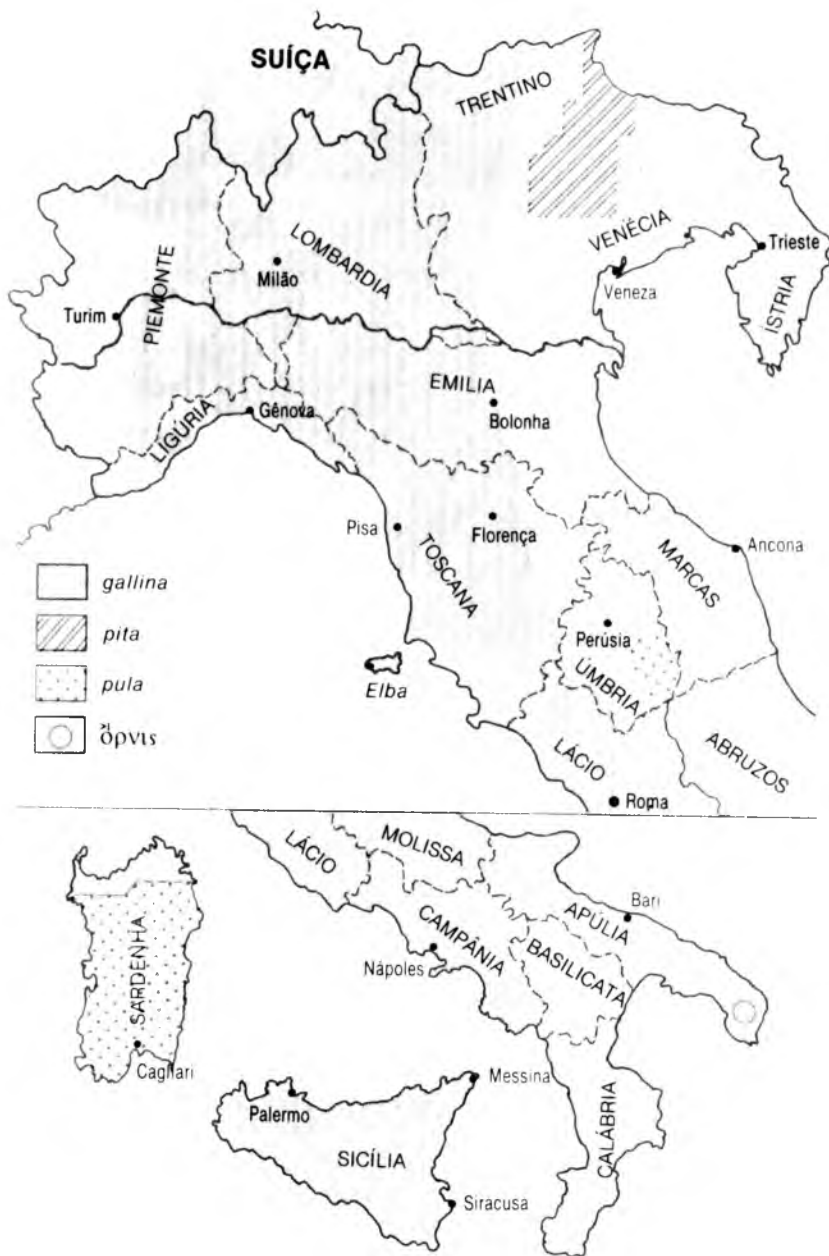
### Documento: Os principais atlas lingüísticos e de palavras e coisas

Registram-se aqui, em ordem cronológica, alguns importantes trabalhos de geografia lingüística elaborados no domínio românico:












1881- — *Petit Atlas Phonétique du Valais Romain* (Jules Gilliéron)

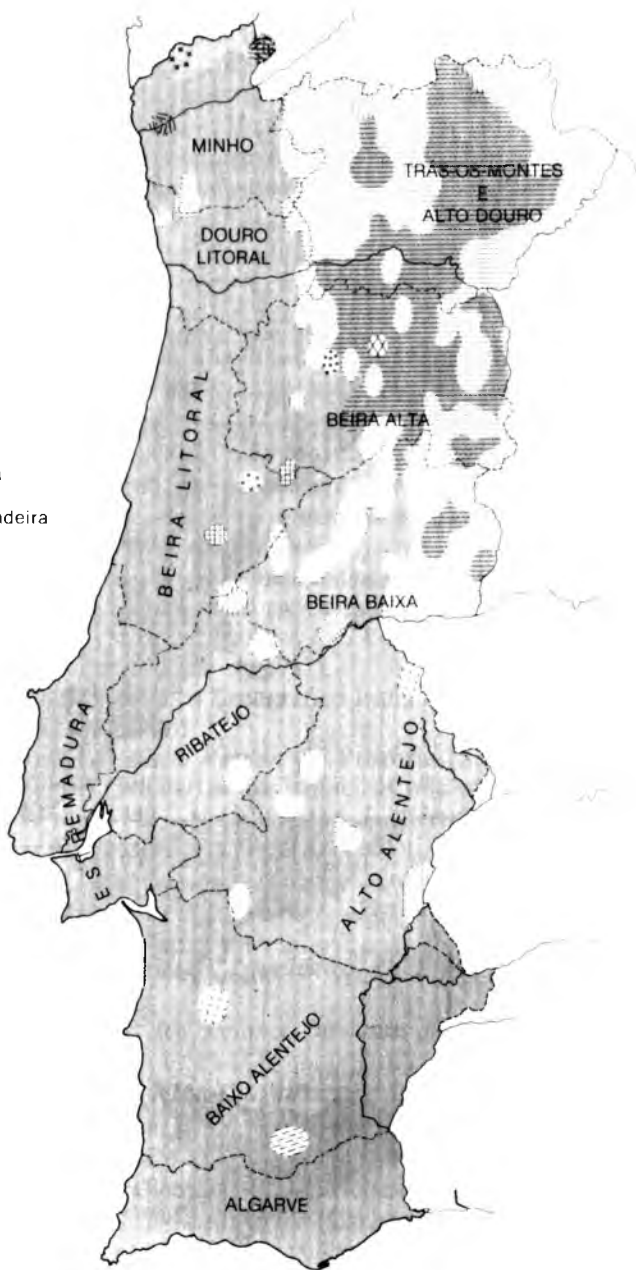
- 1902-1912 — *Atlas Linguistique de la France* (J. Gilliéron e E. Edmont) (baseado num questionário de 1 920 perguntas, aplicado em 639 localidades do território galoromânico).
- 1909- — *Linguistischer Atlas des dakorumanischen Sprachgebietes* de Weigand.
- 1914-1915 — *Atlas Linguistique de la Corse* (J. Gilliéron e E. Edmont) (publicação interrompida pela Primeira Guerra Mundial).
- 1923-1939 — *Atlas Linguistic de Catalunya* (Mons. Antoni Griera) (os cinco volumes publicados totalizam 858 cartas das 3 500 previstas; foram pesquisadas 250 localidades, com um questionário de 2 866 perguntas).
- 1925- ... — *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (Navarro Tomás, A. M. Espinosa e Rodrigues Castellano; Moll e Sanchis Guarner, Othero Gusmão e Lindley Cintra).
- 1928-1940 — *Sprach und Sachatlas Italiens und der Sudschweiz* (“Atlas lingüístico e de coisas da Itália e Suíça do Sul”) (Karl Jaberg e Jakob Jud) (1 705 mapas para 405 localidades da Itália, inclusive Sicília e Sardenha, e do sul da Suíça).
- 1931- ... — *Atlante Linguistico Italiano* (M. Bartoli e Ugo Pellis; B. Terracini a partir de 1947).
- 1935-1942 — *Atlante Linguistico Etnografico Italiano della Corsica* (Gino Bottigliani).
- 1938- ... — *Atlasul Linguistic Român* (S. Puscariu, S. Pop e E. Petrovici) (598 cartas nos primeiros três volumes que saem até 1942. A publicação é interrompida pela guerra, e retomada a partir de 1956).
- 1957- ... — *Projeto de Atlas Lingüístico Etnográfico de Portugal e Galiza* (Paiva Boléo, J. G. C. Herculano de Carvalho e F. Lindley Cintra).
- 1958- ... — *Bases para o Atlas Lingüístico do Brasil* (Antenor Nascentes).
- 1963- — *Atlas Prévio dos Falares Bahianos* (Nélson Rossi) (154 mapas).
- 1977- — *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (José Ribeiro, M. Zaggari e colaboradores).
- 1980-1985 — *Atlas Lingüístico da Paraíba* (Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa P. B. de Meneses).
- 1987- — *Atlas Lingüístico de Sergipe* (Carlota da Silveira Ferreira e colaboradores).

Mapa 3: Os nomes da galinha nos dialetos italianos



**Mapa 4:** Os nomes da galinha nos dialetos portugueses

- |   |                |
|---|----------------|
|  | galinha        |
|  | pita           |
|  | franga         |
|  | ave            |
|  | penosa         |
|  | mondice        |
|  | pula           |
|  | bico           |
|  | có-có          |
|  | choucha        |
|  | outros         |
|   | xixa           |
|   | tica           |
|   | picha          |
|   | chorresca      |
|   | churra         |
|   | esgarbetadeira |





**Segunda Parte:**  
**A romanização**



# 3

## România, romano e romance

---

### 3.1 A expansão territorial do Estado romano

O Estado romano teve origem no século VIII ou IX a.C. (a tradição fixa em 753 a.C. a fundação de Roma, sua capital), e engrandeceu-se progressivamente até constituir em sua fase de maior esplendor, no primeiro século de nossa era, um dos mais vastos impérios de todos os tempos.

Obra de séculos, a constituição do Império Romano foi um processo político de grande complexidade, cuja descrição detalhada cabe, obviamente, à História das Civilizações.

Limitando a exposição ao essencial, lembraremos que a história romana se divide em três fases, correspondentes às três formas de governo: da *Realeza* (das origens a 509 a.C.), da *República* (de 509 a.C. a 27 a.C.) e do *Império* (de 27 a.C. a 476 d.C.); embora não tenham muito a ver com a história do latim e das línguas românicas, essas três datas são, também para os romanistas, pontos de referência obrigatórios.

Um aspecto notável da história do Estado romano é a democratização progressiva do poder: ao lado das instituições políticas baseadas nos *patrícios*, a classe fechada e conservadora que governou a Urbe nos primeiros tempos, surgiram e ganharam espaço cada vez maior instituições representativas das classes advéncia

ou *plebéia* (esta se fortaleceu progressivamente à custa da primeira). A adoção da forma de governo do império não representa, como se poderia pensar, um retorno à oligarquia, senão o resultado natural da anarquia militar e da demagogia política que marcaram o final do período republicano.

Outro aspecto notável da história do Estado romano foi sua capacidade de absorver outros povos e sua espantosa expansão territorial, ocorrida entre os séculos V a.C. e II d.C.

Lembremos, em síntese, os principais momentos dessa expansão:

a) Conquista da Itália peninsular

Depois de ter consolidado seu poderio no Lácio através de lutas ou alianças que levaram à assimilação de vários povos vizinhos (sabinos, volscos, equos, etruscos etc.), Roma completou em pouco mais de meio século a conquista da Itália peninsular, dominando as populações itálicas lideradas pelos samnitas (349-290 a.C.) e as populações gregas da Magna Grécia, confederadas sob a liderança de Tarento e apoiadas militarmente por Pirro, rei do Epiro (282-272 a.C.).

b) Conquista da Europa mediterrânea

Pelas próprias condições geográficas da península, a conquista da Itália projetou Roma na política mediterrânea, causando sua rivalidade com Cartago, a importante colônia fenícia que, desde época antiqüíssima, explorava o comércio marítimo, tendo estabelecido empórios desde o atual Líbano até Portugal.

O conflito pela hegemonia comercial no Mediterrâneo foi a causa de três guerras sangrentas que se estenderam por mais de um século e ficaram conhecidas como Guerras Púnicas, a partir do nome com que os romanos indicavam os cartagineses (*púnicos*, do gr. *phoinicoi*, isto é, "fenícios").

A primeira guerra púnica eclodiu em 264 a.C. e prolongou-se até 241. Vencedores depois de duros reveses, os romanos tomaram de seus adversários as ilhas da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da Córsega (238 a.C.).

Afastada por algum tempo a ameaça cartaginesa, Roma firmou seu poder na Itália do Norte: até 230 foi dominada a Ligúria; em 229-228 foi a vez da Ilíria (costas da Iugoslávia) e da Gália Cisalpina (correspondente à bacia hidrográfica do Pó).

Contudo, em 216 Cartago já se havia refeito dos reveses anteriores, e partia para o revide comandada pelo grande Aníbal. A

segunda guerra púnica (219-201) quase se resolveu a favor dos cartagineses, mas a vitória final foi mais uma vez romana; Roma estabeleceu nessa ocasião as suas primeiras colônias não italianas, ambas na Ibéria: a Bética (atual Andaluzia) e a Tarraconense (atuais províncias de Castela, Múrcia e Valência) (197-183). Em 190 foi tomado aos sírios um pequeno território da Anatólia que os romanos chamaram pomposamente de “Ásia”; entre 197 e 146 foram submetidas a Macedônia e a Grécia.

**Mapa 5:** As regiões da Itália Antiga



Ao mesmo tempo, Roma provocou uma terceira guerra púnica, que lhe permitiu livrar-se definitivamente de sua rival: Cartago foi arrasada em 146 a.C. depois de heróica resistência, e a região da Tunísia se tornou província romana com o nome de África.

Poucos anos depois foram desbaratados os lusitanos (resistência de Viriato, 139), e a Gália Narbonense (atual Provença) formou uma nova província (118).

Trinta anos depois da destruição de Cartago, Roma dominava assim toda a Europa mediterrânea, além de alguns pequenos territórios da África do Norte e da Ásia Menor. Tais territórios haviam sido conquistados às vezes por meios políticos (alianças); mas em geral as conquistas resultaram de ações militares de vulto, aliás conduzidas simultaneamente em várias frentes. É fácil entender que o exército romano tenha contado, a partir do século III a.C., com um número cada vez maior de soldados originários da Itália peninsular, e de outras regiões onde a "pax romana" já estivesse consolidada.

#### c) Gália e Europa Central, Ásia Menor e África

Esses dois traços — o aproveitamento de *socii* no exército e a ação militar simultânea em regiões afastadas — marcaram ainda mais fortemente a expansão territorial romana nos dois séculos seguintes, quando Roma guerreou em três frentes principais: a Gália e a Europa Central, a Ásia Menor e a África. Até 60 a.C., aproveitando-se das rivalidades entre os reinos da Ásia Menor, Roma submeteu Chipre, a Bitínia, a Galácia, a Capadócia e a Síria (incluindo a Palestina); praticamente contemporâneas são, na África, as conquistas da Cirenaica e de Creta (74 a.C.), da Numídia (46 a.C.), da Mauritânia (42 a.C.) e do Egito (30 a.C.).

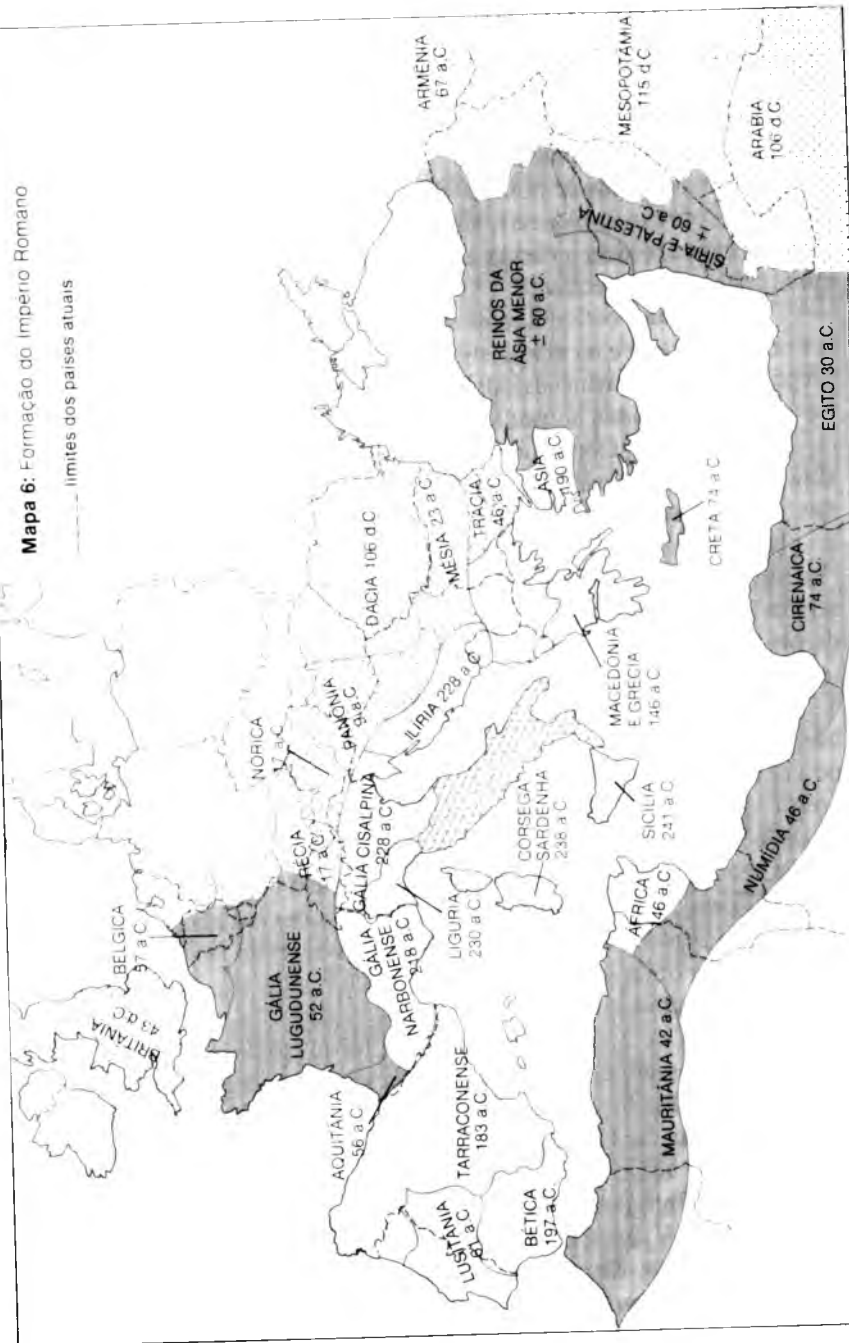
Na Europa continental, a conquista mais importante deste período é a Gália, submetida por Júlio César entre 58 e 51 a.C. Na época de Augusto foram tomadas na região do Danúbio a Récia (17 a.C.), a Nórícia (17 a.C.), a Panônia (9 a.C.) e a Mésia (23 a.C.); a conquista da Britânia data de 43 d.C. Com a conquista da Trácia (46 a.C.), o Império Romano teve por limites naturais o Reno e o Danúbio; o Mar Mediterrâneo, transformado numa espécie de lago interior, fazia jus havia muito tempo ao nome de "Mare Nostrum Internum".

#### d) Conquistas tardias

Conquistas tardias do período imperial foram a Caledônia, isto é, a atual Escócia (85 d.C.), a Dácia, atual Romênia (106 d.C.) e a Arábia Pétria.

Mapa 6: Formação do Império Romano

--- limites dos países atuais



### 3.2 Decadência do Império e perdas territoriais

Desde Trajano, isto é, a partir do século II d.C., o Império Romano entra em decadência.

À sólida unidade política anterior, baseada na superioridade de Roma sobre as províncias, sucedeu uma descentralização progressiva, provocada pela própria extensão do Império e agravada por uma política inconseqüente.

Desde cedo, os habitantes das regiões mais afastadas predominaram no exército e na administração; os próprios imperadores foram freqüentemente provinciais, aliás comandantes militares de exércitos de fronteira elevados ao poder pela força exclusiva das armas.

Latente na "Constitutio Antoniniana" do imperador Caracala (212), que concedia paridade de direitos a todos os súditos do Império, nas disposições de Galieno (imperador de 260 a 268), que conferia ampla autonomia militar às regiões mais afastadas, e finalmente na "tetrarquia" de Diocleciano (286), que repartia o Império em quatro regiões administrativas, a divisão consumou-se em 395, quando foi desmembrado em Império Romano do Oriente, com a capital Constantinopla, e Império Romano do Ocidente, com a capital Roma.

O poder central opôs uma resistência cada vez mais fraca aos bárbaros (do gr. *bárbaroi*, "estrangeiros", isto é, não romanos), populações não romanizadas que demandavam o território romano, pressionadas por migrações de povos de origem asiática. Nos territórios romanos que margeavam o Danúbio e o Reno, os bárbaros tornaram-se cada vez mais numerosos, sob a forma de infiltrações (freqüentemente, os romanos assentaram populações bárbaras em seus territórios, com a finalidade de pacificá-las, e de usá-las como escudo contra outros invasores), incursões e finalmente de verdadeiras invasões e conquistas.

Por volta de 270, o norte da Gália foi invadido pelos francos e a Récia pelos alamanos. Sob o imperador Aureliano, os godos entraram pela Península Balcânica adentro, causando o abandono das terras além do Danúbio (Dácia, Agri Decumates); um século mais tarde, a Panônia foi ocupada pelos ostrogodos, a Nórica pelos éruolos e a Britânia pelos ânglios e pelos saxões.

No século V, a presença de populações bárbaras no Império era ainda mais maciça. Durante uma incursão dos visigodos pela Itália, foi deposto o imperador Rômulo Augústulo (476), fato que os historiadores utilizam como marco cronológico do fim do Império Romano.



**Mapa 7:** Divisão administrativa do império  
sob Diocleciano

..... subdivisões administrativas das prefeituras



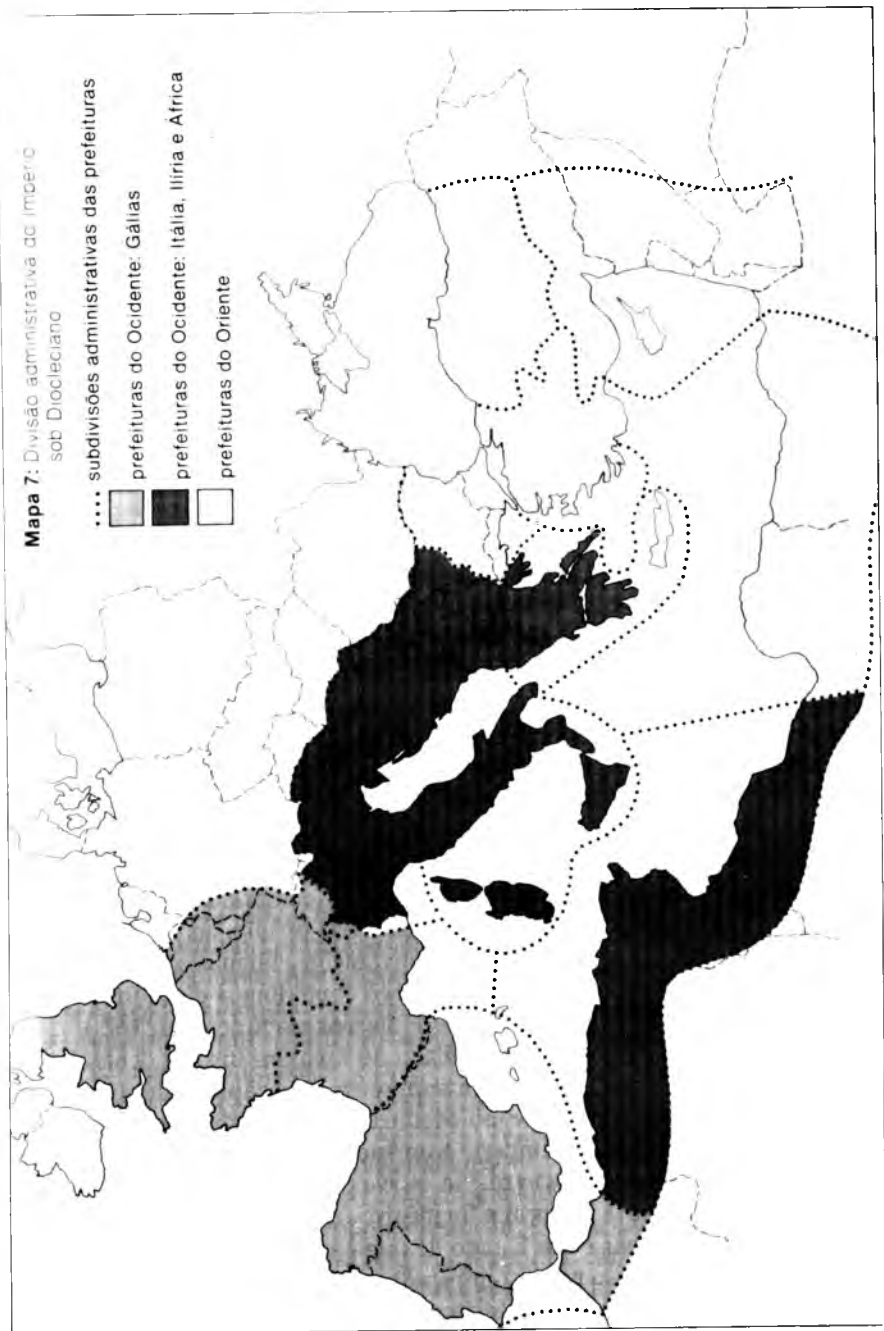
prefeituras do Ocidente: Gálias



prefeituras do Ocidente: Itália, Ilíria e África



prefeituras do Oriente



### 3.3 A difusão do latim e a romanização

Com os povos submetidos, os romanos adotaram geralmente uma política bastante aberta para a época. Impunham o *direito romano* e exploravam economicamente a região, mas respeitavam as tradições religiosas dos vencidos, e permitiam que estes continuassem a utilizar a sua língua materna, ao menos nos contactos entre si. Na realidade, os romanos consideravam um motivo de grande honra para si o uso do latim pelos vencidos.

As línguas com que o latim entrou em contacto por efeito das conquistas pertenciam a diferentes famílias lingüísticas, e eram bastante diferentes entre si.

Na Península Itálica, o latim encontrou o umbro e o osco, línguas próximas, pertencentes como ele ao ramo itálico do indo-europeu; além delas, encontrou línguas indo-européias dos ramos ilírico, grego e celta, e línguas não indo-européias, como o etrusco e o lígure.

Nas ilhas italianas, os romanos entraram em contacto com línguas que representavam um antigo substrato mediterrâneo, além do grego (indo-europeu) e do fenício (semita).

As línguas faladas pelos povos da Ibéria não eram indo-européias (íbero, vascão), exceto na região próxima à França, onde dominava o celtibero.

Idiomas indo-europeus predominavam na França e na Panônia (domínios do celta), e na Ilíria (domínio do ilírico, antepassado do albanês atual); também eram faladas línguas indo-européias na Trácia e na Macedônia; e o grego não só era falado na Grécia, mas predominava em grande parte da Anatólia e do Mediterrâneo oriental, onde, à chegada dos romanos, tinha suplantado os idiomas locais.

A Síria e o Egito falavam, respectivamente, línguas semíticas e camíticas, tendo grande influência o grego como língua de cultura.

O latim não suplantou as línguas indígenas em todo o território do Império: impôs-se como língua falada no Mediterrâneo ocidental e na Europa continental, mas esteve sempre em situação de inferioridade na Grécia, na Anatólia e no Mediterrâneo oriental. De certo modo, a divisão política do Império Romano sob o imperador Constantino consagrou uma divisão que já estava completamente consolidada do ponto de vista cultural e lingüístico, ao separar um Estado de fala e cultura latinas e um Estado de fala e cultura gregas. A tentativa realizada por esse mesmo imperador, de fazer do latim a língua da administração no Império Romano do Oriente, que poderia ter transformado Constantinopla num centro irradiador da cultura

latina, não teve êxito, apesar de ter sido deslocada para o oriente uma verdadeira multidão de funcionários públicos.

No que diz respeito ao ocidente — Itália incluída — seria ingenuidade acreditar que os povos vencidos trocaram instantaneamente suas línguas maternas pelo latim; ao contrário, a fala dos vencedores conviveu por décadas e mesmo por séculos com as locais, sendo o bilingüismo a situação típica depois da conquista. Dessas situações de bilingüismo há vários testemunhos: por exemplo, foram encontradas em Pompéia, remontando ao século I d.C., inscrições em osco, língua dos samnitas, que os romanos haviam submetido desde 290 a.C.; e há indícios de que Santo Agostinho, que pregava em Cartago no começo do século V, falava para um auditório em que boa parte das pessoas ainda compreendia o púnico; com efeito, ao traduzir umas poucas expressões daquela língua para o latim, ele se desculpa com aquela parte do auditório para a qual a tradução era desnecessária.

Seja como for, o latim, presente nas regiões submetidas numa variedade popular (o latim falado do exército, dos comerciantes e, em certos casos, dos veteranos assentados como colonos), e numa variedade erudita (a variedade escrita dos magistrados, da jurisdição e, até onde esta existia, da escola) ia-se impondo como a língua que exprimia uma cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social (o lingüista suíço Walter von Wartburg lembra oportunamente como as principais famílias gaulesas, habilmente atraídas pela propaganda romana, davam a seus filhos uma educação latina, mandando-os para isso estudar na Itália).

No século III, a absorção pelo latim das línguas indígenas da porção ocidental do Império Romano era fato consumado, e essa unidade lingüística representava para os povos latinizados o traço mais evidente de uma forte unidade espiritual, precisamente quando o Império, como instituição política, dava mostras cada vez mais fortes de instabilidade.

### 3.4 O termo *Romania* e seus cognatos

O desaparecimento político do Império Romano não impediu que ele fosse encarado ao longo dos séculos como um exemplo de ordem universal que caberia imitar e se possível restaurar. O Cristianismo herda de algum modo esse ideal de universalidade, ao mesmo tempo que a Igreja constrói uma estrutura que aproveita em grande

parte as divisões administrativas do Império; os Estados bárbaricos que se formam no território outrora dominado pelos romanos se autodenominam romanos e nascem com o propósito de restaurar o Império — um objetivo que se traduz na escolha dos títulos de seus chefes. Ainda no tempo de Dante e de Maquiavel, restaurar o Império era o projeto de vida de muitos pensadores insígnies, que viram nisso a condição necessária para que o mundo reencontrasse uma ordem política estável.

Se o Império sobreviveu como um ideal de ordem política durante toda a Idade Média, a unidade lingüística e cultural dos territórios romanizados não impressionou menos os antigos, romanos ou bárbaros. Para denominar essa unidade lingüística e cultural, emprega-se o termo *Romania*, cujo registro mais antigo está nesta passagem do historiador Paulo Orosio (séc. V), que atribui ao rei godo Ataulfo o propósito de reconstruir um Império Godo sobre as ruínas do Império Romano:

Nam ego quoque ipse virum referentem audivi se familiarissimum Ataulpho apud Narbonam fuisse, ac de eo saepe sub testificatione didicisse, quod ille refert solitus esset se in primis ardentem inhiasse ut, obliterato Romano nomine, Romanum omne solum Gothorum imperium et faceret et vocaret, essetque, ut vulgariter loquar, Gothia quod Romania fuisset.

[Na verdade, eu também ouvi pessoalmente um varão a relatar que foi muito ligado a Ataulfo em Narbona, e ouviu dizer acerca dele muitas vezes, com a confirmação de testemunhas, que ele costumava dizer que, uma vez esquecido o nome “romano”, seu maior desejo era tornar e chamar somente godo todo o Império Romano, e que, em poucas palavras, fosse Gotia aquilo que antes fora *Romania*.]

*Romania* deriva de *romanus*, e este foi o termo a que naturalmente recorreram os povos latinizados, para distinguir-se das culturas bárbaricas circunstantes: assim, os habitantes da Dácia, isolados entre povos eslavos, autodenominaram-se *romîni* e os réticos se autodenominaram *Romauntsch*, para distinguir-se dos povos germânicos que os haviam empurrado contra a vertente norte dos Alpes suíços.

Sobre *romanus* formou-se o advérbio *romanice*, “à maneira romana”, “segundo o costume romano”, e a expressão *romanice loqui* se fixou para indicar as falas vulgares de origem latina, em oposição a *barbarice loqui*, que indicava as línguas não românicas dos bárbaros, e a *latine loqui* que se aplicava ao latim culto da escola. Do advérbio *romanice*, derivou o substantivo *romance*, que na origem se aplicava a qualquer composição escrita em uma das línguas vulgares.

### 3.5 A România atual

Pelo termo România designa-se modernamente a área ocupada por línguas de origem latina.

Se compararmos a România atual com o Império Romano, em sua fase de maior estabilidade, notaremos que os limites de ambos não coincidem. Boa parte das regiões outrora dominadas pelos romanos falam hoje línguas germânicas (como a Britânia), gregas (como a Grécia), semíticas (como a Síria e grande parte da África do Norte) etc. Por outro lado, falam-se línguas românicas na América Latina, que está fora dos horizontes do mundo antigo.

As razões por que o latim não conseguiu manter-se como língua falada em todo o Império são várias:

#### a) Romanização superficial

Na Caledônia (atual Escócia), na Germânia, em boa parte dos países danubianos e mesmo em certas regiões montanhosas da Europa continental e mediterrânea, como os Alpes e a Albânia, a pequena densidade demográfica e as dificuldades de comunicação impediram a formação de grandes cidades, dando à romanização um caráter superficial. Submetidas posteriormente pelos bárbaros, algumas dessas regiões adotaram a língua dos novos senhores. Em outras, pode-se falar em sobrevivência de línguas pré-romanas.

#### b) Superioridade cultural dos vencidos

Quatro séculos de ocupação não bastaram para impor o latim como língua falada na Grécia e no Mediterrâneo oriental. Nessas regiões, que a cultura helenística havia profundamente impregnado, o grego manteve-se como língua coloquial e culta, uma posição que o Cristianismo — utilizando o grego como língua oficial nas suas origens — fortaleceu ainda mais.

#### c) Superposição maciça de populações não-romanas

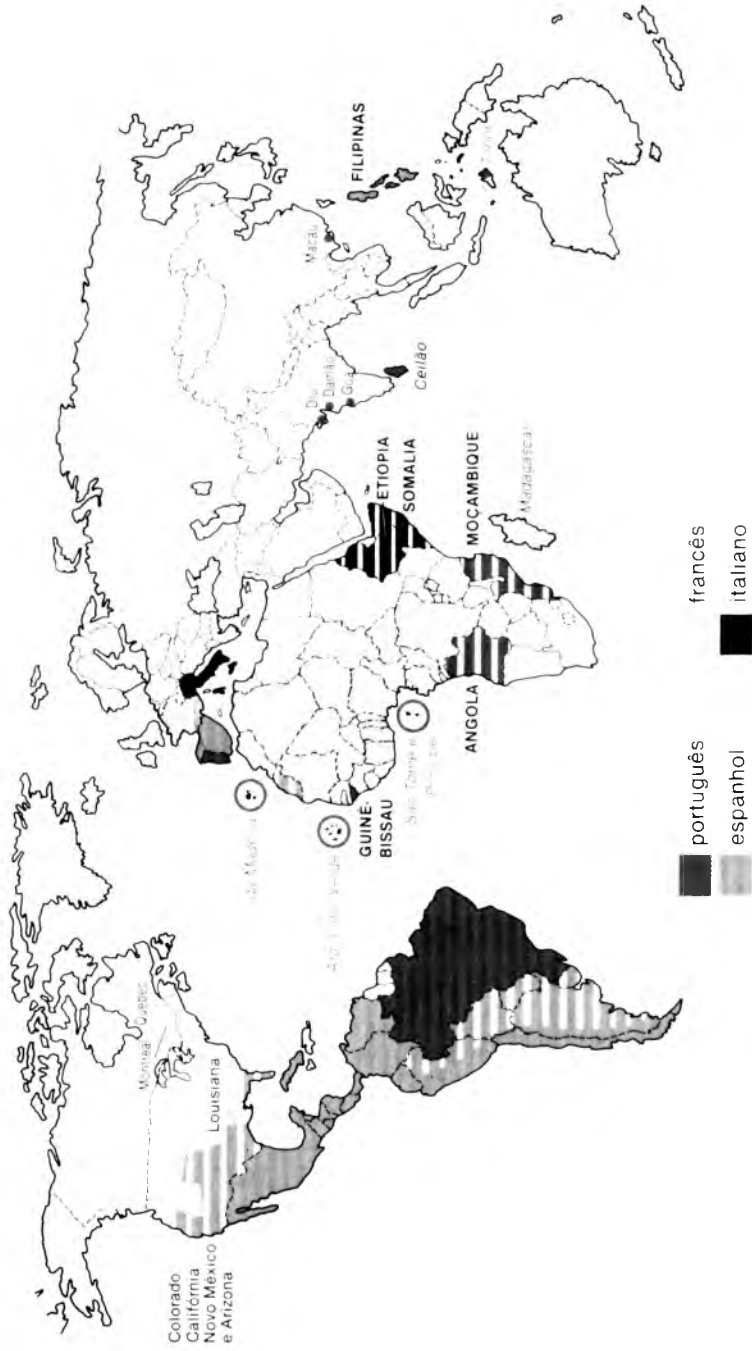
Durante alguns séculos, a África mediterrânea, desde a Cirenaica até Gibraltar, foi profundamente romana. Floresceram ali os estudos latinos, destacando-se autores do porte de Apuleio, Tertuliano, São Cipriano e Santo Agostinho. Nos séculos VI e VII, os árabes superpuseram-se aos romanos (e aos vândalos, que ali haviam fundado um reino, depois de dominarem o sul da Península Ibérica), introduzindo uma nova língua e uma nova cultura. Apenas a toponomástica e os dialetos árabes (berberes) da região conservam vestígios latinos, que constituem para os romanistas elementos importantes para a reconstituição dos estágios mais antigos do latim.

Por outro lado, através dos movimentos colonialistas iniciados com as grandes navegações do século XVI ou dos movimentos de propagação do catolicismo patrocinados sobretudo por Portugal e pela Espanha, as línguas românicas foram levadas para os novos continentes onde se superpuseram às línguas autóctones como “línguas de cultura” e como “línguas oficiais”; a recuperação da independência pelas colônias tem feito às vezes com que as antigas línguas nacionais recuperassem seu *status* de línguas oficiais.

- O *português* é falado hoje no Brasil, em alguns portos da Ásia (Macau, Timor, Goa, a península da Malaia), na Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Ilha da Madeira e São Tomé e Príncipe.
- O *espanhol* é a língua de toda a América do Sul (excetuando-se Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), da América Central (excetuando-se Haiti, Jamaica); é ainda uma das duas línguas dos Estados bilíngües dos Estados Unidos: Flórida, Califórnia e Texas.
- Fala-se *francês* na região de Quebec (Canadá), na Louisiana, na Guiana Francesa, no Haiti, no Senegal e em Madagáscar.
- O *italiano* foi levado em fins do século passado e inícios do atual à Eritréia, à Somália e à Líbia.

Nas vicissitudes por que passam as línguas neolatinas nas antigas colônias da América e da África, que podemos evidentemente observar em nossos dias, reproduzem-se as situações por que passou o latim nas colônias romanas; um traço que ressalta dessa observação é a grande uniformidade da língua nas colônias (por exemplo, do português no Brasil) em oposição à extrema fragmentação dialetal do país de origem (por exemplo, a dialeção do português europeu); vários lingüistas julgam que o latim também devia ser mais variado na Itália do que nas colônias da România Antiga.

Mapa 8: As línguas românicas no mundo







**Terceira Parte:**  
O latim vulgar



# 4

## O latim vulgar e o latim literário no primeiro milênio

---

### 4.1 Sociolingüística do latim vulgar

Todas as línguas vivas apresentam naturalmente uma variação vertical (correspondente à estratificação da sociedade em classes), e horizontal (correspondente a diferenças geográficas); além disso, os falantes expressam-se de maneiras diferentes conforme o grau de formalidade da situação de fala.

O latim, língua de uma sociedade que ia evoluindo e se tornando cada vez mais complexa, não poderia escapar a essa regra: seria normal que apresentasse diferentes socioletos, já que a sociedade romana foi por muito tempo estratificada em patricios, plebeus e escravos; e que apresentasse desde a época em que foi a língua do Lácio e da Itália central diferentes variedades geográficas, já que teve que se impor a outras línguas, com estrutura às vezes muito próxima. Por outro lado, tornando-se a sociedade romana cada vez mais complexa e articulada, é fácil imaginar que se diversificariam também as situações de uso da língua: por exemplo, um homem público do final do período republicano não utilizaria a mesma linguagem para discursar no *forum*, para escrever cartas aos amigos e familiares e para dirigir-se a seus serviços.

Um aspecto da diversificação da sociedade romana é o aparecimento da literatura latina; durante muito tempo, os autores latinos

procuraram pautar seus escritos pelo ideal da *urbanitas*, evitando formas ou expressões que conotassem arcaísmo ou provincianismo, ou que lembrassem a educação precária das classes subalternas e do campo (*rusticitas*). Desta variedade do latim, conhecida como *latim clássico* e bem representada nas obras de autores como Cícero e Virgílio, chegaram até nós um bom número de documentos, graças ao trabalho dos copistas da Idade Média; por ela se interessaram estudiosos de todos os tempos e em particular os humanistas da Renascença; por isso ela é ainda hoje a variedade do latim a que as pessoas cultas melhor conhecem; não se deve porém esquecer que o latim clássico é apenas uma das variedades do latim, ligada à criação de uma literatura aristocrática e artificial, que teve seu apogeu no final da República e no início do Império. Outra era a língua efetivamente falada no mesmo período.

Desde Diez, ficou claro que as línguas românicas não derivam do latim clássico, mas das variedades populares. Assim, se o interesse pela literatura latina e pelos ideais do Humanismo latino leva naturalmente ao estudo do latim clássico, a observação das línguas românicas nos obriga a indagar acerca das outras variedades de latim, ao mesmo tempo que a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme. A essa variedade, que aparece assim como um “proto-romance”, isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas, Diez chamou de *latim vulgar*, termo com que visava a opô-la ao latim literário.

O que é exatamente o latim vulgar?

A palavra “vulgar” admite três interpretações distintas e suscita acerca do proto-romance três enfoques em que compensa deter-se um pouco: (i) pode-se tomar “vulgar” no sentido de “corriqueiro”, “banal”, sem conotações pejorativas; o latim vulgar aparece então como a língua que as várias camadas da população romana (inclusive a aristocracia) falaram e escreveram em situações informais; (ii) pode-se tomar a palavra “vulgar” com o sentido pejorativo de “reles”, “baixo” que se costuma associar a *vulgo* e *vulgari-dade*: o latim vulgar é então a expressão própria das camadas populares mais humildes da sociedade romana; (iii) finalmente, pode-se interpretar “vulgar” em conexão com “vulgarismo”, nome que ainda hoje os puristas dão às formas e expressões que julgam condenáveis por suas conotações populares, provincianas ou arcaizantes.

O primeiro desses três enfoques, aplicado ao proto-romance, é certamente equivocado. Existiu, é verdade, um latim coloquial falado pela aristocracia: e os gramáticos e escritores romanos recomendaram freqüentemente que a linguagem da literatura se baseasse nele; mas essa era uma recomendação de caráter conservador, e visava a evitar que a língua literária se afastasse de seu suporte tradicional — a língua falada pela aristocracia — não a aproximá-la do proto-romance. Para indicar a expressão coloquial da aristocracia, tal como aparece por exemplo na correspondência de Cícero, os escritores latinos usam às vezes o nome de *sermo vulgaris*, o que só agrava a confusão.

Quanto ao segundo sentido de “vulgar”, há bons motivos para crer que o proto-romance foi de fato uma língua eminentemente popular. Segundo o mais importante romanista brasileiro, o saudoso Prof. Teodoro Henrique Maurer Jr., que dedicou à questão um trabalho de peso (Maurer, 1962), o caráter popular do proto-romance se confirma por vários argumentos históricos dos quais alguns são citados a seguir (*a* e *b*); e por algumas características estruturais que teriam em todas as línguas um cunho eminentemente popular (*c* a *f*):

a) Os autores latinos aludiram freqüentemente à existência de uma variedade de língua denominada *rusticitas*, *peregrinitas*, sobre a qual fizeram pesar uma severa sanção, impedindo que suas formas tivessem acesso à escrita; levando em conta o caráter geralmente conservador e aristocrático da literatura latina, Maurer conclui que essas variedades de língua são populares. Ora, a gramática e o vocabulário do proto-romance, tais como resultam da comparação das línguas românicas, apresentam precisamente esses elementos que os escritores latinos discriminavam por sua natureza popular ou rústica: por exemplo, a comparação das línguas românicas leva a supor que no proto-romance os ditongos grafados em latim clássico *æ*, *œ*, *au* se pronunciavam respectivamente [ɛ], [e] e [o] e que o *h* inicial da grafia clássica não era pronunciado. Há depoimentos de escritores latinos que apontam como vulgarismos a pronúncia [kekilius], [pretor], [edus] por [kækilius], [prætor], [hædus]; e a história romana registra a iniciativa demagógica do político Cláudio, que viveu no fim da República e que, ao renunciar a sua condição de patrício para candidatar-se ao cargo de tribuno da plebe, se fez chamar Clódio para que seu nome fosse “mais popular”.

b) Na latinização da România, o elemento plebeu foi preponderante; seria necessário, mesmo *a priori*, admitir que a língua levada à România foi marcadamente popular.

c) A estrutura do proto-romance é mais simples que a do latim culto: é menor o número de declinações, faltam alguns tipos de numerais, é mais reduzido o leque de demonstrativos e indefinidos, empregam-se relativamente poucas negações etc.

d) O proto-romance recorre à expressão analítica das funções e relações sintáticas: o papel dos termos na oração é expresso por preposições ao invés das terminações casuais; empregam-se perífrases com verbos auxiliares para indicar tempo e modo; cria-se uma passiva analítica; generaliza-se o uso de comparativos e superlativos analíticos etc.

e) Recorre-se com mais freqüência a formas concretas e expressivas: maior número de nomes concretos, de artigos e de pronomes; abundante prefixação e sufixação; hipocorísticos que substituem as formas correntes; gemação expressiva etc.

f) O proto-romance tem pouca resistência a termos exóticos: assim, termos gregos como *parabolé* (que deu origem ao port. *palavra*), termos celtas como *bracae* e *bertium* (cp. port. *bragas* e *berço*) e germânicos como *werra* (cp. *guerra*) parecem ter sido incorporados desde cedo ao proto-romance, já que aparecem representados nas principais línguas românicas.

Os argumentos de Maurer mostram, em suma, que o proto-romance foi uma língua vulgar no sentido de língua popular, expressão de camadas sociais que não tiveram acesso à cultura formal e escrita. Não fica excluído que essa variedade pudesse ser falada também pela aristocracia em situações extremamente informais; mas certamente não é essa a característica que a define.

Quanto à relação *latim vulgar/vulgarismos*, ela não chega propriamente a nos representar uma língua: afinal, uma língua é muito mais do que um catálogo de “erros”; mas ela é oportuna por nos lembrar que a variedade culta e o latim vulgar (proto-romance) conviveram num mesmo espaço sociolingüístico, e que suas semelhanças estruturais eram suficientemente grandes para dar margem a interferências que eram vistas como “erros”: só assim os “vulgarismos” poderiam ser encarados como ameaça à pureza da língua literária.

Para esclarecer essa “convivência”, compensa desfazer mais alguns equívocos:

a) Alguns autores deram a entender no passado que o latim vulgar teria surgido da “corrupção” do latim literário, associando

talvez a decadência da literatura latina e a transformação do latim nas línguas românicas: a hipótese é insustentável, porque o latim vulgar se constituiu ao mesmo tempo que o latim clássico, e já se encontrava formado, em seus traços essenciais, quando este atingiu seu apogeu. São provas da antiguidade do latim vulgar:

- a difusão de um grande número de fenômenos vulgares em toda a România, que não seria possível se eles constituíssem características tardias do proto-romance;
- a presença de fenômenos vulgares em fontes escritas do final da República;
- a presença abundante de fenômenos vulgares em autores da fase antiga, por exemplo, Plauto;
- o grande número de arcaísmos na língua vulgar; como era improvável que estes arcaísmos deixassem de existir no latim culto e voltassem em seguida a aparecer na sua "corrupção", deve-se admitir que o latim vulgar já estava constituído quando o latim literário atingiu seu apogeu, sobrevivendo ao lado dele durante alguns séculos.

b) As relações entre o latim clássico e o vulgar foram às vezes falseadas pela crença de que corresponderam respectivamente ao latim escrito e falado, e que o latim literário surgiu por imitação do grego. Essa crença tem um fundo de verdade; de fato o latim vulgar faz raras aparições em textos escritos; mas se revela falsa quando se lembra que o latim literário foi uma língua falada e teve um suporte direto na expressão coloquial da aristocracia romana. Quanto à influência grega na língua literária, ela foi certamente *menor* do que a influência exercida pelo grego sobre o latim vulgar.

Em suma, a grande diferença entre as duas variedades do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico), nem ligada à escrita, senão social. As duas variedades refletem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe.

#### 4.2 Latim vulgar e latim literário na Alta Idade Média

Outra grande diferença é que, ao longo do tempo, o latim literário aparece como uma língua extremamente estável, ao passo que o latim vulgar inova constantemente.

Enquanto o latim literário permanecia relativamente estável como língua da escrita e como a língua falada de todas as situações mais formais, o latim vulgar foi derivando para variedades regionais que, no fim do primeiro milênio, já prefiguravam as atuais línguas românicas. A essas variedades costuma-se chamar "romances". A separação irreversível entre os dois tipos de cultura que se costuma designar pelas expressões *latine loqui* e *romanice loqui* se resolveu, obviamente, em favor dos romances, que acabaram por assumir todas as funções antes reservadas ao latim literário, inclusive as ligadas à escrita; mas, como se pode imaginar, esse foi um processo longo, pontilhado de influências recíprocas e de tentativas de fechar o fosso que se ia cavando entre ambos.

Um exemplo da influência exercida pelo latim vulgar sobre o literário é o número cada vez maior de vulgarismos na língua da literatura. Por outro lado, certas inovações românicas supõem uma influência clássica: é o caso dos chamados "futuros românicos" (*cantarei, cantaré, chanterai, canterò*, construídos com base na perífrase *cantare hayo*, com uma ordem de palavras tipicamente clássica — com base na ordem vulgar, seria de esperar *hayo cantare*). Um exemplo de evolução paralela é a síncope das sílabas *vi, ve* nos perfeitos fracos (*laudasti* por *laudavisti*).

A influência do latim literário no romance se fez sentir sobretudo no período da chamada "Renascença Carolíngia", quando, por efeito de uma profunda revivescência dos estudos latinos, muitas expressões clássicas passaram do latim literário ao francês, sendo adotadas posteriormente pelas línguas românicas do ocidente. Quanto às interferências do vulgar no latim escrito, elas foram cada vez mais numerosas com o passar do tempo, na pena de escritas que pensavam de fato em vulgar, desconhecendo os modelos clássicos, e dominavam o latim de maneira primária. A "Renascença Carolíngia" teve um papel muito importante em mostrar que esse latim tinha muito pouco a ver com o verdadeiro latim literário, criando condições para que os romances começassem a ser utilizadas na escrita.

Como iniciativa de aproximação entre a língua vulgar e o latim culto, pode-se citar a decisão da Igreja, no tempo de São Jerônimo, de redigir em um latim tanto quanto possível popular os textos do Novo Testamento. Essa iniciativa remonta ao tempo em que São Jerônimo (século IV a.C.), a pedido do papa São Dámaso, cuidou da versão da Bíblia conhecida como "Vulgata". O Antigo Testa-



mento havia sido traduzido por São Jerônimo diretamente do hebraico, num latim literário impecável, sem levar em conta as versões anteriores (conhecidas pelo nome de *Itala Vetus*), feitas a partir do grego e evadas de expressões e construções populares. Conta-se que quando São Jerônimo se preparava para traduzir o Novo Testamento, lhe apareceu em sonho um anjo, que o censurava por ser mais ciceroniano do que cristão (“ciceronianus es, non cristianus”). Segundo a tradição, foi esse o motivo pelo qual o texto do Novo Testamento foi decalcado mais diretamente na *Itala Vetus*, apresentando uma linguagem de caráter bem mais popular. Evidentemente, essa tradição reflete uma orientação da Igreja no sentido de aproximar sua linguagem da do povo; é a mesma orientação que se resume nesta frase de um outro grande escritor cristão, muito atento a questões de língua, Santo Agostinho:

*melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi.*  
[antes ser repreendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo].

Para ter uma idéia da (relativa) estabilidade do latim literário em confronto com a mobilidade do romance, compensa comparar essa atitude da Igreja do século IV com a decisão que a mesma Igreja fez valer cinco séculos mais tarde, a partir do Concílio de Tours (813), ordenando que os bispos e diáconos tratassem de traduzir seus sermões para o vulgar para que os fiéis pudessem compreendê-los:

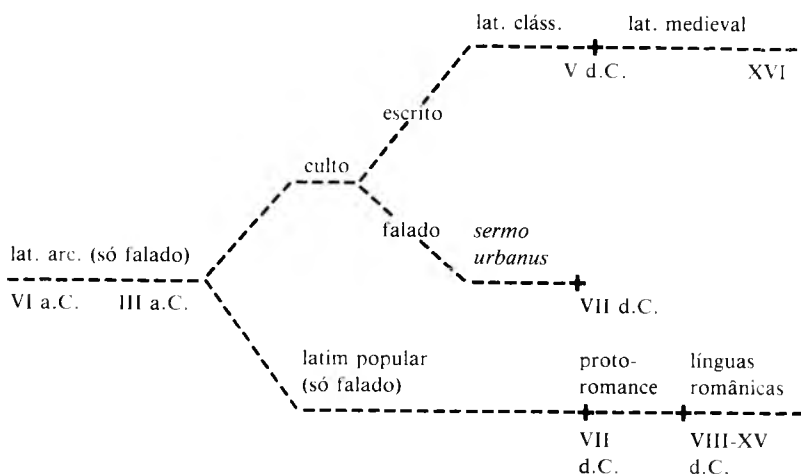
*ut easdem homilias quisque aperte transferre studeat in rusticam romanam linguam aut thiotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere quæ dicuntur.*

[que cada um se aplique em traduzir claramente as mesmas homilias na língua romana rústica ou na germânica, a fim de que todos possam compreender mais facilmente o que se diz].

A decisão do Concílio de Tours tem objetivos semelhantes aos de São Jerônimo e Santo Agostinho: representa uma iniciativa da Igreja em adaptar-se à língua falada, para ser compreendida pelo povo; mas vale ao mesmo tempo pelo reconhecimento de que entre a língua falada e o latim dos textos que serviam de base às homilias, se havia cavado um fosso completamente intransponível. Com esta segunda iniciativa da Igreja, consagra-se um importante avanço dos romances em direção à plenitude de usos lingüísticos.

### 4.3 Variedades de latim e línguas românicas

A título de resumo, será útil visualizar num quadro a cronologia das principais variedades de latim escrito e falado, e suas relações com as línguas românicas:



# 5

## As precárias fontes escritas do proto-romance

---

É incorreto identificar sem maiores ressalvas o proto-romance com o latim falado já que na sociedade romana se falaram também outras variedades de latim; mas é certo que o proto-romance não foi uma língua escrita; desde a formação do latim literário, as pessoas que se propunham a tarefa de escrever, por menor que fosse sua cultura, procuraram fazê-lo usando a variedade culta, reforçando uma tendência de imitar os modelos clássicos que — exceto em ocasiões muito particulares que serão apontadas a seguir — prevaleceu como norma por vários séculos.

O uso consciente dos romances na escrita só ocorreu na última etapa de sua emancipação: costuma-se entender que as línguas românicas nascem quando substituem o latim como línguas escritas, na redação de textos práticos, literários ou de edificação religiosa; mas para começar a escrever conscientemente as línguas faladas de seu tempo os letrados românicos precisaram tomar consciência de que o latim, tal como era escrito, além de não ter mais qualquer contacto com a língua falada, também se havia distanciado irremediavelmente dos modelos clássicos. Aparentemente, isto foi mais um efeito da “Renascença Carolíngia”: com o renascimento dos estudos latinos, ficou claro até que ponto o latim clássico era mal conhecido e até que ponto a língua escrita havia sido permeada de elementos vulgares: a distância entre o latim e a língua falada pôde ser

avaliada de maneira mais exata, abrindo-se espaço para que os vulgares passassem a ser escritos, em épocas que variam de região para região, mas que se localizam perto do fim do primeiro milênio.

As fontes do latim vulgar podem ser enquadradas na seguinte tipologia:

## 5.1 Textos que opõem intencionalmente duas formas de latim

**5.1.1** Mestres de retórica como Cícero e Tertuliano, gramáticos como Varrão e até grandes poetas como Catulo deixaram observações esparsas sobre os “erros” e os hábitos verbais dos indoutos de seu tempo. Às vezes, a referência ao caráter popular ou regional desses “erros” é explícita, como nesta observação de Varrão, onde se opõem a pronúncia vigente em Roma e a pronúncia que prevalecia nas áreas rurais do Lácio:

Latio rure *edus* quod in urbe *hædus*

**5.1.2** Fruto da atividade de um gramático chamado Probo, que deve ter vivido no século III, e lecionado em Roma ou talvez no norte da África, chegou até nós uma lista com mais de 200 erros e respectivas correções. É conhecida como *Appendix Probi* e seus itens são todos da forma

nurus non nura  
socrus non socra  
neptis non nepticla

columna non colomna  
olim non oli  
plebes non plevis

onde a primeira expressão pertence ao latim literário e a segunda é o erro que se trata de corrigir. Como frequentemente acontece com os erros de escolares, muitos desses “erros” nada mais são do que a tradução da forma literária numa variedade discriminada, no caso, o latim vulgar; a lista é suficientemente rica para apontar para certas tendências do latim vulgar que o exame das línguas românicas confirma; por exemplo as seis palavras acima (e muitas outras da lista) confirmam que a quarta declinação se tinha deixado absorver pela primeira e segunda; e exemplificam o uso do diminutivo *-iculus*, *-icula* aliás reduzido a *-iclus*, *-icla*, a passagem de *u* breve a *o*, o enfraquecimento do *m* final, a alternância de *b* intervocálico com *v* etc.

## 5.2 Obras em que o latim vulgar penetra parcialmente

**5.2.1** O latim vulgar penetra parcialmente em algumas obras escritas que chegaram até nós devido à escassa erudição literária de seus autores. Estão neste caso a *Peregrinatio ad Loca Sancta* da monja

Theria (ou Egéria), que remonta ao século V, o tratado de veterinária conhecido como *Mulomedicina Chironis*, várias obras de agricultura, agrimensura etc.

Nesta passagem da *Peregrinatio*, podem-se reconhecer dois traços que antecipam aspectos das línguas românicas: o uso do demonstrativo com valor de artigo e o uso de *habeo* para formar uma locução verbal com valor equivalente ao futuro do pretérito:

Vallis autem ipsa ingens est vallis, iacens subter latus montis Dei, quæ habet forsitan, quantum potuimus videntes æstimare aut ipsi dicebant in longo milia passuum forsitan sedecim, in lato quattuor milia esse appellabant. Ipsam ergo vallem nos traversare habebamus, ut possimus montem ingredi [...] Hæc est autem vallis in qua factus est vitulus, qui locus usque in hodie ostenditur; nam lapis grandis ibi stat in ipso loco. Hæc ergo vallis ipsa est, in cuius capite ille locus est, ubi sanctus Moyses cum pasceret pecora soceri sui iterum locutus est ei Deus de rubo in igne.

[Ora esse vale é um grande vale, que se estende sob o flanco do monte de Deus, que tem talvez pelo que pudemos julgar olhando, ou eles mesmos [os moradores?] diziam, talvez dezesseis mil passos de comprimento; em largura, mencionavam ser quatro mil. Tínhamos pois que atravessar esse vale para que pudéssemos começar a subida ao monte [...] Ora, este é o vale em que foi feito o bezerro [de ouro], o qual lugar é mostrado até hoje, com efeito uma grande lápide está nesse lugar. Esse vale é pois aquele vale, em cujo topo fica aquele lugar onde São Moisés, enquanto apascentava o rebanho de seu sogro, Deus falou a ele pela segunda vez do interior de uma sarça em fogo.]

5.2.2 Escrita por uma das personagens mais refinadas e cultas de seu tempo, o Petronius Arbiter da corte de Nero, a obra *Satyricon* tem entre suas personagens um novo-rico, Trimalquião, que no capítulo “Cena Trimalcionis” oferece uma suntuosa e cafoníssima recepção. Um dos recursos de que Petrônio lança mão para construir essa personagem de novo-rico é seu modo de falar: Trimalquião incorre no uso de *barbarismos*, isto é, formas vulgares, e *hiperurbanismos*, isto é, formas estapafurdiamente cultas, refeitas com o propósito de escapar a uma possível crítica de vulgaridade. (Em versão brasileira do século XX, Trimalquião procuraria passar por uma pessoa de *crasse* e atribuiria aos outros erros *classos*.)

5.2.3 Também foram pessoas extremamente cultas os doutores da Igreja do período patrístico, como Santo Agostinho ou Tertuliano; há vulgarismos em sua extensa obra, que resultam de uma decisão consciente de tornar seus textos mais acessíveis ao povo: é de Santo Agosti-

nho o lema já citado “*melius est nos reprehendant grammatici quam non intelligant populi*” que, como vimos, vale por todo um programa em matéria de política lingüística da Igreja do período patrístico.

### 5.3 Inscrições

**5.3.1** Como seria de esperar, de todas as inscrições latinas (coligidas pela Academia das Ciências de Berlim desde 1863 no *Corpus Inscriptionum Latinarum*), as menos interessantes para o romanista são as oficiais, por sua impermeabilidade ao vulgarismo.

**5.3.2** Em compensação, o hábito romano de rogar pragas aos desafetos (rivais no amor, ladrões, adversários em demandas judiciárias, competidores dos gladiadores preferidos etc.) fez com que chegasse até nós certa quantidade de tabuinhas execratórias (“*defixionum tabellæ*”), textos de intenções mágicas gravados em metal, pedra ou terracota. Estas tabuinhas, evidentemente, são escritas numa linguagem menos cuidada e por isso menos uniforme que as inscrições oficiais, e os vulgarismos são mais numerosos. Eis um exemplo:

Dii iferi vobis comedo si quicua  
sactitates hbetes ac tadro [...] Ticene  
Carisi quodquid acat quod icidat  
omnia in adversa. Dii iferi vobis  
comedo illius membra, colore  
ficura, caput, capilla, umbra, cerebru,  
frute, supercilia, os, nasu,  
metu, bucas, labra verbu, [?]  
[?] iocur, umeros, cor, fulmones,  
itestina, vetre, bracia, dicitos,  
manus, ublicu, visica, femena,  
cenua, crura, talos, planta,  
ticidos,  
dii iferi si ellud videro... tabescete  
vobis sanctu ilud libens ob anuversariu  
facere diebus par  
entibus ilius...  
peculiu tabesca

[Deuses do outro mundo, conto com vocês, se algo de sagrado tendes [?] Ticene de Carísio, o que quer que faça que, para ele, dê tudo errado. Deuses do outro mundo, a vocês entrego as partes do corpo dele, a cor do rosto, a cara, a cabeça, os cabelos, a sombra, o cérebro, a testa, as sobrancelhas, a boca, o nariz,

o queixo, as bochechas, os lábios, a fala, [?]  
 [?] o fígado, os ombros, o coração, os pulmões,  
 os intestinos, o ventre, os braços, os dedos,  
 as mãos, o umbigo, a bexiga, as coxas,  
 os joelhos, as pernas, os calcanhares, a planta dos pés  
 (os dedos?)

Deuses do outro mundo, se tudo isso eu vir [...]

5.3.3 Entre as inscrições, apresentam um interesse particular os *graffiti* de Pompéia: como se sabe, a cidade de Pompéia foi soterrada no ano 79 de nossa era por uma nuvem de cinzas expelida pelo Vesúvio, que a cobriu sem porém destruí-la. Assim, Pompéia preservou-se intacta até hoje. Entre outros dados de importantíssimo valor documental sobre a vida antiga, foram preservados os *graffiti* de suas paredes. As inscrições parietais de Pompéia são bastante numerosas e diversificadas, pelo hábito dos seus habitantes de todas as idades de rabiscarem as paredes com carvão. O nível de língua dos *graffiti* pompeianos varia bastante: esta inscrição zomba do próprio hábito de rabiscar paredes numa linguagem impecavelmente literária.

Admiror, paries, te non cecidisse ruinis  
 Quí tot scriptorum tædia sustineas.

[Admira-me, parede, que não tenhas desabado,  
 tu que agüentas os fastios de tantos escritores.]

Esta outra mostra dois traços típicos do latim vulgar: a queda da desinência *-t* na terceira pessoa do singular dos verbos de modo finito, e a evolução do hiato *ea* para *ia*:

Quisquis ama valia, peria qui noscit amare.

[Viva quem ama, morra quem não sabe amar.]

5.3.4 Cabe lembrar, finalmente, as inscrições cristãs, freqüentemente inscrições tumulares, como esta que damos a seguir, a título de exemplo, em que as terminações casuais do nominativo e acusativo se aplicam a sintagmas nominais em aposição:

Anastasia et Laurentia, puellas Dei, quas nos precesserunt in sonum pacis.

[Anastásia e Lourença, filhas de Deus, que nos precederam no sono da paz.]

#### 5.4 Termos latinos vulgares transmitidos por empréstimo às línguas não-românicas vizinhas

As línguas periféricas não-românicas receberam em todos os tempos a título de empréstimo palavras latinas que, uma vez incor-

poradas ao seu léxico e adaptadas à sua morfologia, sofreram uma evolução fonética paralela à das palavras da nova língua. Frequentemente essas palavras conservaram, mais fielmente do que nas línguas românicas, a forma da palavra latina da época em que ocorreu o empréstimo; por exemplo, no antigo alto-alemão *kelic* e no alemão moderno *Kelk* se preserva fielmente a pronúncia velar das duas ocorrências de *c* na palavra latina *calicem*; conhecendo-se a história das línguas não-romanas, é possível chegar a conjecturas verossímeis sobre a fonética da palavra latina que passou a elas por empréstimo.

As línguas mais importantes como fontes do latim vulgar, pelos empréstimos recebidos, são: o gótico, o alto-alemão, os dialetos berberes da África, o grego e o albanês.

As várias fontes do latim vulgar não têm a mesma importância; em geral, valem a este respeito as observações a seguir:

a) As referências dos gramáticos e os glossários remetem a fenômenos localizados no tempo e no espaço, e não refletem necessariamente uma realidade pan-românica: por exemplo, o *Appendix Probi* traz muitas formas “erradas” que não passaram para nenhuma das línguas românicas.

b) As inscrições apresentam a vantagem da melhor conservação, e, às vezes (como no caso dos *graffiti* de Pompéia), de uma data quase exata; contudo, escritas num latim que se esforçava por ser literário, comportam aberrações e incongruências que não poderiam ser explicadas sempre pela influência da língua vulgar.

c) Nas obras literárias, o latim vulgar constitui a parte menos volumosa, ao passo que o texto, em seu conjunto, segue geralmente os padrões literários tradicionais. Assim, a *Vulgata*, a despeito do título, tem uma estrutura morfológica irrepreensível do ponto de vista do latim literário.

d) Os empréstimos conservam, às vezes mais fielmente do que as línguas românicas, a forma falada do latim vulgar. Lamentavelmente, limitam-se a palavras, o que permite inferir apenas características lexicais, morfológicas e fonéticas do latim vulgar.

Um uso indiscriminado dessas fontes poderia levar a uma reconstrução fragmentária e contraditória. Daí a necessidade de criticar as observações que essas fontes sugerem à luz do método histórico-comparativo: encaradas como o latim vulgar que não morreu, mas simplesmente se modificou no tempo e no espaço, as línguas românicas são, em suma, a fonte mais ampla de que dispomos acerca do latim vulgar.



**Documento: As primeiras 50 glosas do *Appendix Probi***

- porphireticum marmor non purpureticum marmor  
 tolonium non toloneum  
 speculum non specum  
 masculus non masclus  
 5 vetulus non veclus  
 vitulus non vieclus  
 vernaculus non vernaclus  
 articulus non articlus  
 baculus non vaclus  
 10 angulus non anglus  
 iugulus non iuglus  
 calcostegis non calcosteis  
 septizonium non septizodium  
 vacua non vaqua  
 15 vacui non vaqui  
 cultellum non cuntellum  
 Marsias non Marsuas  
 + cannelam non canianus  
 Hercules non Herculens  
 20 columna non colomna  
 pecten non pectinis  
 aquæductus non aquiductus  
 cithara non citera  
 crista non crysta  
 25 formica non furmica  
 musivum non mus(e)um  
 exequiæ non execiæ  
 gyrus non girus  
 avus non aus  
 30 miles non milex  
 sobrius non suber  
 figulus non figel  
 masculus non mascel  
 lanius non laneo  
 35 iuvenus non iuvenelus  
 barbarus non barbar  
 equus non ecus  
 coqus non cocus  
 coquens non cocens  
 40 coqui non coci  
 acere non acrum  
 pauper mulier non paupera mulier  
 carcer non car < car >  
 bravium non brabium  
 45 pancarpus non parcarpus  
 Theophilus non Izophilus  
 homofagium non monofagium  
 Byzacenus non Bizacinus  
 Capse(n)sis non Capsessis  
 50 Catulus non Catellus

# 6

## Características fonológicas do latim vulgar

---

### 6.1 Acentuação e vocalismo

#### 6.1.1 As vogais do latim vulgar depois da perda da duração

##### a) A perda da duração

O latim clássico apresentava cinco vogais, a saber *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, sendo que cada uma dessas vogais podia ser pronunciada com duração longa ou breve. A duração era, no caso, uma característica fonológica, ou seja, capaz de distinguir palavras e morfemas gramaticais: por esse traço pertinente das vogais, o latim literário distinguia, por exemplo, *populum* (*o* breve) = *povo* e *pōpulum* (*o* longo) = *choupo*, *os* (*o* breve) = *osso* e *ōs* (*o* longo) = *rosto*; *lūto* (*u* longo) = *amarelo*, e *luto* (*u* breve) = *lodo*. Até o momento em que o latim literário e o latim vulgar se separaram, as diferenças entre essas palavras eram exclusivamente de duração, ou seja, as vogais tônicas de *populum*-choupo e *populum*-povo eram exatamente iguais quanto a timbre, ponto de articulação, altura, arredondamento etc., o mesmo acontecendo com as vogais de *os/os*, *lutum/lutum* etc.

Vários testemunhos de autores antigos, e sobretudo o exame das línguas românicas, levam à conclusão de que, no latim vulgar,

às diferenças de duração foram-se associando diferenças de abertura que acabaram, num segundo momento, suplantando as primeiras. Mais exatamente, deve ter havido um momento em que a sílaba tônica de *populus*-povo, mantendo sua duração breve, foi pronunciada também mais aberta que a sílaba tônica de *populus*-choupo; num segundo momento, desapareceu a diferença de duração, e suas funções distintivas passaram a ser desempenhadas pela abertura. Por um processo análogo, perdeu-se a duração das demais vogais.

b) Os três sistemas vocálicos da România

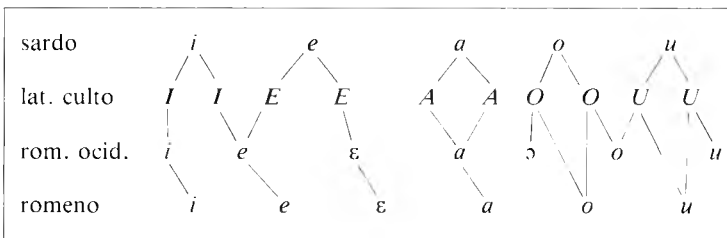
A reorganização do sistema vocálico decorrente da perda da duração se completou de maneiras um tanto diferentes nos vários pontos do território românico, resultando três sistemas vocálicos que se distribuem em três áreas distintas:

1ª) Na região que abrange a Ibéria, a Gália, a Récia e a Dalmácia (i) o *a* longo e o *a* breve identificaram-se; (ii) o *i* breve identificou-se na pronúncia com o *e* longo, ao passo que (iii) o *u* breve tornou-se indistinto do *o* longo, do que resultou um sistema de sete vogais.

2ª) Dos rearranjos acima, apenas os dois primeiros ocorreram na Dácia, ao passo que o *o* longo e o *u* breve permaneceram distintos. Disso resultou um sistema de oito vogais.

3ª) Finalmente, na Sardenha as vogais longas assimilaram-se às breves correspondentes, resultando um sistema de cinco vogais apenas.

Em outras palavras, o exame do vocalismo românico leva a distinguir tratamentos distintos dados ao sistema das vogais latinas, no que se afigura como um primeiro grande desmembramento de domínios lingüísticos:



Eis alguns exemplos:

latim cláss.	sardo	romeno	francês	espanhol	português
<i>i</i> vinea	vinza	vie	vigne	viña	vinha
<i>i</i> vir(i)de	birde	verde	vert	verde	verde
<i>e</i> stella	isteddu	stea	étoile	estrella	estrela
<i>e</i> ferru	ferru	fer	fer	hierro	ferro
<i>a</i> mare	mare	mare	mer	mar	mar
passu	passu	pas	pas	paso	passo
<i>o</i> rota	roda	roata	roue	rueda	roda
<i>o</i> tota	totta	toata	toute	toda	toda
<i>u</i> gula	gula	gura	gueule	gola	gola
<i>u</i> luna	luna	luna	lune	luna	lua

### c) Alterações na natureza do acento

Paralelamente à perda da quantidade, desapareceu em latim vulgar o acento tonal do latim literário que foi suplantado pelo acento “tônico”, ou seja, o acento de intensidade tal como o conhecem hoje as línguas românicas.

Como se sabe, a posição do acento de palavra era determinada em latim culto pela quantidade da penúltima sílaba: as palavras do latim clássico são paroxítonas quando a penúltima sílaba é longa e proparoxítonas quando a penúltima sílaba é breve.

O acento de intensidade do latim vulgar recai normalmente na mesma sílaba que era portadora do acento tonal do latim culto; há contudo deslocamentos em três situações principais:

1ª) “positio debilis”  
ex. lat. cláss. *íntegru*

lat. vulg. *intégru*  
cp. port. *inteiro*, fr. *entier*, it. *intero* etc.

[a vogal está em posição fraca quando é seguida de oclusiva + *r*.]

2ª) casos de recomposição  
ex. lat. cláss. *cóntinet*

lat. vulg. *contínet*  
cp. port. *contém*, fr. *contient*, it. *contiene*

[no processo de recomposição, recupera-se a acentuação da palavra simples, o que equivale a deslocar o acento dos afixos para o radical, ou seja, *cóntinet* é reanalisado em *cum + ténet*, prevalecendo a acentuação da forma simples *ténet*.]

3ª) hiatos formados por <i>i, e</i> + vogal ex. lat. cláss. <i>muliere</i>	lat. vulg. <i>muliere</i> cp. port. <i>mulher</i> , it. <i>mogliera</i> , sar. <i>muzére</i> etc.
--	---

#### d) Posição átona e posição tônica

Com o desenvolvimento do acento de intensidade, as modificações sofridas pelas vogais no desenvolvimento do latim vulgar e na formação das línguas românicas estiveram intimamente ligadas à qualidade tônica ou átona das próprias vogais. A este respeito, registram-se duas tendências fundamentais:

1ª) De um lado, o inventário dos fonemas vocálicos tende a reduzir-se quando se compara a posição tônica com a posição átona. Assim, os três sistemas vocálicos que atribuímos ao ocidente, à Sardenha e à Dácia se mantêm completos apenas em posição tônica, ao passo que tendem a contrair-se em posição átona.

Um dos exemplos dessa redução, no ocidente, é a perda da distinção fonêmica entre os vários timbres de *e* e *o*:

<i>e</i> breve			<i>terrenu</i>	>	port. <i>terreno</i>
<i>e</i> longo	/E/	cp.	<i>securus</i>	>	port. <i>seguro</i>
<i>i</i> breve			<i>plicare</i>	>	port. <i>chegar</i>
<i>o</i> breve			<i>operare</i>	>	port. <i>obrar</i>
<i>o</i> longo	/O/	cp.	<i>coperare</i>	>	port. <i>cobrar</i>
<i>u</i> breve			<i>lucrare</i>	>	port. <i>lograr</i>

2ª) De outro lado, há uma certa tendência de as vogais átonas caírem, tanto em posição pré-tônica como pós-tônica, como atestam as línguas românicas e, neste caso, a terceira glosa do *Appendix Probi*,

*speculum non speclum*,

permite inferir que a forma corrente (e errada segundo Probo) era *speclum*, precisamente aquela que se exige para chegar “regularmente” ao port. *espelho*, esp. *espejo*, it. *specchio* etc.

Muitas “formas divergentes” presentes nas línguas românicas (lembre-se que se fala em formas divergentes sempre que temos duas palavras derivadas de um mesmo étimo latino, uma por via popular, via latim vulgar e outra por via erudita, isto é, recriada pela iniciativa de algum “humanista” a partir do latim literário) conservam as feições diferentes que uma mesma palavra assumiu em latim culto e em latim popular: completa e proparoxítona na variedade culta, sincopada e paroxítona na vulgar. Vejam-se, a título de exemplo, estes pares do português:

<i>óculo(s)</i>	<i>olho(s)</i>
<i>artículo</i>	<i>artelho</i>
<i>partícula</i>	<i>partilha</i>
<i>coágulo</i>	<i>coalho</i>

e) As métricas românicas: tonicidade e rima

Com a perda da quantidade vocálica, desaparece obviamente a possibilidade de uma poesia baseada na duração das sílabas, como foi a poesia do latim literário. A métrica românica recorrerá, ao invés disso, a uma contagem de sílabas que se faz até a última sílaba tônica, e a uma distribuição estratégica dos acentos tônicos no verso. A rima, que pareceu numa certa época tão intrinsecamente associada à noção de poesia, aparece inicialmente nos cânticos cristãos como um recurso mnemônico.

### 6.1.2 Os ditongos

O latim clássico tem três ditongos de origem latina — *æ*, *au*, *œ* — aos quais se acrescenta um quarto de origem grega: *eu*. No latim vulgar esses quatro ditongos aparecem geralmente reduzidos a uma única vogal, com uma resistência maior para *au*:

lat. cláss.	<i>cælu</i>	lat. vulg.	<i>cɛlu</i>
	<i>quærit</i>		<i>querit</i>
	<i>pœna</i>		<i>pena</i>
	<i>auricula</i>		<i>oricla</i>
	<i>tauru</i>		<i>towro</i> ( <i>u</i> -semivogal)

Novos ditongos aparecem pela queda de consoantes intervocálicas, ou pela vocalização de consoantes, como se vê comparando as duas conjugações regulares do perfeito do indicativo, e em numerosos casos de transposição de sons:

lat. cláss.	<i>amavi</i>	lat. vulg.	<i>amaj</i>
	<i>amavit</i>		<i>amawt</i>
	<i>ianuariu</i>		<i>janajru</i> (com duas ocorrências de <i>i</i> -semivogal)

### 6.1.3 Os hiatos

Dos numerosos hiatos do latim clássico, aos formados por vogais iguais corresponde geralmente em latim vulgar uma única vogal: *coorte* > *corte*, *mihi* > *mi*, *nihil* > *nil*, *mortuus* > *mortus*.

Onde o latim clássico tem hiatos formados por *e, i* + vogal ou *o, u* + vogal, o latim vulgar semiconsonantiza a primeira vogal, surgindo o *i-semivogal* e o *u-semivogal*

lat. cláss.	<i>cave-a, line-a</i> <i>foli-a</i> ( <i>i</i> em hiato)	lat. vulg.	<i>cavja, linja</i> <i>folja</i> ( <i>i</i> -semivogal, em ditongo)
	<i>coagulare</i>		<i>kwagulare</i>

## 6.2 As consoantes do latim vulgar

### 6.2.1 O sistema consonantal do latim clássico

O sistema consonantal do latim clássico compunha-se de 17 consoantes, incluídas as duas semivogais *j* e *w* e a aspirada *h*. Quanto às suas propriedades articulatórias, esses 17 sons se relacionavam conforme indicado no quadro abaixo:

	bil.	l. dent.	dent. a.	pal.	vel.	uvul.
oclus. surdas	<i>p</i>	<i>t</i>			<i>k, kw*</i>	
oclus. sonoras	<i>b</i>	<i>d</i>			<i>g, gw*</i>	
nasais	<i>m</i>	<i>n</i>				
laterais		<i>l</i>				
vibrantes		<i>r</i>				
fric. surdas	<i>f</i>	<i>s</i>				<i>h</i>
fric. sonoras						
semivogais	<i>w</i>			<i>j</i>		

\* grafados *qu* e *gu*, respectivamente, são consoantes labiovelares.

Na origem, deve ter sido esse o sistema das consoantes do latim vulgar; com o tempo, porém, o latim vulgar introduziu nesse sistema várias alterações, geralmente determinadas pelo “entorno” em que as próprias consoantes eram usadas. Nos próximos parágrafos, procuraremos acompanhar a evolução do sistema consonantal em duas etapas. A primeira dessas etapas, a que chamaremos de “período latino”, vai *grosso modo* até o final do Império, quando a România ainda se conservava unida. Ao falar desse período, estaremos considerando inovações que afetaram, ao menos como tendências, o latim vulgar como um todo, em contraste com o latim clássico. Em resumo,

essas tendências resultam, para o latim vulgar, num quadro consonantal que explora mais amplamente o trecho anterior da cavidade bucal, renunciando a grande variedade de consoantes anteriores que entrarão em contraste fonológico nas línguas românicas. Eis o quadro resultante:

	bil.	l. dent.	dent. a.	pal.	vel.	uvul.
oclus. surdas	<i>p</i>		<i>t</i>		<i>k</i>	
oclus. sonoras	<i>b</i>		<i>d</i>		<i>g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>			
laterais			<i>l</i>			
vibrantes			<i>r</i>			
fric. surdas		<i>f</i>	<i>s</i>			
fric. sonoras		<i>v</i>				
semivogais	<i>w</i>			<i>j</i>		

A segunda etapa, que chamaremos como é de hábito “período românico”, começa com a queda do Império Romano no século V d.C., e o conseqüente desmembramento da România numa série de domínios lingüísticos mais ou menos estanques. Nesse período, surgem em maior número as inovações independentes, que levarão, com o passar do tempo, aos sistemas consonantais das línguas românicas, tais como as conhecemos hoje.

### 6.2.2 Consoantes simples

São estes, em resumo, os principais pontos de contraste entre o consonantismo clássico e o vulgar, afetando consoantes simples:

- a) a palatalização das velares antes de vogais anteriores;
- b) a perda do apêndice labial nas labiovelares;
- c) a africação da labial sonora *b*;
- d) o desenvolvimento de uma consoante palatal, a partir do *i-semivogal*;
- e) a transformação do *u-semivogal* em consoante bilabial sonora;
- f) o desaparecimento da aspirada *h*;
- g) o abrandamento das consoantes surdas intervocálicas;
- h) a queda freqüente das consoantes finais.



## a) A palatalização das velares

Período latino: os sons que a escrita representava pelos sinais *c* e *g* correspondiam em latim clássico a uma pronúncia velar, quer diante de *a*, *o*, *u*, quer diante das vogais anteriores *i* e *e* (em outras palavras, a letra *c* representava a mesma pronúncia em *Cato*, *cen-sor*, *Cicero*, *Caesar* etc., e analogamente para *g* em *Gaius*, *gens*, *regina*, *pagus* etc.). Em latim vulgar, a pronúncia das velares passou a palatal diante das vogais anteriores:

$k(e,i) > kj(e,i)$   
 $g(e,i) > gj(e,i)$

Período românico: *kj* (*e*, *i*) teve evolução diferenciada conforme a região: (i) na Sardenha, parece ter havido um retrocesso, desaparecendo seu caráter palatal; (ii) nas outras regiões da România surgiu uma africada *tʃ*, que se manteve na România oriental (aí incluída a Itália do sul e centro); no ocidente, *tʃ* evoluiu para *ts* e posteriormente para *s*. Quanto a *gj* (*e*, *i*) — não só o *gj* que derivava de um antigo *g*, mas também o que derivava de um antigo *i-semivogal* — teve uma evolução análoga, que levou ao desenvolvimento de uma fricativa no ocidente e de uma africada no oriente. O quadro abaixo mostra o desenvolvimento da primeira dessas velares nas línguas românicas.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
* <i>cinque</i> [ <i>quinque</i> ]	<i>chimbe</i> [k]	<i>cinci</i> [tʃ]	<i>cinque</i> [tʃ]	<i>cing</i> [s]	<i>cinco</i> [θ]	<i>cinco</i> [s]
<i>cera</i>	<i>chera</i> [k]	<i>ceara</i> [tʃ]	<i>cera</i> [tʃ]	<i>cire</i> [s]	<i>cera</i> [θ]	<i>cera</i> [s]
<i>carru</i>	<i>carru</i>	<i>car</i>	<i>carro</i>	<i>char</i> [ʃ]	<i>carro</i>	<i>carro</i>
<i>colore</i>	<i>colore</i>	<i>culoare</i>	<i>colore</i>	<i>couleur</i>	<i>color</i>	<i>cor</i>

## b) A perda do apêndice labial nas labiovelares

Período latino: as labiovelares (*qu*, *gu*) passam a velares ou palatais antes de *o*, de *u* e de *i-semivogal*. Mantém-se o apêndice labiovelar antes de *e*, *i* e *a*.

Período românico: o apêndice labial tende a cair também nestes últimos entornos, mas como fenómeno tardio. Preserva-se o apêndice labial em algumas regiões.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>quale</i>	<i>cale</i> [k]	<i>care</i> [k]	<i>quale</i> [kw]	<i>quel</i> [k]	<i>cual</i> [kw]	<i>qual</i> [kw]
<i>quomodo</i>			<i>come</i>	<i>comme</i>	<i>como</i>	<i>como</i>
* <i>cinque</i> [quinque]	<i>chimbe</i> [b]	<i>cinci</i> [tʃ]	<i>cinque</i> [kw]	<i>cinq</i>	<i>cinco</i>	<i>cinco</i>
<i>quere</i> [querit]	<i>chere</i> [k]	<i>cere</i> [tʃ]	<i>chiede</i> [kje]	<i>quiert</i> [kjɛ]	<i>quiere</i> [kje]	<i>quer</i> [kɛ]

### c) A africacão da labial sonora

Período latino: *b* passa a *v* em posição intervocálica, ao passo que se mantém em posição inicial.

Período românico: o processo estaciona na maioria das línguas românicas, mas no sardo e no romeno o *v* intervocálico se vocaliza e em seguida cai.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>caballu</i>	<i>caddu</i>	<i>cal</i>	<i>cavallo</i> [v]	<i>cheval</i> [v]	<i>caballo</i> [β]	<i>cavalo</i>
<i>probare</i>			<i>provare</i> [v]	<i>prouver</i> [v]	<i>probar</i> [β]	<i>provar</i>

### d) O desenvolvimento de uma consoante palatal, a partir do *i-semivogal*

Período latino: o *i-semivogal* adquire uma pronúncia acentuadamente palatal, confundindo-se na pronúncia com o *g(e, i)*.

Período românico: resultam as mesmas três situações descritas acima para *g(e, i)*: a palatalização involui no sardo, que conserva

a semivogal; na România oriental desenvolve-se uma africada  $d_3$ ; na România ocidental chega-se a uma fricativa.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>iugu</i>	<i>juu</i> [j]	<i>jug</i> [d <sub>3</sub> ]	<i>giogo</i> [d <sub>3</sub> ]	<i>joug</i> [ʃ]	<i>vugo</i> [j]	<i>jugo</i> [ʃ]

#### e) A transformação do *u-semivogal*

Período latino: a partir do *u-semivogal*, desenvolve-se a fricativa labiodental *v*, que o latim clássico desconhecia. Em alguns entornos, o mais importante dos quais é o sufixo *-ivu*, esse *v* cai em seguida.

Período românico: o tratamento de *v* (< *u*) é análogo ao tratamento de *v* em posição medial.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>vinu</i> [vinu] [v] [u]	<i>vinu</i> [b]	<i>vin</i> [v]	<i>vino</i> [v]	<i>vin</i> [v]	<i>vino</i> [β]	<i>vinho</i> [v]

#### f) A queda do *h*

Período latino: o *h* desapareceu sem deixar vestígios. A letra *h*, presente às vezes na escrita das línguas românicas, tem um caráter de diacrítico ou representa uma reconstituição erudita; de fato nada ficou da aspiração que os latinos grafavam *h*. O chamado “*h* aspirado” do francês, que aliás hoje em dia não é mais aspirado, é de origem germânica e não latina.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>erba</i> [herba] <i>omene</i> [homine]	<i>erba</i>  <i>omine</i>	<i>iarba</i>  <i>hom</i>	<i>erba</i>  <i>uomo</i>	<i>herbe</i>  <i>homme</i>	<i>yerba</i>  <i>hombre</i>	<i>erva</i>  <i>homem</i>
[note-se que o <i>h</i> não é pronunciado nesses exemplos]						

## g) Sonorização das oclusivas surdas intervocálicas

Período latino: no ocidente da România, começa a afirmar-se a tendência a sonorizar as oclusivas surdas intervocálicas, determinando a cisão da România em dois grandes domínios dialetais.

O processo continua no período românico, levando em certos casos à formação de fricativas ou à queda completa da consoante.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>jocat</i> <i>ripa</i> <i>maturu</i>	<i>maduru</i>	<i>joaca</i>	<i>giuoca</i> <i>ripa</i> <i>maturu</i>	<i>joue</i> <i>rive</i> <i>mur</i>	<i>juega</i> <i>riba</i> <i>maduro</i>	<i>joga</i> <i>riba</i> <i>maduro</i>

## h) Queda das consoantes finais

Período latino: cai o *m* final, exceto nos monossilabos: *hominem* > *omene* mas *cum* > *com*; cai o *n* final (*lumen* > *lume*); dá-se a metátese do *r* final (*quattuor* > *quattro*); regionalmente, cai o *t* das terminações de terceira pessoa. O *s* final mantém-se.

Período românico: a inovação mais importante é a queda do *s* na Itália e na Romênia.

## 6.2.3 Consoantes “geminadas”

Em latim clássico, grafavam-se como geminadas as consoantes que se pronunciavam prolongando a fase de intensão. O limite de sílaba passava então entre a intensão e a distensão da consoante longa, do que resultava a impressão de duas consoantes.

Período latino: o latim vulgar manteve certamente a distinção entre as geminadas e as simples correspondentes; a prova é que as inovações afetando consoantes isoladas que descrevemos acima não se aplicam às consoantes longas; por outro lado, em todos os ambientes onde é relevante a distinção entre sílabas travadas e sílabas livres, a sílaba que precede consoante geminada comporta-se como sílaba travada.

Período românico: posteriormente, porém, todas as línguas românicas do ocidente, e além delas o romeno, simplificaram as consoantes duplas. Assim, a geminção é hoje um traço característico apenas do italiano e do sardo. Em algumas línguas, algumas gemina-

das recebem um tratamento peculiar: é o caso do sardo, onde *-ll-* passa a *-dd-*; do espanhol, onde de *-ll-* e *-nn-* se desenvolvem consoantes palatais; do romeno, onde *-ll-* passa a *l* e em seguida a *j*.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>stuppa</i> cp. <i>lupu</i>	<i>istuppa</i>		<i>stoppa</i>	<i>etoupe</i>	<i>estopa</i>	<i>estopa</i>
<i>vacca</i> × <i>cecu</i> [ <i>caecus</i> ] × <i>seccu</i> [ <i>siccu</i> ]	<i>bacca</i>	<i>lup</i> <i>vaca</i>   <i>sec</i>	<i>lupo</i> <i>vacca</i>   <i>secco</i>	<i>loup</i> <i>vache</i>   <i>sec</i>	<i>lobo</i> [β] <i>vaca</i>   <i>seco</i>	<i>lobo</i> [b] <i>vaca</i>   <i>seco</i>

#### 6.2.4 Grupos consonantais

As principais inovações afetam:

- grupos iniciais de *s + (c, t ou p)*;
- grupos de consoante + *l*;
- grupos de consoante + *j* (< *i* em hiato);
- grupos de consoante mais dental.

a) Grupos iniciais de *s + c, t, p*

Período latino: palavras nessas condições como *spata* (espada), *spiritu* (espírito) desenvolvem um *i* protético, que passa geralmente a *e*.

Período românico: o *e* cai no romeno e no sardo; em italiano, permanece a possibilidade de antepor um *i* protético a palavras desse tipo depois de uma palavra terminada em consoante: it. *a scuola* mas *in iscuola*.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>iscribere</i> [ <i>scribere</i> ]	<i>iscrie</i>	<i>scrie</i>	<i>scrivere</i> mas <i>per</i> <i>iscritto</i>	<i>écrire</i>	<i>escribir</i>	<i>escrever</i>

## b) Grupos de consoante + l

Período latino: os grupos *pl*, *cl*, *tl*, *fl* (em posição inicial ou medial, cp. *plicare* (*chegar*), *clamare* (*chamar*), *vetlu* (*velho*), *flamma* (*chama*)) devem ter sido pronunciados desde o período latino com forte palatalização da consoante inicial do grupo ou do próprio *l*.

Período românico: progride a palatalização do grupo, que resultará no desenvolvimento de uma semivogal anterior ou de uma fricativa palatal, exceto em francês.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>clamat</i>	<i>giama</i> [dʒa]	<i>chiama</i> [kja]	<i>chiam</i> [kja]	<i>claime</i>	<i>llama</i> [λ]	<i>chama</i>
<i>plenu</i>	<i>pienu</i>		<i>pieno</i>	<i>plein</i>	<i>lleno</i>	<i>cheio</i>
<i>veclu</i> [vetulu]		<i>vechi</i> [k]	<i>vecchio</i> [kkjo]	<i>vieil</i>	<i>viejo</i> [x]	<i>velho</i>
<i>flamma</i>	<i>fiamma</i>		<i>fiamma</i>	<i>flame</i>	<i>llama</i>	<i>chama</i>

## c) Grupos de consoante + j

Período latino: *tj*, *kj*, *dj*, *gj*, *lj*, *nj* e provavelmente também *pj*, *bj*, *vj*, *mj* e *sj* passam a uma pronúncia palatal.

Período românico: vários fenômenos de assibilação e desenvolvimento de fricativas e africadas palatais.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>minatia</i>			<i>minaccia</i> [tʃ]	<i>menace</i> [s]	<i>menaza</i> [θ]	<i>ameaça</i> [s]
<i>iuniu</i>			<i>giugno</i> [n]	<i>juin</i>	<i>junio</i>	<i>junho</i>
<i>diurnu</i>			<i>giorno</i> [dʒ]	<i>jour</i> [ʒ]		
<i>folia</i>	<i>fozza</i>	<i>foaie</i> [fwaje]	<i>foglia</i> [λ]	<i>feuille</i> [j]	<i>hoja</i> [x]	<i>folha</i> [λ]
<i>fortia</i>	<i>forza</i> [ts]		<i>forza</i> [ts]	<i>force</i> [s]	<i>fuerza</i> [θ]	<i>força</i>

d) Grupos em que a segunda consoante é uma dental: *pt*, *ps*, *ct*, *cs*, *gn*, *mn*, *rs*, *ns*

Período latino: esses grupos tendem a desfazer-se pela perda da consoante inicial, que se assimila à segunda, se vocaliza ou cai.

Período românico: vários tratamentos.

lat. vulg. [cláss.]	sardo	rom.	it.	fr.	esp.	port.
<i>fructa</i>		<i>frupt</i>	<i>frutta</i> [tt]	<i>fruit</i>	<i>fruta</i>	<i>fruta</i>
<i>strictu</i>			<i>stretto</i> [tt]	<i>etroit</i>	<i>estrecho</i> [tʃ]	<i>estreiro</i>
<i>derectu</i> <i>septe</i>	<i>derettu</i> <i>sette</i>	<i>drept</i> <i>sapte</i>	<i>diretto</i> <i>sette</i>	<i>droit</i> <i>sept</i>	<i>derecho</i> <i>siete</i>	<i>direito</i> <i>sete</i>

### Documento: Os sistemas fonêmicos em algumas línguas românicas

Ao final deste sexto capítulo, no qual confrontamos o vocalismo e o consonantismo do latim vulgar com o do latim clássico, e antecipamos as principais direções de sua evolução românica, propomos ao leitor que considere os quadros a seguir, representando as vogais e as consoantes que entram em oposição fonológica em cinco línguas românicas. Embora esses quadros não correspondam à mesma época tratada no capítulo que precede (eles se referem a variedades *standard* das línguas tais como são faladas hoje), sua leitura não deveria apresentar problemas.

(1) PORTUGUÊS	fechadas	anteriores	centrais	posteriores
	semifechadas	<i>i, ī</i>		<i>u, ū</i>
	semi-abertas	<i>e, ē</i>	<i>ɛ</i>	<i>ɔ</i>
	abertas		<i>a, ā</i>	
(2) ESPANHOL	fechadas	anteriores	centrais	posteriores
	semifechadas	<i>i</i>		<i>u</i>
	semi-abertas	<i>e</i>		<i>o</i>
	abertas		<i>a</i>	
(3) FRANCÊS	fechadas	anteriores	centrais	posteriores
	semifechadas	<i>i, y</i>		<i>u</i>
	semi-abertas	<i>e, ɔ</i>		<i>o, ɔ̄</i>
	abertas	<i>ɛ, œ, ē, œ̄</i>	<i>ɛ̄</i>	<i>ɔ̄</i> <i>a, ā</i>

(4) ITALIANO		anteriores	centrais	posteriores
	fechadas	<i>i</i>		<i>u</i>
	semifechadas	<i>e</i>		<i>o</i>
	semi-abertas		$\varepsilon$	$\circ$
	abertas		<i>a</i>	
(5) ROMENO		anteriores	centrais	posteriores
	fechadas	<i>i</i>	<i>i</i>	<i>u, i</i>
	semifechadas	<i>e</i>	$\circ$	<i>o</i>
	semi-abertas			
	abertas		<i>a</i>	

PORTUGUÊS	bil.	l. dent.	dent. a.	pal. a.	pal.	vel.	uvul.
oclusivas	<i>p, b</i>		<i>t, d</i>			<i>k, g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>		$\tilde{n}$		
laterais			<i>l</i>		$\lambda$		
vibrantes			<i>r<sup>l</sup></i>				<i>R<sup>l</sup></i>
monovibrantes			<i>r<sup>h</sup></i>				
fricativas		<i>f, v</i>	<i>s, z</i>	<i>f, ʒ</i>			<i>X<sup>l</sup></i>
semivogais	<i>w</i>				<i>j</i>		
ESPAÑHOL	bil.	l. dent.	dent. a.	pal. a.	pal.	vel.	uvul.
oclusivas	<i>p, b</i>		<i>t, d</i>		<i>tʃ</i>	<i>k, g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>		$\tilde{n}$		
laterais			<i>l</i>		$\lambda$		
vibrantes			<i>r</i>				
monovibrantes			<i>r</i>				
fricativas		<i>f</i>	<i>s, θ</i>			<i>x</i>	
semivogais	<i>w</i>				<i>j</i>		
FRANÇÊS	bil.	l. dent.	dent. a.	pal. a.	pal.	vel.	uvul.
oclusivas	<i>p, b</i>		<i>t, d</i>			<i>k, g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>		$\tilde{n}$		
laterais			<i>l</i>				
vibrantes							<i>R</i>
monovibrantes							
fricativas	<i>f, v</i>		<i>s, z</i>	<i>f, ʒ</i>			
semivogais	<i>w, y</i>				<i>j</i>		



ITALIANO <sup>2</sup>	bil.	l. dent.	dent. a.	pal. a.	pal.	vel.	uvul.
oclusivas	<i>p, b</i>		<i>t, d</i> <i>ts, dz</i>		<i>tʃ, dʒ</i>	<i>k, g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>		<i>ɲ</i>		
laterais			<i>l</i>		<i>ʎ</i>		
vibrantes			<i>r</i>				
monovibrantes							
fricativas		<i>f, v</i>	<i>s, z</i>	<i>f</i>			
semivogais	<i>w</i>				<i>j</i>		
ROMENO	bil.	l. dent.	dent. a.	pal. a.	pal.	vel.	uvul.
oclusivas	<i>p, b</i>		<i>t, d, ts</i>		<i>tʃ, dʒ</i>	<i>k, g</i>	
nasais	<i>m</i>		<i>n</i>				
laterais			<i>l</i>				
vibrantes			<i>r</i>				
monovibrantes							
fricativas		<i>f, v</i>	<i>s, z</i>	<i>f, ʒ</i>		<i>x</i>	
semivogais	<i>w</i>				<i>j, ə</i>		

<sup>1</sup> Em português opõem-se fonologicamente um erre monovibrante /r/ e um erre "forte" cuja realização típica é, conforme a norma, uma vibrante alveodental [r], uma vibrante uvular [R] ou uma fricativa uvular [X].

<sup>2</sup> As consoantes italianas que aparecem geminadas na escrita têm, efetivamente, uma pronúncia diferente das simples correspondentes (ex. *caro* e *carro*). Porém a geminação se dá sempre no limite de sílaba, pertencendo as duas consoantes a sílabas sucessivas. Não há necessidade, nesse caso, de falar de fonemas distintos.

# 7

## Características morfológicas do latim vulgar

---

### 7.1 A morfologia dos nomes

Uma característica notável do latim clássico era a riqueza de sua morfologia nominal, caracterizada pela presença de declinações, pela existência de três gêneros gramaticais (masculino, feminino e neutro) e pela formação de comparativos e superlativos sintéticos para os adjetivos.

#### 7.1.1 A perda das declinações

Por “declinações” entendem-se antes de mais nada cinco paradigmas de desinências nominais, exemplificados geralmente nas gramáticas escolares latinas por palavras como

- (1) *rosa, rosæ; agricola, agricolæ*
- (2) *dominus, domini; templum, templi*
- (3) *dux, ducis; civis, civis; cor, cordis*
- (4) *lacus, lacus; cornu, cornus*
- (5) *dies, diei*

O que distinguia as cinco declinações era a vogal final do tema; assim, a primeira compreendia nomes com tema em *-a*, a segunda compreendia nomes com tema em *-o* e os nomes da terceira deviam

ser analisados pelos falantes do latim como tendo tema em *-e*, embora a terceira declinação se compusesse, historicamente, de nomes com tema em *-i* ou em consoante; *-u* e *-e* eram, respectivamente, as vogais temáticas da quarta e quinta declinações.

Todo substantivo latino compartilhava suas terminações com uma ou outra daquelas palavras, sendo que no final do período republicano as três primeiras classes eram efetivamente as mais numerosas, e as que continuavam recebendo palavras recém-formadas; os adjetivos declinavam-se pela primeira e segunda declinações (tipo *bonus, bona, bonum*), ou pela terceira (tipo *fortis, forte*).

Em cada um desses paradigmas, os substantivos e adjetivos latinos dispunham de terminações chamadas “casos”, especialmente apropriadas para indicar a função que desempenhavam na frase. Os casos do latim clássico eram seis:

- o nominativo, que identificava o sujeito das orações com verbo em forma finita;
- o genitivo, caso do nome dependente de outro nome;
- o dativo, que identificava o objeto indireto, ou mais exatamente o indivíduo beneficiado (prejudicado) pela ação descrita no predicado;
- o acusativo, caso do objeto direto, do lugar tomado como ponto final de um movimento e do tempo encarado como duração;
- o vocativo; e
- o ablativo, caso da maioria dos adjuntos adverbiais (meio, causa, instrumento etc.), do lugar em que se desenrola uma ação, e do lugar de onde parte um movimento.

Graças ao recurso dos casos, era possível marcar as principais funções sintáticas na frase latina sem recorrer à ordem das palavras e sem lançar mão de preposições; por exemplo, as frases (1) e (2) abaixo, onde a terminação *-em* de *civem* identifica inequivocamente essa palavra como objeto direto, são equivalentes entre si e têm como tradução a frase portuguesa (3):

- (1) *Dux civem respicit.*
- (2) *Civem dux respicit.*
- (3) *O general vê o cidadão.*

Para significar “o cidadão vê o general” as palavras que compõem aquelas frases latinas precisariam adotar outras terminações:

- (4) *Civis duces respicit.*

O latim vulgar deve ter compartilhado esses traços morfológicos com o latim clássico, pelo menos na fase das origens; mas,

enquanto o latim clássico os conservou inalterados durante toda a sua história, o latim vulgar os fez passar por simplificações radicais. Eis as principais simplificações:

a) Praticamente desapareceram a 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> declinações, cujos vocábulos foram incorporados às três primeiras. Uma tendência nesse sentido atuava também em latim clássico, onde alguns nomes da 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> declinações (como *exercitus, us; senatus, us* e *plebes, ei*) eram esporadicamente declinados na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> (*exercitus, i; senatus, i; plebs, plebis*). Mas o latim vulgar levou essa tendência às últimas conseqüências, “refazendo” todos os nomes das duas últimas declinações, ora diretamente, ora mediante sufixos que as enquadravam numa das declinações “vivas”. Vejam-se por exemplo estas formas do italiano:

- *mani* (“mãos”) não poderia derivar de nenhuma das formas plurais de *manus, us*, da 4.<sup>a</sup> declinação. É preciso supor que essa palavra “emigrou” para a 2.<sup>a</sup> declinação, adotando a terminação *-i* do nominativo plural;
- *quercia* (“carvalho”) não poderia derivar de *quercus, us*; deve-se supor ao contrário que a palavra, talvez através da expressão composta *arbor quercea*, passou a *quercea*, e foi tratada daí em diante como uma palavra da 1.<sup>a</sup> declinação.

b) Perderam-se as oposições casuais. Os casos, enquanto marcas formais da função sintática dos nomes, só poderiam subsistir, evidentemente, enquanto constituíssem um sistema de oposições, com clareza nas distinções de forma e com um mapeamento claro das funções em formas determinadas.

Na realidade, o sistema de casos não teve esse caráter exato nem mesmo em latim clássico: é sabido que as terminações casuais do latim clássico eram freqüentemente ambíguas, por exemplo, *-æ* aparecia na 1.<sup>a</sup> declinação como dativo singular, genitivo singular e nominativo plural; *-o* aparecia na 2.<sup>a</sup> declinação como dativo e ablativo singular; em *-um* terminavam o acusativo singular da 2.<sup>a</sup> declinação e o genitivo plural da 3.<sup>a</sup>, para citar apenas algumas das incongruências mais importantes. Além disso, algumas funções podiam ser expressas por mais de um caso: “mandar uma carta a um amigo” dir-se-ia *litteras mittere ad amicum* (adotando a construção dos verbos de movimento) ou *litteras mittere amico* (representando o amigo como um beneficiário).

Em latim vulgar, confundiram-se certos casos: o nominativo com o vocativo; o acusativo com o ablativo; o genitivo com o dativo.

A primeira dessas três fusões já estava praticamente consumada quando o latim clássico e o vulgar começaram a divergir: o vocativo só tinha forma própria, distinta do nominativo, para os nomes masculinos da 2ª declinação, e foi facilmente absorvido pelo nominativo.

Para a segunda fusão, deve ter contribuído a existência antiga de preposições que se utilizavam com ambos os casos, e mais ainda a evolução fonética, em particular a queda do *-m* final e a passagem de *u* breve a *o*: por causa dessas mudanças fonéticas, os nomes passavam a ter a mesma terminação no ablativo e acusativo singulares, que se confundiram.

Finalmente, o dativo parece ter sido usado pelo genitivo no papel de adjunto adnominal, por uma espécie de cruzamento de duas construções de larga tradição:

*magistro est liber*

dat. v. nom.

(“o livro é do mestre”, cp. o francês “le livre est au professeur”);

*liber magistri*

gen.

(“o livro do mestre”).

Como resultado dessas três fusões, o latim vulgar utilizou um sistema de casos em que se opunham o nominativo, o acusativo e um terceiro caso composto por aquilo que restava dos antigos genitivo e dativo. A existência de um sistema de três casos é confirmada pelo exame das fontes epigráficas e dos sistemas pronominais das línguas românicas: nestes, o que sobrevive dos pronomes latinos são precisamente as formas do nominativo, do acusativo e do genitivo-dativo, o que faz pensar que a oposição entre essas três formas sobreviveu em latim vulgar.

### 7.1.2 Reinterpretação dos paradigmas de declinação como expressão do gênero

A par desse processo de redução, firmou-se a tendência para interpretar como femininos os substantivos que se declinavam pela 1ª declinação, e como masculinos os que se declinavam pela 2ª. Em outras palavras, sobre o tipo *dominus* (masculino, 2ª declinação) / *domina* (feminino, 2ª declinação) ou *bonus/bona*, definiu-se um procedimento morfológico para indicar diferença de gênero que ainda é produtivo nas línguas românicas (cp. em port. o tipo

*lobo/lobo* com base no qual se definiu a forma de palavras bem mais recentes, como *brasileiro/brasileira*, *jagunço/jagunça*, *candango/candanga*).

Quanto à 3ª declinação, que compreendia nomes masculinos, femininos e neutros, permaneceu como uma classe de nomes com tema em *-e*, cujo gênero não podia ser inferido da terminação; até hoje as línguas românicas têm uma classe de nomes com essa característica: *ponte*, feminino em port., não se distingue na forma de *monte*, masculino, e o adjetivo *forte* não muda de forma ao mudar de gênero. Antecipando a discordância que se observa hoje entre as línguas românicas quanto ao gênero de muitas palavras derivadas da 3ª declinação, muitas devem ter sido as flutuações nessa classe; e freqüentemente se resolveram os problemas causados pela indefinição de gênero construindo para as palavras em questão algum termo cognato com forma inequivocamente masculina ou feminina; por exemplo, ao contrário do latim clássico que indicava através da palavra *canis* tanto o cão quanto a cadela, o latim vulgar especializou *canis* como forma de masculino, e utilizou no feminino os cognatos *cania* e *catella* (na origem: “cachorrinha”), que apresentavam a terminação *-a* própria da 1ª declinação.

### 7.1.3 Desaparecimento do neutro

Outra singularidade da morfologia clássica que se perdeu em latim vulgar é o neutro, enquanto gênero gramatical distinto do masculino e do feminino. Para a perda do gênero neutro deve ter contribuído o fato de que sua distinção formal dos substantivos masculinos e femininos era precária.

Em latim vulgar, os substantivos neutros acabaram geralmente absorvidos pelos masculinos da mesma declinação (cp. port. esp. *templ(i)os*, com a terminação *-os* dos acusativos plurais da 2ª declinação); às vezes, houve mudança de declinação, como no caso dos neutros em *-us*, *oris* da 3ª declinação, que passaram para a 2ª (*pectus*, *pectoris* foi assimilado aos substantivos masculinos da 2ª declinação, daí as formas que essa palavra assume no plural, nas línguas românicas: port. *peitos*, esp. *pechos*, fr. ant. *pits*, it. *petti*).

Resta, porém, na maioria das línguas românicas, um vestígio importante da terminação *-a*, característica do nominativo e acusativo plural dos neutros latinos em todas as declinações; com efeito, essa terminação foi freqüentemente reinterpretada como um femi-

nino singular, às vezes com o traço “coletivo” ou “não contável”. É por esse motivo que o português tem hoje formas divergentes como

*braço* (do sing. latino *brachium*) “parte do corpo”

e

*braça* (do plur. latino *brachia*) “medida de comprimento”

ou como

*lenho* (de *lignum*) “substância vegetal que compõe a madeira”

e

*lenha* (de *ligna*) significando a mesma madeira encarada como material que serve para queimar.

A perda do gênero neutro afetou de maneira curiosa um aspecto do vocabulário latino que é às vezes apontado como um caso exemplar de aplicação lógica dos gêneros gramaticais: em latim clássico, os nomes de árvore eram todos femininos e os nomes de frutos todos neutros. Com o desaparecimento dos neutros, os nomes de frutos passaram a femininos ex. *pira* por *pirum*, *mala* por *malum* etc., de acordo com a tendência já mencionada para incorporar os neutros plurais como nomes coletivos à 1ª declinação; os nomes de árvore passaram então a masculinos: *pirus*, *malus* etc. No período românico, muitas línguas optaram por refazer os nomes de árvore a partir dos nomes de frutos, mediante sufixos (*[arборе]* *pirarii/ piraria* > fr. *poirier*, port. *pereira*).

Essas vicissitudes do *-a* dos neutros plurais mostram bem como um morfema de natureza gramatical pode, ao longo do tempo, tornar-se parte integrante do radical de uma palavra. Mas o *-a* dos neutros como marca de plural sobrevive em algumas línguas, por exemplo o italiano, onde o plural de *braccio* é *braccia*, o de *osso* é *ossa* etc.

#### 7.1.4 O grau dos adjetivos

No tocante aos chamados “graus do adjetivo”, a principal inovação foi o abandono dos processos de formação sintéticos (normal *altus*, comparativo *altior*, superlativo *altissimus*), que foram substituídos por perífrases com *magis* ou *plus* para o comparativo e *multum* para o superlativo.

Bem mais tarde, por influência do latim culto, algumas línguas românicas conseguiram recuperar formas de comparativos e

superlativos como *melhor* e *ótimo*: trata-se de casos isolados, que não chegam a contradizer o caráter essencialmente analítico do grau do adjetivo no latim vulgar e nas línguas românicas.

## 7.2 Os pronomes

Na classe dos pronomes pessoais, a inovação mais importante foi a criação de um pronome de terceira pessoa com base no demonstrativo *ille*.

A busca de uma expressão afetiva parece ter banalizado o uso dos pronomes no nominativo, que no latim clássico seriam dispensados a não ser no caso de ênfase no sujeito. Com o dativo e o acusativo, o nominativo completa a declinação dessa classe de palavras.

Foram estas, segundo Maurer Jr., as formas pronominais do latim vulgar:

		nominativo	gen./dat.	acusativo
singular	1ª pessoa	<i>eo</i>	<i>mi/mihi</i>	<i>me</i>
	2ª pessoa	<i>tu</i>	<i>ti/tibi</i>	<i>te</i>
	3ª p. masc.	<i>ille(illi)</i>	<i>[il]lui/[il]li</i>	<i>[il]lum</i>
	3ª p. fem.	<i>illa</i>	<i>[il]læi/[il]li</i>	<i>[il]lam</i>
	3ª p. neut.	<i>illud</i>		<i>illud</i>
reflexivo	3ª pessoa	<i>si</i>	<i>si/sibi</i>	<i>se</i>
plural	1ª pessoa	<i>nos</i>	<i>nos/nobis</i>	<i>nos</i>
	2ª pessoa	<i>vos</i>	<i>vos/vobis</i>	<i>vos</i>
	3ª p. masc.	<i>illi</i>	<i>[il]lis e [il]lorum</i>	<i>illos</i>
	3ª p. fem.	<i>illæ</i>	<i>[il]lis e [il]lorum</i>	<i>illas</i>
	3ª p. neut.	<i>illa</i>		<i>[la]</i>



Dos pronomes relativos, a língua vulgar conservou o principal, *qui*, com uma declinação também reduzida. Consumou-se na língua vulgar a identificação com *qui* do interrogativo *quis*.

No tocante aos possessivos, além de algumas alterações de forma (*voster* por *vester*, por exemplo), cabe observar a ocorrência de *illorum* ao lado de *suus*, como possessivo da terceira pessoa do plural (cp. o fr. *son livre, leur livre*).

No capítulo dos demonstrativos, mantém-se a distinção entre “próximo ao falante”, “próximo ao ouvinte” e “afastado tanto do falante quanto do ouvinte”. Todavia essa distinção, que se expressava em latim clássico pelo uso em oposição de *hic, iste e ille*, passa a ser expressa por *iste* (reinterpretado como demonstrativo da primeira pessoa), *ipse* (que deixa de ser um indefinido de realce, e se torna um demonstrativo de segunda pessoa) e *ille* (demonstrativo de terceira pessoa).

Deve ter-se generalizado na língua vulgar o hábito de antepor aos demonstrativos partículas de reforço como *accu-* ou *eccu-*, que são equivalentes aproximados de “eis”, “aí está”.

A partir dos mesmos demonstrativos, desenvolve-se a classe dos artigos definidos, que era desconhecida do latim clássico; suas formas foram inicialmente as mesmas dos demonstrativos, mas no uso como artigos o valor de ostensão típico dos demonstrativos aparece atenuado.

Dos numerais clássicos, perderam-se os distributivos e os fracionários, subsistindo apenas os cardinais e alguns ordinais mais frequentes.

Por fim, na classe dos indefinidos, nota-se o desaparecimento da maioria dos compostos de *quis* (*quilibet, quivis, quidam, quispiam, quicumque*), de *uter* e todos os seus compostos; de *nemo, nihil, omnis, tot e quot* (para citar apenas os mais importantes). Essas perdas foram em parte compensadas pela criação de novos indefinidos, ou pela extensão do sentido dos já existentes.

Eis alguns exemplos:

a) *totus* assume, além de seu sentido original, a função de expressar a totalidade numérica, antes reservada a *omnis*: daí a duplicidade de uso de seus derivados românicos: *toute la France, tous les français, tous les jours*.

b) *alter*, empregado originariamente para falar de um indivíduo distinto num universo de dois (a outra mão de uma pessoa, a outra margem do rio), passa a indicar um indivíduo distinto num universo com qualquer número (*uma outra casa, um outro lugar*) — função antes reservada a *alius*.

c) *cata*, preposição grega utilizada de início nos textos bíblicos, dá origem a um indefinido com sentido distributivo (cp. port. *cada*).

d) *unus* assume, além de seu papel de numeral, também as funções de pronome/adjetivo indefinido; com *nec*, forma *nec unus* (“nem um”), que substitui o antigo indefinido negativo, *nullus*. Pela combinação de *unus* com outras palavras, chega-se a *quisqu'unus*, *cataunus* etc.

e) generalizando-se o hábito de reforçar a idéia de identidade por meio do sufixo *-met* mais o antigo indefinido *ipse*, aparecem construções como

*egomet ipse* (eu próprio em pessoa)

*patremet ipse* (o próprio pai em pessoa).

Logo, porém, as locuções são reanalisadas em *ego metipse*, *patre metipse* e as duas expressões de reforço são vistas como formando uma única palavra, o adjetivo *metipse* que, colocado no superlativo, vira *metipsissimum* ou *metipsimum*. É o antepassado de port. *mesmo*, esp. *mismo*, fr. *même*, it. *medesimo*.

Os exemplos dados até aqui deveriam servir para uma idéia inicial da gramática do latim vulgar no tocante à flexão dos nomes. Aqui, mais do que nunca, essa idéia inicial é precária: para um estudo menos limitado, veja-se a “Bibliografia”.

### 7.3 A morfologia do verbo

O verbo do latim clássico era uma palavra particularmente rica, dotada de uma grande variedade de desinências, o que levou a considerá-lo como uma espécie de “palavra por excelência” (em latim, uma única palavra, *verbum* significava simultaneamente “palavra” e “verbo”).

Seguindo a estratégia de apresentação adotada na maioria das gramáticas escolares, as principais características morfológicas do verbo em latim clássico podem ser resumidas como segue:

a) Todo verbo latino não defectivo comportava três temas: o “tema do presente”, o “tema do perfeito” e o “tema do supino” (nos dicionários, que habitualmente apresentam o verbo latino registrando cinco de suas formas, por exemplo “*laudo, laudas, laudavi, laudatum, laudare*” ou “*laudo, laudas, laudare, laudavi, laudatum*”, o tema do perfeito é tipicamente representado pela forma que termina em *-i*, e o do supino pela forma que termina em *-um*; as demais formas referem-se ao tema do presente).

b) Para os tempos derivados do tema do presente, havia quatro conjugações regulares, sendo reconhecíveis os verbos que pertenciam a cada uma pelo confronto das duas primeiras pessoas do presente do indicativo e do infinitivo presente:

1ª conjugação: como *laudo, laudas, laudare*

2ª conjugação: como *deleo, deles, delere*

3ª conjugação: como *duco, ducis, ducere* ou como *facio, facis, facere*

4ª conjugação: como *audio, audis, audire*.

Subjacente ao confronto, o fator de distinção das conjugações latinas é a vogal temática: respectivamente *-a- -e- longo, -e- breve, -i-*.

c) Associados a sufixos modo-temporais e desinências número-pessoais específicas, os temas do presente e do perfeito davam origem na voz ativa a um número alentado de formas estritamente verbais e a um número menor de formas "nominais" (nomes e adjetivos verbais); do tema do supino derivavam algumas formas nominais, como se discrimina no quadro a seguir:

tema do pres.	indicativo	presente:	<i>duco, ducis</i> etc.
		imperfeito:	<i>ducebam, ducebas</i> etc.
		futuro:	<i>ducam, duces</i> etc.
	subjuntivo	presente:	<i>ducam, ducas</i> etc.
		imperfeito:	<i>ducerem, duceres</i> etc.
	imperativo	presente:	<i>duc, ducite</i>
infinitivo	futuro:	<i>ducto, ducto</i> etc.	
	presente:	<i>ducere*</i>	
	gerúndio:	<i>ducendi, ducendo</i> etc.*	
particípio	presente:	<i>ducens, ducentis</i> etc.*	
	indicativo	perfeito:	<i>duxi, duxisti</i> etc.
		mais-que-perfeito	<i>duxeram, duxeras</i> etc.
futuro perfeito:		<i>duxero, duxeris</i> etc.	
subjuntivo	perfeito:	<i>duxerim, duxeris</i> etc.	
	mais-que-perfeito	<i>duxissem, duxisses</i> etc.	
infinito	perfeito:	<i>duxisse*</i>	
tema do supino	supino:	<i>ductum*</i>	
	particípio futuro ativo:	<i>ducturus, a, um*</i>	
[o asterisco identifica as formas nominais].			

d) Todas as vozes do quadro acima eram “sintéticas”, isto é, construídas apenas por meio de sufixos e desinências, sem recorrer a verbos auxiliares: ao contrário do que ocorre hoje com as línguas românicas, as vozes passivas correspondentes ao tema do presente eram também “sintéticas”. As vozes passivas formavam assim uma espécie de “conjugação paralela”, com desinências próprias:

*ducor, duceris* etc. (sou conduzido...)  
*ducebar, ducebaris* etc. (eras conduzido...)  
*ducar, duceris* etc. (serei conduzido...)  
*ducar, ducaris* etc. (que eu seja conduzido...)  
*ducerer, ducereris* etc. (que eu fosse conduzido)  
*ducere, ducemini* (sê conduzido...)  
*duci* (ser conduzido).

e) Por fim, havia um grupo considerável de verbos chamados “depoentes” com forma passiva e significação ativa: *morior* = eu morro, *proficiscor* = eu parto etc.

As principais inovações da morfologia verbal vulgar, em confronto com o latim literário, são as seguintes:

- as vozes derivadas do tema do perfeito, que indicavam ação acabada em latim literário, foram reinterpretadas como indicando passado;
- alguns verbos mudaram de conjugação em relação ao latim clássico;
- com exceção da primeira, as conjugações tradicionais chegaram a uma espécie de petrificação, deixando de formar-se nelas verbos novos; essa situação foi parcialmente compensada pela criação de uma nova conjugação, baseada na forma de um conjunto de verbos que em latim literário tinham sentido incoativo.
- perdeu-se a passiva sintética, compensada por uma passiva analítica baseada principalmente no verbo *sum*;
- desapareceram os verbos depoentes, assimilados aos ativos da mesma conjugação;
- desapareceram vários tempos do indicativo, subjuntivo e imperativo, e várias formas nominais;
- regionalmente, verbos importantes como *esse, ire* e outros perderam algumas de suas formas tornando-se defectivos; as formas faltantes foram buscadas às vezes em outros verbos de sentido próximo, por um recurso que é conhecido em morfologia como “supletividade”;
- determinadas formas verbais evoluíram foneticamente de modo peculiar, até certo ponto distinto do que se poderia prever a partir apenas dos sons envolvidos.

Algumas dessas mudanças justificam um comentário mais detalhado.

### 7.3.1 Mudanças de conjugação

O latim vulgar conjugou às vezes certos radicais verbais em conjugações diferentes das atestadas para o latim clássico; eis alguns exemplos:

- conjugados na 1<sup>a</sup> conjugação: *fidare* por *fidere*
- conjugados na 2<sup>a</sup> conjugação: *cadere* por *cádere*, *potere* por *posse*, *sapere* por *sapere*
- conjugados na 3<sup>a</sup> conjugação: *respondere* por *respondere*, *ridere* por *ridere*
- conjugados na 4<sup>a</sup> conjugação: *fugire* por *fúgere*.

Algumas dessas “mudanças” de conjugação prevaleceram apenas em determinadas regiões da România; *cipio* passa à 4<sup>a</sup> conjugação na Itália, e para a 2<sup>a</sup> na Ibéria: cp. esp. port. *caber* e it. *capire*; *tenere* passa a *tenire* apenas na Gália etc.

### 7.3.2 O desenvolvimento de uma nova conjugação, baseada nos verbos incoativos

Às vezes, a mudança de conjugação foi o resultado da criação de um verbo novo, numa das conjugações “vivas”. Foi provavelmente esse o caso do já citado *fidare*, “confiar”, que não precisa ser uma evolução de *fidere*, já que poderia ter derivado, independentemente, do adjetivo *fidus*, *a*, *um*, “de confiança”.

Muitos verbos novos foram criados por meio de sufixos; aliás, os sufixos *-esco* e *-isco*, que formavam verbos incoativos a partir de nomes (tipo *tabesco*, “ficar podre” a partir de *tabes*, “podridão”), forneceram o paradigma para a criação de um contingente extremamente numeroso de verbos novos. Na Ibéria, os infixos *-esc* e *-isc* permaneceram como parte do radical de um verbo da 2<sup>a</sup> conjugação (indicativo presente: *floresço*, *floresces*, *floresce*, *florescemos*, *floresceis*, *florescem*; indicativo imperfeito: eu *florescia* etc., infinitivo: *florescer*); na Gália, Itália e Dácia foram interpretados como parte de certas desinências, determinando o aparecimento de uma nova conjugação extremamente dinâmica quanto à criação de novos verbos (é a chamada “segunda conjugação” do francês: indi-

cativo presente: *je finis, tu finis, il finit, nous finissons, vous finissez, ils finissent*; indicativo imperfeito: *je finissais, tu finissais* etc.; infinitivo: *finir*).

### 7.3.3 Desaparecimento de tempos e formas

Em contraste com a grande variedade de vozes verbais que constituíam a conjugação do latim clássico, o latim vulgar teve um quadro de tempos relativamente limitado.

Informalmente, pode-se registrar que:

a) Dos seis tempos que compunham o indicativo em latim clássico, apenas o presente, o imperfeito e o perfeito sobreviveram em todas as línguas românicas. Do futuro restam apenas alguns vestígios insignificantes (esp. *eres*, segunda pessoa do singular do presente do indicativo de *ser*, remonta provavelmente ao futuro latino *eris*); é que, na língua vulgar, o futuro sintético foi suplantado por perífrases baseadas em *habeo* ou *volo* (expressando compromisso, obrigação) + o infinitivo, e essas perífrases, em que o auxiliar aparecia em segundo lugar e variava em pessoa e número, acabaram, aos poucos, sendo interpretadas como “tempo”. Desapareceu também o futuro perfeito, provavelmente prejudicado pela semelhança com o perfeito do subjuntivo; quanto ao mais-que-perfeito, somente a Ibéria o conservou: “e se mais mundo *houvera* lá *chegara*”.

b) Dos tempos do subjuntivo, conservou-se o presente, e desapareceu por completo o perfeito (alguns autores acham que do perfeito do subjuntivo latino poderia derivar o futuro do subjuntivo do português); quanto ao imperfeito e ao mais-que-perfeito, parece que, com a perda da oposição de aspecto, se confundiram; prevaleceu por toda parte a forma do mais-que-perfeito (se eu *soubesse*), exceto na Sardenha. Num de seus usos mais freqüentes, como verbo da oração principal no período hipotético, o mais-que-perfeito do subjuntivo sofreu aliás a concorrência de uma perífrase análoga à que substituiu o futuro do indicativo: *habebam* (*habui*) + infinitivo; essa perífrase estava destinada a transformar-se no “condicional”.

c) No imperativo, as formas do futuro eram de pouco uso mesmo na língua literária, e a língua vulgar não as conheceu.

### 7.3.4 Reinterpretação dos tempos do *perfectum*

Para marcar o contraste entre os tempos derivados do tema do presente e os derivados do tema do perfeito, as gramáticas latinas

falam às vezes em dois “sistemas de tempos” denominados respectivamente *infectum* e *perfectum*. Com essa terminologia, quer-se chamar a atenção para o fato de que a oposição entre os tempos do presente e os do perfeito não foi originariamente de caráter temporal, mas aspectual: “*infectum*” significa (ação) inacabada, (ação) ainda em desenvolvimento; “*perfectum*” significa ao contrário (ação) que se completou, (ação) completamente acabada. Já que qualquer ação pode ser representada como acabada ou como inacabada tanto no presente como no passado ou no futuro, chega-se logicamente, nas orações independentes, a um quadro de seis possibilidades, ou seja, a seis tempos (no sentido do inglês *tenses*):

	<b>ação acabada</b>	<b>ação inacabada</b>
no presente	perfeito	presente
no passado	mais-que-perfeito	imperfeito
no futuro	futuro perfeito	futuro simples

Olhando por esta perspectiva, percebe-se que os valores primitivos dos tempos verbais latinos eram um tanto diferentes do que sugerem suas traduções românicas. O sentido exato de *vixit* (apesar da tradução portuguesa “viveu”) era “o indivíduo apontado pelo sujeito da oração completou a ação de viver” ou “ele viveu até o fim” (portanto: morreu); a primeira leitura era aspectual, isto é, a ação não era representada como passada, mas como acabada no momento da fala.

Em latim vulgar, a distinção de aspecto expressa pela oposição entre os dois sistemas de formas se perdeu, e os tempos (*tenses*) que ficaram foram reinterpretados como localizando ações no tempo (*time*), ou seja, definindo relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre o momento de fala, o momento em que a ação expressa pelo predicado se concretiza, e (eventualmente) um terceiro momento, tomado como ponto de referência e evocado por elementos do contexto.

A perda da distinção de aspecto ajuda a explicar por que certas formas se tornaram dispensáveis, como no caso já citado do subjuntivo imperfeito e mais-que-perfeito.

### 7.3.5 Casos de supletividade

Dentre as inúmeras vicissitudes por que passou a conjugação verbal no latim vulgar e no romance primitivo, gostaríamos de ilustrar ainda um fenômeno que, se não é propriamente comum, afeta ainda assim verbos com uso extremamente freqüente: o amálgama numa única conjugação do que eram historicamente dois ou três verbos diferentes.

Um amálgama deste tipo está na base do port. e esp. *ser* em cuja conjugação se confundem formas dos verbos latinos *esse*, e *sedere* (na origem “sentar”); analogamente, o paradigma do fr. *aller* compõe formas derivadas de *ire*, *ambitare* e *vadere*.

Explica-se assim a exasperante irregularidade de alguns dos verbos mais usados das línguas românicas modernas, o que não impede que em outros casos a irregularidade tenha origem na conjugação irregular de um único verbo.

### 7.4 As palavras invariáveis

Na classe dos advérbios, parece que o latim vulgar perdeu os recursos morfológicos que permitiam formar advérbios de modo a partir de adjetivos; na realidade, a maneira mais típica de expressar essa circunstância parece ter sido por algum tempo o uso do adjetivo, na forma neutra e depois masculina.

A maioria das línguas românicas conhecem advérbios formados pelo sufixo *-mente* (*serenamente*, *de boa mente*): com certeza, trata-se da mesma palavra *mente*, usada de início com o sentido de “intenção”, “disposição”, com o propósito de formar um adjunto de modo. Mas ao que tudo indica, o desenvolvimento desse tipo de advérbio é recente nessas línguas.

A grande novidade do latim vulgar, em matéria de palavras invariáveis, fica por conta das conjunções: é, salvo engano, a perda das adversativas antigas (*sed*, *at*, *autem*), em cujo lugar aparece o advérbio *magis*. *Magis* é o antepassado das adversativas românicas (*mas*, *mais*, *ma*) e é também o antepassado do advérbio que expressa a comparação de superioridade nas línguas ibéricas: *mais* e *más*: o estudo das condições que permitiram que o advérbio *magis* assumisse o papel de conjunção adversativa é um dos capítulos mais fascinantes do que se poderia chamar “pragmática histórica” das línguas românicas.



## Documento: A conjugação em latim clássico e vulgar

Adotando uma linha de exposição mais rigorosa que a utilizada no capítulo que precede, podem-se registrar as principais diferenças entre o latim literário e o vulgar:

a) tendo em mente que a todas as vozes do verbo clássico subjazia um mesmo formato, a saber,

[radical + vogal temática] tema + [sufixo MT + sufixo NP]

onde os temas são 3 (do presente, do perfeito e do supino), e as vogais temáticas são 4: *a*, *e* longo, *e* breve e *i*;

b) lembrando os sufixos modo-temporais e os de pessoa e número;

c) apontando as lacunas do latim vulgar em confronto com o latim literário.

São as informações veiculadas nos quadros I, II e III a seguir:

QUADRO I: SUFIXO DE NÚMERO E PESSOA, VOZ ATIVA

	latim clássico	latim vulgar
1. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>o/m</i>	<i>o/m</i>
2. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>s</i>	<i>s</i>
3. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>t</i>	<i>t</i>
1. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>mus</i>	<i>mus</i>
2. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>tis</i>	<i>tis</i>
3. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>nt</i>	<i>nt</i>

QUADRO II: SUFIXOS DE NÚMERO E PESSOA, VOZ PASSIVA

	latim clássico	latim vulgar
1. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>r</i>	estes SNPs desapareceram, substituídos por perífrases compostas por <i>sum</i> + participio passado
2. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>ris</i>	
3. <sup>a</sup> pessoa sing.	<i>tur</i>	
1. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>mur</i>	
2. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>mini</i>	
3. <sup>a</sup> pessoa plur.	<i>ntur</i>	

## QUADRO III: SUFISXOS MODO-TEMPORAIS

	latim literário	latim vulgar
Tema do presente		
(1) pr <sub>i</sub>	tp + <i>θ</i> + SNP	— tp + <i>θ</i> + SNP
(2) pr <sub>s</sub>	tp + <i>e</i> + SNP (I) tp + <i>a</i> + SNP (II-IV)	— tp + <i>e</i> + SNP (I)
(3) im <sub>i</sub>	tp + <i>ba</i> + SNP	— tp + <i>ba</i> + SNP
(4) im <sub>s</sub>	tp + <i>re</i> + SNP	— desapareceu, substituído por mqpe <sub>s</sub>
(5) Fu <sub>i</sub>	tp + <i>bo</i> / tp + <i>bi</i> + SNP (I-II) tp + <i>am</i> / tp + <i>e</i> + SNP (III-IV)	— desapareceu, substituído por pr <sub>i</sub> de <i>habere</i> + IN
(6) IM	tp (2. <sup>a</sup> pessoa sing.) tp + <i>te</i> (2. <sup>a</sup> pessoa plur.)	— tp (2. <sup>a</sup> pessoa sing.)
(7) P <sub>pr</sub>	tp + <i>nt</i> + terminações casuais da 3. <sup>a</sup> declinação	— desapareceu, substituído por G
(8) G	tp + <i>nd</i> + <i>-i, -o, -um, -o</i>	— permaneceu, no ablativo
(9) IN	tp + <i>re</i>	— tp + <i>re</i>
Tema do perfeito		
(1) pe <sub>i</sub>	tpf + <i>i, isti, it, imus, istis, erunt</i>	— tpf + <i>i, isti, it, imus, istis, erunt</i>
(2) pe <sub>s</sub>	tpf + <i>erim, eris, erit, erimus, eritis, erint</i>	— desapareceu, substituído por <i>habere</i> ou <i>tenere</i> no pr <sub>s</sub> + P <sub>pa</sub>
(3) mqpe <sub>i</sub>	tpf + <i>eram, eras, erat, eramus, eratis, erant</i>	— desapareceu, substituído por <i>habere</i> ou <i>tenere</i> no im <sub>iN</sub> + P <sub>pa</sub>
(4) mqpe <sub>s</sub>	<i>issem, isses, isset, issemus, issetis, issent</i>	— permaneceu como im <sub>s</sub>
(5) tupe <sub>i</sub>	tpf + <i>ero, eris, erit, erimus, eritis, erunt</i>	— desapareceu, salvo em algumas áreas, onde resultou num Fu <sub>s</sub>
(6) pe <sub>iN</sub>	tpf + <i>isse</i>	— desapareceu, substituído por <i>habere</i> ou <i>tenere</i> + P <sub>pa</sub>
Tema do supino		
(1) P <sub>pa</sub>	ts + <i>us, a, um</i> (terminações casuais da 2. <sup>a</sup> declinação)	— sobreviveu
(2) P <sub>fu</sub>	ts + <i>urus, ura, urum</i> (terminações casuais da 2. <sup>a</sup> declinação)	— desapareceu
I(ndicativo)	pr(esente)	tp = tema do presente
S(ubjuntivo)	im(perfeito)	tpf = tema do perfeito
IM(perativo)	pe(rfeito)	ts = tema do supino
IN(finitivo)	fu(turo)	
P(articipio)	pa(ssado)	I, II, III, IV = as quatro conjugações
G(erúndio)	mqpe = mais-que-perfeito	

# 8

## Características sintáticas do latim vulgar

---

Os manuais de sintaxe latina compreendem geralmente três grandes secções, correspondentes à sintaxe das classes de palavras e das flexões, à construção da oração e à organização do período. Seguir-se-á aqui esse esquema, que tem a vantagem de facilitar a comparação da sintaxe latina vulgar com a clássica, e permite um confronto imediato com a gramática tradicional, que supostamente todos conhecem.

### 8.1 Alguns fatos a lembrar na construção sintática vulgar de algumas formas

#### 8.1.1 Os adjetivos

O latim literário indicava a matéria de que um objeto é feito por meio de dois recursos: (i) adjetivos indicando matéria ou (ii) o substantivo construído com *ex* e o ablativo (*vas aureum*, *vas ex auro*). A primeira dessas construções se perdeu, prevalecendo uma construção preposicional, que utilizou porém a preposição *de*: *vasum de auro*.

Conservou-se a possibilidade de substantivar adjetivos, no singular e no plural: *divites*, “os ricos”; *pauperes*, “os pobres”; *sapiens*, “o sábio” etc.

A substantivação de adjetivos no neutro plural era uma peculiaridade marcante do latim literário, e pode ser exemplificada em uma série de ditados e máximas, como (1) e (2), em que se exalta o esforço, ou em (3), que exalta o desapego dos bens materiais, sugerindo que os verdadeiros bens são os do espírito, que o sábio pode carregar consigo:

- (1) "per angusta ad augusta"  
(literalmente: por coisas estreitas chega-se a coisas elevadas; "coisas estreitas", exprime-se num único adjetivo, *angusta*, o mesmo acontecendo com "coisas elevadas", *augusta*).
- (2) "per aspera ad astra"  
(literalmente: por coisas ásperas chega-se aos astros).
- (3) "omnia bona mea mecum porto"  
(literalmente: carrego comigo todas as minhas coisas boas = "todos os meus bens").

Esse tipo de substantivação perdeu-se, para o que deve ter contribuído a tendência já mencionada de reinterpretar os neutros plurais como femininos singulares. Talvez sejam vestígios daquele tipo de substantivação construções como it. *scapparla bella*, fr. *la baïller belle à quelqu'un*.

### 8.1.2 Pronomes pessoais

O uso dos pronomes sujeitos era enfático na língua literária; perdeu-se essa característica na língua vulgar, tornando-se facultativo o uso do sujeito pronominal em frases neutras. Esse uso não enfático do sujeito pronominal em latim vulgar evoluiu para duas situações distintas: o pronome é hoje obrigatório em algumas línguas românicas (o francês, onde o pronome ficou intimamente ligado ao verbo, formando uma espécie de "conjugação prefixal", v. item 12.2.1) ao passo que é normalmente omitido em outras (como o português).

A língua vulgar expressa o pronome objeto, ao passo que o latim literário deixava que fosse inferido pelo contexto: assim, à construção literária, que soaria "assim que viu o pai, abraçou" (isto é, abraçou o pai, abraçou-o) a língua vulgar faz corresponder uma construção com objeto explícito.

Mas as principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo *se*, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica.

Uma dessas funções foi a de realçar a espontaneidade da ação expressa pelo verbo: nesse papel, *se* pôde ser aplicado a verbos intransitivos, dando origem a formas modernas como o rom. *a se veni* (vir-se), it. *andarsene*, fr. *s'en aller*, port. esp. *irse*.

Outra função importante do *se*, na língua vulgar, foi a de partícula apassivadora: remonta pois ao período latino vulgar a construção conhecida como “passiva sintética”, que tem largo uso em português (“vendem-se casas”, “aluga-se um quarto” etc.) e está bem representada nas demais línguas românicas.

É certamente desse período o uso de *se* na expressão da reciprocidade (em latim clássico *se* exigiria *inter se*, ou ainda advérbios como *invice*m e construções mais complexas baseadas em *aliu*s); é possível remonte ao mesmo período o uso de *se* como índice de indeterminação do sujeito (port. *aqui não se vive*, *vegeta-se*; it. *un pò lo si vede*, *un pò non lo si vede più*).

### 8.1.3 As formas nominais do verbo

Ao passo que o supino *se* perdeu por completo, o infinitivo presente ampliou consideravelmente seu leque de empregos: além do uso com auxiliares de modo, do tipo “*devo dizer*”, já comum em latim clássico, devem notar-se em latim vulgar os seguintes usos:

- a) como substantivo verbal (tipo “aumenta *meu sofrer*”);
- b) com verbos de movimento, precedido ou não de preposição (tipo “*viemos ver*”, “*mandamos chamar*”);
- c) regido de preposição, que o torna apto para o papel de complemento nominal (“feliz *por saber*”, “vontade *de fazer*” etc.);
- d) com sujeito próprio (“infinitivo pessoal”, tipo “depois *de eles chegarem*”). Esse emprego, que é hoje uma das peculiaridades do português, aparece atestado antigamente na maioria dos domínios românicos;
- e) como imperativo negativo (tipo “*não atravessar*”);
- f) como oração substantiva reduzida, em contextos de interrogação indireta (tipo “*não sei o que dizer*”).

De toda a declinação do gerúndio só sobreviveu o ablativo, cujas funções, coincidentemente com a língua clássica, foram de início as de indicar o modo e o meio: tipo “enriqueceu-se *trabalhando*”, “morreu *lutando*”. A partir dessa função antiga devem ter-se desenvolvido já em latim vulgar algumas outras, que são hoje comuns a todas as línguas românicas:

a) a de expressar causa, condição, conseqüência etc. (“não *havendo quorum*, o presidente encerrou a sessão”; “*chegando* atrasado não entra”; “os dois carros colidiram *ficando* completamente destroçados”); são estes empregos, em que o gerúndio equivale a vários tipos de orações subordinadas, que o tornam apto à construção de vários tipos de oração reduzida;

b) a de indicar atitude, funcionando como um verdadeiro adjetivo verbal (tipo: “vi-o *bebendo* de novo”);

c) era natural que certos verbos que também podiam expressar atitude se combinassem com esse gerúndio, formando perífrases verbais: de *stare* (originalmente: “estar de pé” ou “ficar parado”) e de *ire* (“ir”) mais o gerúndio derivam algumas perífrases presentes na maioria das línguas românicas para expressar uma ação em desenvolvimento: cp. port. “o teto *está rachando*”, it. “*va cercando*” etc.

#### 8.1.4 No domínio das palavras invariáveis

Um fenômeno a notar é a regência das preposições, que se alarga para compreender não só certos advérbios de tempo e lugar (*de hoje em diante*, *daqui até lá*), mas também locuções cujo primeiro termo já é uma preposição (tipo “*dentre* eles”, “*para com* eles”). Por este processo, criaram-se nas línguas românicas muitas preposições que são de fato a aglutinação de duas ou mais preposições latinas: ex. port. *desde* < *de ex de* etc.

#### 8.2 A sintaxe da oração

A oração do latim vulgar ganhou em concretude com o generalizar-se do uso de artigos, mas sua principal característica em confronto com o latim clássico é a analiticidade: como era de esperar, a perda dos casos obrigou a buscar novos meios para indicar as funções sintáticas, tarefa que passou a ser desempenhada pela ordem das palavras e pelo uso de preposições; chegou-se assim a uma ordem mais fixa, importante sobretudo para distinguir entre as expressões nominais da oração o sujeito e o objeto direto; ao mesmo tempo várias preposições se fixaram como indicadores privilegiados dos “complementos indiretos” e das “circunstâncias”. Sobre o pano de fundo dessas tendências gerais, podemos mencionar agora algumas

peculiaridades de concordância e regência típicas da oração latina vulgar; as principais observações sobre colocação aparecerão naturalmente na discussão dos dois primeiros aspectos.

### 8.2.1 Concordância

Se entendermos *concordância* à maneira das gramáticas clássicas, o que mais chama a atenção na língua vulgar é o incremento da “concordância *ad sensum*”, por exemplo a concordância do verbo no plural com um sujeito coletivo.

Mas o termo *concordância* pode ser referido também a alguns outros fatos de coocorrência (a presença na frase de um determinado segmento acarreta a presença de outros) o mais importante dos quais é talvez a extensão do uso de *suus*: a língua clássica usava *suus* para indicar co-referência com o sujeito da oração, em oposição aos genitivos de *is* e *ipse*, que eram utilizados para indicar referência distinta.

Assim, nesta passagem do *De Bello Gallico* em que César censura o desânimo de seus soldados que se deixaram abater por uma derrota ante os germanos:

“Caesar milites interrogavit cur de sua virtute aut de ipsius peritia dubitarent”

[César perguntou aos soldados por que duvidavam de sua própria valentia ou da experiência militar dele]

a sintaxe clássica não deixava dúvida de que *virtute* (“valentia”) se refere ao sujeito de *dubitarent*, isto é, aos soldados; e que *peritia* se refere a algum outro indivíduo, que no contexto só pode ser o próprio César. A língua vulgar usou *suus* indistintamente para os dois casos, como se pode julgar pelo que ocorre até hoje nas línguas românicas.

### 8.2.2 Regência

Com o desaparecimento do caso genitivo, o recurso mais importante para indicar subordinação no interior do sintagma nominal passa a ser a preposição *de*: ela tem uso extensíssimo, e aparece, por exemplo, ligando o nome núcleo do sintagma nominal:

- a um aposto (*cidade de Roma* por *urbs Roma*);
- a um adjunto que exprime avaliação (*o pobre do João*);
- a um complemento partitivo (*alguns de nós*);

- a um restritivo (*a festa de ontem*);
- a um adjunto que exprime qualidade (*homem de 90 quilos*);
- a um adjunto de matéria (*vaso de ouro*);
- a um adjunto de destinação (*roupa de gala*);
- ao termo que representa no sintagma nominal o sujeito ou o objeto de uma oração subjacente que foi nominalizada: *ataque/medo/derrota dos inimigos*.

(NB: todos esses empregos, que foram aqui exemplificados pelo português, são pan-românicos, isto é, ocorrem em todas as línguas românicas.)

Os principais complementos de adjetivos são o complemento do comparativo, o complemento do superlativo, e o complemento de medida. O primeiro foi expresso por *quomodo*, no caso de comparação de igualdade (*grande como um gigante*), por *quam* ou *de* no caso de desigualdade (*maior que um gigante, mais de cinco*); os dois últimos acabaram sendo introduzidos pela preposição *de*: cp. *maior de todos, un arbre haut de trois mètres*.

No tocante aos termos essenciais e integrantes da oração, o sujeito e o objeto continuaram a ser expressos pelo nominativo e acusativo, mas suas posições na oração tenderam a cristalizar-se antes e depois do verbo. O objeto indireto, antes expresso pelo dativo, passou a ser indicado pela preposição *ad*, que era de início utilizada para indicar o lugar ao qual se dirige um movimento; os verbos que se construíam com duplo acusativo (por exemplo *docere*, “ensinar”) tendem a transformar-se em transitivos comuns (*ensinar algo a alguém*); o predicativo do sujeito e do objeto (*ser considerado um sábio, nomear alguém cônsul*) desenvolvem ao lado da construção clássica no nominativo e no acusativo uma construção com *pro*, *de* e *quomodo*. *De* e *de* + *ab* passam a introduzir o agente da passiva.

No domínio dos adjuntos adverbiais, as preposições *cum*, *de* e algumas outras repartiram-se a expressão das principais circunstâncias:

*cum*, que introduzia originalmente o adjunto de companhia, passou a indicar também

- o meio (*mover com uma alavanca*), em concorrência com *ad* (*matar à faca*) e *de* (*matar de pauladas*);
- o modo (*observar com cuidado*), em concorrência com *de*;

*de*, herdeira de muitos empregos do genitivo e do ablativo, fixou-se não só como instrumento gramatical para introduzir o complemento do superlativo, mas também na construção dos complementos



- de tempo, em concorrência com *ad* (*de manhã, à noite*);
- de procedência (*partir de Lisboa*);
- de modo (*responder de bom grado*);
- de causa (*morrer de medo*);
- etc.

*in* e *ad* repartiram-se a expressão das circunstâncias de lugar; *per* alternou com a ausência de preposição para indicar a duração (*ficar quatro anos / por quatro anos ausente do país*).

As observações acima não valem, obviamente, por um confronto sistemático da sintaxe da oração latina vulgar com a sintaxe clássica, nem dispensam um confronto com as línguas românicas. Esse duplo confronto é o tema de um tratamento extenso na “Bibliografia”, à qual o leitor interessado poderá dirigir-se em busca de informações mais completas.

### 8.2.3 Tipos de orações independentes

Antes de passar à sintaxe do período, convirá lembrar que o latim vulgar abriu mão do uso das partículas que formavam orações interrogativas em latim clássico, e reteve unicamente o advérbio *non* como formador de orações negativas.

Na expressão do imperativo negativo, *non* + infinitivo, *non* + imperativo e *non* + subjuntivo presente substituíram as construções clássicas *noli* + infinitivo e *ne* + subjuntivo perfeito.

## 8.3 A sintaxe do período

A gramática tradicional reúne as orações subordinadas nas três classes das substantivas, adjetivas e adverbiais; utilizaremos também essa divisão geral, destacando em cada classe os tipos que merecem maiores comentários.

Antes, porém, será oportuno lembrar que no latim vulgar a subordinação tem um papel muito menos importante do que no latim literário: a língua vulgar tem como uma de suas características mais gerais o ser tipicamente paratática: contenta-se em justapor expressões entre as quais o latim clássico explicitaria nexos de dependência, isto é, de hipotaxe, pelo uso de tempos e modos, pela presença de palavras gramaticais apropriadas etc.

Feita essa ressalva, eis as principais características das orações subordinadas da língua vulgar:

### 8.3.1 Orações substantivas

Pertencem à classe das orações substantivas os dois tipos oracionais em que o latim vulgar mais se afasta do uso do latim clássico, a saber as substantivas declarativas e as substantivas interrogativas indiretas.

As orações subordinadas exigidas pelos verbos que indicavam ações de dizer, pensar, perceber e sentir eram construídas em latim literário como “orações de acusativo e infinito”: a subordinada ligava-se à principal assindeticamente, isto é, sem recurso a qualquer conectivo; seu sujeito ia para o acusativo e o verbo adotava a forma do infinitivo presente, perfeito ou futuro. Embora essa construção tenha sobrevivido em alguns casos até as línguas românicas (cp. port. *vi o ladrão fugir pela porta dos fundos; o porta-voz do governo negou ter sido assinado o acordo* etc., fr. *je le vois venir* etc.) ela deixou de ser a construção normal dessas orações substantivas “declarativas”; foi suplantada por uma construção sindética, com o conectivo *quod* (ou *quia*, *quid*, que se confundiam com ele) e o verbo no indicativo, que era possível e correta em latim literário, mas com outro sentido (“o fato de que...”). A essa construção com *quod/quid/quia* remonta a forma corrente nas línguas românicas das substantivas declarativas, com *que/che* e um verbo em forma explícita (port. *eu sei que tudo isso é mentira*).

Das “substantivas declarativas” distinguem-se as “interrogativas indiretas”, que dependem de verbos indicando pergunta, desconhecimento ou dúvida e exprimem indiretamente uma pergunta, como em “adivinha quem vem para jantar”, “diga-me, por favor, onde fica o Jardim Carlos Gomes” etc. Essas orações constituíam em latim clássico um tipo bem caracterizado, seu verbo ia regularmente para o subjuntivo e o nexos com a oração regente era expresso por uma série de conjunções e pronomes usados apenas em contextos interrogativos: *quis*, *quid* (quem?, o quê?), *quomodo* (como?), *quando* (quando?), *cur* (por que?), *num*, *nonne* e *ne* (se) etc. Na língua vulgar, o indicativo substituiu o subjuntivo como modo corrente das interrogativas indiretas; por outro lado, perdeu-se a especificidade dos conectivos: para isso, concorreram três processos distintos, mas que tiveram resultados análogos: (i) o uso dos conectivos *quomodo* e *quando* estendeu-se às relativas e às subordinadas modais e temporais; (ii) usado também como relativo, *quis/quid* deu margem à criação de conectivos de vários tipos (não sei *por que* veio, o motivo *por que* veio, veio *porque* soube); (iii) por outro

lado por uma extensão de sentido da conjunção *si*, talvez explicável em contextos como

*se vier, diga-me = diga-me se vem*

as interrogativas indiretas “polares”, isto é, aquelas em que está implícita uma pergunta a ser respondida com sim ou não, passaram a adotar a conjunção *se*. O resultado é que as interrogativas indiretas são hoje nas línguas românicas um tipo oracional menos claramente caracterizado; entre os gramáticos da língua portuguesa, são poucos os que as reconhecem como um grupo à parte.

### 8.3.2 As orações adjetivas

Nas orações adjetivas, as diferenças entre latim clássico e latim vulgar não são grandes; mas a perda quase total da declinação dos pronomes relativos fez com que aparecesse (já então) o tipo de construção que é hoje o mais comum no português falado do Brasil, e que consiste em retomar o relativo por meio de um pronome pessoal, antepondo a ele e não ao relativo, a preposição exigida pelo verbo da subordinada:

*o menino que falei com ele*

(os gramáticos insistem em exigir a forma correta, “o menino com que falei”).

Pode ser lembrada a propósito das orações relativas a perda de um tipo de concordância de modo que era própria do latim clássico e conhecida como “atração modal”. Os gramáticos chamam de atração modal ao fenômeno pelo qual um verbo que iria normalmente para o indicativo vai para o subjuntivo quando faz parte de uma oração subordinada cuja oração regente esteja no subjuntivo ou infinito. Seguindo a tendência geral de abandonar o subjuntivo, a atração modal não ocorre em latim vulgar.

### 8.3.3 As subordinadas adverbiais

Duas tendências se afirmam nas orações adverbiais do latim vulgar: a) perde terreno o subjuntivo, que funcionava em latim clássico como uma espécie de modo da subordinação; b) generaliza-se o uso de *quod/quid* como conectivo de valor múltiplo em substitui-

ção aos conectivos específicos da língua clássica: o desenvolvimento, a partir desses, de locuções conjuntivas (*para que, a tal ponto que, ainda que* etc.) é posterior.

De todos os tipos de subordinada adverbial, as que sofreram as alterações mais profundas foram as condicionais. Como se sabe, há fortes correlações de tempo e modo entre as condicionais e as orações que as regem, o que leva a falar em “período hipotético”; ora, as mudanças que ocorreram no período hipotético em latim vulgar fizeram com que, ao invés da tríplice distinção que prevalecia em latim clássico (conforme a hipótese é encarada como real, irreal ou potencial), prevalecesse uma distinção entre apenas duas situações: hipótese real e irreal.

Para a primeira situação, o verbo foi usado nos tempos do indicativo; para a segunda, foi empregado o mais-que-perfeito do subjuntivo na principal, e o mais-que-perfeito do subjuntivo ou a perífrase com infinitivo + *habebat* ou *habuit* na subordinada.

tipo	latim clássico	latim vulgar e línguas românicas
real	tempo do indicativo /tempo do indicativo <i>si pugnavit, vicit</i>	tempo do indicativo /tempo do indicativo <i>si pugnavit, vicit</i>
potencial	subj. pres. ou perf. /subj. pres. ou perf. <i>si pugnaverit, vicerit</i>	subj. + que perf./ subj. + que perf. ou <i>habebat</i> ou <i>habuit</i> + infinitivo <i>si pugnavisset, vicisset</i> ou <i>vincere habebat</i>
irreal	subj. imp. ou +q. perf. /subj. imp. ou +q. perf. <i>si pugnavisset, vicisset</i>	

A sintaxe da oração e do período, tais como se apresentam hoje nas línguas românicas, são bem mais complexas do que devem ter sido em latim vulgar. Essa complexidade foi construída ao longo dos séculos como consequência natural do esforço das comunidades linguísticas românicas em adaptarem seu discurso falado e escrito a necessidades culturais cada vez mais complexas. As estruturas gramaticais que assim se incorporaram a cada uma das línguas români-

cas são às vezes autênticas criações; outras vezes, trata-se de recuperações da sintaxe latina clássica (ver secção 10.5.3 sobre a influência exercida pelo latim culto).

### Documento: O *Testamentum porcelli*

Datando possivelmente do IV século d.C., o *Testamento do porquinho* registra as últimas vontades do porquinho M. Grunnius Corocotta, ditas ao cozinheiro e aos parentes pouco antes da morte.

Trata-se, obviamente, de uma paródia, e São Jerônimo, em duas diferentes passagens de sua obra, alude ao fato de que era recitada nas escolas por legiões de crianças, em meio a estrondosas gargalhadas.

Texto de paródia, o *Testamento do porquinho* combina as fórmulas jurídicas que seriam esperadas num testamento sério com a realidade prosaica do porco, visto como uma succulenta iguaria. A linguagem do texto revela o domínio completo da morfologia e da sintaxe do latim literário; mas algumas expressões e construções mais coloquiais aparecem aqui e acolá; entre aquelas que foram apontadas pelos comentadores como interferências do latim vulgar, notem-se:

a) A fonética das palavras *Grunnius*, *esiciarius*, *cocus* e *cocina* (as formas clássicas correspondentes seriam *grundius*, *insiciarius*, *coquus* e *coquina*).

b) A freqüência dos diminutivos: *vascella* (diminutivo de *vas*, cp. port. *baixela*, fr. *veisseau*, it. *vascello*); *auriculas* (dim. de *auris*, cp. port. *orelhas*, esp. *orejas* etc.); *ungulas* (de *unguis*, cp. it. *unghia*, fr. *ongle* etc.).

c) O uso de *parentes* para indicar qualquer tipo de parentesco e não apenas os pais (em lat. clássico *parentes* = “os pais”); o uso de *clamavit* por “chamou” (em latim clássico, *clamare* = “lamentar-se aos gritos, proclamar”).

d) O uso de *ubi* (“onde”) como advérbio de tempo.

e) As incertezas no uso dos tempos, que não obedecem tão rigorosamente à *consecutio*.

f) O traço sintático mais notável é o uso das preposições; em alguns casos as preposições seriam pura e simplesmente dispensáveis pela norma literária:

bene condiatis *de* bonis condimentis

em outros casos, o contexto sintático deixa entrever uma ambigüidade no sentido da preposição que atesta o aparecimento de um

uso novo; assim, além da interpretação clássica com *de cocina*, adjunto adverbial de *affer* (“traz-da-cozinha uma faca”), a frase

*affer mihi de cocina cultrum*

poderia receber outra interpretação em que *de cocina* é adjunto adnominal de *cultrum*: “traz da-cozinha-uma-faca”. Entre essa última análise e a construção românica em que *de* + subst. se põe a qualquer nome funcionando como adjunto adnominal (“traz uma faca de cozinha”) a passagem é imediata.

#### Testamentum porcelli

##### 1. Incipit testamentum porcelli.

M. Grunnius Corocotta porcellus testamentum fecit. Quoniam manu mea scribere non potui, scribendum dictavi.

2. Magirus cocus dixit: “veni huc, eversor domi, solivertiator, fugitive porcelle, et hodie tibi dirimo vitam”. Corocotta porcellus dixit: “si qua feci, si qua peccavi, si qua vascella pedibus meis confregi, rogo, domine coce, vitam peto, concede roganti”. Magirus cocus dixit: “transi, puer, affer mihi de cocina cultrum, ut hunc porcellum faciam cruentum”. Porcellus comprehenditur a famulis, ductus sub die XVI Kal. Lucerninas, ubi abundant cymæ, Clibanato et Piperato consulibus. Et ut videt se moriturum esse, horæ spatium petiit et cocum rogavit ut testamentum facere posset. Clamavit ad se suos parentes, ut de cibariis suis aliquid dimitteret eis. Qui ait:

3. Patri meo Verrino Lardino do lego dari glandis modios XXX, et matri meæ Veturinæ Scrofæ do lego dari Laconicæ siliginis modios XL, et sorori meæ Quirinæ, in cuius votum interesse non potui, do lego dari hordei modios XXX. Et de meis visceribus dabo donabo sutoribus sætas, rix(at)oribus capitinas, surdis aurículas, causidicis et verbosis linguam, buculariis intestina, esciariis femora, mulieribus lumbulos, pueris vesicam, puellis caudam, cinædis musculos, cursoribus et venatoribus talos, latronibus unguilas. Et nec mominando coco legato dimitto popiam et pistillum, quæ mecum attuleram; de Theveste usque ad Tergeste liget sibi collum de reste. Et volo fieri mihi monumentum ex litteris aureis scriptum: “M. GRUNNIUS COROCOTTA PORCELLUS VIXIT ANNIS DCCC. XC. VIII. S(EMIS). QUODSI SEMIS VIXISSET MILLE ANNOS IMPLESSET”. Optimi amatores mei, vel consules vitæ, rogo vos ut cum corpore meo bene faciatis, bene condiatis de bonis condimentis nuclei, piperis et mellis, ut nomen meum in sempiternum nominetur. Mei domini vel consobrini mei, qui testamento meo interfuistis, iubete signari.

4. Lardio signavit. Ofellicus signavit. Cyminatus signavit. Lucanicus signavit. Explicit testamentum porcelli sub die XVI Kal. Lucerninas Clibanato et Piperato consulibus feliciter

### O testamento do porquinho

1. Começa o testamento do porquinho. Como não pude escrever de próprio punho, ditei para ser escrito.

2. Disse o cozinheiro Magiro: vem aqui, destruidor da casa, fossador, porquinho fugitivo, e hoje acabo com tua vida. Respondeu o porquinho Corocota: "se fiz algo, se cometi alguma falta, se quebrei algumas vasilhas com os meus pés, rogo, senhor cozinheiro, peço a vida, perdoa ao suplicante". Retrucou o cozinheiro Magiro: "Apressa-te, menino, traze-me a faca da cozinha, a fim de que eu faça este porquinho cruento". O porquinho é capturado pelos servos, conduzido no dia dezesseis das Calendas Lucerninas, quando abundam as salsas, sendo cônsules Clibanato e Piperato. E como percebeu que iria morrer, pediu o tempo de uma hora, e rogou ao cozinheiro para que pudesse fazer um testamento. Chamou a si seus parentes, de modo que lhes legasse algo de seus alimentos. Ele disse:

3. A meu pai Lardino Verrino determino sejam dados trinta módios de glandes, e à minha mãe Veturina Scrofa, determino sejam dados quarenta módios de trigo da Lacônia, à minha irmã Quirina, em cujo casamento não pude estar presente, determino sejam dados trinta módios de cevada. E de minhas vísceras legarei os pêlos aos sapateiros, as cerdas da cabeça aos briguentos, aos surdos as orelhas, aos advogados e prolixos a língua, aos vaqueiros os intestinos, aos salsicheiros as coxas, às mulheres os lombos, aos meninos a bexiga, às meninas a cauda, aos efeminados os músculos, aos corredores e aos caçadores os calcanhares, aos ladrões os cascos. E embora nem quisesse nomear, ao cozinheiro designado, a concha e o pilão, que eu trouxera comigo; de Teveste a Tergeste ligue-se o pescoço com uma corda. E desejo que seja feito para mim um monumento escrito com letras douradas: "O PORQUINHO M. GRUNIO COROCOTA VIVEU NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE ANOS E MEIO. O QUAL SE TIVESSE VIVIDO (mais) MEIO, TERIA COMPLETADO MIL ANOS". Meus caríssimos amigos, ou melhor, conselheiros da vida, rogo-vos que trateis bem do meu corpo e o condimenteis bem de bons temperos de amêndoa, de pimenta e de sal, a fim de que meu nome seja lembrado para sempre. Meus senhores, ou melhor, meus primos, que assististes ao meu testamento, permiti que ele seja assinado.

4. Lárdio assinou, Ofélico assinou, Ciminato assinou, Lucânico assinou, Tergilo assinou, Celsino assinou, Nupciálico assinou. Completou-se o testamento do porquinho no dia XVI das Calendas Lucerninas, sendo cônsules, com sucesso, Clibanato e Piperato.

Tradução de Raul José Sozím  
transcrito da rev. *Uniletas*, 9 : 50-8.

# 9

## O léxico em latim vulgar

---

Todo estudante de latim (clássico) passa — no caso brasileiro deveríamos dizer “passava” — por uma iniciação na qual, a par da conjugação e da declinação latina, se lhe exigia a memorização de um vocabulário relativamente extenso e desconhecido. Era assim que o latinista *in herba* aprendia que “campo” se traduz *ager*, que “inimigo” se traduz *hostis*, que “joelho” é *genus*, que “casa” é *domus*, “coisa” é *res* e assim por diante. Apesar da distância no tempo, a necessidade desse aprendizado é um indício seguro das profundas diferenças que devem ter separado o vocabulário do latim clássico e vulgar no fim da República e no início do Império. Seria porém errado imaginar que o léxico de uma e outra variedade constituía dois conjuntos estanques; para ilustrar os tipos de relação mais frequentes, valham as seguintes observações:

a) O latim literário conhecia as palavras *campus*, *inimicus* *casa* e *causa*, às quais remontam alguns dos exemplos portugueses acima citados; apenas as empregava num sentido diferente: *campus* não era o terreno cultivado, mas o terreno com uma certa conformação geográfica que chamaríamos de “descampado” ou “campina”; *inimicus* era, mais do que o adversário militar de uma guerra declarada, o adversário político ou o inimigo pessoal; *casa* era a choupana, e *causa* correspondia às noções abstratas de “motivo”, “causa” ou “razão” para que algo se faça ou aconteça. Pode-se



imaginar que essas palavras, quando eram usadas em seu sentido moderno pelos falantes do “sermo urbanus” do fim da República ganhavam um sentido figurado ou caracterizavam um uso vulgar deliberado, como ocorre hoje quando alguém pergunta “qual é a tua?” ou fala em “pegar o grude” por “almoçar”, mas não há como negar que se tratava de expressões autenticamente latinas.

b) Por mais que isso possa parecer surpreendente, é de *genus* que se origina *joelho*: entre essas duas formas medeia uma forma portuguesa arcaica *geolho*, que remonta a *genus* indiretamente, através do diminutivo *genuculu*. Dito de outra maneira, ao invés da forma clássica *genus*, o latim vulgar empregou o diminutivo *genuculu*, do qual se chega, via o arcaico *geolho*, à forma portuguesa atual *joelho*. O que caracteriza a forma vulgar em oposição à clássica é o fato de ter incorporado o sufixo diminutivo, lançando mão de um recurso disponível na gramática latina.

Em face de exemplos como esses, parece razoável que nossa descrição do léxico latino vulgar se faça em duas partes:

a) na primeira, verificaremos quais foram, em latim vulgar, os processos mais produtivos para a formação de palavras novas; essa parte terá um caráter mais marcadamente morfológico, pela discussão das noções de composição e derivação;

b) na segunda, trataremos de mudanças de sentido, e procuraremos apontar algumas tendências gerais que caracterizaram o uso vulgar do vocabulário em latim. Esta secção terá um caráter mais marcadamente semântico — a semântica é a ciência que estuda o significado, inclusive suas mudanças ao longo do tempo.

Ao período românico será dedicada uma terceira parte deste capítulo:

c) nessa terceira parte, apontam-se algumas preferências regionais que já retiveram a atenção dos romanistas preocupados com questões de vocabulário.

Não mencionaremos neste capítulo as influências léxicas que o latim vulgar recebeu das línguas com que entrou em contacto. Essa omissão é proposital, visa tão-somente à clareza de exposição e será corrigida no Capítulo 10.

## 9.1 Processos de formação de palavras

Distinguem-se, tradicionalmente, dois grandes processos de formação de palavras:

a) a composição, que compreende por sua vez a composição propriamente dita ou justaposição (*res + publica* dando *republica*) e a prefixação (*sub + mittere > someter*);

b) a derivação, que pode ser própria, isto é, baseada no uso de sufixos: *quercus + ea > quercia*, ou imprópria, isto é, baseada na transferência de uma palavra de uma classe morfossintática a outra (*katá*, preposição grega, dando o pronome indefinido português *cada*).

### 9.1.1 A composição propriamente dita

A composição propriamente dita não teve em latim literário a mesma importância que em grego (onde formou expressões venerandas como *filosofia*, “amor à sabedoria”), e o latim vulgar recorreu a ela menos ainda que o latim clássico. Maurer Jr., que examina a questão na *Gramática do latim vulgar*, menciona o fato de que os compostos por justaposição têm raramente um caráter pan-românico, e esboça uma classificação por tipos sintáticos dos que se podem fazer remontar ao latim vulgar, que são poucos:

a) *substantivo + substantivo*

*Lunædies, Martisdies* etc. (> it. *lunedí, martedì*, fr. *lundi, mardi* mas esp. *lunes, martes*, com elipse)

b) *adjetivo + substantivo / substantivo + adjetivo*

*medio die, media die* (> fr. *midi*, prov. *miegdi*, rum. *miazazi*)

c) *advérbio + substantivo*

*male fatius* (> prov. *malvatz*, it. *malvagio*)

*male habitus* (> prov. *malaute*, fr. *malade*, it. *ammalato*)

Maurer reconhece que o romance e posteriormente as línguas românicas continuaram a utilizar a justaposição como um recurso fecundo para a ampliação de seu vocabulário; não vê nisso uma herança do latim vulgar, senão o efeito de uma tendência espontânea que a influência do latim clássico e em alguns casos do germânico pode ter reforçado.

### 9.1.2 A prefixação

Particularmente ativa em latim literário, a prefixação só é ativa em latim vulgar para uns poucos pré-verbos: *ad-*, *dis-*, *ex-*, *extra-*, *in-*, *re-*. Muitos desses pré-verbos entram na formação dita “parassin-

tética” (por meio de prefixo + radical + sufixo, como em *ad + mort + ire, dis + dign + are*); ao invés da clara noção de lugar ou repetição que exprimem em latim clássico, os prefixos significam às vezes uma espécie de intensificação (*re + manere > it. rimanere, rom. ramanea*, onde a idéia de repetição não entra).

O latim clássico e o vulgar discordam às vezes quanto à fonética de alguns verbos e substantivos formados por prefixação: uma regra que se aplicava com relativa consistência em latim clássico alterava a vogal interna dos verbos compostos por prefixação:

lat. cláss. *ex + cadere = excidere*  
*de + facere = deficere*

O latim vulgar refez freqüentemente esses verbos, sobretudo quando o prefixo mantinha sua vitalidade e podia ser interpretado como portador de uma significação autônoma. Encontrar-se-ão assim em latim vulgar:

*excadere > fr. échoir, it. scadere, rum. scadea*  
*disfacere > it. disfare, fr. défaire*

Às vezes, porém, o latim vulgar alterou a forma dos verbos onde o latim clássico não o havia feito: por exemplo, as formas do francês *sévrer* e it. *sceverare* devem remontar a *seperare*, e não à forma clássica (irregular) *separare*.

### 9.1.3 A sufixação

Da mesma forma que em latim clássico, o processo de criação vocabular mais produtivo em latim vulgar parece ter sido a sufixação. Entre os sufixos nominais mais vivazes e produtivos, Maurer menciona:

#### a) substantivo → adjetivo

*-aceus, -iceus, -uceus*

*-anus: (aqua) fontana > fr. fontaine, it. fontana*

*-ariuus: pecorarius > port. pegureiro, it. pecoraio; caprarius > port. cabreiro*

*-osus: squamosus > port. escamoso*

*-inus: damninus > port. daninho, esp. daniño*

#### b) substantivo → adjetivo

*-(i)culus, -(i)cula: auricula > port. orelha, it. orecchia*

*-ulus, -(e)ólus, -(i)ólus: caveola > fr. antigo gêole (que sobrevive no ingl. gaol, geralmente grafado jail), port. gaiola*

*-etum: arboretum > port. arvoredo*

c) adjetivo → *substantivo*

-*itia*: *mollitia* > port. *moleza*, fr. *mollesse*

-*itas*: *bonitate* > port. *bondade*, it. *bontà*

d) verbo → *substantivo*

-*alia*: *battualia* > port. *batalha*, fr. *bataille*

-*one*: *bibone* > it. *beone*

-*ura*: *mensura* > port. *mesura*, fr. *measure*, it. *misura*

O uso abundante da sufixação nominal enquadra-se no que parece ser uma tendência do latim vulgar que é a de preferir palavras “maiores”, obedecendo a uma preocupação de expressividade. Nesse uso freqüente alguns sufixos perdem sua significação primitiva (por exemplo, *-iculus*, *-icula* deixam de ser interpretados como formadores de diminutivos), outros desenvolvem uma significação nova, tendendo às vezes à gramaticalização (*-inus* e *-one* estão na origem da chamada “flexão de grau” dos substantivos, cp. port. *-inho* e *-ão* e seus correspondentes românicos).

Para a formação de verbos concorreram não apenas os sufixos *-esco*, *-isco* já comentados em 7.3.2 e disponíveis em latim clássico para a formação de verbos incoativos, mas ainda alguns prefixos típicos da língua vulgar:

-*iare*: *\*altiare* > rom. *în-alta*, it. *alzare*, fr. *hausser*, port. *alçar*  
*captiare* > port. *caçar*

-*icare*: *\*caballicare* > rom. *în-caleca*, it. *cavalcare*, fr. *chevaucher*,  
port. *cavalgar*

-*ulare*: *\*misculare* > it. *meschiare*, fr. *mêler*

-*tare*, *sare*: *cantare* > it. *cantare*, rom. *cânta*, fr. *chanter* etc.

-*itare*: *capitare* > it. *capitare*

O uso desses sufixos na formação de verbos novos confirma que apenas a primeira conjugação e o tipo *-isco*, *-esco/-ire* constituíram conjugações vivas em latim vulgar; na realidade o uso de alguns desses sufixos resultou não na criação de verbos inteiramente novos, mas na passagem à primeira conjugação de verbos que pertenciam inicialmente a outras. Entre os exemplos acima, esse é o caso, precisamente, de *cantare*, feito sobre o supino do verbo clássico *cano*, *canis*, *cecini*, *cantum*, *canere*.

#### 9.1.4 A derivação imprópria

A transferência de palavras de uma classe morfossintática a outra é relativamente freqüente em latim vulgar; a classe que recebe contribuições mais numerosas é a dos substantivos, que recebe:

- infinitos como *bibere*;
- adjetivos como *pauper* > port. *pobre*; *gallicu* > port. *galgo*; *persicum* > port. *pêssego*;
- participios passados masculinos e neutros: *fossatum* > it. *fossato*;
- gerundivos plurais neutros: *vivenda* > fr. *viande*; *facienda* > it. *faccenda*, esp. *hacienda*, port. *fazenda*.

Para a outra classe que recebe o maior número de derivados impróprios — a dos adjetivos — passam:

- participios passados: *excarpsus* > port. *escasso*, fr. arc. *échars*, it. *scarso*;
- substantivos: *acetu* (= vinagre) > port. *azedo*; *laurus* (nome da planta) > port. *louro* (cor dos cabelos).

Para a substantivação dos adjetivos deve ter contribuído com frequência seu uso ao lado de substantivos que depois foram omitidos por elipse: assim, na substantivação de *gallicum* > *galgo* deve considerar-se uma etapa intermediária em que *gallicum* assume o papel de núcleo do SN, e assim se substantiva:

<i>canis gallicus</i>	>	<i>gallicus</i>	>	<i>galgo</i>
subst. adj.		adj.		
núcleo		núcleo		
do SN		do SN		

Processo típico da língua falada, a substantivação dos adjetivos por elipse deixa às vezes dúvidas quanto ao substantivo que contribuiu para a nominalização. Seria verossimilmente *via* no caso de *rupta*, *strata* e *carraria* (cp. port. *rua*, *estrada*, *carreira*; *via rupta*, *via strata*, *via carraria* significando respectivamente “caminho quebrado”, “caminho pavimentado”, “caminho de carroças”); *hora* no caso de *maneana* (cp. port. *manhã*, esp. *mañana*); mais incertas são as conjecturas para *calcaneum* (it. *calcagno*: o substantivo é *ossum*?) e para *lucanitia*, que é segundo alguns o antepassado do port. *lingüiça* e do esp. *linguiza*, e se originaria no adjetivo pátrio *lucanica*, que identifica até hoje uma região próxima da Calábria, e um tipo particular de lingüiça.

Seja como for, deve ter sido através da derivação imprópria que inúmeros sufixos que formavam na origem adjetivos indicando tipo ou qualidade passaram a formar substantivos indicando o lugar que se reserva para um determinado tipo de coisas ou animais, o adorno especificamente destinado a uma parte do corpo, certos tipos de árvore etc.:

(locus?) *pullarius/gallinarius* > port. *poleiro, galinheiro*,  
fr. *poullailler*, it. *pollaio* etc.  
(arbor) *\*nucaria/\*nucarius* > port. *nogueira*, fr. *noyer*

## 9.2 Tendências gerais na mudança de significado

### 9.2.1 Circunstâncias na mudança de significado

As mudanças que o significado das palavras sofre ao longo do tempo constituem o objeto de estudo da *etimologia*, que foi uma disciplina altamente prestigiada desde o Humanismo até a primeira metade de nosso século; só com a assimilação das doutrinas estruturalistas é que se impôs em semântica a perspectiva sincrônica hoje dominante.

Ullmann 1962, provavelmente o último texto de referência em semântica que incorpora aquela perspectiva evolutiva, destaca entre outras estas cinco ordens de circunstâncias que podem associar-se à mudança de significado: lingüísticas, históricas, sociais, psicológicas e circunstâncias determinando a necessidade de um novo termo.

Mostraremos a seguir o efeito desses fatores com exemplos do latim vulgar e das línguas românicas, alguns do próprio Ullmann.

#### a) Circunstâncias lingüísticas

Às vezes, o fator de mudança deve ser procurado na própria estrutura da língua, mais precisamente nas construções em que comumente ocorre a palavra ou expressão cujo significado se altera. Ullmann cita a este respeito um exemplo particularmente feliz: a formação da negação em francês. É sabido que em francês moderno a negação se faz antepondo *ne* ao verbo e pospondo-lhe *pas*. Historicamente a palavra *pas* é a mesma que ainda hoje significa “passo” e nada tem de negativo. Essa palavra era habitualmente usada depois de verbos intransitivos de movimento como um reforço da negação, da mesma forma que outras expressões se usavam com outros verbos:

*ne bouger pas* “não mexer-se nem mesmo um passo”  
*ne manger mie* “não comer nem mesmo uma migalha”  
*ne boire goutte* “não beber nem mesmo uma gota”  
*ne voir point* “não ver nem mesmo um ponto”

as construções com *pas* e *point* são hoje as formas de negação que o francês literário admite como corretas; a construção com *pas* é a corrente da língua falada; para o falante nativo de francês, aliás, é

hoje a palavra *pas* que identifica a frase como negativa, sua presença é indispensável à diferença do que acontece com o advérbio *ne* — lembre-se a título de confirmação o caráter indubitavelmente negativo de frases como *connais pas, je sais pas* etc. A história da negação francesa é um belo exemplo de como uma palavra pode mudar de significado por razões estruturais/contextuais; mostra como uma palavra pode deixar de pertencer ao léxico comum e passar a fazer parte dos recursos *gramaticais* da língua. Cabe, aliás, dizer que essa história não diz respeito apenas à negação francesa: construções semelhantes ocorrem em italiano e foi por um processo análogo que as línguas ibéricas criaram o indefinido negativo *nada*: *não vi nada* remonta a *non vidi rem natam*, isto é: “não vi coisa nascida/criada”.

Um outro exemplo notável de mudança de significado determinada por fatores lingüísticos é a transformação de *si* (port., it. *se*; fr., esp. *si*) em conjunção integrante, parcialmente comentada num capítulo anterior; para efeitos práticos, pode ser indiferente dizer

- 1) Se vieres, avisa-me.
- 2) Avisa-me se vens.

trata-se contudo de duas construções diferentes, como sugere aliás o uso do verbo ora no indicativo ora no subjuntivo. Em latim literário, a conjunção *si* entrava apenas na primeira dessas construções, funcionando como conjunção condicional; para a outra, exigia-se o uso de outras conjunções: *num, nonne, -ne*, com matizes diferentes quanto à resposta esperada. Tudo leva a crer que o latim vulgar renunciou às conjunções integrantes do latim clássico; e que por algum tempo o aviso mencionado em (2) passou a ser encarado como tendo na vinda não um conteúdo mas um motivo: “avisar (apenas) na hipótese de vir”, por ser consequência da vinda o aviso confirma a vinda. Por esse processo, que consiste antes de mais nada num uso surpreendente do condicional para decidir alternativas do tipo sim/não, a conjunção *si* assume o significado das integrantes clássicas. Explica-se assim o duplo emprego de *si, se* nas línguas românicas.

#### b) Circunstâncias históricas

Na origem das palavras românicas *moeda, moneda, monnaie, moneta* e de seu correspondente inglês *mint* está o adjetivo latino *moneta*, que se relaciona com o verbo *monere*, “admoestar, dar conselhos”. O nexos entre os dois significados é uma circunstância peculiar: os romanos veneravam num determinado tempo a deusa Juno, como boa conselheira e mãe das musas (*moneta* se relaciona também ao grego *mnemosýne*, “memória”); nesse mesmo tempo funcionava

também a prensa em que se cunhavam as moedas romanas. Se desconhecêssemos essa circunstância histórica, o caminho pelo qual um termo que significava “admoestar” passou a significar “moeda” seria no máximo o objeto de estranhas conjecturas. Aliás, os tristes acontecimentos de 1973 trouxeram à baila um fato esquecido a propósito da palavra espanhola *moneda*: “La Moneda” é o nome da residência oficial do chefe do executivo em Santiago do Chile: a escolha dessa denominação nada tem a ver com a cunhagem de moedas; prende-se a outra curiosa circunstância histórica: no século passado, os projetos de edifícios públicos dos jovens países sul-americanos eram encomendados na Europa; de lá, um mesmo navio trouxe o projeto do palácio do Catete, que se destinava a ser a residência oficial do presidente da República Chilena em Santiago, e o projeto para o edifício da Casa da Moeda, a ser instalada no Rio de Janeiro. Os projetos foram trocados por engano, e o nome “La Moneda” designou desde então a residência presidencial chilena.

### c) Circunstâncias sociais

É sabido que uma palavra pode ter sua significação alterada (por especificação ou generalização) ao passar do uso de um grupo fechado para o domínio comum ou vice-versa.

As palavras latinas *sanctus* e *virtus* (de onde se originaram *santo* e *virtude*) relacionavam-se respectivamente com o verbo *sancio*, “proibir”, e com o substantivo *vir*, “varão”. Representavam respectivamente a propriedade de ser intocável por razões religiosas e as prerrogativas de virilidade que se esperam do homem numa sociedade tipicamente machista (força física, habilidade para a guerra etc.). O Cristianismo reinterpretou estas e muitas outras palavras no contexto de seus próprios valores: *virtus* ganhou assim o sentido de força moral, e *sanctus* passou a indicar a bem-aventurança extraterrena e o tipo de conduta terrena necessária para merecê-la. A alteração de sentido que *santo* e *virtude* sofreram ao ser incorporadas ao vocabulário cristão pode ser descrita como um caso de especialização de sentido; obviamente há especialização de sentido também quando os músicos falam de alguém como de um *virtuose*, e quando os sociólogos usam em sentido sociológico a palavra *santo*.

Como exemplo de generalização de sentido, compare-se a significação primitiva do verbo *impedire* com o port. *impedir*, it. *impedire*, e seus correlatos *empêcher*, *empecer*: no verbo latino estava presente ainda a imagem do pastor que derruba a ovelha segurando-a pelos pés (*pes*, *pedis*) com o cajado. Na origem, era um termo



de pecuária; sua passagem ao vocabulário comum fez com que a especificidade inicial se perdesse, subsistindo apenas a idéia de obstáculo (de qualquer tipo).

#### d) Necessidades de denominação

A mudança de significado pode ser determinada por necessidades de denominação, correspondentes ao aparecimento numa cultura de objetos, técnicas ou noções novas. Quando os objetos, técnicas ou noções são importados de povos vizinhos, é comum que seja simultaneamente adotado o termo que os designava na cultura de origem; assim o latim recebeu do celta as palavras *bracæ* e *carrus* (indicando respectivamente um tipo de bombacha e a carroça de dois eixos), palavras que sobrevivem até hoje nas línguas românicas.

Quando o objeto novo surge dentro da própria comunidade lingüística é mais comum que a necessidade de denominação seja suprida criando-se um sentido novo para uma palavra já existente. As vozes *gladius* e *ensis* indicavam os dois tipos de arma branca mais utilizados pelos soldados romanos: a espada curta que feria com a ponta e o corte e a espada longa que feria principalmente com o corte. As línguas românicas indicam essas armas pelos termos *espada*, *épée*, *spada*, derivada do termo latino *spatha*, que deve ter sido comum em latim vulgar. A história da palavra *spatha* é um exemplo de como se podem resolver problemas de denominação estendendo o significado de uma palavra já existente ou criando para ela significados novos por analogia e por metáfora: a *spatha* era, na origem, a tábua longa, larga e alongada com que os tecelões romanos comprimiam as tramas para obter um tecido mais encorpado nos teares verticais da época (é a função que nos teares mecânicos modernos é reservada ao pente). Quando apareceram em Roma espadas longas e largas, o termo a que se recorreu para denominá-las foi naturalmente o do antigo instrumento da tecelagem. A extensão metafórica de sentido e a criação metafórica de sentidos novos para preencher um vazio do léxico correspondem a uma figura de linguagem cuja importância já era reconhecida por Aristóteles — a catacrese. Convém ter em mente que catacrese é um processo constantemente ativo na evolução das línguas, e seus efeitos não se limitam aos surrados exemplos (como o indefectível *pé da mesa*) que os manuais escolares sempre citam.

Nem sempre, aliás, as necessidades de denominação surgem por causa de algum avanço tecnológico ou intelectual; fatores psicológicos como o medo, a delicadeza ou a decência podem criar um

“claro semântico” quando uma palavra se torna objeto de um *tabu* lingüístico: a palavra se torna então impronunciável e outras palavras de sentido mais ou menos próximo e sem conotações chocantes passam a ser usadas em vez dela para indicar os mesmos referentes. Um exemplo curioso citado por Ullmann é o da palavra latina *mustela* (“doninha”); os correspondentes românicos dessa palavra (port. *doninha*, it. *donnola*, esp. *comadreja*, fr. *bellette*) nada têm a ver com aquela palavra latina, que é um diminutivo de *mus* (“rato”); ao contrário, representam o animal como um ser humano, com beleza e sinuosidade femininas. Parece que na origem da diversidade dos nomes românicos da doninha estaria uma superstição segundo a qual dava azar mencionar a doninha por seu nome próprio no início da caçada. Por razões análogas, explicar-se-ia a variedade de nomes para a mão esquerda e para os canhotos (esp. *izquierdo*, do basco; fr. *gauche* do germânico, it. *sinistro*, do latim *sinister*) que tinha uma forte conotação pejorativa.

A existência de palavras *tabu* explica o uso lingüístico de outras palavras e a ampliação dos sentidos destas por *eufemismo*; mas no confronto entre o latim clássico e o latim vulgar o que aparece é freqüentemente o *disfemismo*, isto é, a busca de expressões que desqualificam a realidade a que se faz referência. Assim, o latim *facies* foi trocado na Península Ibérica pela palavra *rostrum*, literalmente “bico” e depois “focinho”; quanto a *frons*, que deu it. *fronte*, fr. *front*, foi substituído por *testa*, na origem “carapaça de tartaruga” e depois qualquer recipiente de barro. Uma explicação clássica para essa atitude atribui esses e outros *disfemismos* à tendência, que teria dominado em latim vulgar, por dar à fala um caráter fortemente afetivo. Por esse processo, muitas palavras que significavam na origem realidades extremamente prosaicas passaram às línguas românicas indicando realidades menos humildes e fazem parte hoje de seu vocabulário mais culto.

### 9.2.2 Dimensões da mudança de significado

Sejam quais forem as circunstâncias ou motivações da mudança de significado, parece claro que elas se dão ao longo de três linhas principais às quais serão dedicadas as três secções a seguir.

a) Na primeira dessas linhas, que chamaremos de *metafórica*, sanciona-se o fato de que duas realidades são representadas como simi-

lares aplicando-se-lhes o mesmo significante. É comum que uma atividade, uma técnica, ou mesmo uma crença ou superstição que esteja por algum tempo presente nas preocupações de uma comunidade se torne um esquema para a análise de outras realidades. Assim, é sabido que toda uma série de palavras que expressavam em latim clássico a noção de riqueza e dinheiro — *pecunia, peculium, peculatus* etc. — se relacionavam com a criação de ovelhas e cabras (*pecus, pecoris*): por algum tempo, a riqueza foi representada como a posse de um número razoável de cabeças de gado. O vocabulário, aplicado a realidades diferentes na tentativa de compreendê-las, sofre naturalmente ampliações e alterações de significado.

Ao princípio da metáfora (valorização da similaridade pela aplicação de um mesmo significante) deve ser referido um processo que tem sido descrito às vezes como peculiar e idiossincrático: a *etimologia popular*. É o processo pelo qual o inglês *country-dance* (“dança da aldeia”) passou ao português na forma *contradança*, interpretado como o nome de uma dança que segue a outra ou responde a outra; outros exemplos pitorescos são estas duas formas populares, registradas em 1988 pelos autores deste manual: *párrapô* por *esparadrapo* e *gôsmético* por *cosmético*. Na etimologia popular atua a tendência de analisar expressões desconhecidas em unidades conhecidas, resultando eventualmente em modificações fonéticas da expressão, e sempre em analogias mais ou menos precárias. Um exemplo de expressão criada em latim vulgar por etimologia popular é a glosa 126 do *Appendix Probi*:

*effeminatus non infiminatus*

essa glosa mostra que *effeminatus* (derivado de *femina*) era relacionado com *infimus*, que tinha entre outros os significados “baixo, abjeto”.

As mudanças de significado que seguem a linha da metáfora envolvem às vezes relações bastante surpreendentes para nós hoje. Assim, a palavra *aluno*, relacionada à mesma raiz que *alimento*, significou de início “aquele que se alimenta”; *feliz* (mesma raiz de *feto* e *fecundo*) indicou a fertilidade etc. É este o momento de lembrar que nossos antepassados extraíram freqüentemente os esquemas através dos quais representaram lingüisticamente a realidade de experiências e práticas que não têm medida comum com as nossas: a marinaria, a farmacopéia, a caça com o falcão são apenas algumas dessas experiências. Uma incursão por um bom dicionário

etimológico (por exemplo, o dicionário etimológico do francês, de von Wartburg) pode ser extremamente instrutiva a este respeito.

b) Na segunda linha de mudança semântica, que chamaremos de *metonímica*, o significado primitivo e o significado posterior à mudança se relacionam por algum tipo de contigüidade. É o caso já citado da palavra *moeda* e de tantas outras palavras cujo significado atual se relaciona a um significado mais antigo por uma relação temporal, espacial, de participação no mesmo evento etc. Dos casos de alteração metonímica, os que envolvem uma relação espacial são particularmente freqüentes em latim vulgar nos termos que indicam partes do corpo:

*ombro* < *umerus* ("parte superior do braço")  
*coxa* < *coxa* ("anca")  
*braço* < *brachium* ("antebraço")  
*boca* < *bucca* ("bochecha")

mas os há em qualquer campo de conhecimento. Para ilustrar o caso que envolve um nexos temporal, transcrevemos de Ullmann o exemplo da palavra *missa*: empregada de início na fórmula de despedida *ite [contio] missa est* (literalmente: "Ide, está dissolvida [a assembléia]"), com que o padre declarava dissolvida a reunião religiosa, ela acabou por indicar a própria reunião religiosa. Citamos ainda a formação do sentido atual da palavra *busto*: ela indicava na origem o lugar onde se havia incinerado algum cadáver. O hábito de plantar nesses lugares esculturas de meio corpo representando os defuntos ilustres deu origem ao sentido atual.

c) A terceira linha ao longo da qual se dão as mudanças de significado é a da maior ou menor especificidade. Para que *pullus* pudesse assumir a significação que tem atualmente no esp. *pollo*, fr. *poulet*, it. *pollo* foi preciso que deixasse de aplicar-se indiferentemente ao filhote de *qualquer* animal, para aplicar-se somente aos galináceos. Por uma especialização de sentido análoga, *collocare* (mesmo sentido que seu derivado erudito port. *colocar*) dá o fr. *coucher* e o it. *coricare*; e *cubare* ("dormir") dá o fr. *couver* e o it. *covare* ("chocar ovos").

Não é sempre fácil reconstituir as circunstâncias em que se deu a mudança de significado de uma expressão, e mesmo quando a reconstituição aproximativa é possível, não é sempre fácil apontar a circunstância que atuou como fator determinante; assim, muitos de nossos exemplos poderiam ser analisados de outra(s) maneira(s) e poderiam ser enquadrados em mais de uma das "linhas"

que procuramos distinguir. Não há nisso problema maior desde que as distinções aqui propostas sejam entendidas como meras indicações num campo onde há muito a investigar a despeito do esquecimento a que o relegou entre nós a Linguística mais recente.

### 9.3 Preferências e diferenças regionais

É legítimo admitir que uma língua falada num território amplo — como deve ser qualificado o Império Romano em face da precariedade das comunicações no mundo antigo — manifesta naturalmente diferenças regionais de vocabulário, sem perder sua unidade. Aqui é o momento de lembrar que algumas diferenças referentes ao vocabulário hoje observadas entre as línguas românicas já deviam estar presentes ao menos como preferências regionais no latim vulgar falado durante o Império. Reproduzimos aqui alguns dos exemplos citados num dos principais trabalhos sobre o assunto, a *História do léxico românico* de Helmut Lüdtke:

a) opondo-se a todo o resto da România, a Sardenha conservou as palavras *domus* e *magnus* (substituídas alhures por *casa* e *grandis*);

b) a Sardenha e o sul da Ibéria desenvolveram o artigo definido a partir do demonstrativo *ipse*; alhures, o artigo definido se origina de *ille*;

c) o latim vulgar da Sardenha e da Dácia conservou a voz latina *scire*, substituída nas outras regiões por *sapere* (cp. port. *saber*);

d) sobreviveu na Sardenha e na Itália do sul o advérbio de tempo *cras* (“amanhã”, cp. a expressão erudita *procrastinar*); no resto da România ele é substituído por expressões baseadas em *mane*, “de manhã”, “na manhã do dia seguinte”;

e) *luna* (“lua”) substitui *mensis* (“mês”) na Dácia; alhures, *mensis* se mantém;

f) na Ibéria, Sardenha e Itália do sul, *habere*, quando utilizado no sentido de “possuir” (> fr. *avoir*, it. *avere*), é substituído por *tenere* (cp. port. *tenho uma casa*, fr. *j'ai une maison*);

g) na formação do comparativo analítico dos adjetivos, o advérbio utilizado é *plus* no centro da România; é *magis* na Ibéria e na Dácia;

h) *formosus* tem uma distribuição regional análoga à de *magis*.

O exame dessas preferências mostra que em algumas regiões o léxico vulgar teve um caráter bastante conservador. Uma dessas regiões é a Sardenha; outra é a Ibéria, onde o vocabulário vulgar comporta um número relativamente elevado de vozes indistintas das vozes clássicas.

### Documento: Notas sobre o léxico ibérico

1. Só nas línguas românicas ibéricas ocorrem vestígios das formas latinas antigas *demagis* (port. *demais*, esp. *demás*), *fabulari*, verbo que caiu em desuso após o século II a.C. mas que foi usado na Ibéria a julgar pelo port. *falar*, esp. *hablar*. Também *quærere*, “indagar” e depois “desejar”, *percontari* e *comedere* são palavras antigas conservadas na Hispania.

2. Constituem tipos léxicos peculiares à Hispania: *mancipiu* (port. *mancebo*), *collacteus* (port. *colaço*, esp. *colazo*), *novacula* (port. *navalha*, esp. *navaja*), *coratione*, *capitia*, *concilium* (port. *coração*, *cabeça*, *concelho*; esp. *corazón*, *cabeza*, *concejo*).

3. Além da Ibéria foi também conservadora a Sardenha, cuja situação geográfica muito concorreu para seu isolamento em relação a Roma. Não admira que entre o português e o espanhol de um lado, e o sardo de outro ocorram notáveis coincidências léxicas, observando-se sempre a manutenção de antigos estágios lingüísticos, cp. port. *querer*, sardo *kerere*, de *quærere*; port. *lamber*, esp. *lamer*, logudorês *lámberre*.

4. Com o sardo, as línguas ibéricas compartilham também a conservação dos nomes em *-ies* da 5.<sup>a</sup> declinação, como um tipo distinto dos *demais*:

*facie* > esp. *haz*, port. *face* (em opos. ao it. *faccia*)  
sardo *fake*

*acidities* > port. *acidez* (mas *puritia* > port. *pureza*)

## **Quarta Parte:**

# A formação das línguas românicas





# 10

## Fatores de dialeção do latim vulgar

---

É comum entre os romanistas admitir que a relativa uniformidade que o latim apresentou durante o período imperial foi-se substituindo no período românico uma forte tendência à diversificação regional.

Como resultado dessa tendência, no final do primeiro milênio, a România apresentava-se fragmentada numa quantidade de dialetos de origem latina e foi nesse panorama de diversificação que, em seguida, alguns dialetos, projetados pelo prestígio político, econômico ou cultural da região em que eram falados, se impuseram aos dialetos vizinhos, transformando-se com o tempo em línguas nacionais.

Como se explica a dialeção do latim vulgar? Em termos muito gerais, vale a explicação de que a variação no tempo e no espaço é inerente à língua, a qual é parecida sob esse aspecto com as demais instituições sociais. Premidos pela necessidade de tornar sua fala mais exata ou mais expressiva, os falantes criam o tempo todo palavras e construções sintáticas novas com os materiais disponíveis em sua própria língua; mudanças fônicas surgem pelas tensões paradigmáticas que ocorrem no interior do sistema e pelas tensões sintagmáticas que ocorrem entre sons contíguos na fala; em grau menor, alterações de todo tipo podem resultar de fatores “externos”, isto é, do contacto entre línguas diferentes. Na seqüência deste capítulo, dedicaremos as duas primeiras secções (10.1 e 10.2) a esclarecer o papel das pressões sintagmáticas e paradigmáticas na mudança fônica; nessas

secções, exemplificaremos em outras palavras alguns dos fatores de mudança e diversificação regional internos ao sistema lingüístico; nas outras secções (10.3 a 10.5), discutiremos a possível influência de fatores externos. Ao fazê-lo, reportar-nos-emos à situação lingüística que prevalecia na România antes da implantação do latim vulgar ou a vicissitudes históricas por que passaram as regiões de fala latina depois da romanização. Utilizando uma metáfora que se tornou corrente nos estudos românicos, reservaremos a esses aspectos os nomes de *substrato* e *superstrato*.

### 10.1 Mudanças fônicas determinadas por pressões paradigmáticas

O conceito de “pressão paradigmática” foi elaborado pelos estruturalistas, em particular por uma passagem clássica da *Économie des changements phonétiques*, do lingüista francês André Martinet. Segundo Martinet, o sistema fonológico de uma língua reflete a qualquer momento um equilíbrio precário entre a necessidade de distinguir um número tão amplo quanto possível de unidades significativas e a tendência natural a poupar o emprego dos meios de expressão. Num sistema ideal, a tensão entre essas duas necessidades levaria a esperar dos fonemas e dos traços um alto “rendimento funcional”, isto é, cada fonema serviria para distinguir um número relativamente alto de palavras, e cada traço permitiria distinguir um número relativamente alto de fonemas. Raramente as línguas atingem essa situação ideal; por exemplo, no português atualmente falado em São Paulo, a vogal /a/ deve ter uma frequência vinte vezes maior que a vogal /û/ e a consoante /ñ/ ocorre com uma frequência oitocentas vezes mais baixa que a consoante /s/; também a utilização dos traços não é a que assegura o mais alto rendimento funcional; basta ver, por exemplo, que pela oposição entre bilabiais, dentais e velares, de um lado, e as surdas, sonoras e nasais, de outro, o português distingue oito consoantes e não nove:

/p/	/t/	/k/
/b/	/d/	/g/
/m/	/n/	?

(a casa vazia corresponde ao som [ŋ] que não tem estatuto de fonema em português). Quando o seu rendimento funcional é baixo, e são muitas as casas vazias, o sistema fonológico de uma língua tende naturalmente à instabilidade e abre-se a várias alternativas de reestruturação que restabelecem seu equilíbrio. O latim clássico apresentava alguns desequilíbrios notáveis que foram corrigidos em latim

vulgar: a ausência de um correspondente sonoro para /f/, a presença de um único fonema uvular /h/ etc.; também o sistema fonológico do latim vulgar era parcialmente desequilibrado; por exemplo, faltava nele um correspondente sonoro para /s/; essa “casa vazia” está hoje preenchida em todas as línguas românicas exceto o castelhano, que já teve um fonema /z/ e o perdeu em seguida.

## 10.2 Mudanças fônicas devidas ao entorno

As mudanças fônicas devidas ao entorno foram estudadas predominantemente pelos neogramáticos sob o nome geral de Fonética Histórica. Explicam-se pelo ambiente em que figuram os sons no corpo da palavra e, por resultarem principalmente de fatores articulatorios, são mais ou menos espontâneas: em línguas e épocas muito diferentes, podemos encontrar mudanças fonéticas semelhantes.

O principal tipo de mudança fônica devida ao entorno é a assimilação, isto é, a “assemelhação” de um som a outro, devida (i) à antecipação da posição articulatória necessária à produção do som seguinte (“assimilação progressiva”, ex. lat. *adversus* > port. *avesso*) ou (ii) à inércia dos órgãos articulatorios, os quais guardam a posição anterior, quando já se está articulando o som seguinte (“assimilação regressiva”, ex. lat. *vipera* > port. *víbora*).

Têm caráter de assimilação várias mudanças fônicas que foram adotadas em regiões mais ou menos amplas da România, contribuindo para a dialeção do latim vulgar, entre elas:

a) a sonorização (ver o tratamento de [p], [t], [k] em 6.2.2, g);  
b) a nasalização (lat. *luna* > port. *lũa* e depois *lua*; cp. o esp. it. *luna* e o fr. *lune*);

c) a palatização: (ver em 6.2.2, a, o tratamento de *a*, *k*, *g* (*e*, *i*); ver em 6.2.4, c, o tratamento dos grupos de consoante + iode);

d) a metafonia, espécie de assimilação à distância determinada pela vogal final que, se aberta, abre a tônica, e, se fechada, a fecha: lat. *hora* [o] > port. *hora* [ɔ]; lat. *focu* [o] > port. *fogo* [o].

Ao acompanhar o processo pelo qual as mudanças determinadas pelo entorno (em particular a assimilação) contribuíram para a dialeção do latim vulgar, convém ter em mente três parâmetros:

1º) Num mesmo entorno, a tendência a “simplificar” a pronúncia por assimilação pode resultar em diferentes soluções. O exemplo clássico é o do grupo consonântico *-ct-* em palavras como *octo*: na România Oriental, *c* assimilou-se à consoante seguinte, cp. o it. *otto*; na România Ocidental, semivocalizou-se, assimilando-se à

vogal precedente, cp. port. *oito* (que corresponde ao estágio mais antigo do esp. *ocho*) e fr. *huit*.

2º) A assimilação não se deu em todas as regiões com a mesma rapidez e intensidade; assim, ao português *loba* corresponde o esp. *loba* [loβa] e o fr. *louve*. Evidentemente, o processo de assimilação avançou muito mais em francês, onde a consoante intervocálica recebeu do entorno não só o traço de sonoridade mas também o de continuidade, comum às vogais e às fricativas.

3º) Na formação das línguas românicas, as mudanças determinadas pelo entorno tiveram freqüentemente repercussões de caráter fonológico — não necessariamente as mesmas em todas as regiões, o que resultou em sistemas fonológicos distintos. Em outras palavras, as mudanças de que estamos tratando originaram freqüentemente na história do romance e das línguas românicas “pressões paradigmáticas” do tipo descrito em 10.1. O exemplo mais típico é, mais uma vez, o surgimento das consoantes palatais, que ocorreu em toda a România, exceto a Sardenha. Na origem dessas consoantes está um elemento comum, a assimilação da consoante a uma vogal ou semivogal palatal que segue, determinando o aparecimento de um alofone palatalizado para um fonema não palatal. Em seguida, esses alofones ganharam o *status* de fonemas, incorporando-se de maneiras diferentes ao sistema fonológico como um todo. Note-se, por exemplo, que *c*(e, i) (pronunciado [tʃ]) permanece em italiano como um fonema distinto de /k/ e de /s/; em outras línguas românicas, entre as quais o português, *c*(e, i) deixou de distinguir-se fonologicamente de /s/ depois de um período em que sua pronúncia era [ts]; o quadro a seguir resume esse desenvolvimento do português:

lat. cláss.	lat. vulg.	port. arc.	port. moderno
<i>sexta</i> [s] /s/	<i>sexta</i> [s] /s/	<i>sexta</i> [s] /s/	<i>sexta</i> [s] /s/
<i>cista</i> [k] /k/	<i>cesta</i> [k] /k/	<i>cesta</i> [ts] /ts/	<i>cesta</i> [s] /s/
<i>casa</i> [k] /k/	<i>casa</i> [k] /k/	<i>casa</i> [k] /k/	<i>casa</i> [k] /k/

lat. vulg.: *c* de *cesta*, pronunciado [k] é alofone de /k/;

port. arc.: *c* de *cesta*, pronunciado [ts] corresponde ao fonema /ts/, distinto de /s/ e de /k/;

port. moderno: *c* de *cesta*, pronunciado [s] é alofone de /s/; /ts/ deixou de existir.

Algo análogo aconteceu no sistema fonológico do francês com o fonema /λ/, que deixou de existir como tal, absorvido pela semi-vogal /j/; em espanhol, a palatalização de // pressionou o antigo /λ/ (< lat. *li*), que passou à fricativa velar /x/, cp. *hijo* de *filium*.

### 10.3 Os substratos

Voltemo-nos agora para os fatores externos, começando pelo substrato.

Muito mais demorada que a submissão militar, a absorção das línguas encontradas pelo latim nas regiões conquistadas se consumou através de situações mais ou menos persistentes de bilingüismo. Há testemunhos de que essas situações de bilingüismo duraram até tarde mesmo em regiões incorporadas ao Estado romano em épocas antigas: o etrusco e o osco, por exemplo, ainda eram falados na Itália no primeiro século depois de Cristo; até o terceiro século de nossa era escreveram-se na Sardenha inscrições trilingües: púnico, grego e latim.

Nessa condição de bilingüismo, era natural que o latim sofresse a influência das línguas pré-romanas — uma influência que se fez sentir sobretudo de três maneiras:

a) O latim recebeu das línguas dos vencidos alguns elementos que, incorporados à sua estrutura, eram difundidos em seguida em todo o mundo romano. Este fenômeno é sobretudo comum com palavras das línguas itálicas e do celta: assim o francês *cafard* e o italiano *scarafaggio* remontam a uma palavra osca \**scarafaius*; a palavra latina correspondente era *scarabeus* (com *-b-* intervocálico), que deu o português *escaravelho* e o italiano *scarabeo*; como já vimos, os termos gauleses *carrum* e *bracæ*, que indicavam objetos desconhecidos dos romanos (respectivamente a carruagem de quatro rodas e as calças compridas) foram incorporados ao latim quando os romanos adotaram os objetos correspondentes e passaram através do latim a todas as línguas românicas (cp. port. esp. *carro*, *bragas*; fr. *char*, *braies*; it. *carro*, *brache*; rético *tchar*; rum. *car* e os verbos *imbracă*, “vestir-se” e *desbracă*, “despir-se”).

b) Naturalmente, as denominações pré-romanas resistiram mais longamente na toponímia (que por isso é uma fonte de hipóteses sobre a distribuição geográfica das raças pré-romanas) e nos nomes aplicados à fauna, à flora e à cultura material, sobretudo

quando esses nomes se referiam a realidades desconhecidas dos romanos. Por exemplo, são pré-romanos os nomes europeus da camurça (port. *camurça* e *camuça*, fr. *chamois*, it. *camoscio* etc.) e os nomes europeus das habitações montanhesas.

c) Mas a importância dos substratos é sobretudo outra: era natural que os povos vencidos, ao falar o latim, aplicassem a essa língua os hábitos lingüísticos (de pronúncia, de preferências vocabulares e sintáticas etc.) próprios de seus idiomas. Supõe-se que muitos desses hábitos "errados", que desapareciam depois de uma ou duas gerações nos ambientes mais fortemente romanizados (e portanto deixavam de ser denunciados pelos documentos escritos), tenham persistido em outras faixas sociais, provocando à distância de décadas ou mesmo de séculos o aparecimento de inovações localizadas, ponto de partida para a dialeção do latim. Nesse sentido é significativo que a fonética do latim evolua em determinadas direções apenas nas áreas correspondentes a antigas línguas pré-romanas, segundo características atestadas dessas mesmas línguas: por exemplo, limita-se à Toscana, isto é, à área do antigo etrusco, o fenômeno conhecido como "gorgia", que consiste na pronúncia aspirada das consoantes oclusivas surdas iniciais (lat. *casa*, it. *casa*, toscano *hasa*), e as vogais da série híbrida [ø] e [y] só aparecem no domínio original do celta.

Tem portanto plausibilidade a tese de que as línguas dos povos romanizados não desapareceram por completo com a implantação do latim, mas se mantiveram determinando tendências à dialeção: é plausível admitir que tais tendências foram contidas enquanto tais regiões se mantiveram em contacto entre si e com a metrópole, e ganharam força com a divisão política do Império, quando as invasões bárbaras bloquearam os contactos entre as várias regiões da România.

Para o estudo dos substratos não basta dispor de informações sobre os povoadores pré-romanos dos territórios latinizados e sobre a maneira como se processou a conquista romana: é crucial dispor também de informações exatas sobre a língua desses povos, mas muitos desses dados se perderam. No que segue, mencionam-se alguns povos que habitaram a România antes da chegada dos romanos. Não se trata dos povos mais importantes na perspectiva da história das civilizações, mas daqueles sobre os quais há informações confirmando que sua língua afetou a evolução posterior do latim de maneira precisa.

### 10.3.1 Substratos da Itália peninsular

Até o século III a.C., os romanos submeteram os itálicos, que habitavam as regiões montanhosas da Itália peninsular, desde a Úmbría até a Calábria (nas regiões costeiras predominavam os gregos, os messápios e os cartagineses).

Os itálicos falavam línguas indo-européias do mesmo ramo que o latim, que podem ser divididas em três grupos: o osco, o sabélico e o umbro. As semelhanças que essas línguas apresentavam com o latim, e a participação cada vez mais ativa que os itálicos tiveram nos empreendimentos militares e coloniais romanos permitiram que essas línguas cedessem ao latim vulgar um grande número de palavras, frequentemente reconhecíveis por terem um *-f-* intervocálico onde o latim teria um *-b-* (ex. *bifulcus* e *bufalus*). Na dialeção do latim vulgar, a principal influência dos substratos itálicos é a assimilação dos grupos intervocálicos:

mb > mm  
nd > nn

Essa assimilação ocorre no antigo domínio do osco, o centro-sul da Itália (onde os equivalentes dialetais do italiano *piombo* e *fronda* são *piommo* e *fronna*) e numa região da Ibéria que foi colonizada por lavradores oscos, tendo como centro a cidade de Huesca.

### 10.3.2 Os povos do Mediterrâneo ocidental

Tanto do ponto de vista étnico, como do ponto de vista lingüístico, os povos que os romanos encontraram no Mediterrâneo ocidental são os mais difíceis de caracterizar. Pouco se sabe sobre os lígures (que habitavam a região costeira do mar Tirreno desde o Arno até o Ródano), sobre os iberos (cuja área de influência começava pouco além das colônias gregas do vale do Ródano e abrangia o sul da França e toda a Península Ibérica), sobre os sardos (antigos e misteriosos habitantes da Sardenha) e sobre os sículos e sicanos (habitantes da Sicília).

Com exceção do grego e do céltico, as línguas faladas nessas regiões não eram indo-européias, e poucos são os testemunhos antigos a seu respeito. A língua dos iberos sobrevive no basco, o que permite explicar pelo ibero alguns traços que o latim vulgar da Espanha recebeu do substrato. O principal desses traços é a evolução peculiar do *f-* inicial latino no domínio do espanhol:

f > h > φ

por exemplo: *fabulare* > *hablar* > *hablar* (onde o *h* deixou de ser pronunciado).

Palavras de origem ibérica são ao que tudo indica *nava* e *vega* e as formadas com o sufixo *-rro* (*cerro*, *cazurro* etc.).

### 10.3.3 Os povos da França, da região do Pó e dos Alpes

Na França atual, na região alpina e no vale do Pó, os romanos encontraram principalmente populações gaulesas, ou, usando o termo com que essas populações se autodenominavam, celtas. Indo-europeus, os celtas haviam-se estabelecido em época remota entre o Reno e o Elba. No século VI a.C., em busca de novas terras, abandonaram essa região e invadiram vastas áreas da Europa continental e insular e da Ásia: Ilhas Britânicas, Ibéria (onde deram origem com os iberos ao grupo híbrido dos celtiberos), Itália do Norte e Galácia (na Ásia Menor). Depois que todos esses territórios passaram aos romanos, a língua dos celtas regrediu rapidamente na Europa continental, ao passo que sobreviveu nas Ilhas Britânicas, dando origem mais tarde ao gaélico (falado na Irlanda, na Escócia e na Ilha de Man), ao galês (falado no País de Gales) e ao bretão.

As fontes diretas do celta são poucas; contudo as línguas de origem celta têm sido de grande auxílio na sua reconstituição, e por isso o celta é um substrato lingüístico razoavelmente conhecido. Além de contribuições características na toponímia (por exemplo, os nomes de lugar em *-dunum*, um dos quais é *Lugdunum*, o antigo nome de *Lyon*, ou em *-iacus* cp. *Fundus Aureliacus*, de onde derivam o fr. *Orly* e o prov. *Aurillac*) atribui-se habitualmente ao celta a passagem de *u* a *y*, que é típica do francês, do provençal e dos dialetos galo-itálicos, falados na Itália do Norte.

Nos Alpes orientais habitavam os réticos, cuja língua foi aproximada do etrusco por alguns autores antigos.

### 10.3.4 Os substratos do Vêneto, da Dalmácia e da região danubiana

O atual Vêneto, à chegada dos romanos, era habitado pelos eugâneos e pelos paleovênetos, que alguns autores consideram afins aos lígures; a Península Balcânica (Dalmácia, Mésia, Trácia e Dácia)



era habitada pelos ilírios. Nesses territórios, há razões para crer numa notável unidade lingüística pré-romana.

#### 10.4 Os superstratos

Ao falar em superstrato, a primeira imagem que vem à mente são as **inúmeras vicissitudes políticas por que passou a România depois da queda do Império**. Como se sabe, multiplicaram-se nesse período as invasões de territórios romanizados por povos vindos do leste; e como resultado dessas invasões criaram-se na România e territórios limítrofes vários reinos bárbaricos ou romano-bárbaricos. Em sua maioria esses povos, que os antigos qualificaram de “bárbaros”, eram de origem germânica, mas não se devem esquecer os povos eslavos que ocuparam no século V a Península Balcânica, isolando o romeno no extremo leste da România; nem os árabes, que se assenhorearam do Norte da África, dominaram por vários séculos grande parte da Ibéria e tiveram uma presença de algumas décadas na Sicília. À diferença dos germanos e dos eslavos, que são de origem indo-européia, os árabes são de origem semítica.

Na época das invasões, o Cristianismo era a religião preponderante em toda a România: muitos dos povos invasores adotaram essa religião, o que foi freqüentemente um passo para a adoção das instituições dos povos submetidos, inclusive a língua. Em alguns casos, os Estados romano-bárbaricos foram bilíngües: o latim vulgar e a fala dos novos senhores foram utilizados lado a lado.

Na seqüência desta secção dão-se indicações sumárias sobre os povos que constituíram Estados com alguma duração no período que nos interessa (que vai desde o século V até o final do primeiro milênio). Na secção 10.4.2, será considerada a influência que suas línguas exerceram sobre o latim vulgar.

##### 10.4.1 Os reinos romano-bárbaricos

Os principais povos que constituíram reinos em territórios onde se falam ainda hoje línguas derivadas do latim foram os vândalos, os visigodos, os burgúndios, os alamanos, os ostrogodos, os ânglios e saxões, os francos, os longobardos, os árabes e os normandos.

a) Os vândalos passaram no século V da Hungria para os países alpinos, e daí para a Gália e a Ibéria. Na Ibéria, fundaram um

reino na região que conserva ainda hoje o seu nome (*Andaluzia* < *Vandaluzia*), e outro no norte da África, que sobreviveram até a conquista pelos visigodos e pelos bizantinos, respectivamente.

b) Tendo alcançado no século IV a região dos Bálcãs e o Peloponeso, os visigodos foram responsáveis por várias incursões na Itália, Gália e Espanha. Em 425 foram sediados no sul da França como federados dos romanos, num reino que tinha por capital Tolosa. Os francos os expulsaram em 507 para a Ibéria, onde criaram um reino romano-gótico, cristão. Esse Estado foi dominado pelos árabes em 711, exceto a região das Astúrias, que seria, mais tarde, o ponto de partida das "reconquistas" católicas.

c) Expulsos no século V pelos hunos da região de Worms e Spire, onde se haviam fixado como federados dos romanos, os burgúndios ocuparam a Borgonha (< *Burgundia*) atual, parte da Franche-Comté e o sul do vale do Reno. Converteram-se ao Cristianismo e depois ao Arianismo. Seu reino acabou sendo incorporado ao dos francos.

d) Os alamanos (cujo nome deu origem à palavra "Alemanha") ocuparam em 470 a província romana da Récia (norte da Suíça). Não se assimilaram nem na língua nem na religião às populações romanas aí encontradas. Os avanços sucessivos de dialetos alemães de um lado e italianos de outro explicam a distribuição geográfica peculiar do rético, hoje dividido em três regiões descontínuas.

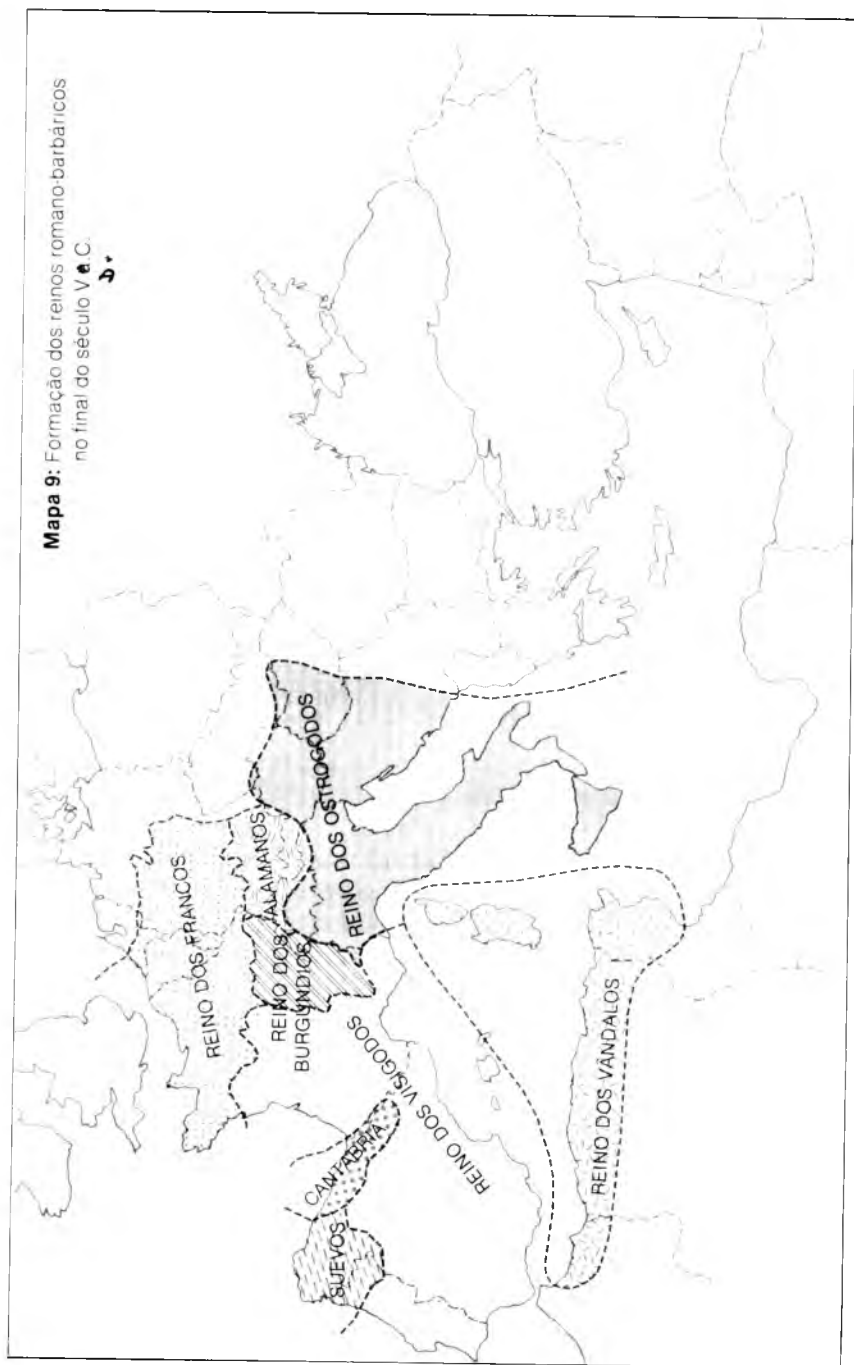
e) Entre os séculos V e VI os ostrogodos invadiram a Itália e sediaram-se no vale do Pó, na região de Verona. Foram absorvidos mais tarde pelos bizantinos.

f) No início do século V, os romanos retiraram-se das Ilhas Britânicas, que passaram ao domínio dos ânglios e dos saxões. No mesmo século os bretões, celtas não romanizados, passaram das Ilhas Britânicas para o norte da Gália, onde ocuparam a Armórica (atual Bretanha).

g) Vindos da região de Colônia, os francos, cujo nome deu origem ao atual França, tomaram o norte da Gália até o rio Loire, em 486. Em 507 derrotaram os visigodos, conquistando o sul da Gália e estendendo o seu domínio até os Pireneus. Convertidos ao Cristianismo, os francos formaram com a população romanizada do norte da Gália um Estado franco-galo-romano. O elemento franco esteve menos presente no sul da Gália, que os francos se limitaram a manter ocupado militarmente. Data do século VIII a criação do Sacro Império Romano, um Estado franco sob Carlos Magno,

**Mapa 9:** Formação dos reinos romano-barbáricos no final do século V d.C.

3.



que compreendia a França, e grande parte da Itália e da Espanha. Preconizando uma administração descentralizada, os francos contribuíram para o desenvolvimento do feudalismo.

h) Ao entrar na Itália em 568, os longobardos ocuparam a planície do rio Pó, então sob o domínio bizantino, e fizeram da cidade de Pavia, na atual Lombardia (< *Longobardia*), a capital de seu reino. No século seguinte converteram-se ao Cristianismo e foram fortemente romanizados. Em 774 foram derrotados por Carlos Magno e seu território incorporado ao Sacro Império Romano.

i) Numa série de avanços sucessivos, os árabes ocuparam todo o norte da África no século VII. No início do VIII bateram os visigodos, tomando grande parte da Península Ibérica. Chegaram a invadir a França, sendo detidos em 732 pelos francos, sob o comando de Carlos Martelo. Os árabes não se romanizaram, provavelmente por razões religiosas. Mas, na Península Ibérica, os cristãos vivendo sob a dominação árabe criaram uma cultura de contacto peculiar, conhecida como “cultura moçárabe”.

j) Foi no século X que os normandos se instalaram na região da França que ainda conserva seu nome, a Normandia. Daí, partiram um século mais tarde para a conquista da Inglaterra. A conquista normanda da Itália do sul e da Sicília também data do século XI.

#### 10.4.2 Influências do superstrato

Os romanistas referem ao superstrato, identificado com essas invasões, uma série de influências que podem ter contribuído para a dialeção do latim, e que resumimos a seguir em três secções, dedicadas respectivamente ao germânico, ao árabe e às línguas que interessam para a formação do romeno.

##### 10.4.2.1 Superstratos germânicos

Com os povos germânicos, os romanos estiveram em intenso contacto desde os primeiros séculos do Império, na região do Reno e do Danúbio. Muitos desses povos foram tratados pelos romanos como aliados, e grandes contingentes populacionais foram então assentados no território do Império como medida de pacificação e autodefesa. Através dessas infiltrações, o latim recebeu alguns elementos lingüísticos (sobretudo léxicos) que foram depois transmitidos

a todas as línguas românicas: germ. *werra* (cp. port. it. *guerra*, esp. *guerra*, fr. *guerre*), germ. *borg* (port. esp. *burgo*, fr. *bourg*, it. *borgo*).

Mas ao falar em superstrato germânico pensa-se mais geralmente nas invasões ocorridas a partir do século V, e essas, como deveria ter ficado claro na secção anterior, foram tão numerosas que se torna necessária uma distinção por grandes áreas.

a) Itália — O superstrato germânico é representado:

- pelos godos, cuja língua influiu na toponímia (em nomes de lugar como *Goito*, *Marengo* e em outras cidades cuja denominação termina em *-engo*) e no léxico (adjetivos como *biut*, *biot*, significando “nu, despido”, que aparece em certos dialetos do norte);
- pelos longobardos, cuja língua deixou vestígios da mesma natureza: *Lombardia*, *baldo* (“valente”), *brando* (“espada”), *palco*, *panca* (“banco”);
- pelos francos, que chegaram à Itália no século VIII já quase completamente romanizados.

b) Gália — Observa-se na Gália uma forte influência:

- do francônio (domínio do francês atual);
- do visigodo (domínio do provençal atual);
- do burgúndio (domínio do franco-provençal).

A mais importante de todas essas influências é a do francônio, a língua dos francos (ver 10.4.1, g). Manifesta-se (i) no vocabulário: palavras em *-aut*, *-aud* como fr. *ribaud*, palavras em *-art*, *-ard*, como fr. *bâtard*, *Reinart*; (ii) na fonética: certas palavras recebidas por empréstimo do francônio tinham *h* aspirado: por exemplo, o substantivo *haie* e o verbo *hair*; esse *h* aspirado passou para palavras de origem tipicamente latina como fr. *haut*, de *altu* (hoje, como se sabe, o *h* aspirado não mais se pronuncia, mas às palavras latinas ou germânicas com *h* aspirado não se aplica o fenômeno da ligação); (iii) na morfologia: havia em francônio uma declinação cujo acusativo terminava em *-ain*: existem até hoje em francês pares de palavras como *pute/putain* onde a segunda forma mantém a terminação do acusativo francônio; (iv) na sintaxe: por exemplo, o francês antigo tomou do francônio a colocação dos termos nos grupos nominais: os *Juramentos de Estrasburgo*, que costumam ser apontados como o mais antigo documento da língua francesa, começam com a expressão *pro Deo amur*, com genitivo anteposto, ao invés da ordem pan-românica *pro amur Deo* cp. port. *pelo amor de Deus*.

c) Ibéria — Observa-se a presença dos suevos (Galiza), dos vândalos e dos visigodos.

Esta última é a influência mais importante, e afeta principalmente os nomes de pessoas e lugares, ao passo que são mais raras as contribuições ao vocabulário concreto: *Afonso, Álvaro, Frederico, Gonçalo, Raimundo, Rodrigo...*, *espora, roupa...*

d) Récia — O rético recebeu numerosas influências germânicas, sobretudo através dos dialetos suíço-alemães. Essas contribuições se multiplicaram a partir do século XV.

e) Sardenha e Dácia — Não se pode, propriamente, falar de um superstrato germânico para a Sardenha e a Dácia, que receberam elementos de origem germânica indiretamente, a partir do italiano e do eslavo.

#### 10.4.2.2 O superstrato árabe

Após tirar aos bizantinos (vale dizer: ao Império Romano do Oriente) o Egito e a África do Norte, os árabes se apoderaram, no século VIII, de toda a Península Ibérica exceto a região cantábrica; um século mais tarde, eles dominaram a Sicília. O fato teve consequências notáveis, sobretudo para a Ibéria, onde os árabes ficaram até o século XV (ao passo que foram expulsos da Sicília no século XII): ali formou-se a cultura moçárabe, que serviu por longo tempo de intermediária entre o mundo cristão e o mundo muçulmano.

Diretamente, ou por intermédio da cultura moçárabe, os árabes transmitiram para a Europa alguns de seus achados no domínio da ciência e do comércio. Mas as influências lingüísticas se limitam propriamente ao léxico, onde os empréstimos são geralmente reconhecíveis pela sílaba inicial *al-*, correspondente ao artigo árabe: *álcool, alferes, alcorão, álgebra, alfândega, almoxarifado* etc., além, como era de esperar, da toponímia (*Gibraltar* etc.).

#### 10.4.2.3 Os superstratos do romeno

Assim como o superstrato mais importante da Romênia ocidental é o germânico, o superstrato mais importante do romeno é o eslavo. De línguas eslavas deriva a parte mais extensa do vocabulário romeno atual. Outros superstratos importantes para o romeno são o turco e o albanês.

## 10.5 Os adstratos

Nas duas secções anteriores apresentamos as línguas que precederam e seguiram o latim nos territórios romanizados, constituindo potenciais fatores de dialeção. Para isso, expressamo-nos em termos da metáfora que representa essas línguas como camadas superpostas, e falamos em substrato e superstrato. Certamente, essa metáfora nos ajuda a construir uma perspectiva sobre os fatos (por exemplo, ela nos ajuda a compreender que o latim e o grego entraram em contacto em condições diferentes nas colônias gregas do sul da Itália, no século II a.C. (grego = substrato) e nas regiões do centro e sul da Itália onde foi reintroduzido pelos bizantinos no século V d.C. (grego = superstrato); mas ela evoca de algum modo a imagem de uma separação no tempo (primeiro os substratos, depois o latim, depois os superstratos) que não é lingüísticamente correta.

A influência dos substratos e dos superstratos deu-se, precisamente, na medida em que essas línguas participaram, com o latim, de uma situação mais ou menos prolongada de bilingüismo ou pelo menos de contacto. Assim, verifica-se que nas noções de substrato e superstrato está de algum modo embutida a noção de adstrato: as camadas não se superpõem, mas se interpenetram.

A noção de adstrato revela-se mais versátil que as duas precedentes, e tem sido invocada para explicar fenômenos bastante variados. A seguir, toca-se por alto no fenômeno do empréstimo (10.5.1) e discute-se o papel de “adstrato permanente” exercido pelo grego (10.5.2) e pelo latim literário (10.5.3).

### 10.5.1 Os empréstimos

Embora pouco exata, a expressão “empréstimo lingüístico” consagrou-se na maioria das línguas modernas para indicar a transmissão de formas lingüísticas (sobretudo léxicas) entre línguas em contacto.

Os empréstimos podem ter causas várias, desde a transmissão de uma cultura para outra de técnicas e objetos antes desconhecidos, até a moda, a influência que uma língua exerce sobre outra por ser encarada como expressão de uma cultura mais refinada ou mais adiantada tecnologicamente: é por motivos como esses que passaram para as demais línguas românicas inúmeras palavras francesas referentes ao vestuário e aos hábitos de higiene, inúmeras palavras italianas referentes à música etc.

Às vezes, o empréstimo vem preencher uma falha na estrutura da língua que o recebe: certamente o germânico *werra* permitiu desfazer a homonímia das palavras latinas *bellum* (“guerra”, cp. port. *bélico*) e *bellum* (inicialmente um diminutivo de *bonus*, depois “bonitinho” e finalmente “belo”, cp. port. *belo*, *beleza*).

A tendência normal dos empréstimos é serem absorvidos de maneira completa na nova língua depois de uma fase mais ou menos longa em que sua origem estrangeira é sensível para os falantes (e, em línguas fortemente gramaticalizadas, é motivo de escândalo para os puristas). Os lingüistas alemães distinguem com propriedade os *Leherwörter*, palavras completamente assimiladas ao sistema fonológico e morfológico da nova língua, a ponto de não serem reconhecidas como estrangeiras pelos falantes — um exemplo seria o port. *álgebra*, que remonta a uma palavra de origem árabe — e os *Fremdwörter*, palavras de cuja origem estrangeira o falante tem consciência. Hoje (dezembro de 1988), no domínio do português brasileiro, é talvez um bom exemplo destas últimas a expressão *know-how*, que passou a ser usada correntemente no jargão do gerenciamento e da organização e métodos, mas ainda é “sentida” como uma expressão inglesa. Sempre no domínio do português, os puristas condenaram por muito tempo palavras como *abajur*, *detalhe*, *avalanche*, *marrom*, *abordar*, *futebol*, *goleiro*, *piquenique* e inúmeras outras. Essas palavras, que são efetivamente de origem estrangeira, eram encaradas como um perigo para a pureza da língua, motivo pelo qual se recomendava empregar em seu lugar expressões mais vernáculas (por exemplo: *quebra-luz*, *pormenor*, *alude*, *castanho*, *versar*, *balipódio*, *guarda-valas* e *convescote*). Não há nada mais patético do que as cruzadas dos gramáticos contra os “estrangeirismos”: estes acabam fixando-se ou não independentemente de sua decisão; a linguagem coloquial os adapta à fonética e à morfologia da língua e, eventualmente, os toma como matéria-prima para novas formações vocabulares que se dão por processos tipicamente vernáculos; assim, de *McAdam*, nome do engenheiro que introduziu o calçamento da rua por meio de pedra britada, resultou em português *macadame* e sobre *macadame* formou-se o verbo *macadamizar*, “calçar com pedra britada”.

Na história das línguas românicas, tanto no seu período de formação como no de consolidação, a circulação de empréstimos foi sempre intensa. Os empréstimos originavam-se não só de variedades lingüísticas faladas no próprio território românico, ou de línguas não-românicas próximas, mas também do latim literário; cultivado como língua literária em ambientes ligados à Igreja e à escola,



o latim literário exerceu uma influência importante desde o período românico; essa influência continuou na fase de consolidação das línguas românicas e, de certo modo, prolonga-se até hoje. Um papel análogo, embora mais intermitente, coube ao grego.

### 10.5.2 O grego como adstrato

O grego transmitiu um grande número de palavras ao latim vulgar através do Cristianismo, que surgiu num ambiente judaico-helênico. Por exemplo, a palavra *parabolé* (“parábola”), por uma alteração de sentido facilmente explicável no contexto da leitura bíblica, tomou o sentido de “palavra” e substituiu o latim *verbum* (cp. port. *palavra*, esp. *palabra*, fr. *parole*, it. *parola*), junto com os derivados de *fabula* e *fabella*, literalmente, “fabulazinha” (port. *fala*, esp. *habla*, it. *favella*).

Depois de algumas influências esporádicas em dialetos italianos correspondentes à dominação bizantina, e de um longo período de esquecimento durante a Idade Média, o grego impôs-se como uma espécie de “adstrato permanente” (o termo é de Tagliavini), do qual foram extraídos os materiais para a formação de inúmeros neologismos mais ou menos coerentes. Um exemplo de neologismo coerente é *bibliófilo*, construído a partir de dois radicais gregos significando respectivamente “livro” e “interesse por”, “amor a”; um exemplo de neologismo menos coerente é *burocracia*: a segunda parte desta palavra é de origem grega, e traz a idéia de poder; a primeira é francesa, e indicava na origem o pano com que se cobriam as escrivaninhas dos escritórios; com o tempo, *bureau* passou a indicar a própria escrivaninha, a sala e finalmente a própria atividade das repartições; é aproximativamente com esse sentido que a palavra entra no neologismo *burocracia*, que é, como se vê, uma composição tipicamente moderna e lingüisticamente híbrida.

Algumas ciências modernas, por exemplo, a Botânica e a Zoologia, que tiveram grande impulso no século XVIII, utilizaram em grande escala os materiais do grego, como sabe qualquer estudante que já se tenha defrontado com tabelas de prefixos e radicais necessárias para compreender suas classificações.

### 10.5.3 A influência do latim literário

Mas ao falar de adstratos permanentes deve ser sobretudo realçada a contribuição que o latim literário/escolar prestou na estrutu-

ração da gramática e do vocabulário dos romances. Com exceção da Dácia, em todos os países submetidos pelos romanos sobreviveu ao lado do latim vulgar um latim culto/escolar. Os romances recorreram desde sua origem a esse latim culto para a expressão das realidades que seriam incapazes de verbalizar por seus próprios meios. Entre os fatores que contribuíram para a formação dos dialetos e línguas românicas do ocidente avulta pois uma poderosa influência do latim culto, que se prolongou desde a fase de formação dos romances até a Renascença, ao passo que o romeno se formou sem contactos com essa tradição latina escolar.

Os principais aspectos da influência latina culta foram estudados pelo prof. Maurer Jr. em *A unidade da România Ocidental*, obra em que se baseiam as observações que seguem.

### 10.5.3.1 Fases da influência do latim culto

Distinguem-se na influência do latim escolar quatro fases: a do fim da época latina e início dos romances; a da Renascença Carolíngia; a dos últimos séculos da Idade Média e a da Renascença propriamente dita.

a) *O fim da época latina e início dos romances*, que coincide historicamente com a Idade Média pré-carolíngia, foi essencialmente o período em que se afirmou o poder espiritual e temporal da Igreja.

Nascida num ambiente humilde, e preconizando valores opostos aos da aristocracia romana, a Igreja incorporou ainda assim muitos elementos desta. Depois de tornar-se religião do Estado com Constantino, o Cristianismo teve frequentemente líderes que provinham das classes mais abastadas, e contavam com uma formação tipicamente clássica (foi o caso, por exemplo, de Santo Agostinho, Santo Ambrósio e São Jerônimo). Ocupados em formular uma filosofia para a Igreja, ao mesmo tempo que a própria religião os levava ao contacto com o povo, esses autores escreveram numa língua de compromisso, com uma sintaxe mais simples que a dos autores clássicos, mas que não se confundia com o latim vulgar. Num nível de língua semelhante foi elaborada toda a literatura latino-cristã do período patrístico.

Ao mesmo tempo, a Igreja desempenhou o importante papel de conservar um grande patrimônio cultural vindo da Antiguidade e que, de outro modo, teria sucumbido durante as invasões. Essa atividade de conservação desenvolveu-se principalmente nos mosteiros.

Com o fortalecimento subsequente, a Igreja desempenhou também um papel educativo através das igrejas abaciais e catedrais. Nessas “escolas”, floresceu uma literatura de forma e interesses peculiares: *enigmata, summæ, altercationes, conflictus, carmina, itineraria, planctus*.

Um latim com características literárias continuava a ser empregado no direito e na diplomacia.

b) *A Renascença Carolíngia*: sabe-se hoje que a grande Renascença do século XV foi precedida em toda a Europa por uma série de renascenças menores, a primeira das quais costuma ser identificada com uma série de reformas realizadas por Carlos Magno. Originada por preocupações religiosas, a Renascença Carolíngia teve o efeito de multiplicar as escolas e de renovar os estudos do latim clássico e da literatura pagã nele escrita.

Com as reformas de Carlos Magno coincidem também alguns fenômenos sociais importantes, que repercutiram no panorama lingüístico da România Ocidental: o novo impulso dado às comunicações e ao comércio (por exemplo, surgiram nessa época as primeiras feiras) e a própria estabilidade política deram à França uma posição de liderança na Europa. Ela se tornou assim, por alguns séculos, o centro de difusão de novas estruturas políticas (o feudalismo) e de novas modas artísticas e literárias (o gótico, o trovadorismo).

c) Por isso, nos *últimos séculos da Idade Média*, o francês e o provençal influenciaram fortemente as línguas vizinhas. Mas essa época foi também marcada pelo aparecimento das Universidades e dos primeiros humanistas, que empregavam o latim literário.

Outra forma de contacto entre os “vulgares” e o latim clássico foram as numerosas traduções (de vidas de santos, peregrinações etc.) a que as línguas românicas devem a introdução de numerosos latinismos.

d) *A Renascença propriamente dita* foi o resultado da fermentação cultural do fim da Idade Média. eclodiu na Itália, onde a tradição latina se havia conservado melhor, e ganhou rapidamente toda a Europa. Floresceu durante a Renascença toda uma literatura culta, assumidamente inspirada na literatura latina clássica, quer na matéria, quer na língua, que foi a latina dos grandes modelos clássicos, ou a “vulgar”, mas com muitas influências latinas, sobretudo na sintaxe. Muitos renascentistas escreveram em latim seus trabalhos mais “sérios”; esperavam com isso alcançar a imortalidade para suas obras.

Mas a Renascença foi também o primeiro momento em que as línguas românicas, finalmente conscientes de sua maioridade, reagiram ao latim e incorporaram as funções que antes lhe eram reservadas.

Pouco usado pelos escritores depois dessa revivescência humanística, o latim literário haveria de sobreviver até o século XVIII apenas em alguns usos esporádicos, por exemplo, como língua do direito e dos contactos diplomáticos, e como língua profissional dos médicos.

### 10.5.3.2 Aspectos da influência culta nas línguas românicas ocidentais

O contacto prolongado do latim medieval com os romances do ocidente teve importantes conseqüências para estes: em resumo, os romances tiraram do latim literário os elementos vocabulares e sintáticos que não haviam recebido do latim vulgar e que eram importantes para a expressão de realidades mais complexas que as da vida quotidiana.

#### a) Empréstimos de palavras

A introdução de palavras latinas por via culta nos falares românicos levou às vezes à extinção da forma popular. Dá-se a esse fenômeno o nome de refacção. Por exemplo, a forma popular portuguesa *chor* foi suplantada pela forma alatinada *flor*. Mais geralmente, porém, a introdução de formas alatinadas na fala vulgar dá origem ao fenômeno da alotropia, isto é, à coexistência de formas divergentes, tiradas ambas de um mesmo étimo latino, mas por processos diferentes.

Num exame retrospectivo, podemos distinguir hoje:

- formas populares, derivadas do latim pela mudança fonética normal: por exemplo, port. *artelho*, *malha*;
- formas semi-eruditas, tiradas do latim na origem das línguas literárias, e que ainda sofreram leves alterações fonéticas, por exemplo, a palavra portuguesa *artigo*, e as formas dialetais *inorante* e *politigo*;
- formas eruditas, tiradas diretamente do latim culto, sem alterações fonéticas exceto uma vernaculização das terminações: *articulo* e *mácúla*.

O princípio básico para distinguir formas eruditas, semi-eruditas e populares é fonético: as palavras devem ser atribuídas a um ou outro grupo conforme apresentam uma evolução fonética mais

ou menos regular e completa. Todavia são numerosas as palavras que, tendo entrado no romance por via erudita, ganharam rapidamente características fonéticas populares. Por isso, convém sempre confirmar os resultados da aplicação do critério fonético por outros dois: (i) o sentido das palavras: supõe-se que palavras que dizem respeito à cultura escolar são de origem culta; (ii) a concordância das línguas românicas: a origem popular de um termo é sempre mais provável quando o termo ocorre em todo o domínio românico, inclusive no romeno e no sardo.

#### b) Processos de formação de palavras

Muitos processos de formação de palavras correntes na România Ocidental só podem ser explicados pela influência do latim erudito. Maurer Jr. lembra que na formação de palavras os radicais intervêm geralmente com sua forma erudita, e não com sua forma popular: por exemplo, ao substantivo português *grau*, correspondem os derivados *gradual* e *gradativamente*, onde a presença do *-d-* intervocálico mostra o retorno à forma clássica *gradu*; o mesmo se conclui pelo estudo da prefixação (os prefixos românicos são freqüentemente preposições e advérbios do latim clássico: *ante-*, *bi-*, *circum-*, *extra-*, *in-*, *inter-*, *post-*, *sub-*, *super-*) e da sufixação, acerca da qual Maurer Jr. assim se pronuncia: “encerramos o rápido exame da sufixação românica convencidos de que ela deve muito mais do que geralmente se parece admitir à influência erudita, através do latim medieval, principalmente. Dele não só se tiraram numerosos sufixos novos, inexistentes ou petrificados e improdutivos na língua vulgar, mas com muita freqüência foi pelo contacto com o latim literário — onde o processo de formação com numerosos sufixos continuava rico e variado — que os velhos sufixos populares se salvaram, recebendo nova vitalidade (Maurer Jr. 1951, p. 120).

À influência culta, Maurer liga ainda certos processos de composição.

#### c) Fonética

Alguns autores atribuem à influência culta a conservação do *-s* final numa vasta região da România, e a restauração dos grupos *cl-*, *fl-* e *pl-*. Embora difícil de provar, a tese é verossímil, tanto quanto a tese segundo a qual a influência culta teria contribuído para refrear a evolução espontânea do latim vulgar, durante vários séculos.

## d) Ortografia

O principal aspecto da influência culta na ortografia dos vulgares é a preocupação de exibir na escrita a etimologia da palavra. Em muitas línguas românicas, essa preocupação levou a adotar sistemas gráficos arcaizantes, e sobretudo a anotar sons que haviam deixado de ser pronunciados havia muito tempo: é por uma preocupação etimológica desse tipo que continuam a ser escritos com *h* o port. *hora*, o it. *hanno* etc., e que o francês fixou para o nome da água a grafia *eau*, onde nenhuma letra corresponde à pronúncia [o].

## e) Morfologia

São traços da influência culta:

- a recriação dos superlativos em *-íssimo*, *-érrimo* e *-ílmo*;
- a conservação dos numerais ordinais;
- a criação de relativos baseados em *ille qualis* (port. *o qual*, esp. *lo cual*, fr. *lequel*, it. *il quale*); esses relativos aparecem pela primeira vez em documentos monásticos;
- possivelmente os futuros e condicionais românicos (a posição do infinitivo, precedendo o verbo auxiliar em *amare habeo* > *amarei* faz pensar na sintaxe erudita);
- as formas adverbiais em *-mente*: *mente* é na origem um substantivo no ablativo, caso que não se conservou no latim vulgar;
- as preposições tiradas de participios latinos (port. *salvo*, *não obstante*, *mediante*, *durante* etc.).

## f) Sintaxe

São traços da influência culta, na sintaxe das línguas românicas:

- a reação contra a concordância “ad sensum”;
- a concordância do adjetivo com o substantivo mais próximo numa série de dois;
- a anteposição do numeral ordinal e a posposição do numeral cardinal (port. *sexta página* vs. *página seis*);
- a anteposição do adjetivo ao substantivo que qualifica, dando-lhe um sentido moral (*grande homem* vs. *homem grande*); etc.

A influência culta abrange em suma todos os campos da língua e tem um sentido de conjunto para as línguas da România Ocidental. Maurer observa que essa influência é curiosamente igual até nas aberrações: a palavra *regesta* teve uma evolução irregular em todas as línguas do ocidente românico, dando port. esp. it. *registro*, fr. *régistre*. Fica claro que se explica em grande parte pela influência culta a semelhança que existe entre as línguas românicas ocidentais, em oposição ao romeno.

# 11

## A formação de domínios dialetais na România

---

É comum admitir-se que, no período posterior à queda do Império Romano, vários fatores de peso — as invasões, a perda de um poder central, o desaparecimento da escola e da administração romana, o declínio da atividade intelectual (que teve de refugiar-se nos conventos), a formação de Estados bárbaricos frequentemente em luta entre si — concorreram para que as influências dos substratos e superstratos agissem com maior força no sentido de modificar localmente o latim falado, e criaram condições para que as inovações que iam naturalmente surgindo aqui e acolá na România tivessem circulação apenas em áreas restritas.

Começou assim um processo de diversificação regional do latim vulgar que, favorecido nos séculos seguintes por condições históricas apropriadas, transformou o mapa lingüístico da România num mosaico de pequenos dialetos.

Geralmente voltados para as necessidades mais corriqueiras de pequenas comunidades político-econômicas, esses dialetos eram aprendidos como línguas maternas; existiam apenas como línguas faladas, e estavam virtualmente livres de qualquer influência escolar. As necessidades de intercâmbio que ultrapassavam esses limites exigindo o recurso à escrita eram supridas pelo latim literário, que continuava sendo praticado como língua da cultura, da Igreja e da diplomacia.

Um processo lento e complexo cujos efeitos começaram a ser sentidos nos últimos séculos do primeiro milênio fez com que alguns desses dialetos passassem a ser falados em áreas extensas, e ampliassem suas funções, transformando-se em línguas nacionais.

Por isso, uma situação comum hoje no território da antiga România é a de bilingüismo: os mesmos falantes utilizam-se conforme a ocasião da língua nacional ou do dialeto, que tende a assimilar-se progressivamente à língua.

Ao passo que os dialetos de regiões próximas costumam ser muito semelhantes, as divisas das línguas nacionais são sempre bruscas: assim, os habitantes da vertente francesa dos Alpes Marítimos compreendem perfeitamente seus vizinhos da vertente italiana, quando ambos se expressam em seus dialetos maternos, mas a comunicação seria impossível se eles utilizassem o italiano e o francês *standard*.

A formação das línguas literárias românicas coloca problemas específicos, por isso será tratada num capítulo à parte; neste e no próximo, trataremos apenas de dialetos. Serão traçados assim dois quadros: o primeiro, para mostrar a que ponto tinha chegado o processo de fragmentação do latim vulgar no fim do primeiro milênio; o segundo, para mostrar os dialetos românicos numa perspectiva de conjunto, que se refere substancialmente ao nosso século.

Ao longo da discussão que segue, convirá ter em mente que delimitar domínios dialetais na România não é o mesmo que responder quantas e quais são as línguas românicas; esta pergunta recebeu algumas respostas hoje clássicas: Diez reconheceu seis “línguas” (italiano e romeno, francês e provençal, espanhol e catalão); Ascoli propôs que se reconhecessem como unidades à parte o franco-provençal, constituído por dialetos do vale médio do Ródano, e o rético, falado em três regiões descontínuas entre o sul da Suíça e o norte da Itália. Meyer-Lübke não reconheceu a individualidade do franco-provençal, mas tratou como línguas à parte o sardo e o dalmático (falado até o século passado na região da Ístria); mais perto de nós, Menéndez Pidal defendeu a individualidade do catalão. As diferentes respostas dadas por esses autores mostram sobretudo que os critérios em que se basearam não foram os mesmos; na verdade, com exceção de Ascoli, eles procuraram considerar simultaneamente, e dando-lhes pesos diferentes, critérios literários, culturais, políticos e históricos. Isto mostra, por sua vez, que a pergunta “quantas são as línguas românicas?” é ambígua e tende a confundir várias questões que são distintas em princípio:



- a) Quais são as línguas nacionais românicas?
- b) Em que dialetos se baseiam? Por que razões esses dialetos se transformaram em línguas nacionais?
- c) Como se deu, historicamente, o desmembramento da România em domínios dialetais?
- d) Quais são, hoje, os sistemas de dialetos?

Neste capítulo e no seguinte, trataremos somente das questões c e d, e evitaremos projetar para o passado a representação de domínios lingüísticos a que somos naturalmente levados considerando as atuais áreas de influência das línguas nacionais: projetar essa representação para épocas anteriores à consolidação das línguas nacionais seria, claramente, um anacronismo.

### 11.1 A fragmentação lingüística da România no final do primeiro milênio

Por efeito do processo que descrevemos no início deste capítulo, por volta do ano mil de nossa era a România havia-se fragmentado numa série de regiões em que o romance — já não se pode chamar de latim vulgar aos falares dessa época — era falado de maneira diversificada.

Ao invés de insistir na metáfora do mosaico — a România como uma série de pequenas áreas justapostas, cada qual correspondendo a um dialeto específico e distinto dos vizinhos — convirá que a representemos como um espaço contínuo, no qual inovações lingüísticas originadas em pontos e momentos diferentes prevaleciam em áreas específicas. Lembrando que as *isoglossas* são as linhas que os dialetólogos traçam em seus mapas para representar os limites territoriais dos fenômenos lingüísticos levantados em pesquisa de campo, propõe-se, em outras palavras, que se tente representar a România como um território contínuo, recortado nas mais variadas direções por um sem-número de isoglossas.

Quais eram as principais isoglossas, no mapa lingüístico da România, no século X? A resposta a esta pergunta exige uma visão de conjunto que tentaremos buscar em obras de quatro insígnis romanistas: Frederick B. Agard, Robert Hall, Walther von Wartburg e Th. Henrique Maurer Jr.



#### 11.1.1 O *Stammbaum* de Agard

O texto de Agard acompanha passo a passo as alterações estruturais ocorridas no latim vulgar, no romance e nas línguas românicas.

Ao contrário dos enfoques tradicionais, ele coloca em planos diferentes as alterações que produzem simples variantes regionais, passíveis de serem descritas mediante regras alternativas aplicadas ao sistema gramatical vigente, daqueles que resultam em sistemas gramaticais incongruentes. Neste último caso, segundo Agard, uma nova língua foi gerada a partir de uma língua pré-existente.

Dado esse conceito de língua, Agard pode representar os dois mil anos de história do latim vulgar como um ramificar-se de línguas (estruturalmente) distintas a partir do romance comum (isto é, o proto-romance) e chega a este *Stammbaum* das línguas e dialetos românicos:

### O *Stammbaum* das línguas românicas

romance comum	italo- occidental	occidental	alterado		galaico	português + galego	português				
					asturo-leones						
					ibérico occidental	caste- lhano	burgales	castelhano do sul	sefárdico espanhol do Novo Mundo	espanhol	
								castelhano do norte	espanhol do Velho Mundo		
							toledano				
					ibérico oriental			catalão →	catalão		
					langues d'oc			gascão, occitano, provençal e outras			
						langues d'oïl	oïl do sudeste	franco-provençal franco-comtois			
								oïl do centro	oïl do centro SO	francês → orleanês	francês
									oïl do centro NO	normando, picardo	
								oïl do nordeste	valão, lorenês		
							oïl do oeste	angevino, pictavo e outras			
							rético ocidental	dialetos romanos			
			rético oriental	dialetos engadinos							
			gallo-italico	genovês, lombardo, piemontês e outras							
			não alterado	pre-nico moçárabe	aragones, bearnês						
			italo- dalmático		italiano	toscano → outros dialetos italianos	italiano				
			oriental	balcânico	daco-romeno → outros dialetos romenos		romeno				
					falares orientais da Lucânia						
			sul	falares meridionais da Lucânia	logudorês campidanês e outras						
					sardo-corso						

Nem todas as cisões descritas nesse gráfico estavam consumadas até o século X, mas é de crer que os grandes blocos de dialetos descritos à esquerda (galaico, asturo-leonês, castelhano, ibérico ocidental, *langues d'oc*, *langues d'oïl*, rético ocidental e oriental, galo-italico, pirenaico, moçárabe, italiano, dalmático, balcânico, falares orientais da Lucânia, falares meridionais da Lucânia, sardo-corso) já estivessem claramente delineados.

Utilizando com alguma fidelidade os dados disponíveis no texto de Agard, podemos representar aproximativamente no mapa da România as isoglossas correspondentes às inovações (principalmente fonológicas) que antecipam ou marcam a separação da maioria dessas variedades linguísticas (infelizmente, Agard não apresenta os fenômenos que justificariam a separação dos falares de *oil* e dos falares réticos). São elas:

Divisão do romance em r. do sul, r. oriental e r. italo-ocidental:

1. e 2. O abaixamento das vogais altas, que resulta em três sistemas vocálicos distintos (da Romênia, da Sardenha e do ocidente, incluindo a Itália).
3. A evolução de *g* antes de *e* e *i*, que resulta em consoantes palatais em toda a România, exceto na Sardenha.
4. A passagem de *k w* a *k*, que ocorre antes de *a* na Sardenha, Dalmácia e Dácia, e apenas antes de *i* no ocidente.

Divisão do italo-ocidental em italo-dalmático e ocidental:

5. A simplificação das consoantes duplas intervocálicas, que não ocorre na Itália do centro e sul e na Itália insular, nem na Dalmácia.
6. A vocalização do *k* dos grupos *ks* e *kt*, que ocorre acima da linha La Spezia-Rimini, ao passo que ao sul dessa linha se dá a assimilação em *ss* e *tt* (tipo *octo* > *ojto* / *otto*; *lacte* > *leite* / *lutte*).

Romance ocidental: alterado (shifted) e não-alterado:

7. Sonorização das oclusivas surdas intervocálicas, que ocorre ao norte da mesma linha, exceto nos Pireneus ocidentais.

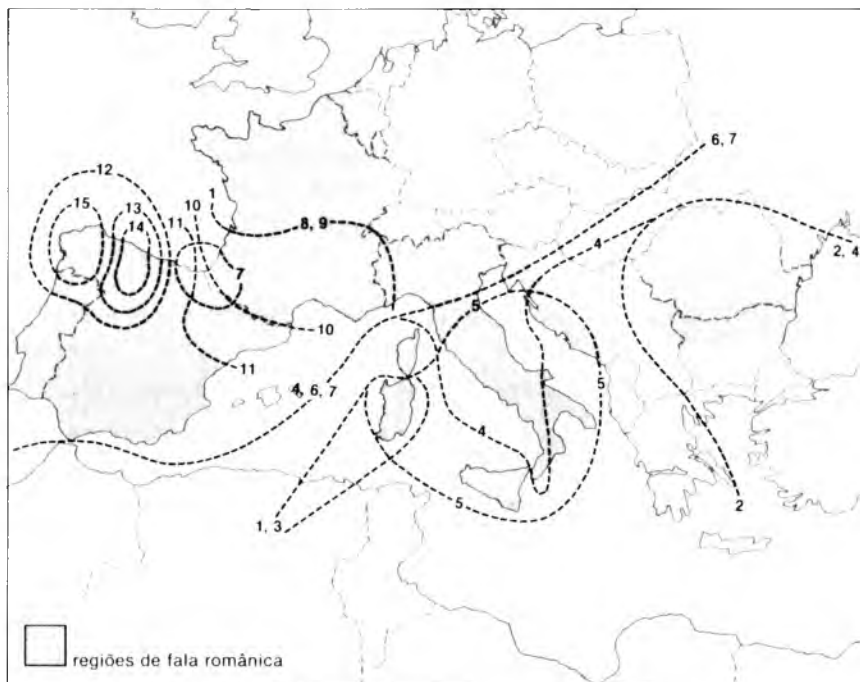
Romance ocidental: noroeste e sudoeste:

8. Nos domínios do francês, franco-provençal e dialetos galo-italicos, *tf* > *ts*.
9. Perde-se a oposição tenso/frouxo para as soantes *m*, *n*, *r*, *l*; a duração da sílaba deixa de depender do entorno: na região do francês, do franco-provençal e dos dialetos galo-italicos (mas não do provençal) a duração da sílaba torna-se fonologicamente relevante, com conseqüências para o posterior desenvolvimento de ditongos.

Subdivisão do sudocidental: gaulês do sul, ibérico ocidental e ibérico oriental:

10. No domínio do provençal, *δ* evolui para *z* (tipo *sudore* > *suzor*).

**Mapa 10:** As principais isoglossas da România no fim do primeiro milênio, segundo Agard



11.  $\delta$  evolui para  $z'$  ( $z$  apical) no domínio do catalão (tipo *sudore* > *suz'or*).

Subdivisão do ibérico ocidental em galaico, asturo-leonês e castelhano:

12.  $\delta > \phi$   
*pl, kl, fl* > *tj* depois de nasal e *s* (tipo *masclu* > *matfo* — [fenômenos comuns à Galiza, Astúrias e Castela; opor ao português *masfo*]).
13.  $z > z$  (tipo: *bejzo* > *beizo* — hoje *beso*);  
*y, w* fechando sílaba >  $\phi$  (tipo *kejzo* > *kezo* (hoje *keso*); *powko* > *poko*, grafia *poco*);  
*e, o* > *j, we* (tipo *tene* > *tjene*; *pode* > *pwede*)  
 [fenômenos comuns às Astúrias e Castela].
14.  $\lambda > 3$  (tipo *filo* > *fizo*, hoje *ixo*, na grafia *hijo*);  
*t* > *tj* (tipo *mujto* > *mutfo*, grafado *mucho*);  
*o* > *o* antes de palatal (tipo *otfo* > *otfo*, grafia *ocho*);  
*pl, kl, fl* > *tj* ou (tipo *amplo* > *antfo*, grafia *ancho*)  
 [fenômenos da área de Castela].

15. *l* >  $\phi$  (tipo *salude* > *saúde*);  
*n* >  $\phi$  depois de nasalizar as vogais (tipo *vino* > *viño* > *viño*);  
*pl, kl, fl* abrindo sílaba > *tf* (tipo *plaga* > *tsaga* > *saga*)  
 [fenômenos da área da Galiza].

### **11.1.2] A reconstituição de Robert Hall**

O lingüista americano Robert Hall, um dos principais historiadores das línguas românicas, faz a propósito do século IX um interessante exercício de reconstituição: ele toma o texto dos chamados “Juramentos de Estrasburgo” (que comentaremos no cap. 13), e reconstitui a forma aproximativa que esse texto apresentaria se tivesse sido escrito na mesma época na Ibéria, na Toscana, no centro-sul da Itália ou na região correspondente ao proto-romeno. Comentando essas “traduções”, enumera 25 diferenças e traça, num mapa esquemático, as isoglossas correspondentes. Vale a pena reproduzir aqui ao menos parte de seus resultados, e enumerar algumas das isoglossas que ele traça, apontando algumas grandes diferenças no romance do século IX: essas diferenças se referem não apenas no nível fonético-fonológico (onde Hall chega, como era de esperar, a resultados parcialmente semelhantes aos de Agard), mas também aos níveis morfológico, sintático e léxico.

Diferenças fonético-fonológicas:

1. Simplificação das consoantes duplas.
2. Perda das vogais finais (exceto *-a*) depois de consoantes simples e passagem de *-a* final a *-e* depois de grupos consonantais.
3. *-kt-* > *-it-*.
4. *-kt-* > *-pt-*.
5. *k(e, i)* não se palataliza.
6. Sonorização das surdas intervocálicas *-p-*, *-t-*, *-k-*; passagem de *-b-*, *-d-*, *-g-* intervocálicas a africadas.
7. *l* intervocálico passa a *t*.

Diferenças morfológicas:

8. Preservação de um sistema de casos (genitivo-dativo distinto do nominativo-acusativo).
9. Preservação do sistema de casos (caso nominativo distinto do caso oblíquo).
10. A locução que exprime futuro funde-se num tempo verbal à parte.
11. O artigo definido deriva de *ipse* e não de *ille*.

Diferenças lexicais:

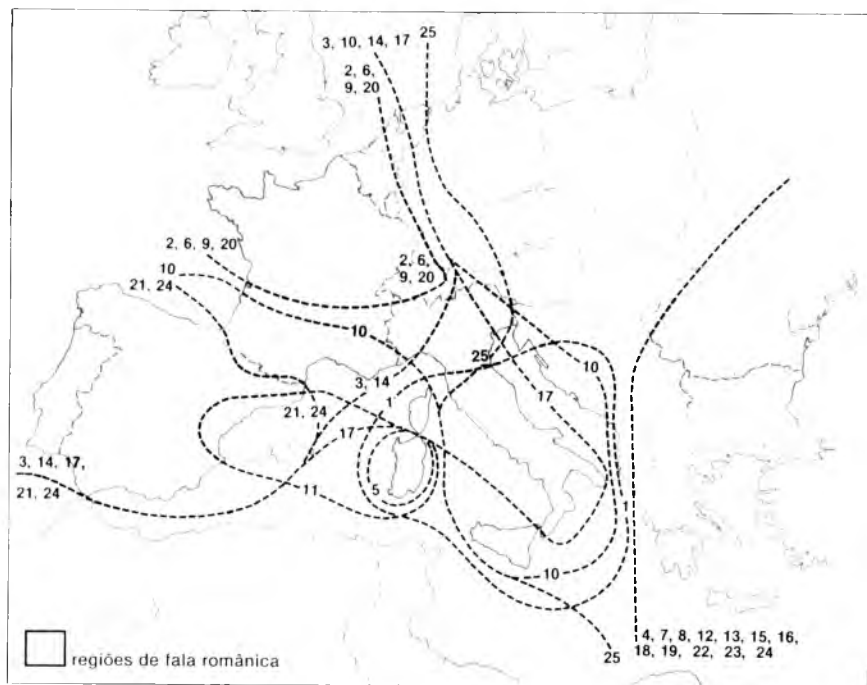
12. Substituição de *amore* por *liubire*.
13. Perda de *commune* (“comum”).
14. Substituição de *omne* (“cada, todo”) por formas baseadas na preposição grega *kata*.

15. Substituição de *omne* pela perífrase *fie-kare* ("seja qual for").
16. Substituição de *per, por, pro* por *péntru*, "por".
17. Substituição de *scire* ("saber") por *sapere*.
18. Substituição de *causa* ("coisa") por *lucrum*.
19. Ausência de formas derivadas de *ab + ante* significando "antes".
20. Substituição de *dare*, "dar", por *donare*.
21. Substituição de *frate*, "irmão" por *iermanu*.
22. Perda de *damnu*, "prejuízo".

Diferenças sintáticas:

23. O artigo definido vem em segundo lugar, no grupo nominal.
24. Uso da preposição antes do objeto direto, nome de pessoa.
25. O adjetivo possessivo segue os nomes de parentesco que modifica.

**Mapa 11:** Algumas isoglossas na România do século IX, segundo Robert Hall



## 11.2 România Oriental e România Ocidental

Os pacientes exercícios de reconstituição de Agard e Hall confirmam que a principal separação de áreas dialetais hoje perceptíveis em território românico, que é entre os dialetos italianos e os rome-nos, já estava definida no fim do período romance. Essa divisão

territorial é, para muitos romanistas, a principal quebra da unidade lingüística românica, e foi tema de alguns trabalhos importantes em que se procura caracterizar sua natureza. Retomam-se a seguir as principais conclusões de dois desses trabalhos.

### 11.2.1 România Oriental e România Ocidental: a tese de von Wartburg

O principal trabalho sobre a formação de domínios lingüísticos na România, *A fragmentação lingüística da România*, do suíço Walther von Wartburg, confirma que a separação de uma România Oriental e uma România Ocidental estava consumada no fim do período românico. Para Wartburg, a divisa entre as duas regiões corre entre as cidades italianas de La Spezia, no mar Tirreno, e Rimini, no Adriático; ao sul ficam a Itália peninsular e a Romênia; ao norte, ficam a Itália continental (correspondente à Gália Cisalpina e à Ligúria), a Récia, a Gália e a Ibéria.

A divisa de que fala Wartburg é na realidade um feixe de isoglossas, referentes a fenômenos fonéticos e morfológicos. Eis as principais:

România Ocidental	România Oriental
(1) síncope da postônica lat. <i>tegula</i> > port. <i>telha</i>	conservação da postônica it. <i>tegola</i>
(2) sonorização das oclusivas surdas intervocálicas lat. <i>focu</i> > port. <i>fogo</i> , esp. <i>fuego</i> , fr. <i>feu</i> lat. <i>lepore</i> > port. <i>lebre</i> , esp. <i>liebre</i> , fr. <i>lièvre</i>	conservação das oclusivas surdas intervocálicas it. <i>fuoco</i> , rom. <i>foe</i> it. <i>lepre</i> , rom. <i>iepure</i>
(3) vocalização de -c- no grupo -ct- intervocálico lat. <i>octo</i> > port. <i>oito</i> , fr. <i>huit</i>	assimilação de -c- no grupo -ct- intervocálico it. <i>otto</i> , rom. <i>oapt</i>
(4) conservação do -s final/ o plural se expressa pela terminação do acusativo lat. <i>lupos</i> > fr. <i>loups</i> , port. esp. <i>lobos</i>	cai o -s final/ o plural se expressa pela terminação do nominativo it. <i>lupi</i> (o plural <i>lupos</i> torna-se indistinto do singular)
(5) a terminação -a do neutro plural confunde-se geralmente com a do feminino singular lat. <i>ligna</i> > port. <i>lenha</i> (sing.) etc.	a terminação -a permanece como terminação de plural lat. <i>lineteola</i> > it. <i>lenzuola</i> (plur.)

### 11.2.2 România Oriental e România Ocidental: a divisão de Maurer Jr.

Também para Maurer Jr. a principal divisa entre as variedades de romance separa uma România Oriental e uma România Ocidental, e já estava constituída no final do primeiro milênio. Mas ela não passa entre o norte e o sul da Itália, e sim entre a antiga Dácia e o ocidente (Itália, Récia, Gália e Ibéria).

Na base da divisão de Maurer está a continuidade lingüística existente no território que vai de Portugal à Itália, em oposição à brusca separação que se observa entre a Itália e a Romênia. Maurer lembra que no ocidente há continuidade não só nas línguas com tradição literária (confirmada pela existência de “línguas de transição”, isto é, línguas que se assemelham em seus diferentes aspectos ora a uma ora a outra das línguas vizinhas — por exemplo, o provençal sonoriza as oclusivas surdas intervocálicas, como o francês, mas conserva o *a* tônico, como o italiano) mas sobretudo nos dialetos, entre os quais é praticamente impossível estabelecer divisas sem alguma arbitrariedade. Pelo contrário, não há transição e sim quebra quando se passa dos dialetos italianos para os do romeno.

Também deve ser valorizado segundo Maurer o fato de que o latim se desenvolveu na região danubiana sem qualquer contacto com o resto da România, devido às invasões eslavas da Alta Idade Média. Com isso, não puderam chegar ao proto-romeno as inovações surgidas no ocidente e que circularam por largas áreas da România.

Por fim, o romeno formou-se sem contacto com a tradição latina escolar: os elementos latinos presentes no romeno remontam ao próprio latim vulgar, ao contrário do que aconteceu no ocidente, onde inúmeros elementos latinos foram repostos ou mantidos por influência culta.

### 11.3 Recapitulação

Os dados de Hall, Agard, Wartburg e Maurer se confirmam reciprocamente. Essa confirmação é particularmente significativa porquanto os autores utilizaram metodologias diferentes: Hall fixa alguns pontos no território românico e reconstitui a fala provável nesses pontos; Agard considera fenômenos lingüísticos de grande repercussão estrutural e fixa uma área para cada um deles; Wartburg projeta no passado observações sobre as línguas e dialetos atuais; Maurer utiliza critérios histórico-culturais.



Fica claro que a România dos séculos IX e X apresentava uma divisão principal — que subsiste — entre o oriente (com a Romênia e, conforme o critério que se privilegia, parte da Itália) e o ocidente (o norte da Itália, a Récia, a Gália e a Ibéria). A distinção de uma terceira zona correspondente ao sardo, na classificação de Agard, consagra o caráter singularmente arcaizante dessa área.

Além disso, a diversificação lingüística ganhava terreno no ocidente, com diferenças que permitiam, já, separar dois domínios distintos na Gália (serão os domínios dos dialetos de *oil* e de *oc*), e três domínios na Itália (o dos dialetos galo-italicos, o da Itália central e centro-meridional, e o dos dialetos arcaizantes da Lucânia). Na Ibéria, os dialetos da região cantábrica (onde começa a tomar forma a distinção entre o galaico, o asturo-leonês e o castelhano) distinguiram-se de um lado do catalão e de outro dos dialetos moçárabes.

# 12

## Os domínios dialetais na România do século XX

---

Distinguem-se hoje no território europeu da România moderna onze áreas dialetais (ou, mais precisamente, onze sistemas de dialetos, já que em alguns casos as áreas dialetais são descontínuas):

- na Península Ibérica: dialetos portugueses, espanhóis e catalães;
- na Gália antiga: dialetos franceses, provençais e franco-provençais;
- na Itália e Suíça Meridional: dialetos réticos, galo-italícos, italianos e sardos;
- na Península Balcânica: dialetos romenos.

### 12.1 Península Ibérica

Na distribuição geográfica dos dialetos ibéricos, os romanistas julgam reconhecer os reflexos de dois processos de conquista: de um lado, a própria conquista da Ibéria pelos romanos; de outro, a “Reconquista”, nome pelo qual se indicam as guerras travadas entre os árabes e os cristãos a partir do fim do primeiro milênio, que redundaram na expulsão dos árabes e na consolidação das monarquias cristãs.

a) A penetração romana na Ibéria se deu segundo duas direções: pelo Golfo de Valência, os romanos dominaram as regiões

Mapa 12: Os sistemas dialetais na România. Antiga MODERNA



que acabaram por constituir a província chamada Hispania Citerior: Tarraconense e Galícia; pelo Golfo de Cádiz, dominaram as regiões que viriam a constituir a Hispania Ulterior: Bética e Lusitânia. Os dois movimentos de romanização estão distanciados não só no tempo (quase um século separa o estabelecimento de colônias na Tarraconense da vitória sobre os lusitanos, liderados por Viriato) mas também no tipo de latinização resultante: ao passo que a presença romana na Hispania Citerior teve um caráter militarista e vulgar, na Hispania Ulterior, que foi colonizada pela aristocracia e administrada durante séculos pelo Senado, um importante fator de romanização foram as escolas, que teriam existido até em grau superior. Essa circunstância é freqüentemente lembrada como explicação para uma característica típica dos dialetos hoje falados na antiga Hispania Ulterior, seu caráter marcadamente arcaico. De fato, esses dialetos conservam os ditongos *au* e *ai*, que se reduziram a *o* e *e* no resto da Ibéria; além disso, os dialetos portugueses, correspondentes à antiga Hispania Ulterior, preservaram o encontro conso-

nantal *-mb-* que passou tipicamente a *-m-* no domínio do castelhano. São exemplos sempre lembrados dessas diferentes evoluções

*palomba* > port. *paomba* > *poomba* > *pomba*  
 esp. *paloma*

*aurum* > port. *ouro*  
 esp. *oro*

*jan(tu)arium* > *janairo* > port. *janeiro*  
 esp. *enero*

b) Por outro lado, a distribuição dos dialetos portugueses, espanhóis e catalães em três faixas na direção norte-sul corresponde às três frentes em que se deu ao longo dos séculos X a XV a reconquista cristã do centro-sul da península. Esses três movimentos foram liderados pelas monarquias de Leão e Castela (no centro), de Portugal (a oeste) e de Aragão (a leste); partiram dos Montes Cantábricos, e alcançaram, em épocas diferentes, a Andaluzia, o Algarve e a região valenciana.

Dadas as características dessa guerra, que parece ter consistido tanto do lado cristão como do lado árabe em incursões no território inimigo, que criavam uma faixa de "terras de ninguém", perigosas e despovoadas, entre duas regiões mais estáveis e mais densamente povoadas, não houve propriamente contacto entre as línguas correspondentes às duas culturas. A principal consequência é que o moçárabe, isto é, o romance falado pelos cristãos na região falada pelos árabes, que pode ser descrito como uma variedade de romance tipicamente ibérica e extremamente conservadora, foi completamente suplantado pelos dialetos dos conquistadores, à medida que as regiões conquistadas se repovoavam de colonos vindos do norte.

Nesse processo, e em consequência da criação de um Estado espanhol sob a monarquia de Castela, o dialeto castelhano, falado inicialmente numa pequena região do centro-norte da península, em torno de Burgos, não só conquistou territórios ao moçárabe, mas também foi-se superpondo aos dialetos leoneses, a oeste, e aos dialetos aragoneses, a leste. Esses últimos dialetos ocupam hoje uma área bem mais reduzida que no passado, e a tendência é para sua progressiva assimilação.

Em decorrência desses fatores, há uma forte semelhança entre os dialetos ibéricos pertencentes ao mesmo sistema dialetal: essa semelhança contrasta, por exemplo, com a extrema variedade dos dialetos da Itália do Norte, dos dialetos réticos ou dos franco-provençais.

### 12.1.1 Os dialetos portugueses

Falam-se dialetos portugueses num território aproximativamente correspondente ao Estado português. Neles estão presentes a maioria dos traços fonéticos exemplificados a seguir:

(1) *roda*, *pode* (< *rotam*, *potet*); (2) *ouro*, *oiro* (< *aurum*); (3) *mau*, *ter*, *nu* (*malum*, *tenere*, *nudum*); (4) *eira*, *soube* (< *aream*, *sapui*); (5) *dobro* × *dobra*, *morto* × *morta*, *como* × *come*; (6) *lago*, *lodo*, *lobo* (< *lacum*, *lutum*, *lupum*); (7) *chave*, *chorar*, *chor* (*clavem*, *plorare*, *florem*); (8) *inchar*, *encher* (< *inflare*, *implere*); (9) *olho* (< *ocjullum*); (10) *oito* (< *octo*), *muito* (< *multum*); (11) *boca* (< *bucca*); (12) *estar* (< *stare*), *escola* (< *schola*), *espírito* (< *spiritu*).

Reconhecem-se nesses exemplos alguns traços típicos da fonética histórica portuguesa: a) (1) conserva-se o vocalismo latino em oposição às línguas que ditongam *e* e *o* breves, como o castelhano (*rueda*, *puede*), o italiano (*ruota*, *può*) e o francês (*roue*, *peut*); b) o ditongo *au* passa a *ou* que alterna com *oi* (2); c) há vogais e ditongos nasais; d) perdem-se *d*, *n* e *l* intervocálicos (cp. o castelhano *malo*, *tener* e *nudo*); e) as semivogais *j* e *w* causam antecipações (4); f) é freqüente a metafonia, fenômeno pelo qual as vogais tônicas assumem timbre aberto ou fechado em harmonia com a vogal final da palavra (5); g) sonorizam-se as oclusivas surdas intervocálicas (6); h) os grupos *cl*, *pl* e *fl* passam a [f] em posição inicial de palavra e depois de *n*, e para [λ] em posição intervocálica (7, 8, 9); i) *-ct-*, *-lt-* > *-it-* (10); j) simplificam-se as geminadas (11); k) *st-*, *sp-*, *sk-* recebem um *i*-protético que passa a *-e* (12).

Os dialetos portugueses têm também uma morfologia peculiar: merecem ser lembrados: l) a terminação do plural sai em *-s*; m) a aplicação da terminação *-a*, típica dos femininos, a palavras originárias da 3ª declinação inclusive depois de formada a língua (lembrem-se os textos de poesia trovadoresca, onde ocorriam como femininas as palavras *senhor* e *pastor*, hoje substituídas por *senhora* e *pastora*); n) o mais-que-perfeito latino: *cantaveram* > eu *cantara*; o) os participios passados com valor ativo: sou *desconfiado*, significando “eu desconfio” e não “desconfiam de mim”; p) o “infinitivo pessoal”: foi pena eles *terem* partido tão de repente, a ponto de não *termos* podido acompanhá-los.

Na sintaxe, os fatos mais notáveis são q) a mesóclise pronominal (isto é, a possibilidade de colocar os pronomes pessoais átonos entre o radical e a terminação, nos futuros e condicionais) e a possível omissão do sufixo *mente*, numa seqüência de dois advérbios de modo: *serena e calmamente*.

A mais célebre classificação dos dialetos portugueses deve-se a Leite de Vasconcelos. Foi proposta há quase um século (1901) e abrange não só as variedades faladas no território português, continental e insular, mas ainda o português das antigas colônias e os dialetos de base portuguesa falados por algumas comunidades judaicas espalhadas em vários pontos da Europa e Ásia Menor. É esta, na íntegra, a classificação de Leite de Vasconcelos:

I. Português propriamente dito:

Dialetos continentais

Interamense (alto minhoto, baixo minhoto, baixo duriense)  
Trasmontano (raiano, alto duriense, subdialecto ocidental e central)

Beirão (alto-beirão, baixo-beirão, subdialecto ocidental de Coimbra e Aveiro)

Meridional (estremenho, alentejano e algarvio)

Dialetos insulares (açoriano e madeirense)

Dialetos ultramarinos (brasileiro, indo-português e vários falares crioulos)

Dialetos judeu-portugueses

II. Codialetos: Galego, Riodonorês, Mirandês e Guadramilês

Por muito tempo, o ponto mais discutido dessa classificação foram os codialetos. Entende-se hoje tratar-se de variedades de transição, que combinam características fonéticas e morfológicas típicas dos dialetos portugueses com outras típicas dos dialetos espanhóis (leoneses) vizinhos.

Mais recentemente, registram-se duas propostas globais de classificação dos dialetos portugueses falados no continente europeu, a de M. Paiva Boléo (1961) e a de F. Lindley Cintra (1971).

Paiva Boléo distingue ao todo seis "falares": o minhoto, o trasmontano, o beirão, o falar do Baixo Vouga e Mondego, o falar de Castelo Branco e Portalegre, o falar meridional. Entre os traços fonéticos que aponta para fundamentar a classificação, alguns são particularmente surpreendentes para o leitor brasileiro: entre eles, a ditongação das vogais tônicas (*puartu* por *porto*) ou a passagem de *a* tônico a *e* (*bureco* por *buraco*), típicas do minhoto. Noutras, que são típicas do meridional, o falante do português do Brasil reconhece características de sua própria fala, como é o caso da redução do ditongo *ei* a *e*, do ditongo *ou* a *o* e da passagem freqüente do *e* final a *i* (pronúncias [madera], [oro], [seti] correspondendo às grafias *madeira*, *ouro* e *sete*).

Lindley Cintra distingue basicamente duas áreas dialetais, correspondentes ao norte e ao sul, com uma faixa de transição entre o Douro e o Tejo. Segundo esse autor são típicas do norte:

- a troca de *v* por *b*;
- a pronúncia de *s* e *z* como apico-alveolares (em oposição à pronúncia do sul, onde são pré-dorsovelares);
- a pronúncia de *ch* como africada [t];
- a pronúncia da grafia *ou* como ditongo (*au* ou *ou*, em oposição à pronúncia do sul, onde há monotongação em [o]).

Como típica do sul, Lindley Cintra aponta a já citada monotongação de *ei* em *e*.

### 12.1.2 Os dialetos espanhóis

As características mais marcantes dos dialetos espanhóis, falados no centro da Península, estão tipicamente representadas no castelhano, o mais importante de todos eles, e são de ordem fonética, a saber:

a) ditongação de *e* em *o* em sílaba aberta ou fechada: *terram* > *tierra*, *petram* > *pedra*, *bonum* > *bueno*, *porta* > *puerta*. Eventualmente o ditongo se reduz em seguida: *frontem* > *friente* > *frente*; *castellum* > *castiello* > *castillo*;

b) a conservação das vogais, que faz com que um bom número de palavras terminem em vogal;

c) a passagem *f* > *h* >  $\phi$ : *filium* > *hijo* > *hijo* (onde o *h* já não é pronunciado);

d) a tendência a resolver em *ll* [λ] os grupos formados por consoante + *l*: *plenum*, *clavem*, *flammam* > *lleno*, *llave*, *llama*;

e) a sonorização das consoantes surdas intervocálicas, e sua posterior passagem a africadas: *lupum* > *lobo* hoje pronunciado [loβo];

f) a simplificação das geminadas: *bucca* > *boca*;

g) a palatalização das consoantes longas *-ll-* e *-nn-*: *annum*, *caballum* > *año*, *caballo* (pronunciado [kaβalo]);

h) a criação de uma africada a partir do grupo *-ct-*, *-lt-*, via *-it-*: *lacte* > *laite* > *leite* > *leche*, *multum* > *mucho* (pronúncias [letʃe] e [mutʃo]);

i) a passagem do grupo *lj-* à fricativa [x], via [λ, ʒ].

Além do castelhano, fazem parte hoje do sistema dos dialetos espanhóis o galego (falado na Galiza), o leonês (falado a noroeste do Reino da Espanha, numa região que corresponde imperfeitamente à

província de León), o aragonês (falado a nordeste, numa área que tem por centro a cidade de Huesca), o estremeno e o andaluz.

### 12.1.3 Os dialetos catalães

A região oriental do território espanhol, compreendendo a Catalunha, Valência (até Alicante e Cartagena) e uma parte da província de Aragão fala dialetos catalães. Também se falam dialetos catalães nas Ilhas Baleares e na República de Andorra; além Pireneus, em território francês, fala-se um dialeto catalão no departamento de Roussillon.

Distinguem-se no catalão continental duas variedades — oriental e ocidental — separadas pelo rio Llobregat, que são por sua vez distintas do valenciano. Têm traços peculiares os dialetos falados no Roussillon e nas Baleares.

Quanto às características dos dialetos catalães, uma das mais notáveis é que o artigo não deriva de *ille* mas de *ipse*: os artigos do catalão são *es, sa, sos, ses*. Da fonética, pode-se ter alguma idéia através de palavras como

- (1) *pell* (< *pellem*); (2) *mort* (< *mortem*); (3) *leit* (< *lactem*); (4) *feit* (< *factum*); (5) *llop* (< *lupum*); (6) *sercol* (< *circulum*); (7) *yents* (< *gentes*); (8) *lli* (< *linum*); (9) *ple* (< *plenum*); (10) *leo* (< *leonem*); (11) *clau* (< *clavem*); (12) *llom* (< *lombum*).

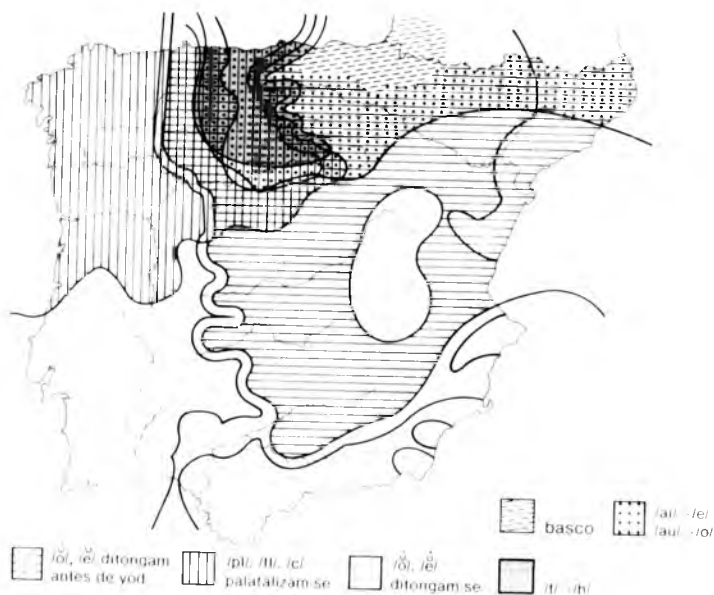
Esses poucos exemplos bastam para opor o catalão ao espanhol, mostrando que em catalão: a) faltam os ditongos originados de *e* e *o* breves (1, 2, 9); b) a seqüência *-ct-* evolui para *-it-* mas não para a africada [t] (3, 4); c) as vogais fracamente acentuadas tendem a cair [todos os exemplos]; d) *l* inicial se palataliza (5, 8, 12); e) *f* inicial conserva-se (4); f) *g* e *i* palatais passam a i-semivogal, escrita *y* (7); g) *n* final tende a cair, sem nasalizar a vogal anterior (8, 9, 10); h) as seqüências *cl-*, *fl-*, *pl-* mantêm-se (9, 11); i) *-mb-* passa a *-m-* (12). Algumas dessas características aproximam o catalão do francês; em compensação, o catalão diverge do francês pela ausência das vogais da série híbrida: [oe], [ø] e [y].

Por suas características, o catalão constitui um sistema de dialetos à parte, que não há vantagem em tratar nem com o espanhol, nem com o provençal ou o francês. Fica claro, contudo, que pelo catalão se passa do ibero-romance ao galo-romance.



**Mapa 13:** As regiões da Hispania romana**Mapa 14:** Línguas da Península Ibérica por volta de 930

**Mapa 15:** As inovações fonéticas que definem o castelhano, na época da Reconquista



**Mapa 16:** Línguas da Península Ibérica por volta de 1072



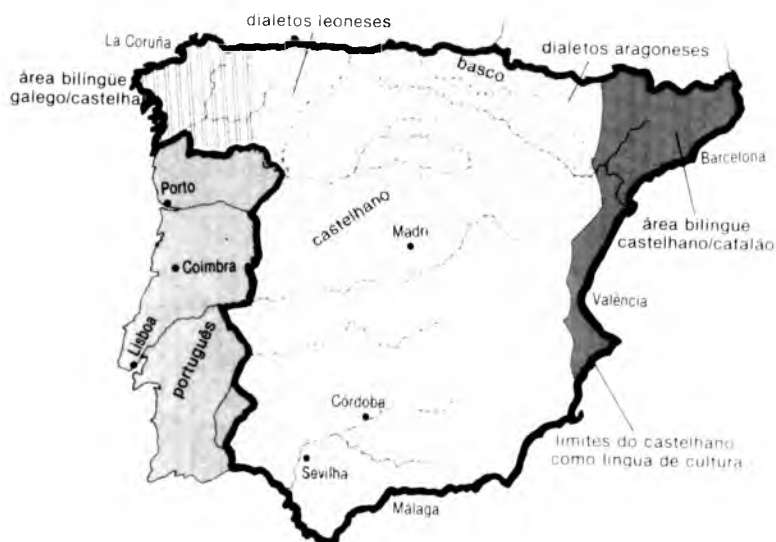
**Mapa 17:** Línguas da Península Ibérica por volta de 1200



**Mapa 18:** Línguas da Península Ibérica por volta de 1300



Mapa 19: Línguas da Península Ibérica na atualidade



## 12.2 Os dialetos da Gália

O antigo território da Gália Transalpina compreende três sistemas dialetais: o dos dialetos franceses, o dos dialetos provençais e o dos dialetos franco-provençais. Para os dois primeiros, têm-se utilizado às vezes as denominações “*langue d’oil*” e “*langue d’oc*” (ou “occitano”), que identificam os dois sistemas a partir da palavra que exprime a afirmação nos próprios dialetos: *oil* (que é o antepassado do francês *oui*) e *oc*: essas denominações são mais exatas do que “francês” e “provençal”, porque em sentido estrito o provençal é apenas um dos dialetos do grupo occitano; além disso, por francês se entende às vezes o dialeto de Paris, que é apenas um dos dialetos de *oil*. Quanto aos dialetos franco-provençais, a tese de que constituem um grupo à parte, proposta no começo do século por Ascoli, encontrou resistência em alguns romanistas importantes; os que não aceitam a autonomia desse terceiro grupo preferem a denominação mais neutra “dialetos do sudeste da França”.

### 12.2.1 A *langue d’oil*

Os dialetos da *langue d’oil* ocupam o norte da França e a Bélgica de fala neolatina, acima de uma linha que vai, aproximadamente, do estuário do rio Garonne até o monte Jura.

A área da *langue d'oïl* era ocupada, no passado, por uma série de dialetos com características próprias, mas a situação se alterou fortemente nos últimos séculos pelo prestígio crescente do dialeto de Paris, cuja expansão e transformação em língua nacional provocou a absorção dos dialetos vizinhos.

Hoje, a absorção dos dialetos *d'oïl* pelo francês é fato consumado numa grande área da França do norte, suficientemente extensa para abranger as cidades de Châlons, Tours, Orléans, Bourges e Dijon. É natural, portanto, quando se fala das características dos dialetos *d'oïl*, referir-se ao próprio francês literário: é o que se fará a seguir, com a ressalva de que alguns dialetos — em particular os do litoral atlântico e os que se limitam com o occitano — se distinguem bastante do francês padrão.

A característica mais geral do francês, em contraste não só com os demais falares da Gália, mas com toda a România, é o avanço extremo que nele tiveram certas tendências fonéticas encontráveis na România Ocidental. Por exemplo, é comum em toda a România Ocidental a sonorização das oclusivas surdas, e em algumas regiões da Ibéria a consoante intervocálica sonora passa a fricativa. Em francês, esse processo prosseguiu com a queda das próprias consoantes; surgiram assim encontros vocálicos que por sua vez sofreram a monotongação. Em outras palavras, a grande diferença que separa o francês das demais línguas românicas resulta de seu caráter fortemente inovador, e da rapidez (medida obviamente em séculos) com que se consumaram ali fenômenos que, em outras áreas, ainda estão em processo.

Eis a seguir alguns exemplos que permitem recordar traços característicos do francês:

(1) lat. *capra* > *cabras* > *chèvre* [ʃɛvr]; (2) lat. *canem* > fr. *chien*; (3) lat. *pede* > *piéd*; (4) lat. *tela* > *toile*, ant. *teile*; (5) lat. *potet* > *peut*, ant. *puet*; (6) lat. *florem* > *fleur*, ant. *flour*; (7) lat. *febre* > *fièvre*; (8) lat. *bonum* > *bon* [bõ]; (9) lat. *caball(o)s* > *chevaux*, grafia ant. *chevaus*; (10) lat. *factum* > *fait*; (11) lat. *vigilare* > *veiller*; (12) lat. *auricula* > *oreille*; (13) lat. *galbinu* > *jaune*.

Os traços em questão são:

[no vocalismo tônico] a) a passagem de *a* a *e* em sílaba aberta (1); b) a ditongação de *e* longo em *ei*, que passa em seguida a *oi* (a grafia acompanha até este ponto; a pronúncia evolui posteriormente para [oɛ], [oa], [wá] (4), e de *e* breve em *ie* (3, 7)); c) a ditongação de *o* longo em *ou*, depois *eu* (6); d) a ditongação de *o* breve em *eu* (5);

[no vocalismo átono] e) a tendência à queda das vogais finais: *a* passa a *e* (1, 4, 12), as demais vogais caem (2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11) exceto quando são necessárias como apoio para a pronúncia de um grupo consonantal (7);

[no consonantismo] f) a palatalização de *c* e *g* antes de *a*: *c* > *f* *g* > *ǰ* (1, 2, 9, 13); g) a passagem *b* > *v* (7, 9); h) a vocalização de *c* e *g* antes de *i* (10); i) a vocalização de *l* fechando sílaba (9); j) o desenvolvimento de consoante, e posteriormente de semivogal palatal, a partir dos grupos *cl* e *gl* (11, 12); k) a tendência a absorver a vogal e a consoante nasal fechando sílaba numa única vogal nasal (2, 8).

Dentre as inúmeras características que distinguem o francês na morfologia e na sintaxe da oração, lembrem-se as duas seguintes: l) a negação se forma por meio de duas palavras negativas obrigatórias (tipo: *je ne sais pas*); m) a indistinção das desinências pessoais do verbo tem como contrapartida o uso obrigatório dos pronomes sujeitos, formando uma espécie de “conjugação pelo pronome”:

*j'aime, tu aimes, il aime [...], ils aiment*

onde a pessoa gramatical é efetivamente indicada pelo pronome.

As características que acabam de ser enumeradas pertencem ao francês *standard*, e foram citadas porque o francês *standard* predomina hoje de maneira quase absoluta na região *d'oïl*, tendo absorvido dialetos outrora diferenciados, como os da Champagne ou do curso médio do rio Loire. Alguns dialetos conservaram entretanto algumas características que os opõem ao francês literário: é o caso dos de Poitou e Saintonges, que mantêm a forma arcaica *seïr* (< lat. *sera*, cp. o francês literário *soïr*), ou dos dialetos da costa atlântica (Normandia, Picardia e Artois), onde *c* não se palatalizou antes de *a*.

### 12.2.2 A *langue d'oc*

O limite que separa os dialetos *d'oïl* dos dialetos *d'oc* não é exatamente uma linha e sim uma faixa, no interior da qual se cruzam várias isoglossas (obviamente relacionadas aos fenômenos que vimos exemplificando). Essas isoglossas correspondem a algumas divisas que cortaram a França em duas partes ao longo de sua história:

não é portanto de estranhar que os romanistas tenham visto nessas divisas a razão pela qual o latim da Gália se cindiu em duas áreas dialetais mais importantes.

O norte foi a área efetivamente habitada pelos francos, que se limitaram à ocupação militar no sul, habitado pelos visigodos. Com isso, o norte foi bilingüe até o reinado de Clodoveu. Segundo Von Wartburg, os francos aplicaram ao romance uma pronúncia baseada em seus próprios hábitos articulatórios (por exemplo, distinguiram na pronúncia as sílabas longas das breves, porque a duração tinha valor fonológico em sua própria língua); com isso, teriam criado as condições para que o francês desse um tratamento fonético diferenciado a sons que as outras línguas românicas trataram indistintamente. O norte foi também a região do direito consuetudinário, em oposição ao direito escrito do sul; por isso, o sul teria cultivado mais a fundo o latim literário, que funcionou como um fator de conservadorismo lingüístico.

Seja como for, os dialetos occitanos são muito mais conservadores que os do norte, como se pode verificar por esta série de exemplos:

- (1) lat. *capram* > *cabro*; (2) lat. *nasum* > *nas*; (3) lat. *canem* > *can*;  
 (4) lat. *pedem* > *pe*; (5) lat. *cælum* > *cel*; (6) lat. *cor* > *cor*; (7) lat. *florem* > *flor*; (8) lat. *febrem* > *febre*; (9) lat. *vinum* > *vin*; (10) lat. *ripam, securum, maturum* > *ribo, segur, madur*; (11) lat. *caballum* > *caval*; (12) lat. *actum* > *ate*; (13) lat. *auric(tu)la* > *auretha*.

Note-se que:

a) é praticamente completa a conservação do vocalismo latino vulgar em posição tônica; b) o *a* final passa tipicamente a *o*; c) conserva-se o ditongo *au*; d) as consoantes oclusivas surdas se sonorizam entre dois fonemas sonoros, mas não passam indistintamente a fricativas (1, 10), e não caem; e) *c* não se palatiza antes de *a*; f) *m* e *n* mantêm seu caráter nasal em fim de palavra e não chegam a nasalizar a vogal anterior; g) *b* > *v*; h) o grupo consonantal *-cl-* resolve-se na palatal [λ], grafada *lh*.

Os estudiosos dos dialetos occitanos chamam a atenção para a grande quantidade de fenômenos que se dão no limite de palavra sugerindo uma tendência à "eufonia": elisões (*asseta nasen* em vez de *asseta ansen*), anteposição de *z*, *n*, *m*, como meio de evitar o hiato (*vau a n Arle*, *vau a z Ais* ao invés de *a Arle*, *a Ais*) etc. Na morfologia, seria típico do occitano o uso freqüente de diminutivos e aumentativos: na realidade, é possível aplicar o sufixo diminutivo a pala-

bras que já estão no diminutivo: *chatouneto* = “mocinhezinha”, *aucelounet* = “passarinhozinho”. Na sintaxe, cabe apontar o uso estrito da correlação dos tempos (oponham-se o occitano *Nosti ami an vougu que venguessian* e o francês *Nos amis ont voulu que nous venions*) e a complexidade das regras de concordância nominal (o adjetivo só concorda quando anteposto, e assume formas diferentes conforme o substantivo que segue começa por consoante ou por vogal). Sobretudo, é digno de nota o fato de que, conservando os verbos do occitano desinências bem diferenciadas entre si, torna-se dispensável o uso do pronome sujeito.

As principais variedades geográficas do occitano são: (i) o provençal propriamente dito, falado na região mediterrânea entre os Alpes e o Ródano; (ii) o *languedocien-guyennais*, falado entre os rios Garonne, Dordogne e Ródano e o Mediterrâneo; (iii) o aquitano, falado entre o rio Garonne e os Pireneus: o aquitano compreende duas variedades ricas em traços peculiares, o gascão e o bearnês; (iv) o *auvergnat-limousin*, numa região ao norte do rio Dordogne, que abrange as cidades de Angoulême, Limoges e Clermont-Ferrand; (v) o *alpin-dauphinois*, entre os Alpes e as nascentes do rio Loire.

De todas essas variedades, a mais diferenciada é o gascão, que os medievais já consideravam uma língua à parte, e que se distingue até hoje por uma fonética muito peculiar (vejam-se algumas isoglossas referentes a essa região no mapa 1).

### 12.2.3 O franco-provençal

A área dos dialetos franco-provençais compreende: (i) na França: o monte Jura, a Savóia e as regiões de Grenoble e Lyon; (ii) todo o território da chamada “Suíça Francesa” (*Suisse Romande*); e (iii) na Itália, alguns vales alpinos com certa extensão (principalmente os de Aosta, de Lanzo e do rio Orco).

A proposta de reconhecer os dialetos franco-provençais como um sistema à parte, no mesmo nível que o francês e o occitano, reflete a dificuldade de enquadrá-los por suas características fonéticas tanto num como noutro grupo. Na realidade, seu vocalismo lembra o occitano e seu consonantismo os aproxima do francês. Confirmam-se estes exemplos:

lat. *panem* > *pan*; lat. *casa* > *chieu*; lat. *desidero* > *desiro*; lat. *campu* > *tsã*; lat. *galbinu* > *dzuono*



Os dialetos franco-provençais são falados numa região em que as comunicações são particularmente difíceis e são bastante semelhantes entre si dos dois lados dos Alpes; essa semelhança — surpreendente quando se pensa que os Alpes constituem um dos mais formidáveis obstáculos naturais para as comunicações humanas — mostra que as divisas da geografia física não se transformam automaticamente em divisas lingüísticas; foi explicada a partir do fato de que os vales franco-provençais hoje pertencentes ao território italiano, juntamente com uma grande porção francesa do vale do Ródano, constituíram no passado a diocese de Vienne: os limites dialetais coincidem com os limites dessa antiga unidade religiosa e evocam um tempo em que a circulação de inovações lingüísticas deve ter-se circunscrito a ela.

Mapa 20: Os dialetos galo-românicos antes da absorção pelo francês



Mapa 21: Algumas aloglossas no domínio galo-românico



1. Limite entre o galo-romance e as línguas germânicas.
2. Limite sul de *c* velar antes de *a*. tipo *vak*. conforme a toponomástica (esse limite é hoje mais restrito).
3. Limite norte de *c* velar antes de *a*. no domínio do provençal (tipo *kanta*).
4. Limite norte de *a* intacto em sílaba livre (tipo *ama. kanta*) nos domínios do provençal.
5. Área em que a conservação de *a* é incerta (entre 4 e 5).
6. Limite norte da conservação de *d* derivado de *t* latino (tipo *amado* de *amata*).
7. Área em que o *d* foi reintroduzido por influência do provençal (entre 6 e 7).
8. Limite norte da conservação de *s* diante de consoante surda (tipo *escouto* em oposição a *écoute*).
9. Limite norte do *h* gascão derivado de um *f* latino.

Mapa 22: Os dialetos occitanos

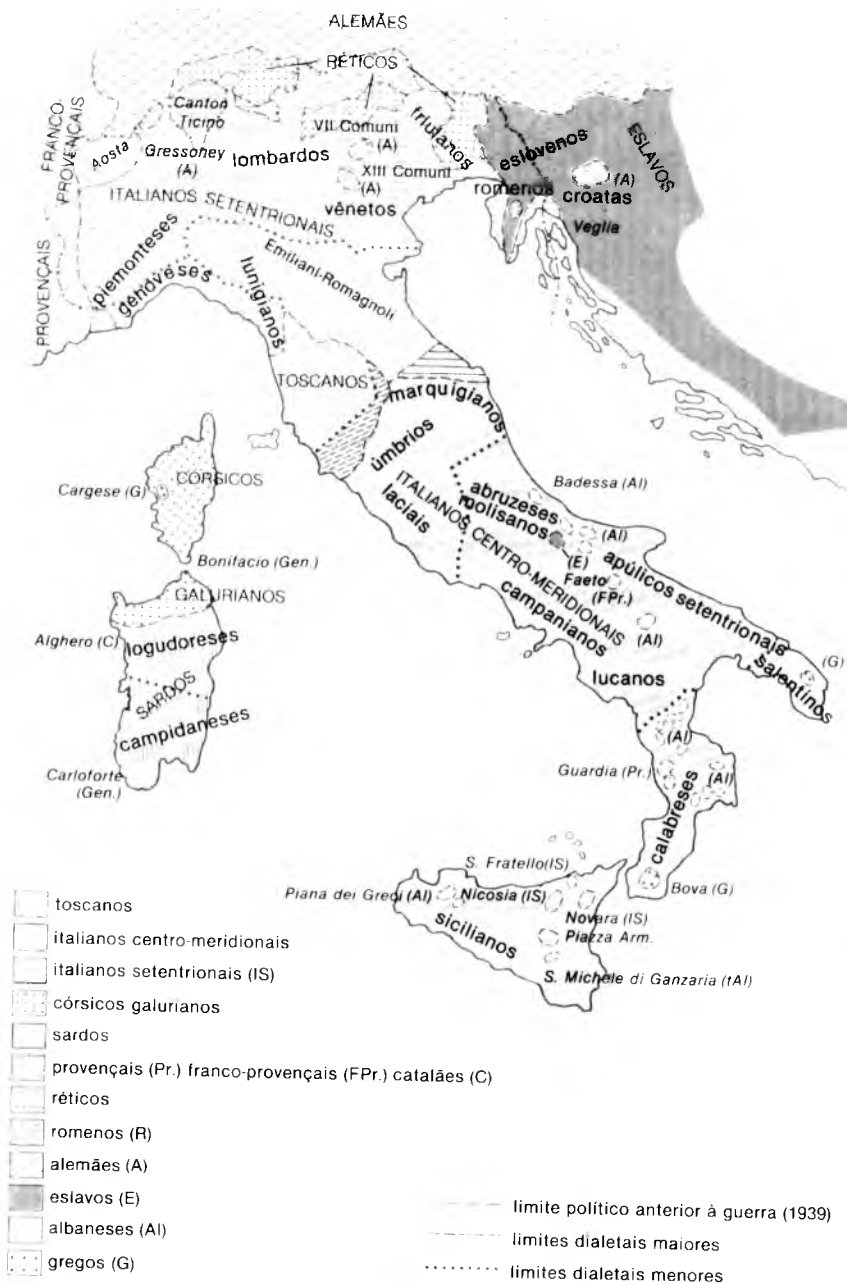


### 12.3 Os dialetos da Itália e da Suíça Meridional

No território atualmente ocupado pela República Italiana, pela Córsega (que pertence politicamente à França) e no sul da Suíça, é costume reconhecer três grandes sistemas dialetais, a saber:

- a) o dos dialetos sardos;
- b) o dos dialetos réticos;
- c) o dos dialetos italianos.

Mapa 23: Línguas e dialetos na Itália do século XX



Um fato peculiar a respeito desses dialetos, no confronto com as outras regiões da România, é a sua maior vitalidade: embora sejam falados concomitantemente com uma língua oficial (italiano na República Italiana, francês na Córsega, alemão na Suíça), esses dialetos mantêm em relação a ela uma forte autonomia; outro traço é a forte variedade de estrutura: as diferenças estruturais são sensíveis, não só quando se comparam dialetos de grupos distintos, mas também quando se confrontam os de um mesmo grupo: por exemplo, não há compreensão recíproca entre falantes que utilizem os dialetos do vale do Pó e os da região ao sul dos Apeninos, embora ambas as variedades, em nossa classificação, se enquadrem no mesmo sistema.

### 12.3.1 Os dialetos sardos

Com uma história política pouco ligada à Itália continental, a Sardenha teve poucos contactos com os dialetos italianos; o latim vulgar da Sardenha desenvolveu falares caracterizados por uma fonética fortemente conservadora. É a esses dialetos, encarados como um sistema à parte, que se faz referência, genericamente, ao falar em “sardo”.

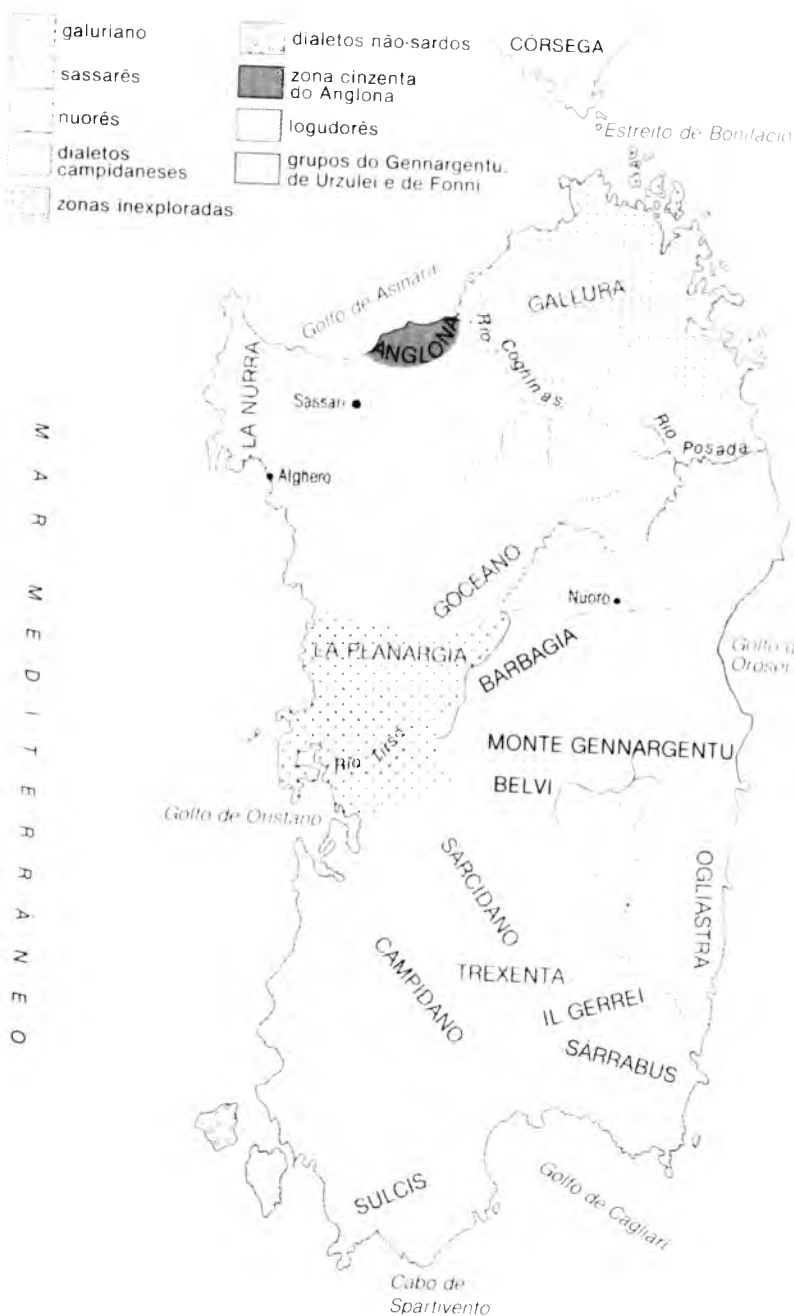
As principais variedades do sardo são (de norte a sul): o galurês, o sassarês, o logudorês e o campidanês.

O galurês, falado no extremo norte da ilha, assemelha-se aos dialetos próximos da Córsega, que são por sua vez uma variedade do toscano. O campidanês, falado na metade sul, compartilha alguns traços com os dialetos da Itália meridional. Já o logudorês, falado numa faixa entre o centro e o norte da ilha, tem sido encarado como o sardo típico.

Entre suas características fonéticas, lembremos: a) o tratamento diferenciado de *e* longo e *i* breve, de *o* longo e *u* breve; b) a conservação do *i* semivogal (precedendo vogal) que não se palataliza: lat. *iugum* > *iugu*; c) a conservação do valor velar de *c* antes de *e* e *i* (*cerasea* > *kariasa*); d) a conservação dos grupos *cl*, *gl*, *bl* e *fl*; e) a passagem de *l* a *r* (lat. *plangere* > *prangere*); f) a passagem de *qu* > *b*, *gu* > *g*; g) a passagem *gn* > *nn* (lat. *lignum* > *linnu*); h) a conservação das surdas intervocálicas.

Por algumas dessas características fonéticas, o logudorês assemelha-se ao latim literário: isto não quer dizer que os falares da Sardenha se originaram do latim literário, mas que, devido às circunstâncias da latinização e da história posterior da ilha, remontam a uma fase mais antiga do próprio latim vulgar, em que o contraste deste com o latim culto era menos vincado.

Mapa 24: Dialectos da Sardenha



Observações semelhantes são suscitadas por sua morfologia e seu léxico: na morfologia, notem-se os artigos definidos *so, sa, sos, sas*, que remontam ao latim *ipse*, e a tendência a reconstruir na terceira conjugação os verbos da segunda (*déperere < debéere*); exemplos de arcaísmos lexicais do logudorês são as palavras *domo* e *skire*, significando “casa” e “saber”: elas remontam às vozes *domum* e *scire*, que em quase toda a România foram substituídas por *casa* (na origem “choupana”) e *sapere* (na origem “experimentar a comida”, ver secção 1.3).

### 12.3.2 Os dialetos réticos

Em 1873, ao publicar seu *Saggi Ladini*, Graziadio Ascoli chamou a atenção para as semelhanças fonéticas existentes entre alguns dialetos distribuídos por regiões descontínuas da Itália do norte e sul da Suíça, e atribuiu essa semelhança a uma antiga unidade baseada na província romana da Récia, que ocupava, no período de maior expansão do Império Romano, um território correspondente *grosso modo* à atual Suíça Oriental. Como província linguística, a Récia sofreu sua principal perda territorial no século V com a invasão dos alamanos, mas mesmo depois das grandes migrações de povos na Alta Idade Média o reto-romance foi-se retraindo, pela pressão contínua que exerceram os dialetos alemães ao norte e os italianos ao sul. Ascoli atribuiu a esse avanço a destruição da continuidade territorial dos dialetos réticos, que se reduziam, já no século passado, a três ilhas na fronteira entre a Itália, a Suíça e Áustria; tendo em vista a antiga unidade, propôs que essas três ilhas dialetais — delimitadas sobretudo por critérios fonéticos — fossem consideradas como um único sistema de dialetos. Essa perspectiva prevaleceu, embora os romanistas modernos sejam mais céticos que Ascoli quanto aos limites antigos do rético e à sua separação dos dialetos da Itália do Norte.

A variedade mais oriental do rético é falada no cantão suíço dos grisões, e compreende algumas subvariedades entre as quais o sobressilvano e o engadino (nem todo o cantão dos grisões é de fala românica: em sua capital, Chur, fala-se um dialeto alemão). Algumas variedades dialetais do rético dos grisões foram usadas no passado para fins literários e desde 1938 foram reconhecidas como a quarta língua oficial da Confederação Helvética (ao lado do alemão, do francês e do italiano).

A variedade "central" localiza-se toda em território italiano, e é formada por alguns vales na divisa entre as regiões do Vêneto e do Trentino-Alto Adige; a variedade oriental tem por centro a cidade de Udine, e corresponde à parte norte da região de Friuli; Trieste foi outrora uma cidade de fala rética.

É difícil apontar características (fonético-históricas, morfológicas etc.) do rético que sejam simultaneamente comuns a todos os seus dialetos e suficientes para distingui-los dos dialetos galo-itálicos e demais dialetos românicos. Valham, para marcar a especificidade do rético, as seguintes observações:

[fonética] a) a conservação dos encontros consonantais de oclusiva + *l*, exemplificada nas palavras sobressilvanas *plein*, *clamare* e *glatsch* (< *plenum*, *clamare* e *glatiam*), distingue os dialetos réticos dos dialetos italianos vizinhos, onde os mesmos encontros consonantais se palatizaram (em *pj*, *tʃ* ou *dʒ*), mas ao mesmo tempo lembram o franco-provençal e o francês (formas correspondentes: *plein*, *clamer* e *glace*); b) a palatalização de *c* e *g* antes de *a*, pela qual *canem* e *gallum* deu *tʃan* e *dʒal*, é própria apenas da região central; o rético dos grisões parece ter passado por uma evolução semelhante que regrediu em seguida; c) a passagem a *u* do *-l* final de sílaba, a passagem de *u* longo a *y* e, finalmente, a *i* (*duro* > *dyr* > *dir*; *cuna* > *kyna* > *dzina*), a conservação do ditongo *au* (*pauper* > *päuper*), observadas em algumas variedades dos grisões e centrais, contrastam com alguns dialetos galo-itálicos próximos, mas estão representadas em outros; d) a conservação do apêndice labiovelar (*u*-semivogal) nos encontros *qu* + vogal e *gu* + vogal marca o contraste com o romance da Gália mas é compartilhada pelo italiano;

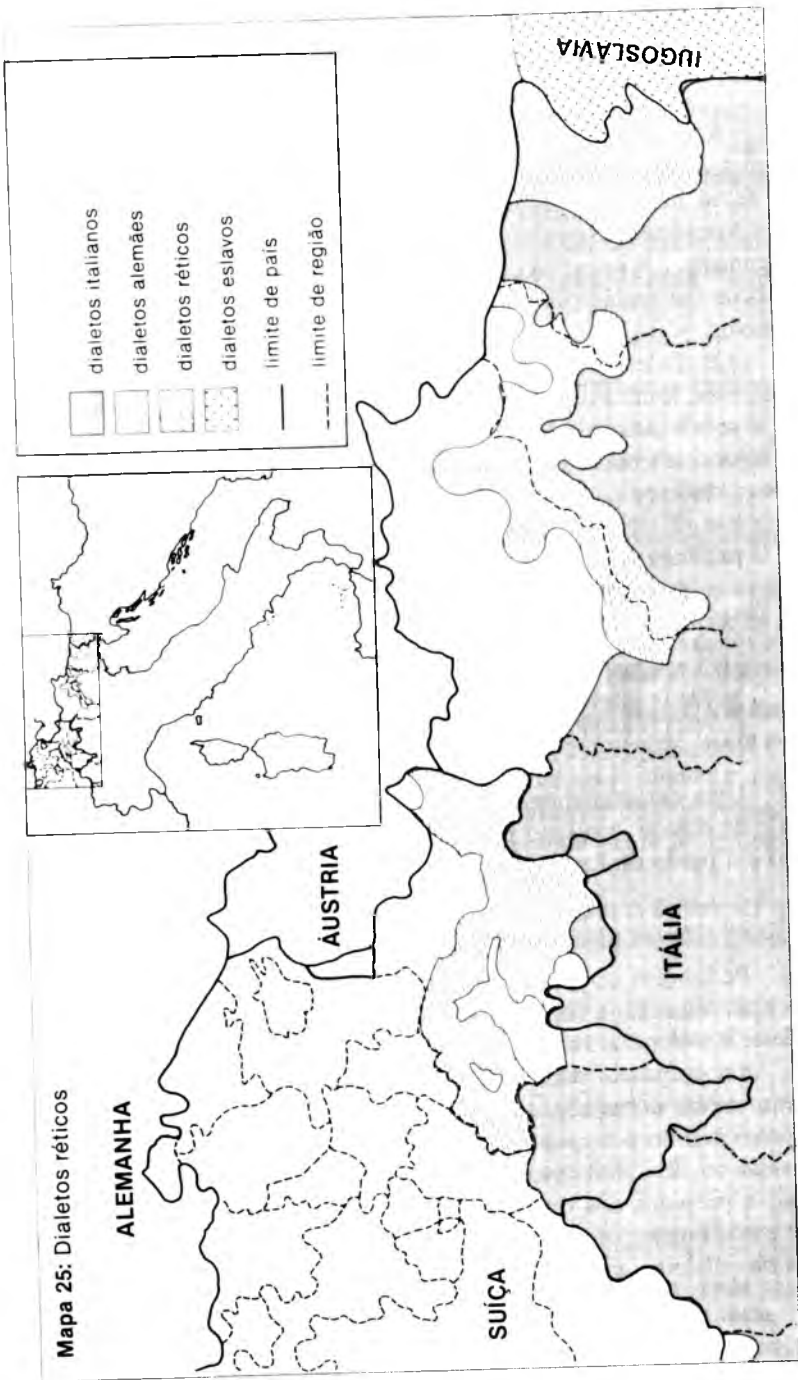
[morfossintaxe] e) os dialetos réticos ocupam uma posição bastante peculiar quanto à conservação do *-s* final: permanece o *-s* dos neutros da 3ª declinação (*tempus* > *temps*, *pectus* > *pez*); por outro lado, em sobressilvano, o nominativo dos adjetivos guarda o *-s* em posição predicativa e perde-o em posição atributiva:

*il tʃjel seren* mas *il tʃjel ej sereins*  
[o céu sereno]    [o céu é sereno]

f) para nomes que indicam objetos "contáveis", distingue-se em sobressilvano uma terminação que remonta ao neutro plural, e que serve para tratar o conjunto dos objetos como um todo, ao lado de uma terminação de plural que põe os mesmos objetos numa perspectiva de enumeração.



Mapa 25: Dialetos réticos



### 12.3.3 Os dialetos galo-italicos e vênetos

A principal divisa entre os dialetos falados na Itália coincide com a divisa entre România Oriental e România Ocidental de que se falou num capítulo anterior, e acompanha o divisor de águas dos Apeninos, no trecho em que separam a Itália do Norte e a Itália Peninsular. A primeira dessas regiões é ocupada pelos dialetos galo-italicos (na região outrora habitada pelos gauleses) e pelos dialetos vênetos.

Os dialetos galo-italicos costumam ser classificados em piemonteses, lombardos, lígures, da Emília e Romagna. Exemplificam-se a seguir pelo piemontês alguns traços comuns desses dialetos: a) a sonorização das oclusivas surdas intervocálicas (que em alguns desses dialetos passam a fricativas e caem) (1, 2, 3); b) a presença de *y* e *ø* (2, 3); c) a palatalização dos grupos *cl*, *gl*, *pl*, *bl* (4, 5); d) a palatalização de *ct* (6); e) a queda de todas as vogais finais exceto *a*; f) a redução de todas as geminadas, inclusive *ll* e *nn* (7, 8); g) a queda das vogais átonas, pré e postônicas (9, 10):

(1) *rotundum* > *riund*; (2) *lupum* > *lv*, *rusticum* > *rystik*; (3) *focum* > *fø*; (4) *clamare* > *tfame*; (5) *plenum* > *pjen*; (6) *factum* > *fait* e *fatf*; (7) *annu* > *an*; (8) *caballum* > *caval*; (9) *monica* > *munja*; (10) *auric(u)la* > *urødʒa*.

Uma característica morfossintática digna de nota é a necessidade de dobrar o sujeito por meio de um pronome clítico nominativo e a perda da forma nominativa dos pronomes:

*la mare a la parla* (literalmente "a mãe ela fala")  
*mi i rispunt* (literalmente "mim eu respondo")

Pertencem ao grupo vêneto os dialetos falados em Veneza, Verona, Vicenza, Pádua e a região do Polesano, Feltre e Belluno, Trieste e a Veneza Júlia.

Em contraste com os dialetos galo-italicos, que lembram de algum modo o francês, os dialetos vênetos assemelham-se mais ao italiano padrão por características como a falta de *y* e *ø*, a preservação das vogais finais (exceto *e* e *o*, que caem nas palavras paroxítonas), a presença dos ditongos *ie* e *uo*, e a conservação das vogais pré e postônicas: comparem-se estas vozes com os exemplos extraídos dos dialetos galo-italicos:

*dico* > *digo*; *catti* > *gati*; *lupo* > *lu*; *monica* > *monega*; *rusticum* > *rustega* etc.

### 12.3.4 Os dialetos do centro e do sul da Itália e os dialetos toscanos

Ao sul da linha La Spezia-Rimini, cabe distinguir os dialetos toscanos, nos quais se baseia o italiano literário, dos dialetos centrais e meridionais. Começemos por estes últimos.

Os dialetos centrais e meridionais — desde as Marcas até o extremo sul da península, incluindo a Sicília — são costumeiramente divididos em três grupos correspondentes a:

- a) Marcas, Úmbria e Lácio;
- b) Abruzos, norte das Pulhas, Molise, Campânia e Lucânia;
- c) Salento, Calábria e Sicília.

As diferenças entre essas variedades são grandes, mas é possível apontar algumas características comuns a boa parte delas:

- a redução de *nd* e *mb* a *nn* e *mm*: *quando* > *quanno*; *camba* > *camma* (em it. *standard*: *quando* e *gamba*);
- a redução de *pl* a *kj*: *plus* > *kjù* (it. *standard*: *più*);
- a pronúncia lábil das vogais finais;
- a redução de *b* inicial a *v*: *bucca* > *vocca* (it. *standard*: *bocca*).

Nos dialetos italianos centro-meridionais, são bastante comuns os fenômenos de metafonia: a vogal tônica da palavra muda de timbre para assimilar-se à vogal final, que é coincidentemente a que expressa gênero e número; com a queda posterior da vogal final, a alternância de timbres na tônica pode assumir papel morfológico (como no exemplo clássico do port.: *avô*, *avó*).

Por dialetos toscanos, entende-se um conjunto de falares que compreende o florentino, o dialeto de Pisa, Lucca e Pistoia, o senês, os falares de Arezzo e Chiana.

Ao passo que é bem marcada a distinção desses dialetos em confronto com os galo-italícos e os meridionais, é forte a semelhança com os da Córsega, que podem ser considerados como sua continuação. Os dialetos toscanos são particularmente importantes porquanto é num deles — o florentino — que se baseia o italiano literário. Enumeram-se a seguir algumas características do florentino que o italiano literário incorporou:

[fonética] a) as palavras têm caráter eminentemente vocálico: tendo-se conservado em posição final de palavra todas as vogais latinas, e perdido todas as consoantes, todas as palavras florentinas terminam em vogal. Por outro lado, as vogais finais se pronunciam com a

mesma clareza que as tônicas; b) faltam as vogais da série híbrida:  $\phi$  e  $y$ ; c) não se registram fenômenos de metafoia; d) conservam-se as consoantes geminadas; e) a palatalização de *pl*, *cl* etc. assume uma formã particular, desenvolvendo um *i* e detendo-se em seguida: *planum* > *piano*, *clavem* > *chiave* (opor *chiave* ao galo-itálico *tfaw*, ao espanhol *llave* e ao português *chave*); f) *e* e *o* do latim vulgar fecham-se antes de  $\tilde{n}$ ,  $\lambda$  e *skj*, o que dá origem às formas *pugno*, *famiglia* e *mischia* (em oposição, por exemplo, à forma não toscana *meschia*); g) *ry* > *i* (*januarium* > *gennaio*; outras variedades dialetais têm *gennaro*);

[morfologia e sintaxe] h) usa-se para todas as conjugações a terminação *-iamo* na primeira pessoa do plural do presente do indicativo: *cantiamo*, *vendiamo*, *poniamo*, *udiamo* (opor ao português: *cantamos*, *vendemos*, *ponemos*, *ouvimos*); i) o condicional é formado por meio do perfeito do auxiliar: *amarei* < *amare habui* (para as outras línguas românicas, a base foi *amare habebam*); j) é grande a liberdade no uso dos sufixos; k) é grande a liberdade na sintaxe do período.

### 12.3.5 O dalmático

Investigações desenvolvidas no fim do século passado por Meyer-Lübke chamaram a atenção dos romanistas para um conjunto de dialetos falados outrora na costa adriática da Península Balcânica, e que constituíam o elo natural entre os dialetos da Itália e o romeno. Trata-se dos dialetos dalmáticos. Há cerca de três séculos, eles ainda ocupavam a região costeira da Iugoslávia, mas desapareceram pela superposição do serbo-croata no sul e de outros dialetos neolatinos (veneziano e friulano sobretudo) ao norte.

A última variedade de dalmático — o dialeto da ilha de Veglia ou veglioto — extinguiu-se em meados do século XIX; contudo foi levantado a seu respeito um amplo conjunto de informações, através de documentos escritos do passado e de um informante que, no final do século, se lembrava de tê-lo falado na juventude. As pesquisas sobre o dalmático lançam luzes sobre uma antiga continuidade dialetal entre a Itália e a Dácia, e permitem enfocar de maneira mais global a questão dos limites entre România Oriental e România Ocidental.

## 12.4 Os dialetos do romeno

Extinto o dalmático, o latim levado à Península Balcânica sobrevive num número considerável de palavras recebidas por empréstimo pelo albanês, e nos dialetos romenos.

Estes dividem-se em quatro grupos, a saber:

1º) O daco-romeno (falado no atual território da República Romena, na República Soviética da Moldávia e partes do Banato e da Bucóvina, que pertencem politicamente à Iugoslávia).

2º) O macedo-romeno ou aromeno, falado nas regiões da Tessália e do Epiro (Grécia), da Musáquia (Albânia), da Macedônia iugoslava e em algumas comunidades espalhadas pelo território búlgaro.

3º) O megleno-romeno ou meglenítico, falado por algumas comunidades espalhadas pela Macedônia grega, pela Dobrúgia e pela Ásia Menor.

4º) O istro-romeno, falado em umas poucas cidades da Ístria.

Os dialetos dos quatro grupos são bastante diferentes entre si, impossibilitando a comunicação entre falantes não cultos; também são bastante diferentes entre si pelo número de pessoas que os falam: mais de vinte milhões para o daco-romeno e algumas centenas apenas para o istro-romeno. Ainda assim, os traços estruturais comuns são suficientes para sugerir que essas quatro classes de dialetos derivem de uma mesma variedade de romance balcânico, que os românicos têm indicado pelo nome de proto-romeno.

A referência ao proto-romeno levanta uma questão delicada, em que se confundem aspectos lingüísticos e políticos: a de saber em que ponto da Península Balcânica se teria formado o proto-romeno, e com ele a nação romena, que tem, precisamente na preservação de suas origens latinas, um de seus traços distintivos mais marcados em face das nações eslavas vizinhas. A atual localização dos dialetos romenos e a presença de características fônicas e lexicais que lembram o romeno nos empréstimos latinos do albanês sugerem que o proto-romeno não se formou no atual território da Romênia, e sim no território correspondente ao antigo reino da Sérvia, na margem direita do Danúbio. Assim, a Dácia teria sido o alvo de uma segunda conquista por parte de populações romanas. Esta tese, conhecida como a tese da "re-imigração", é a que goza de maior crédito entre os autores não-romenos; quanto aos autores romenos, adotam em geral uma outra posição, segundo a qual o local de formação do

romeno seria a margem esquerda do Danúbio, onde teriam permanecido durante toda a Idade Média núcleos de populações romanas remontando à conquista de Trajano ("tese da continuidade"). Nos limites deste trabalho, não cabe ir a fundo nesta polêmica.

Entre os traços dos dialetos romenos que são comuns aos quatro grupos de dialetos (e portanto podem ser atribuídos ao proto-romeno) estão:

a) conservação da distinção entre *o* longo e *u* breve [ao passo que o proto-romeno acompanha a România Ocidental na transformação de *i* breve em *e* fechado] (1, 7 vs. 2, 3, 5, 10);

b) *ct* > *pt*, *cs* > *ps* (cp. 3, 11; 5);

c) posposição do artigo (16);

d) formação do futuro com *vo*lo (17);

e) a palatalização das velares quando seguidas de *e* e *i* (7, 8);

f) a redução de *a* a *a*, pronunciado [ə], em sílaba átona (5, 9, 10, 11, 12...);

g) a passagem de *a* a *î* pronunciado [i] quando seguido de *n* ou de *m* (13, 14);

h) a passagem a *-r-* do *-l-* intervocálico (4);

i) a labialização completa de *qu* e *gu* (> *p*, *b*) (12, 15).

Eis os exemplos:

(1) *lupum* > *lup*, cp. port. *lobo*; (2) *sudore* > *sudoare* cp. port. *suor*; (3) *nocte* > *noapte*; (4) *quale* > *care*; (5) *coxa* > *coapsă*; (6) *decem* > *zece*; (7) *fugit* > *fuge*; (8) *gente* > *ginte*; (9) *herba* > *iarbă*; (10) *hora* > *oara*; (11) *lactuga* > *laptuka*; (12) *lingua* > *limbă*; (13) *lana* > *lîna*; (14) *anima* > *înîma*; (15) *aqua* > *apa*; (16) *cînele negru* = o cão negro; (17) *Maria va dormi* [va é o verbo *querer*, não é o verbo *ir*].

Mapa 26: Dialeto romenos



# 13

## O acesso dos romances à escrita: os primeiros documentos em romance

---

### 13.1 Condições de acesso dos romances à escrita

Por vários séculos, os romances foram variedades lingüísticas tipicamente faladas, aprendidas como primeira língua e presentes em todas as atividades diárias, mas sem acesso aos documentos escritos, em que se continuava usando o latim literário — ou antes aquilo que dele havia sobrevivido no conhecimento das pessoas cultas e das instituições afeitas à transmissão da cultura.

Por muito tempo, as pessoas tiveram a ilusão de que o latim literário, chamado às vezes de “gramática”, nada mais era do que a versão escolar e correta de sua língua materna, ou seja, o latim literário e os “vulgares” foram vistos por longo tempo como aspectos de uma mesma língua. No fim do primeiro milênio, contudo, o fosso que se havia criado entre ambos era suficientemente grande para que começassem a ser encarados como duas línguas distintas. Que o latim já não era compreendido pelas pessoas incultas, fica claro nas disposições do Concílio de Tours (813), que recomendavam ao clero traduzir suas homilias e sermões para o romance ou para a língua germânica falada na região.

No difícil caminho pelo qual os romances conseguiram impor-se na escrita, deve considerar-se uma fase em que contaminaram o latim escrito da época na forma de interferências. Essas interferências



deviam-se sobretudo à precária cultura dos escritores e copistas que, ao redigirem ou grafarem textos latinos, tendiam naturalmente a cometer descuidos em aspectos da morfologia e sintaxe onde os textos mais diferiam de sua língua materna. Essas interferências, cada vez mais numerosas nos últimos séculos do primeiro milênio e nos primeiros do segundo, são um sintoma da importância crescente dos romances, mas na busca dos primeiros documentos românicos os estudiosos têm procurado escritos que revelem a consciência de redigir numa língua autônoma, distinta do latim.

Esta consciência revela-se, num primeiro momento, sobretudo em dois tipos de textos: (i) os que foram escritos com o intuito de reproduzir as palavras textuais de alguém, (ii) os que foram escritos especificamente para glosar um texto latino, isto é, traduzir palavras e passagens obscuras ou comentá-lo para uso das pessoas incultas. Mais tarde, será possível qualificar como documentos representativos do romance vários textos escritos para fins práticos (cartas, privilégios, disposições legais), de edificação religiosa (vidas de santos, em versão poética ou dramática, orações a serem pronunciadas durante os ofícios religiosos), ou estético-literários (letras de canções, poemas líricos e épicos, conforme as tradições e os gostos das várias regiões).

### 13.2 Os primeiros documentos em romance

A seqüência deste capítulo é constituída por uma série de transcrições de antigos textos que exemplificam o aparecimento do romance na escrita. Em sua escolha, procurou-se, simultaneamente (i) exemplificar a variedade das situações em que o romance faz seu aparecimento na escrita; (ii) mostrar documentos representativos das várias regiões da România. É por isso que entre o mais antigo dos documentos apresentados, os “Juramentos de Estrasburgo”, e o mais recente, uma versão romena do “Pai-Nosso” impressa em Brasov logo depois da Reforma, há um espaço de nada menos que sete séculos.

Os textos são acompanhados de breves informações históricas, e de uma tradução tão literal quanto possível. É claro que essa tradução, embora contribua para esclarecer uma ou outra palavra ou construção, não substitui um autêntico comentário filológico, voltado para o esclarecimento mais completo da ortografia e da língua dos textos: mais do que nunca, vale aqui a recomendação de completar esta leitura com uma consulta atenta e paciente da bibliografia.

### 13.2.1 *Ipsa verba*

Consideremos primeiro os documentos que foram redigidos em romance para registrar com exatidão as palavras textuais de alguém (“*ipsa verba*”). Trata-se de documentos de caráter político ou cartorial, que interessou redigir em romance por uma preocupação de fidelidade à fala dos interessados, quando o uso do latim poderia ter conseqüências indesejáveis.

#### (a) Os “Juramentos de Estrasburgo”

O texto de “Juramentos de Estrasburgo”, o mais antigo documento românico que sobreviveu até nós, data de 842; consiste nas fórmulas de juramento pronunciadas para sancionar a aliança de dois herdeiros do Império de Carlos Magno, Luís, o Germânico, e Carlos, o Calvo, e a promessa de se apoiarem reciprocamente contra o irmão mais velho e inimigo comum, Lotário. Para ser compreendido pelos vassallos de Carlos, o Calvo, que eram francos romanizados, Luís, o Germânico, pronunciou seu juramento em romance e depois em germânico; em seguida, os vassallos dos dois príncipes juraram em sua própria língua. O historiador que registra o episódio foi testemunha ocular dos fatos, e é até provável que tenha participado da redação da fórmula do juramento. Nessas circunstâncias não há dúvida de que o texto que chegou até nós reproduz fielmente as palavras efetivamente pronunciadas, e que estas deviam ser compreensíveis a todos os vassallos de fala românica que participaram do ato.

Eis a transcrição do juramento:

Pro Deo amur & pro christan poblo & nostro comun salvament, d'ist di in avant quand Deus savir & podir me dunat, si salvarei eo cist mon fradre Karlo & in ajudha & in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fradra salvar dift, in o quid il mi altresi fazet et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai ki, meon vol, cist meon fradre Karle in damno sit.

[Por amor a Deus e pelo povo cristão e nossa salvação comum, deste dia em diante, enquanto Deus me der saber e poder, assim salvarei eu este meu irmão Carlos, e na ajuda e em cada coisa, assim como homem por direito seu irmão salvar deve, enquanto ele a mim da mesma forma fizer, e de Lotário nunca aceitarei nenhum acordo que, por minha vontade, seja em prejuízo a este meu irmão Carlos.]

Em relação ao romance falado na época, a língua dos “Juramentos de Estrasburgo” é surpreendentemente arcaica: de fato, no norte da França, em pleno século IX já estavam consumadas certas mudanças (como a palatalização de *k* seguido de *a*, cp. o francês

moderno *Charles, chose, chacun*) que o texto dos Juramentos não registra. Várias hipóteses foram aventadas para explicar esse tom arcaico dos Juramentos: (i) eles teriam sido redigidos inicialmente em latim, e traduzidos em seguida para as línguas modernas; a grafia latina teria então interferido na grafia do romance, para a qual não havia convenções; (ii) os Juramentos teriam sido redigidos num dos tantos dialetos arcaizantes da região *d'oil* (lembre-se que há no norte da França alguns dialetos mais arcaizantes do que o francês, por exemplo, o normando e picardo); (iii) seus redatores teriam procurado expressar-se numa espécie de língua comum, compreensível para falantes de vários dialetos; o arcaísmo seria assim o preço pago por escrever numa espécie de *koiné*.

Essas hipóteses chamam à atenção as condições peculiares em que os Juramentos foram escritos, e têm um interesse exemplar: interferência do latim, presença de traços “dialetais” (em oposição à posterior definição de *standards* nacionais) e busca do caráter de *koiné* são três características presentes em muitos dos primeiros textos românicos.

#### (b) Alguns documentos de caráter legal

Imagine-se, em pleno século X, uma demanda pela propriedade de terras entre os clérigos de um convento, versados em latim literário, e seus adversários, falantes da língua vulgar. É óbvio que toda a discussão e todos os depoimentos necessários seriam feitos nesta última, mesmo que a sentença final fosse pronunciada em latim; e a preocupação em evitar equívocos levaria a anotar “*ipsis verbis*”, isto é, em romance todos os testemunhos. Aparentemente, foram escriturados nessas condições quatro termos de testemunho referentes a outras tantas demandas de terras julgadas entre 960 e 963 na região da Campânia, que se conservam até hoje na biblioteca do mosteiro de Montecassino.

Eis uma dessas fórmulas, em que a testemunha diz que uma determinada propriedade pertenceu durante 30 anos sem qualquer contestação a um certo Pergoaldo; a língua é o vulgar italiano numa variedade tipicamente meridional:

(Sessa, março de 963):

Sao cco kelle terre, per quelle fini que tebe monstrai, Pergoaldi foro, que ki contene, & trenta anni le posssette.

[Sei que aquelas terras, naqueles limites que te mostrei, (e) que aqui (a abreviação) contém foram de Pergoaldo, e as possuiu por trinta anos.]

Podemos supor razões análogas para que fosse registrado no romance português este testamento em que uma monja da região portuguesa de Barcelos lega todos os seus bens ao mosteiro de Vairão em 1193 do calendário gregoriano.

In Christi Nomine, Amen. Eu Elvira Sanchiz offeyro o meu corpo às virtudes de Sam Salvador do mônsteyro de Vayram, e offeyro con o meu corpo todo o herdamento que eu ey em Cantegâus e as tres quartas do padroadigo dessa eygleyga e todo hu herdamento de Crexemil, assi us das sestas como todo u outro herdamento: que u aia o moensteyro de Vayram por en secula seculorum. Amen. Fecta karta mense septembri era MCCXXXI. Menendus Sanchis testes. Stephanus Suariz testes. Vermúú Ordoniz testes. Sancho Diaz testes. Gonsalvus Diaz testes.  
Ego Gonsalvus Petri presbyter notavit.

### 13.2.2 As glosas

O hábito de fazer anotações nos manuscritos latinos foi certamente incentivado pelas disposições do Concílio de Tours e pela prática de redigir as homilias em lingua vulgar.

Seja como for, encontram-se com alguma frequência em manuscritos posteriores ao século VIII anotações na margem ou nas entrelinhas, em que se traduz alguma palavra pouco comum, para o romance ou para um latim considerado “mais fácil”, na verdade um latim mais próximo do romance local. A estas anotações, ou à sua edição moderna é que se tem dado o nome de glosas.

Pacientemente colecionadas pelos filólogos, as glosas fornecem um material de valor inestimável para o conhecimento das variedades de romance falado desde o século VIII até a emancipação das línguas nacionais. Três coleções, conhecidas respectivamente como “Glosas de Reichenau”, “Glosas Emilianenses” e “Glosas Silenses”, e algumas traduções interlineares de sermões fornecem farto material para o conhecimento da variedade de romance então falada nos atuais domínios do francês, do espanhol e do catalão.

#### (a) As Glosas de Reichenau

Escritas no século VIII em algum ponto do norte da França, as Glosas de Reichenau explicam palavras da Vulgata por meio de palavras mais correntes no latim da época e da região. Trata-se, por isso, de um latim em que se anunciam muitas das escolhas lexicais que serão próprias do francês, por exemplo: para *dare* propõe-se

como tradução *donare*, para *oves*, *berbices*, e para *regere*, *gubernare*: são precisamente as formas que ficaram em francês: *donner*, *brebis* e *gouverner*.

#### (b) As Glosas Emilianenses

As Glosas Emilianenses são anotações feitas em um manuscrito latino do século X, pertencente ao mosteiro de San Millán de la Cogolla, que fica na província espanhola de Rioja, em Castela, a Velha, não longe da região de fala basca. O manuscrito compreende vários textos de fundo religioso, e as glosas, escritas em margem e nas entrelinhas, parecem ser da mesma época. Além da tradução de várias palavras e expressões breves, do tipo

repente: lueco  
 inveniebit: afflaret  
 solliciti simus: ansiosu segamus  
 exteriores: de fueras  
 donec: ata quando

pode-se ler nas Glosas Emilianenses o mais antigo trecho de prosa seguida em romance hispânico que nos foi conservado: estas três frases em que se comenta e amplifica um trecho de sermão latino atribuído a Santo Agostinho:

Texto: ...adiubante domino nostro Iesu Christo cui est honor et imperium cum patre et spiritu sanctio in saecula saeculorum.

Glosa: cono adutorio de nuestro dueno, dueno Cristo, dueno salvatore, qual dueno get ena honore, e qual duenno tiennet ela mandatione cono Patre, cono Spiritu sancto, enos sieculos de los sieculos. Faca nos Deus omnipotes tal serbitio fere ke denante ela sua face gaudioso segamus. Amen.

[Com a ajuda de nosso senhor, Jesus Cristo, senhor salvador, senhor o qual está na honra, e o qual senhor tem o poder com o Pai, com o Espírito Santo, nos séculos dos séculos. Faça-nos Deus todo poderoso tal serviço fazer que diante de sua face felizes sejamos. Amém.]

Reconstituindo a partir das incertezas da grafia a pronúncia provável do dialeto que as Glosas Emilianenses foram escritas, os estudiosos chegaram à conclusão de que este dialeto não foi o castelhano, e sim o navarro-aragonês. À mesma conclusão chegou-se pela análise das Glosas Silenses.

#### (c) As Glosas Silenses

As Glosas Silenses são conhecidas com esse nome por constarem de um manuscrito proveniente do mosteiro de Silos, na mesma

região que San Millán. Esse manuscrito contém um Penitencial, isto é, um texto em que se faz um longo rol de pecados e se discriminam as penitências apropriadas para cada um. Eis algumas das glosas que aparecem em margem desse manuscrito:

ad nuptias: a las uotas  
 ignorans: qui non sapiendo  
 abluantur: labato siegat  
 relinquens: elaiscaret  
 non liceat: non combienet  
 prius: anzes  
 semel: una vice  
 inedie: de la famne  
 etc.

(d) Os Sermões de Organyá

Os Sermões de Organyá, sete ao todo mas com lacunas, constam de um manuscrito hoje conservado na Biblioteca de Barcelona, mas escrito originalmente na paróquia de Organyá, província de Lérida, em fins do século XII. O trecho abaixo foi transcrito do segundo sermão, em que se comenta um conhecido trecho do evangelho de São Lucas (o mesmo que Vieira comenta no seu Sermão da Sexagésima):

... In illo tempore, cum turba plurima convenirent et de civitatibus properarent ad Iesum dixit per similitudinem: Exit qui seminat seminare semen suum. Seignor, nostre Seignor dix aquesta paraula per semblant, et el exposa per si el ex. Aquel qui ix seminar la sua sement, e dementre que semenava, la una sement cadeg prob de la via e fo calzigad, e les ocels del cel mengaren aquela sement: aquest seminador dix nostre Seignor que son los maestres de sent'eglesia [...] de la predicacio de Iesu Crist. Los auzels del cel qui mengaren aquela sement son los diables qui tolen la paraula de Deu de coratge d'om per mal e peccatz e per males obres. Et aliut cecidit supra petram et natum aruit, quia non habebat humorem. Aquela sement qui cadeg sobre la pedra fo seca per zo car no i avia humor, demostra la paraula de Deu qui cad el cor del hom e ven diable e la tol del cor per zo quar no a humor de caritad en si...

[In illo tempore, cum turba plurima convenirent et de civitatibus properarent ad Iesum dixit per similitudinem: Exit qui seminat seminare semen suum. Senhores, nosso Senhor disse esta palavra por similitude, e ele mesmo a expôs por si. Aquele que sai a semear sua semente, e enquanto semeava, uma parte da semente caiu perto do caminho e foi pisoteada, e as aves do céu comeram aquela semente: este semeador disse nosso Senhor que são os mestres da santa igreja [...] da pregação de Jesus Cristo. As aves do céu que comeram aquela semente são os diabos que tiram a palavra de Deus do coração dos homens

por mal e pecados e más obras. Et aliut cecidit supra petram et natum aruit, quia non habebat humorem. Aquela semente que caiu sobre a pedra foi seca porque não havia umidade; representa a palavra de Deus que cai no coração do homem e vem o diabo e a tira do coração porque não tem umidade de caridade em si...]

O caráter inconfundivelmente catalão dessa linguagem é perceptível em algumas de suas propriedades mais óbvias: a elevada ocorrência de consoantes, a ausência de consoantes nasais e vogais nasalizadas em fim de palavra, a ausência de ditongos “espontâneos”. Uma análise acurada confirmaria a especificidade dessa linguagem em face do castelhano e do provençal.

### 13.2.3 A adivinha de Verona

Em margem a um manuscrito latino conservado na Biblioteca Capitulare de Verona, no fim do século VIII ou início do IX, a pena anônima de um clérigo escreveu esta adivinha, que se costuma apontar como o mais antigo documento do romance falado na Itália:

Se pareba boves, alba pratália araba  
& albo versorio teneba, & negro semen seminaba.

[À sua frente levava os bois, alvo prado arava; e alvo arado segu-  
rava, e negra semente semeava.]

A atividade que a adivinha retrata é a da escrita: o prado branco que se lavra é o papel, os bois são os dedos, o arado é a pena e a semente negra que se deixa cair é a tinta. Referida a uma atividade de poucos privilegiados, essa adivinha liga-se a um tipo de literatura enigmística que foi bastante cultivada na Idade Média; mesmo sua forma parece corresponder a um modelo de versificação em voga na poesia latina da Idade Média. Tudo isso deixa claro que seu autor — que provavelmente anotou o dístico num momento de distração do estudo ou da cópia — devia ser uma pessoa cultivada. Essa hipótese é corroborada pelo fato de que sua mão anotou em seguida num latim impecável uma breve oração (*Agimus tibi gratias omnipotens Deus...*). Se todas estas sugestões estão corretas, então, a despeito de sua diferente natureza, a adivinha veronense atesta a mesma consciência de bilingüismo que as glosas e as traduções interlineares, e resulta de uma opção deliberada por escrever em vulgar.

### 13.2.4 Os documentos literários

O século XII viu florescer no domínio do occitano uma literatura lírica original e refinada, que foi logo imitada na Catalunha,

em Castela e em Portugal. Por isso, ao falar dos mais antigos textos literários em vulgar, é espontâneo voltar-se para essa lírica de inspiração provençal, à qual pertencem, por exemplo, alguns dos mais antigos documentos do português. Na realidade, antes do lirismo dos trovadores, existiu no mundo românico — mais precisamente no sul da Ibéria — uma poesia lírica escrita em moçárabe e cultivada como parte de alguns gêneros então em voga na cultura árabe.

a) Os fragmentos-romances dos poemas árabes e judeus

Um desses gêneros foi o *muwassah*. Escrito em árabe clássico, deveria terminar com uma estrofe em língua popular, chamada *harja*. Quem fala no *harja* é sempre uma mulher, e o tema é geralmente um convite amoroso. Uma variante ibérica do *muwassah* é o *zajal*.

Aparentemente, o *zajal* teve grande popularidade na Ibéria, sendo cultivado por autores árabes e judeus. Muitos desses autores escreveram em moçárabe seus *harjas*, utilizando quadras que se haviam celebrado na tradição oral; assim, através da literatura árabe e judaica, foram conservadas amostras do moçárabe, tal como era falado no final do século XII, antes que o sul da Ibéria se convertesse ao castelhano.

Os *harjas* são os mais antigos textos literários da Ibéria. Sua descoberta, no começo deste século, causou grande interesse, mas sua leitura-interpretação levanta problemas, principalmente por causa da grafia adotada, que, segundo a norma das línguas semíticas, não registra as vogais. Essa circunstância obriga a pacientes exercícios de reinterpretação, que atingem sua maior dificuldade na reconstituição das formas flexionadas (que as línguas românicas distinguem tão freqüentemente pelo timbre vocálico).

No que segue, dão-se dois exemplos de *harja*, já com as vogais restabelecidas. O primeiro é do poeta árabe Muhammad ibn Ubada e conclui uma lírica em que uma moça se queixa de um amor não correspondido; o outro é do poeta judeu Iehuda-ha-Levi, e encerra um poema em que a moça ficou sabendo que o namorado adoeceu.

1º) Muhammad ibn Ubada

Meu sidi Ibrahim, ya tu omne dolje  
vent'a mib de nohte  
In (?) non si non queris, yireym'a tib  
Gar me a ob legarte.

[Meu senhor Ibrahim, oh homem tão querido / vem a mim de  
noite / Se não quiseres, irei eu a ti / Dize-me onde encontrar-te.]



## 2º) Iehuda-ha-Levi

Vaise meu corachon de mib:  
 ya, Rab, si se me tornarad?  
 Tan mal meu doler li-l-habib!  
 Enfermo yed: cuando sanarad?

[Vai-se meu coração de mim: oh, Senhor, e voltará? (É) tão má minha dor por causa do amado! Está doente: quando se restabelecerá?]

## b) A poesia provençal

Dentre os inúmeros poemas escritos no século XII no sul da França, pareceu oportuno transcrever esta lírica de Jaufré Rudel, que exemplifica a musicalidade da língua provençal e revela uma maturidade estética surpreendente para uma literatura ainda em suas origens. O tema é o da “*lointaine princesse*”, que constitui desde Rudel um dos tópicos da Literatura Ocidental.

Lanquan li jorn son lonc en may  
 m'es belhs dous chans d'auzelhs de lonh,  
 e quan mî suy partitz de lay  
 remembra.m d'un'amor de lonh:  
 vau de talan embronc e cis  
 si que chans ni flors d'albispis  
 no.m platz pus que l'yverns gelatz.

Be tenc lo Senhor per veray  
 per qu'ieu veirai l'amor de lonh;  
 mas per un ben que m'en eschay  
 n'ai dos mals, quar tan més de lonh.  
 Ai! car me fos lai pelegris  
 si que mos fustz e mos tapis  
 fos pels sieus belhs huelhs remiratz!

Be.m parra joys quan li querray,  
 per amor Dieu, l'alberc de lonh:  
 e, sá lieys platz, alberguarey  
 pres de lieys, si be.m suy de lohn:  
 adoncs parra.l parlamens fis  
 quan drutz lonhdas er tan vezis  
 qu'ab bels digz jauzira solatz.

Iratz et gaudens m'en partray  
 s'ieu ja la vey, l'amor de lonh:  
 mas non sai quoras la veyrai,  
 car trop son nostras terras lonh:  
 assaz hi a pas e camis,  
 e per aisso no.n suy devis...  
 Mas tot sia cum a Deu platz!

[Quando os dias são longos em maio, agradam-me os doces cantos de pássaros de longe, e quando eu parti, lembra-me um amor distante.

Ando de espírito sombrio e pensativo, a tal ponto que nem os cantos nem a flor branca do espinheiro não me agradam mais que o inverno gelado.

Tenho a Deus por verdadeiro, graças a quem veei o amor distante; mas por um bem que me falta sofro dois males, por estar ela tão distante. Oxalá eu lá fosse em romeiro, para que meu bordão e minha capa fossem vistos por seus belos olhos.

Grande será minha alegria quando eu lhe pedir hospedagem de longe. E se a ela aprouver, me abrigarei perto dela, embora eu venha de longe. Então será a fala verdadeira, quando o amante distante está tão próximo que sentirá o consolo de belas palavras.

Triste e feliz dela me afastarei, se eu a vir, o amor distante. Mas não sei em que momento a verei, pois nossas terras são muito longe. Há muitas passagens e caminhos, por isso, não adivinho. Mas tudo seja como a Deus aprez.]

### c) A canção de dom Sancho I

Tradicionalmente apontada como a mais antiga cantiga de amigo em língua portuguesa, a composição a seguir seria da autoria de D. Sancho I de Portugal, e teria sido escrita em 1199, numa época em que o príncipe residia na fortaleza da Guarda. Se esses dados forem corretos, a cantiga (que é uma das que constam do chamado “Cancioneiro Colocci-Brancuti”) seria um dos mais antigos textos conservados de lírica portuguesa, contemporâneo do texto do testamento que foi reproduzido em 13.2.1, b, acima.

Ay eu coitada, como vivo em gram cuydado  
 Por meu amigo que hei alongado!  
 Muyto me tarda  
 O meu amigo na guarda!

Ay eu coitada, como vivo em gram desejo  
 Por meu amigo que tarda e non vejo!  
 Muyto me tarda  
 O meu amigo na guarda.

### 13.2.5 Os textos de edificação religiosa

No período de formação das línguas românicas a Igreja foi a principal força espiritual e centralizou em si as atividades de estudo e ensino, cuja língua corrente era o latim erudito. Com as decisões do concílio de Tours, não só se substituiu o latim pelo vulgar na pregação, com conseqüências que foram parcialmente comentadas (por exemplo, a prática das glosas), mas começou a aparecer toda uma literatura-romance de caráter didático-religioso.

## a) A “Cantilena de Santa Eulália”

Não admira assim encontrar, a partir do século IX, obras escritas em vulgar sobre a pauta de obras latinas mais antigas: sermões, orações e narrativas da vida de santos. Um desses textos é a “Cantilena de Santa Eulália”, que pertence à região da *langue d’oil*, sendo de pouco posterior aos “Juramentos de Estrasburgo”. Transcreve-se na íntegra essa cantilena, que narra o martírio de Santa Eulália sob o imperador Maximiano.

Buona pulcella fut Eulalia  
 bel auret corps, bellezour anima.  
 Voïdrent la veintre li Deo inimi  
 voldrent la faire diaule servir.  
 Elle nont eskoltet les mals conselliers,  
 qu’elle Deo raneiet chi maent sus en ciel.  
 ne por or ned argent ne paramenz,  
 por menatze regiel ni preïement;  
 niule cose non la pouret omne pleier  
 la polle sempre non amast lo Deo menestier.  
 E por o fut presentede Maximïen,  
 chi rex erat a cels dis soure pagiens.  
 Il li enortet, dont lei nonque chïelt,  
 qued elle fuet lo nom cristiien.  
 Ell’ent aduret lo suon element.  
 Melz sostendreïet les empedementz  
 qu’elle perdesse sa virginitet.  
 Por o s furet morte a grande honestet.  
 Enz en l fou lo getterent com arde tost.  
 Elle colpes non auret, por o no s coïst.  
 A ezo no s voldret concreïdre li rex pagiens,  
 ad unc spede li roveret tolir lo chief.  
 La domnizelle celle cose non contredïst,  
 volt lo seule lazsier, si ruovet Krist.  
 In figure de colomb volat a ciel.  
 Tuit oram que por nos degnet preier  
 qued auisset de nos Christus mercit  
 post la mort et a lui nos laïst venir  
 par soue clementia.

## b) O “Cântico das Criaturas” de São Francisco

O próximo texto que transcrevemos é o “Cântico das Criaturas” (ou “Cântico do Sol”) de São Francisco de Assis, que alguns consideram como o primeiro texto da literatura italiana; escrito

em vulgar, condiz com o tipo de pregação que os franciscanos introduziram a partir do final do século XII.

Altissimo onnipotente, bon Signore  
tue so le laude, la gloria e l'honore e onne benedictione.  
Ad te solo, Altissimo, se confano  
et nullo omo ene digno te mentovare.

Laudato sie, mi Signore, cun tucte le tue creature  
spetialmente messer lo frate Sole,  
lo qual e iorno et allumini noi per lui.  
Et ello è bello e radiante cun grande splendore,  
de te, Altissimo, porta significatione.

Laudato si, mi Signore, per sora Luna e le stelle,  
in celo l'ai formate clarite, et pretiose et belle.

Laudato si, mi Signore, per frate Vento,  
et per Aere Nubilo et Sereno et onne tempo,  
per lo quale a le tue creature dai sustentamento.

Laudato si, mi Signore, per sor Aqua,  
la quale è multo utile et humile et pretiosa et casta.

Laudato si, mi Signore, per frate Foco,  
per lo quale enn'allumini la nocte,  
et ello è bello et iocundo et robustoso et forte.

Laudato si, mi Signore, per sora nostra matre Terra  
la quale ne sustenta et governa,  
et produce diversi fructi con coloriti fiori et herba.

Laudato si, mi Signore, per quelli che perdonano per lo tuo amore,  
et sostengo infirmitate et tribulatione.

Beati quelli che'l sosterranno in pace,  
ca da te, Altissimo, sirano incoronati.

Laudato si, mi Signore, per sora nostra Morte corporale,  
dalla quale nullo homo vivente pò scappare.

Guai a quelli che morrano ne le peccata mortali:  
beati quelli che trovarà ne le tue sanctissime voluntati,  
ca la morte secunda nol farrà male.

Laudate et benedicite mi Signore,  
et rengratiate et serviteli cun grande humilitate.

### c) O Pai-Nosso do Catecismo de Brasov

Finalmente, apresenta-se uma das primeiras versões romenas do Pai-Nosso. Esse texto é o mais recente de todos os que reproduzimos aqui, pois remonta ao século XVI. Apesar disso, é um dos mais antigos documentos que restaram do romeno, língua que passou a ser escrita precisamente por razões religiosas ligadas à Reforma protestante.

Tatal nostru ce esti in ceri  
 sfintasca-se numele tau  
 sa vie imparatie ta  
 fie voia ta  
 cum in ceri asa si pre pamint.  
 Pita noastra satiosa da-ne noao astazi,  
 si iarta noao gresalele noastre,  
 cum ertam si noi gresitilo(r) nostri  
 si nu ne duce in napaste  
 ce ne iz-baveaste pre noi de hitleanul  
 ca a ta e imparatie si putere [por Teu reino e poder]  
 in vecie [na eternidade]  
 Amin.

## Documento: O laboratório das línguas românicas

### B. Cerquiglini

As pesquisas consagradas às línguas (africanas, por exemplo) que adotaram ao longo do nosso século a escrita mostraram que todo o idioma que ganha o *status* de língua escrita é afetado. O uso "descontextualizado" da língua que é a escrita se faz acompanhar sempre de uma formalização comum, ou seja, de uma normalização. Assim, após um século de publicações, e de querelas, os filólogos continuam a não se entender em relação ao dialeto em que teria sido redigido o primeiro texto francês, os "Serments de Strasbourg" (Juramentos de Estrasburgo): a verdade é que de fato eles não foram escritos em nenhum dialeto, mas numa língua transdialetoal comum e que se poderia sem excesso de audácia qualificar de "nacional". O "bom uso" de nossas atuais línguas românicas tem portanto raízes profundas, mais profundas do que acreditamos: elas penetram até onde foram colocadas as primeiras inscrições memoráveis em nossas línguas. É um campo novo que nos propõe a Idade Média graças ao olhar da etnolinguística: o da língua escrita como instituição em sua relação com a norma por um lado, com as estruturas sociais e com a política por outro.

A língua francesa é, nesse sentido, bastante esclarecedora. Com mais de um século na frente do italiano (cerca de 960) ou do espanhol (cerca de 970) ela foi, com os "Juramentos de Estrasburgo" de 842, a primeira língua românica escrita. Se não se toma a passagem à escrita por uma atividade neutra ou indiferente, esta precocidade é um enigma; e as razões adiantadas pelos raros historiadores que colocaram o problema não se sustentam. Assim, o desenvolvimento bastante claro da escrita latina ao longo do século IX não pode ter "levado consigo" uma escrita francesa; se o renascimento dos estudos graças a Carlos Magno desenvolve a escrita latina, distancia ainda mais a idéia de conservar por escrito esta forma bastarda do latim, o francês. A solução do enigma passa pela consideração das questões sociais e políticas da língua.

Depois de 830, a idéia de Império que tinha sido renovada por Carlos Magno entra em crise. E por acaso — a morte em série dos filhos — que o Império de Carlos Magno é transmitido a um herdeiro único, Luís, o Piedoso, que hesita em transmiti-lo a seu filho mais velho, Lotário. Se esse último — é o que se teme — aceita a idéia imperial, o mesmo não acontece com seu irmão Luís e seu meio-irmão Carlos, que reivindicam uma divisão pura e simples do Império (isto é, a volta aos antigos costumes francos). Aliados militarmente, os dois irmãos aniquilam Lotário, imperador legítimo, na batalha de Fontenoy (841). Essa derrota é recebida como um sinal de Deus: a vontade divina quer que uma política nova seja implantada e que o Império, cuja idéia está abolida, seja partilhado. A Igreja força então Luís e Carlos a fazerem um acordo realmente diplomático, consagrando a aliança dos dois reis colocados em pé de igualdade ("Juramentos" pronunciados em Estrasburgo em 842) e instaurar a divisão territorial (tratado de Verdun, 843). É surpreendente que essa divisão territorial não seja geográfica: Carlos recebe a parte francófona, Luís a parte germanófona do Império. É a língua que realiza e significa essa divisão, é a qualidade e a equivalência das línguas que dão o sentido do acordo. Compreende-se a partir daí que o latim, língua supranacional e erudita, tenha sido abandonado em prol de línguas certamente "vulgares" mas que designam explicitamente a atribuição de territórios: os "Juramentos" são pronunciados e conservados em francês e em alemão. A idéia de império defendida por um único homem se quer opor um regime de fraternidade: a convivência política de reis irmãos e iguais. É a língua "vulgar" por sua dualidade (francês/alemão) que exprime melhor essa troca igual de terras e de direitos; ela ganha exatamente por isso, não por algum "atrativo", mas porque se precisa dela, seu estatuto de língua escrita. (*Folha de S. Paulo*, 23 jul. 1988.)

# 14

## A constituição das línguas nacionais

---

### 14.1 Critérios para o reconhecimento das línguas nacionais

Hoje, no mundo românico, cabe reconhecer o *status* de línguas nacionais a seis idiomas: o português, o espanhol, o catalão, o francês, o italiano e o romeno.

Embora essa afirmativa seja perfeitamente consensual, o conceito de “língua nacional” é vago; para dar à afirmativa um sentido mais exato, convém afastar alguns possíveis equívocos quanto à sua interpretação.

#### 14.1.1 Língua nacional e literatura

Antes de mais nada, seria um equívoco pensar que uma língua nacional seja pura e simplesmente um dialeto que desenvolveu uma literatura. A tendência para cometer este equívoco é naturalmente forte numa ciência criada por filólogos — que são por definição amantes das letras — e encontra uma aparente confirmação na elevação do dialeto florentino a língua nacional da Itália — geralmente explicada pela importância da obra de Dante, Boccaccio e Petrarca.

O fato é que os dialetos não se elevam automaticamente à condição de língua nacional por terem produzido uma literatura de

valor. Se fosse assim, a expressão “literatura dialetal” não faria muito sentido, e teríamos que considerar como língua nacional o provençal, pelos dois importantes surtos literários a que deu origem no século XI e no século passado.

Foi provençal, como se sabe, a mais antiga escola de poesia lírica no domínio românico, o lirismo trovadoresco. Essa escola produziu entre os séculos XI e XIII obras poéticas que ainda hoje se traduzem e editam, e que na época exerceram uma poderosa influência sobre a literatura nascente de vários países europeus, desde a Espanha de Afonso X até Portugal de D. Diniz, desde a Sicília de Frederico II de Hohenstaufen até a Alemanha dos Minnesängers.

Em meados do século passado, o grande poeta Frédéric Mistral, secundado pela atividade infatigável de seu antigo professor Roumanille, tentou recriar uma literatura provençal através do movimento do Félibrige (*félibre* era uma antiga palavra provençal significando “mestre”), e da publicação de um poema que logo se tornou célebre, *Mireio*. Além disso, dedicou-se durante décadas a um paciente trabalho de pesquisa e sistematização da fala e das tradições da Provença. Todo esse esforço celebrizou o próprio Mistral e as coisas da Provença, mas não logrou substituir o francês pelo provençal como língua de cultura do território occitano. Hoje, o francês é a língua escrita da escola, dos contactos formais e da informação cultural em todo o sul da França; e o Félibrige é visto como uma tentativa autonomista que não deu certo. O exemplo de Mistral é a mais cabal demonstração de que a criação de uma literatura não basta para transformar um dialeto em língua nacional; o que costuma ocorrer com os escritores dialetais é precisamente o contrário: prejudicados por sua escolha lingüística, eles se condenam de certo modo a falar para um público menor, numa situação frequentemente injusta para seus méritos especificamente literários.

#### 14.1.2 Língua nacional e política

Se a existência de uma literatura não é critério suficiente, também parece impróprio definir “língua nacional” com base apenas em condições políticas ou jurídicas. Poder-se-ia imaginar, por exemplo, que para caracterizar um idioma como língua nacional baste que seja falado num Estado ou região que o adota como língua oficial, por meio de disposições legais. Embora geralmente associadas às línguas nacionais, essas condições não servem para defini-las. Bastem, a título de confirmação, os seguintes dados:



a) O italiano já era a língua nacional da Itália muito antes da unificação do Estado italiano, que é, como se sabe, um fato político relativamente recente. Na verdade, a crença na unidade linguística esteve sempre associada aos projetos de unidade política, e lhes serviu de apoio, desde Dante até o Risorgimento. Essa crença encontrava apoio numa importante literatura e tradição de estudos que se expressou no dialeto toscano, mesmo quando os autores procediam de outras áreas dialetais, como foi o caso de Parini e Vico no século XVIII, ou de Manzoni e Verga no século XIX etc. Esses autores escreveram em toscano com a consciência de contribuir para uma literatura nacional e não regional; e o toscano funcionou desde cedo como língua dos contactos oficiais entre os Estados autônomos em que se dividiu por vários séculos o território italiano.

b) A Confederação Helvética reconhece desde 1938 como sua quarta língua oficial o dialeto do cantão dos Grisões, que vimos ser uma das variedades regionais do rético; entretanto, é evidente que o dialeto românico dos Grisões desempenha, na região em que é falado, funções muito menos complexas que o alemão, o francês e o italiano. Não existe, por exemplo, uma literatura técnica escrita em rético, de modo que a população bilingüe do Cantão depende, para determinadas necessidades culturais, das publicações disponíveis nas outras línguas.

c) É precisamente a riqueza de publicações em todas as áreas de conhecimento que permite reconhecer o *status* de língua nacional ao catalão, muito embora a grande maioria dos falantes de catalão fale também castelhano.

### 14.1.3 O papel cultural das línguas nacionais

Pelos exemplos dados até aqui vê-se que as razões para considerar um determinado idioma como língua nacional dizem respeito às funções que esse idioma desempenha na comunidade que o fala: uma língua nacional é um idioma que responde a todas as necessidades de uma sociedade. Essas necessidades variam conforme a época, alterando-se fortemente os pesos relativos do discurso técnico, estético, religioso, legal etc. Considerando as sociedades do passado, seria provavelmente correto afirmar que o provençal foi uma língua nacional entre os séculos XI e XIII, época em que forneceu um padrão respeitado em toda a Europa para a produção de composições lírico-poéticas, e serviu para a produção dos tipos de texto

então mais importantes: vidas de santos, crônicas de viagens e poemas que cantavam a concepção cortesã do amor. Evidentemente, nas sociedades modernas, as necessidades que uma língua nacional satisfaz são bem mais complexas: não se manifestam apenas no domínio da arte, mas referem-se também aos mais variados campos do conhecimento (científicos, filosóficos, religiosos etc.) e da atividade prática (técnica, burocracia, imprensa, direito etc.).

Na formação das línguas nacionais, o contacto com todas essas esferas da atividade humana se reflete antes de mais nada na fixação de convenções ortográficas (dispor de uma escrita padronizada é condição necessária embora não suficiente para uma língua nacional); além disso, repercute fortemente na estrutura dos idiomas em questão, cujo léxico e cuja sintaxe tendem a enriquecer-se e estabilizar-se. Fenômenos comuns são a codificação gramatical e a “defesa” contra as influências externas que passam a ser vistas como fator de corrupção.

## **14.2 O despontar das línguas nacionais românicas**

As seis línguas nacionais que reconhecemos hoje na România tiveram base em dialetos de alcance originalmente regional. As circunstâncias que levaram à transformação desses dialetos em línguas nacionais são peculiares a cada caso; serão mencionadas aqui porque contribuem para esclarecer os problemas envolvidos na noção de língua nacional.

### **14.2.1 As três línguas da Ibéria**

Já vimos que as três línguas da Ibéria são uma herança histórica da Reconquista, o movimento pelo qual as monarquias cristãs que se haviam constituído no norte da península depois da invasão árabe retomaram aos muçulmanos as regiões do centro e do sul.

#### **14.2.1.1 O português**

No ano de 1085, após a conquista de Toledo, Afonso VI de Castela confiou dois feudos localizados na faixa mais ocidental de seu reino a dois cavaleiros borgonheses que haviam colaborado na

luta contra os árabes, junto com a mão de suas duas filhas Tareja e Urraca: a Henrique de Borgonha coube o Condado Portucalense (entre o Minho e o Mondego), e a Raimundo de Borgonha a Galiza (ao norte do Mondego). Ao passo que a Galiza acompanhou a sorte do reino de Castela, o Condado Portucalense foi reconhecido como reino independente já em 1143; Portugal teve assim sua própria “reconquista”, fixando praticamente o território português em seus limites atuais no período entre as origens e 1250 (conquista de Lisboa: 1147; conquista do Algarve: 1249).

Durante todo o século XIII, floresceu em Portugal a poesia lírica, escrita numa língua muito próxima do galego e representada pelo gênero das cantigas, de inspiração provençal. O sucesso dessa poesia — e do galaico-português enquanto língua literária — foi por assim dizer internacional: Afonso X de Castela, monarca e protetor das letras, escreveu em português grande parte de sua produção lírica, conformando-se aparentemente a uma opinião corrente segundo a qual, das línguas ibéricas, o português era particularmente apropriado para a expressão dos sentimentos ao passo que o castelhano deveria ser preferido para a épica e a história.

Contemporâneo do afirmar-se do galaico-português como língua da poesia trovadoresca é o estabelecimento de uma norma galaico-portuguesa para a redação de documentos notariais, que começa no fim do século XII.

Entretanto, essa norma galaico-portuguesa dos primeiros séculos não estava destinada a vingar: um efeito da reconquista portuguesa foi o de deslocar para o sul a capital e a Corte, cujas sedes foram sucessivamente o Porto, Coimbra e Sintra-Lisboa. Pela influência que esse centro político exercia sobre os hábitos lingüísticos, o português culto, que na origem apresentava fortíssimas semelhanças com o galego, foi-se amoldando à fala culta da região que se situa entre as cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e da mais antiga e célebre universidade, e de Lisboa, a capital atual.

Esse deslocamento “geográfico” da variedade adotada como norma soma-se aos efeitos de três séculos de evolução, à experiência acumulada na elaboração de uma prosa hagiográfica, doutrinária e histórica, às influências do Humanismo e da Renascença, para explicar as grandes diferenças que todo estudante de literatura portuguesa percebe entre a linguagem dos primeiros textos literários e os modelos do período clássico.

Esse novo padrão literário consolidou-se e estabilizou-se no período quinhentista, em particular com as obras “renascentistas”

de Luís de Camões, que permaneceram durante séculos como um fator de imobilidade do padrão português culto. A riqueza da literatura portuguesa quinhentista e seiscentista foi também um fator determinante para garantir a independência do português em face da influência castelhana, particularmente no período em que Portugal esteve sujeito politicamente à Espanha (1580-1640).

#### 14.2.1.2 O castelhano

No centro da Ibéria, a Reconquista começou pela iniciativa das monarquias de Leão e Castela. Logo, os dois reinos formaram um único Estado que atuou ainda mais agressivamente na guerra aos árabes. Depois da retomada de Toledo (1085), o episódio mais marcante dessa guerra é a batalha de Las Navas de Tolosa (1212), que abriu o caminho para que fossem subjugados os reinos árabes de Córdoba (1236) e Sevilha (1248). Com estas conquistas, os árabes conservavam na Península Ibérica somente o Reino de Granada, que sobreviveu até o reinado de Fernando e Isabel, a Católica (1492).

O movimento de reconquista teve o efeito de levar o castelhano — isto é, o dialeto de Castela, a Velha, a região em torno da antiga capital Burgos — não só para o sul, isto é, para os territórios retomados aos árabes, mas também para leste e oeste, isto é, para os territórios leonês e aragonês.

É certo que no século XII o castelhano já devia ser o dialeto comumente falado numa vasta região do centro-norte da Espanha; e é precisamente no século XII que os estudiosos situam a formação de um padrão literário tipicamente castelhano. Datam desse século o *Poema del Cid*, alentado poema épico de 3 735 versos, com assonância mas sem métrica, a substituição do latim pelo castelhano nos autos notariais, e o início de uma literatura hagiográfica e dramática de fundo religioso (*Auto de los Reyes Magos*, *Vida de San Millan*, *Vida de Santo Domingo de Silos*). No século seguinte, duas iniciativas de caráter oficial contribuem para o estabelecimento de um padrão literário na prosa: a tradução do *Forum Judicum*, o código civil da época (1241), e a compilação da *Crônica Geral*, sob Afonso X (rei de 1251 a 1284).

O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, ao qual já aludimos, levou à unificação de Aragão e Castela num único Estado fortemente centralizado. Esta unificação fez com que o castelhano — enriquecido é verdade por inúmeros elementos dos outros

dialetos hispânicos — ocupasse espaços cada vez maiores do território anteriormente ocupado pelo aragonês e pelo catalão. Essas regiões são hoje bilíngües; o aragonês decaiu para a condição de dialeto, e apenas o catalão continua a desempenhar funções de língua nacional, ao lado do castelhano.

### 14.2.1.3 O catalão

As origens remotas do Estado em que se desenvolveu o catalão remontam à criação por Carlos Magno da Marca Hispânica, uma espécie de protetorado franco ou Estado-tampão destinado a bloquear possíveis invasões muçulmanas da França. A partir dos vários condados que constituíam inicialmente a Marca, desenvolveram-se no século XI duas unidades políticas principais: o Reino de Aragão e o Ducado de Barcelona, que acabaram constituindo um único Estado a partir de 1137, ano em que Ramón Berenguer IV, duque de Barcelona, desposou uma herdeira do trono aragonês.

Entre os séculos XII e XV, esse Estado catalão-aragonês teve uma intensa atuação militar e comercial: não só atuou contra os árabes na reconquista de uma faixa litorânea que vai até Alicante (a retomada definitiva de Valência é de 1238) mas também se lançou à conquista das Baleares, da Córsega, da Sardenha e do Reino de Nápoles, além de interferir nas questões políticas do sul da França.

Devido à grande influência da poesia provençal no século XII, os primeiros poetas da corte aragonesa expressaram-se em provençal; mas no século XIII o catalão ganhou dignidade literária e passou por um rápido processo de standardização tendo-se tornado o veículo de uma rica literatura na qual cabe incluir não só a obra poética, científica e filosófica de Ramón Llull e a historiografia de Ramón Mountaner, mas também a fala jurídica das Corts (o parlamento catalão) e o *Llibre del Consolat de Mar*, o primeiro código marítimo da Europa.

Nos séculos XIV e XV a literatura catalã atingiu seu apogeu, mas em 1479 o Reino Aragonês se fundiu com Castela, e os escritores dos séculos seguintes acabaram por adotar como norma literária o castelhano.

Depois de uma importante retomada no período romântico (o escritor mais célebre é o poeta e religioso Jacinto Verdaguer), o catalão — que obviamente continuou existindo como língua falada — tem sido objeto de um paciente trabalho de estudo e standardi-

zação por parte dos filólogos e tem sido utilizado como veículo de uma produção escrita voltada para os mais variados campos de atividade. Colocado sob suspeição pelo regime franquista, que via em seu uso o risco de um impulso autonomístico, o catalão recuperou hoje toda a sua vitalidade, mesmo que a absoluta maioria de seus falantes domine o castelhano.

## 14.2.2 As línguas da Gália

### 14.2.2.1 O provençal

Já foi lembrado que o provençal assumiu as funções de língua nacional no fim da Idade Média, perdendo-as em seguida ante o avanço do francês. Costuma-se associar a língua provençal à poesia trovadoresca, o que faz justiça à influência e originalidade desse gênero, mas os primeiros monumentos literários provençais (como aliás os primeiros monumentos literários dos domínios da *langue d'oïl*) são de caráter religioso: um fragmento do poema *Boecis*, biografia em versos do filósofo latino Boécio, que é representado como um herói cristão; e a *Chanson de Sainte Foi d'Agen*, uma alentada biografia da santa, que segundo a tradição teria sido martirizada sob Diocleciano, escrita em versos octossílabos.

Os mais antigos poemas líricos conservados pertencem a um poeta de origem nobre: Guilherme de Poitiers, Duque de Aquitânia, que viveu entre 1071 e 1127. Marcam o início de uma poesia de temática principalmente amorosa, cultivada nas cortes para acompanhar a música, na qual se distinguiram os poetas Marcabru e Cercamon, Jaufré Rudel, Bernard de Ventadour, Rimbaut d'Orange, Bertrand le Born (que além de poemas líricos escreveu poemas políticos, as *sirventés*).

Originários de vários pontos do sul da França (desde o vale do Ródano até o estuário do Garona) esses poetas escreveram numa língua bastante uniforme, que evita os elementos específicos dos respectivos dialetos. Em pleno século XII, o provençal se havia em suma transformado numa espécie de *koiné* literária, que não tem base em um único dialeto ou variedade regional, a despeito de ser às vezes indicada pelos nomes de Limousin ou de ser identificada com o dialeto de Toulouse.

Vários fatores de ordem social, política e até religiosa (desaparecimento da sociedade feudal, perseguições religiosas contra os albi-

genses etc.) fizeram com que as cortes provençais desaparecessem no fim da Idade Média, e com elas a rica vivência poética que haviam abrigado. Os Jogos Florais de Tolosa, um concurso poético criado em 1323 como uma tentativa de reviver o trovadorismo, logo tiveram que aceitar concorrentes que apresentavam composições em francês; pela primeira vez em 1513 a violeta de ouro, prêmio do certame, foi atribuída a um poeta do norte, o que dá uma medida da penetração do francês como língua da poesia no sul da França, já no século XVI.

Abandonado como *koiné* literária, o provençal continuou evidentemente a existir como um sistema de dialetos (ver cap. anterior). Vimos que nem o talento literário de Mistral nem o esforço que fez por elaborar literariamente a variedade dialetal de sua região conseguiram devolver ao provençal o antigo prestígio literário; quanto aos outros campos de atividade, já se havia praticamente consumado por completo no tempo de Mistral a adoção do francês como língua da escola, da administração e da lei: um grande salto nesse sentido foi dado durante a Revolução Francesa, um período rico em debates e decisões sobre questões político-lingüísticas: além das dificuldades práticas de traduzir a legislação para todos os dialetos, estes últimos foram vistos como um resquício da antiga ordem feudal e nobiliárquica, e, em última análise, como um obstáculo a ser removido no esforço de organização do país sob a nova ordem.

#### 14.2.2.2 O francês

O francês literário, que é hoje a língua nacional da França, da Bélgica (juntamente com o flamengo) e da Suíça (juntamente com o italiano e o alemão), teve suas origens no dialeto frâncico (*francien*) falado na origem na região parisiense, conhecida como Île de France. Já ficou dito que o frâncico se impôs desde cedo numa grande área do norte da França, onde levou praticamente ao desaparecimento dos demais dialetos; e que o avanço do francês comum está levando à dissolução dos dialetos occitanos. Examinemos agora mais de perto a transformação do frâncico em língua nacional.

Durante o nono e décimo séculos, provavelmente como uma conseqüência do Concílio de Tours, floresceu no norte da França uma literatura de inspiração religiosa, compondo-se principalmente de orações e vidas de santos. O que restou dessa literatura (*Séquence*

*de Sainte Eulalie, Vie de Saint Léger, Passion du Christ, Fragment de Valenciennes*) não foi escrito em frâncico, mas em normando ou picardo; nota-se entretanto que os traços dialetais aparecem de algum modo atenuados, como se os autores estivessem em busca de uma *koiné*. No século seguinte, em obras que continuam essa vertente religiosa, como a *Vie de Saint Alexis*, e no primeiro poema épico do norte da França, a *Chanson de Roland*, a identificação com o frâncico é mais evidente; no final do século, a identificação da norma literária com o frâncico devia ser um fato consumado, a julgar pelas inúmeras declarações de autores que se gabam de ter tido o frâncico por língua materna, ou se desculpam em frâncico por ser originários de outras regiões. Como exemplo dessas declarações, lembrem-se estes dois versos de Garnier de Pont Saint Maxence, autor da primeira história do martírio de Tomás de Cantuária:

Mis langages est buens  
Car en France fui nez.

Assim, ao começar o século XIII o frâncico havia-se transformado em norma literária para toda a França do norte; e essa norma, fielmente respeitada por todos os grandes escritores da época, viu nascer a prosa com Villehardouin, o cronista da quarta cruzada.

A explicar o prestígio do frâncico contribuem vários fatores: a existência em Paris de uma corte foi apenas um deles, que convém não exagerar sobretudo nas origens, já que a monarquia de Paris tinha jurisdição sobre um território limitado, subdividido num grande número de condados e ducados praticamente autônomos. Convém considerar nesse primeiro momento o papel político e religioso desempenhado pela Abadia de Saint Denys, que avalizou a criação da monarquia parisiense e funcionou como centro de pesquisa religiosa no espírito do Concílio de Tours, e a influência da Universidade de Paris, criada no século XI e logo transformada em ponto de encontro de estudantes de procedência lingüística vária.

A partir do século XIII, já não faz sentido encarar o frâncico como um dialeto: deu-se sua conversão em língua nacional e veículo de uma rica literatura cujos mentores serão freqüentemente originários de outras áreas dialetais.

O grande contraste entre a língua dos textos franceses do século XIII e os do século passado e atual — um contraste que seria ainda maior se considerássemos a expressão falada ao invés da escrita — não é geográfico, mas de ordem evolutiva: deve-se ao



fato de que o francês, que já no século XIII era uma das variedades que mais se haviam diferenciado do latim vulgar, continuou evoluindo foneticamente, em particular em sistema vocálico (foram eliminados na fala inúmeros ditongos que deviam dar ao francês daquela época uma sonoridade parecida com a do inglês atual) e passou por uma rigorosa sistematização na morfologia e sintaxe.

### 14.2.3 Formação do italiano literário

O italiano literário desenvolveu-se a partir do florentino entre os séculos XIII e XIV; nesse período, a Itália encontrava-se dividida numa série de pequenos Estados autônomos, freqüentemente em luta entre si; entre 1220 e 1250, no reinado de Frederico II de Hohenstaufen, o Reino de Sicília viu surgir uma poesia palaciana de inspiração provençal, escrita em siciliano (é a essa época e a esse ambiente que pertenceu Jacopo da Lentino, o criador do soneto). A iniciativa de escrever poesia lírica na língua vulgar foi imediatamente imitada em Bolonha e em diferentes cidades da Toscana. Em Florença, a experiência de escrever poesia lírica em vulgar coube ao grupo dos poetas conhecidos como “poeti del dolce stil nuovo”, ao qual Dante Alighieri pertenceu nos primeiros anos de sua atuação como poeta e crítico.

A obra de Dante Alighieri, freqüentemente apontado como “o pai da língua italiana”, contribuiu decisivamente para que o florentino fosse adotado no século XIV como a língua da poesia lírica, ganhando terreno sobre o latim, e frustrando as outras tentativas de dar feições literárias a variedades locais da língua vulgar. Nisso, foi importante o papel desempenhado pelos estudos teóricos de Dante sobre estilo, língua e poesia (*Vita nuova*, *Convivio* e *De vulgari eloquentia*) mas foi ainda mais decisivo o prestígio alcançado pela *Divina comédia*, que já era enorme na geração seguinte a Dante, graças inclusive à “propaganda” de humanistas que foram simultaneamente grandes escritores vernáculos como Boccaccio e Petrarca.

Assim, no final do século XIV o domínio do florentino era absoluto na poesia lírica; o prestígio da poesia lírica escrita em florentino permitia que ele rivalizasse com as outras línguas de dignidade literária: o latim escolar, que continuava presente na prosa doutrinária e nas atividades ligadas ao estudo, ao direito e à administração, o provençal, veículo de uma lírica ainda em voga e o francês, que tinha ganho forte penetração no norte da Itália como língua da poesia épica.

Durante o século XIV, o florentino foi substituindo o latim em outros gêneros literários (seu domínio na prosa está ligado à literatura mística do século XIV de que são representantes Santa Catarina e São Bernardino de Sena) e pragmáticos: por exemplo, foi muito rápida sua adoção como língua dos contactos diplomáticos e comerciais entre os Estados, um processo para o qual contribuiu o grande prestígio econômico de Florença no final da Idade Média: lembre-se que Florença foi nessa época o principal centro bancário da Europa, e que o florim, graças à sua estabilidade, manteve por alguns séculos o papel (hoje reservado ao dólar, ao marco e ao iene) de moeda do comércio internacional.

Na sua expansão pelas várias capitais da Itália, o florentino encontrava geralmente uma língua literária que era o resultado da estilização do dialeto local; e a consequência habitual do contacto era que os autores locais aproximassem cada vez mais seu "vulgar ilustre" do florentino. Esta tendência é bem visível nos textos de que nos restam cópias escalonadas ao longo de vários anos ou redações sucessivas: um caso é o poema *Arcadia* de Jacopo Sannazaro, conhecido dos estudantes brasileiros por ter inspirado o movimento do Arcadismo: esse poema teve duas versões, publicadas a distância de uma década no final do século XV: na segunda, o autor, Jacopo Sannazaro, reescreve em bom toscano as passagens que poderiam denunciar sua origem napolitana.

No geral, a penetração do toscano deu-se primeiro na poesia do que nos demais gêneros literários, e primeiro na literatura do que na vida corrente; e foi mais rápida na planície do Pó (Veneza teve um grande papel nisso com suas tipografias que imprimiam em florentino a despeito de haver uma língua local com boa tradição literária) e no centro da Itália do que no alto vale do Pó; no sul, o episódio de Sannazaro é um bom sintoma do predomínio do toscano em Nápoles, principal centro cultural de uma região que não teve cidades tão autônomas como o centro e o norte.

No século XVI, quando o predomínio do toscano como padrão literário e língua nacional era um fato consumado, vários intelectuais envolveram-se numa acirrada polêmica (que ficaria conhecida como "questione della lingua") a respeito da variedade lingüística a ser tomada como norma. O debate opôs num primeiro momento três posições: a arcaizante, que recomendava uma língua literária baseada no exemplo de Dante, Boccaccio e Petrarca, a eclética, que defendia a língua falada nas cortes, mais aberta a influências de todo tipo, e a toscanizante, que via no toscano ou no florentino

da época o modelo a ser seguido. Mais tarde, discute-se se a língua da literatura deve admitir traços que pertencem exclusivamente ao florentino, ou deve basear-se numa espécie de toscano comum; discute-se também se essa língua literária pode legitimamente ser chamada de italiana. Ainda hoje os ecos desse debate vêm à tona quando se quer localizar na fala desta ou daquela cidade modelos da língua italiana a ser tomada como norma, e em rigor as principais posições dos intelectuais quinhentistas continuam fazendo algum sentido até hoje: historicamente, a importância de Dante, Boccaccio e Petrarca foi fundamental para dar ao florentino uma absoluta primazia entre os vulgares. Mas na sua transformação em língua nacional o florentino incorporou termos de outras regiões e de outras línguas, inclusive por influência da fala das cortes; por outro lado, o italiano comum evita imitar o florentino nos traços específicos da pronúncia e do vocabulário (vistos agora como dialetais), o que o aproxima de outras variedades mais arcaizantes de toscano, por exemplo, a que se fala na cidade de Sena.

#### 14.2.4 O romeno

Os primeiros textos em romeno remontam à Renascença, mais precisamente ao período da Reforma, e são traduções de textos sagrados; nesse período, com a imprensa, chegou à Romênia o alfabeto latino, que foi usado juntamente com o alfabeto corrente entre os clérigos e letrados da região, o cirílico. Mas para a definição de um padrão literário e nacional será preciso esperar até o século XVII, período em que foi completada a tradução da Bíblia em Bucareste. A partir daí, e principalmente depois que as duas regiões da Valáquia e Moldávia formaram um único reino em 1859, o prestígio da língua de Bucareste (o valáquio) se impôs como padrão de língua nacional.

Junto com a consciência de que o romeno era uma língua latina — uma verdade mais difícil de reconhecer enquanto prevaleceu o uso do alfabeto cirílico — os escritores romenos tomaram consciência de que sua língua não havia usufruído da influência do latim literário, que nas outras línguas românicas foi bastante enriquecedora em todas as áreas de sua estrutura e particularmente no léxico. Para compensar essas deficiências, no século passado, voltaram-se para as demais línguas românicas, criando-se duas correntes principais: uma que preconizava a imitação do francês, então

a língua românica de maior prestígio internacional; outra, que favorecia a imitação do italiano, a língua românica mais próxima.

Como língua nacional, o romeno é hoje falado em toda a República Romena (ao passo que tem o *status* de dialeto nas áreas do megleno-romeno, do istro-romeno e do macedo-romeno); uma variedade lingüística muito próxima do romeno é falada na República Socialista da Moldávia, que ocupa o território a leste do rio Prut, e pertence à União Soviética desde a Segunda Guerra Mundial. Apresentada às vezes como “mais uma” língua românica, a fala dessa região nada mais é do que uma variedade de romeno, cuja distinção atende a critérios políticos e não lingüísticos.

### 14.3 Algumas linhas comuns na história das línguas românicas

Com exceção do romeno, as línguas nacionais românicas estavam constituídas no final da Idade Média. Acompanhar sua história a partir desse momento tem sido tarefa não da Lingüística Românica, mas de disciplinas histórico-lingüísticas particulares: da história da língua portuguesa, da história das línguas espanholas etc.

Não será possível abordar aqui o desenrolar-se dessas histórias, mas parece oportuno apontar algumas grandes tendências que, ligadas às vezes a fatores políticos, econômicos e culturais mais amplos, foram comuns a todas as línguas da România Ocidental.

Mencionamos a seguir essas grandes tendências, reduzindo ao indispensável os dados e os exemplos.

#### 14.3.1 Período Renascentista

O saldo cultural mais importante da Renascença foi, indiscutivelmente, o reencontro da humanidade com a cultura greco-latina, adequadamente compreendida e estudada. Um aspecto deste fenómeno foi a grande voga dos estudos de grego e latim, que resultou na incorporação ao vocabulário e à sintaxe das línguas românicas de um número considerável de latinismos. Mas, por uma espécie de reação, a Renascença foi também um período de dignificação e valorização das “línguas vulgares”: não só remontam a esse período as primeiras gramáticas dessas línguas (escrever uma gramática implica reconhecer na língua vulgar um objeto de estudo tão legítimo e importante quanto as línguas clássicas...) mas são inúmeros

os trabalhos que, desde o título, declaram o propósito de “defender” e “ilustrar”, isto é, “caracterizar como ilustre, enobrecer” esta ou aquela língua românica. Entre as gramáticas, escritas como era de esperar sobre a pauta das gramáticas latinas da época, convirá lembrar:

- as portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1450);
- a espanhola de Nebrija (1492);
- a italiana de Gian Francesco Fortunio (1509);
- a francesa de Louis Meigret (séc. XVI).

Entre os tratados que sustentam a superioridade de uma língua românica em face do latim ou das línguas contemporâneas (esta situação é típica de Portugal, onde muitos autores reagem à influência do espanhol) e defendem a necessidade de cultivá-la e aprimorá-la, citamos:

- o *Diálogo de la lengua*, do espanhol Juan de Valdés (escrito por volta de 1535);
- o *Diálogo em louvor de nossa língoa*, do humanista, gramático e historiador português João de Barros (1540);
- a *Deffense et illustration de la langue française*, de Joachim du Bellay (1548);
- o *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pedro de Magalhães Gândavo (1574);
- a *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1606).

Lembre-se também que a Renascença viu nascer a imprensa, que teria um papel importantíssimo na fixação das línguas em seus vários aspectos, a começar pela ortografia.

### 14.3.2 Período Barroco

Para compreender as tendências que afetaram as línguas românicas no período seguinte à Renascença — o Barroco —, é preciso levar em conta que os principais países de língua românica — Itália, França, Espanha e Portugal — eram por coincidência países católicos. No século XVII, esses países sentiram fortemente os efeitos da Contra-Reforma, o movimento pelo qual a Igreja Católica procurava retornar à antiga austeridade, segundo as diretrizes do Concílio de Trento. Na França e na Península Ibérica, o período foi também de centralização progressiva do poder, que se cristalizou então

em monarquias “de direito divino”. Essas condições produziram também em matéria de linguagem uma atitude propícia à censura e ao controle social, que se traduziram na preocupação de regulamentar e gramaticalizar as línguas nacionais, depois da variedade e criatividade do período renascentista.

Dois fenômenos são sobretudo típicos desse momento: (i) o multiplicar-se de academias que se atribuíam a função de sistematizar a língua e de zelar por sua pureza e nobreza, e (ii) o aparecimento de gramáticos e literatos que foram encarados durante algum tempo como autoridades em matéria lingüística.

As academias resultaram freqüentemente de cenáculos informais, que os governantes investiam oficialmente da função de legislar sobre questões de linguagem: é o caso da *Accademia della Crusca* (literalmente, “academia do joio”, metaforicamente encarregada de separar o joio do trigo em matéria de linguagem) de Florença, institucionalizada em 1572 por intervenção de Cosimo de Medici, e da *Académie Française*, criada em 1634 pela vontade do todo-poderoso primeiro-ministro de Luís XIII, o Cardeal de Richelieu. Algumas dessas academias se incumbiram de construir dicionários e gramáticas da respectiva língua nacional, e às vezes isso resultou em obras ainda hoje admiradas, como é o caso do *Vocabolario della Crusca* (1612) e do *Diccionario* da Real Academia Espanhola (1729); outras vezes os resultados foram menos satisfatórios, e provocaram polêmicas e dissidências: o dicionário da *Académie Française*, que apareceu em 1694, era nitidamente inferior ao que entrementes havia escrito um dos seus antigos membros, Furetière. Este último, serviria posteriormente de base para o prestigioso *Dictionnaire de Trévoux*. Em Portugal, o *Diccionario da Academia das Ciências* interrompeu-se na letra “A”, mais precisamente no verbete “azurrar”.

Em nenhum lugar a autoridade individual de gramáticos e literatos se fez sentir com tanto rigor como na França: aí o poeta Malherbe e o gramático Vaugelas, que viveram ambos na primeira metade do século XVII, lideraram verdadeiras campanhas contra as liberdades formais dos autores quinhentistas (pense-se na poesia de Ronsard) e contra a riqueza de seu vocabulário e de sua sintaxe (pense-se na criatividade verbal de Rabelais). Conta-se que Malherbe exigia que a linguagem da poesia fosse compreensível aos “crocheurs du Port au Foin”, isto é, aos carregadores de feno do porto de Paris, evitando as expressões e figuras de linguagem mais rebuscadas; quanto a Vaugelas, parece que viveu como morreu, e ao

morrer teria pronunciado uma última frase em que apontava duas redundâncias herdadas do francês quinhentista, as duas formas da primeira pessoa singular do indicativo do verbo *ir-se* e as duas alternativas de concordância com *l'un et l'autre*:

Je m'en vais ou je m'en vas, l'un et l'autre se dit ou se disent.

Anedotas à parte, a ação de Malherbe e Vaugelas tomava por base o uso das classes abastadas para construir uma língua mais regular; discriminando as expressões que soassem como latinismos, barbarismos e provincianismos resultou numa grande simplificação do vocabulário, que, já na obra de Racine, da segunda metade do século, é notavelmente reduzido.

Defendida por Rivarol em pleno período barroco, a tese da universalidade do francês baseava-se na crença bastante discutível de que a sintaxe do francês se rege pela razão, e inferia que o francês teria o mesmo caráter de universalidade que a faculdade da razão. Essa tese contribuiria, com o sucesso militar da França e o prestígio dos seus filósofos, no século XVIII, para transformar o francês numa espécie de língua de todas as elites políticas e culturais da Europa, situação de que ele desfrutou praticamente até a Primeira Guerra Mundial.

### 14.3.3 Os empréstimos entre línguas

O prestígio de que gozou o francês fora da França entre os séculos XVII e XX é importante pelo grande número de palavras francesas que assim passaram a outras línguas, e impressiona por ter afetado a Europa como um todo, mas não é o único episódio de valorização de uma língua fora do seu território de origem, ou de influência lingüística.

Na realidade, o prestígio alcançado por determinados países na técnica, na ciência ou simplesmente nos hábitos da vida corrente e na moda, repercutiu freqüentemente em países vizinhos pela adoção do respectivo vocabulário. Por esse mecanismo, as línguas românicas acabaram recebendo de línguas estrangeiras — românicas ou não — um grande número de palavras novas e às vezes pouco conformes à sua fonologia. Um exame superficial desses empréstimos mostra que sua circulação foi mais freqüente em certos campos da atividade humana: a arte, particularmente a música, a guerra, a vida doméstica e as relações sociais.

Eis uns poucos exemplos de palavras de origem românica que passaram às línguas vizinhas:

a) Segundo Robert A. Hall Jr., é de origem portuguesa o nome do estilo das artes literárias e figurativas que predominou na primeira parte do século XVII: do português *barroco* ter-se-iam originado esp. *barrueco*, fr. *baroque* e it. *barocco*. Lusitanismos menos ilustres são os equivalentes românicos de *marmelada* (fr. *marmelade* e it. *marmellata*, conservas doces fabricadas com qualquer fruta, não necessariamente com marmelos).

b) São de origem espanhola alguns termos relativos à burocracia, à arte da guerra (esp. *guerrilla* > it. *guerriglia*, fr. *guerrilla*, port. *guerrilha*), ao vestuário (esp. *mantilla* > port. *mantilha*, fr. *mantille*, it. *mantiglia*), à música e à técnica de construção de instrumentos (esp. *chacóna* > port. *chacóna*, fr. *chacónne*, it. *ciaccona*; esp. *guitarra* > port. *guitarra*, fr. *guitare*, it. *chitarra*), à alimentação (esp. *vainilla* > port. *baunilha*, fr. *vanille*, it. *vaniglia*). Um certo número de termos de origem espanhola referem-se à vida social: *puntillo* (o ponto de honra) dá origem ao it. *puntiglio*, *puntiglioso* e ao fr. *pointilleux*; *cumplimiento* dá o fr. *compliment* e o it. *complimento*.

c) Do francês, passaram às demais línguas românicas vários termos que indicam condição social, como *madame* (port. *madame*, esp. it. *madama*), *laquais* (port. esp. *lacaio*, it. *lacchè*), vários termos que se referem à moda e ao vestuário (fr. *mode* > port., esp. it. *moda*), à alimentação (fr. *champagne* > port. *champanhe*, esp. *champan*, it. *sciampagna*), ao mobiliário (fr. *buffet*, *canapé* > it. *buffè*, *canapè*, port. *bufê*, *canapé*).

Na terminologia militar, divulgaram-se os termos *bayonnette* (esp. port. *baioneta*, it. *baionetta*), *mitraille* (port. *metralha*, esp. *metralla*, it. *mitraglia*), *regiment* (port. *regimento*, esp. *regimiento*, it. *reggimento*), *ploton* (port. *pelotão*, esp. *pelotón*, it. *plotone*). Na música, são de origem francesa port. *oboé*, it. *oboe* (< fr. *haut-bois*), port. *minuete* e *minueto*, esp. *minué*, it. *minuetto*.

Devido à posição de vanguarda que a França deteve por muito tempo em matéria de comunicações ferroviárias na Europa continental, muitos termos relativos a esse tipo de transporte se difundiram a partir do francês: não só *train* (port. *trem*, esp. *tren*, it. *treno*) mas também *convoi* (port. *comboio*, it. *convoglio*), *métro(politain)* (port. *metrô*, it. *la metropolitana* etc.)

d) Costumam ser apontados como exemplos de italianismos vários termos relativos à composição musical: esses termos, sobretudo quando indicavam orientações para a execução de uma peça,



costumavam ser escritos em italiano nas partituras, e por isso se mantiveram nas novas línguas com sua forma original: *adagio*, *andante*, *allegro* etc. O nome dos instrumentos de corda da família da viola denunciam a origem italiana na forma, que inclui diminutivos em *-ino* e *-cello*: *violino*, *violoncello*.

Sobre as vozes italianas *agio* e *fattura*, foram refeitas nas várias línguas românicas palavras com significação análoga (ex. port. *ágio* e *fatura*); são palavras que se referem à atividade bancária, como *fiorino* (port. *florim*) e *ducato* (port. *ducado*) cuja difusão europeia é porém mais antiga.

Como era de esperar, alguns italianismos se referem à gastronomia, como é o caso dos inúmeros nomes de pratos de massa: *spaghetti*, *vermicelli*, *maccheroni* etc.

e) A partir do século XVIII, cresce em progressão exponencial o número de anglicismos acolhidos pelas línguas românicas. Trata-se às vezes de velhas palavras que o inglês havia recebido do francês medieval ou mesmo do francês clássico, como port. *flerte* (< ingl. *flirt* < fr. (*dire*) *fleurette* à), port. *esporte* (< ingl. *sport* < fr. *se desporter*), port. *bife* (< ingl. *beef(steak)* < fr. *boeuf*). O número desses empréstimos reflete hoje a supremacia tecnológica e econômica dos Estados Unidos no hemisfério ocidental assim como refletia no século passado a supremacia industrial e comercial da Inglaterra.

f) É óbvio que muitas línguas além das citadas nos itens anteriores, indo-europeias ou não, transmitiram ocasionalmente palavras às línguas românicas: *sofá*, *café* e *sorvete*, para dar apenas alguns exemplos, são outras tantas palavras de origem oriental; *batata*, *cacau*, *coca* e *tomate* são outras tantas palavras de origem ameríndia. Para o leitor brasileiro, a incorporação ao léxico português de um contingente notável de palavras de origem tupi-guarani abre a questão da especificidade da língua brasileira em oposição ao português ibérico, que será considerada num outro capítulo.

#### 14.3.4 A Revolução Industrial

Os novos objetos, artefatos e técnicas que apareceram com a Revolução Industrial repercutiram nas línguas românicas afetando sobretudo seu vocabulário, que precisou enriquecer-se de uma quantidade enorme de novas denominações. Frequentemente, as novas técnicas vinham acompanhadas dos seus nomes estrangeiros (ora nomes ingleses, ora nomes que já se haviam fixado em outra língua

românica). Frequentemente, essas denominações encontraram uma resistência intransigente por parte de puristas e gramáticos, a mostrar que as manifestações de purismo não se encerram no período da Contra-Reforma, mas são a reação previsível das influências que as línguas exercem umas sobre as outras.

Quase sempre, a resistência dos puristas contra as vozes estrangeiras os levou a propor uma ou mais denominações vernáculas, criando um excesso de formas e uma competição que se resolveu no uso (às vezes sem respeitar as recomendações dos gramáticos); um exemplo clássico de hesitação são os inúmeros termos que apareceram no domínio românico juntamente com os transportes ferroviários: tratava-se praticamente das mesmas formações (*caminho de ferro, estrada de ferro, chemin de fer, route ferrée, ferrovia, strada ferrata*), propostas como alternativas para a forma inglesa *railway* ou para suas traduções mais imediatas, mas apenas uma ou duas sobreviveram em cada língua românica.

#### 14.3.5 A democratização do poder

Em termos muito gerais, o período que vai da Contra-Reforma até os nossos dias viu consolidar-se os Estados nacionais de Portugal, Espanha e França, a unificação da Itália e a formação do Estado romeno. Em termos ainda mais gerais, este foi também um período de democratização do poder em que as monarquias de direito divino evoluíram para monarquias parlamentares e alguns casos a repúblicas. (É claro que esse processo conheceu inúmeros momentos de retrocesso: dois desses momentos, o fascismo e o franquismo, mereceriam ser estudados lingüisticamente, porque corresponderam a uma forte discriminação dos dialetos e das línguas minoritárias; o fascismo, além do mais, empreendeu uma longa campanha “nacionalista” para eliminar da língua italiana os empréstimos incorporados ao longo da história.)

A ascensão ao poder de novas classes sociais teve às vezes a consequência de impor como modelo lingüístico a ser imitado a fala dessas últimas: são exemplos clássicos a generalização da pronúncia [wa] e [j] correspondentes às grafias *-oi-* e *-ill-* na França pós-revolucionária: essas pronúncias eram originalmente as das camadas mais baixas do povo e substituíram [we] e [λ] que desapareceram junto com o *ancien régime*.

Na maioria dos casos, porém, a democratização do poder teve efeitos mais indiretos e mais sutis. Um desses efeitos foi o de abrir espaço para uma cultura não aristocrática, por exemplo, a cultura tipicamente burguesa do Romantismo, à qual coube a tarefa de resgatar um grande número de liberdades e experiências tanto lingüísticas como estéticas que haviam sido banidas no período barroco.

A democratização do poder combina-se com as necessidades da sociedade criada pela Revolução Industrial para generalizar a instrução primária e depois a secundária. E a nova instrução, na medida em que utiliza a língua padrão como seu veículo, força os dialetos a um recuo mais rápido. A convivência de caserna das duas grandes guerras, o incremento dos transportes, das comunicações e do turismo e, mais recentemente, a explosão dos meios de comunicação de massa atuam no mesmo sentido.

### **Documento: Momentos da constituição do português literário**

A consciência do português como nova entidade lingüística criou-se através de dois centros irradiadores de cultura na Idade Média: os mosteiros, onde se levavam a cabo traduções de obras latinas, francesas e espanholas (Mosteiros de Santa Cruz e Alcobaça) e a Corte, para a qual convergiam os interesses nacionais. Poetavam aqui fidalgos e trovadores, aprimorando e enriquecendo a língua.

Constituída essa consciência lingüística, passamos ao século XVI onde a questão da língua se resumirá em sua expansão e oposição ao castelhano.

Diversos autores portugueses castelhanizam, não por uma suposta inferioridade da língua portuguesa, mas por ser a castelhana culturalmente mais importante e de maior penetração. Esse sentimento da língua portuguesa como culturalmente desimportante levou Fernão de Oliveira a pregar sua propagação, pois são os homens que fazem a língua, e a valorizar a clareza de sua pronúncia, argumento que se tornou tópico. João de Barros, por sua vez, aconselha o polimento da língua pelo uso, conceito que tomou emprestado de Cícero.

Clarificada e assente a necessidade de cultivá-la, surgem no século XVII os estudos de Pedro de Magalhães Gândavo (*Regras que ensinam a maneira de escrever a hortoграфия da língua portugueza com um diálogo que adiante se segue em defensão da língua portugueza*), e Duarte Nunes de Leão (*Origem da língua portugueza*).

Nos anos de Setecentos, o binômio português-castelhano é complicado com o equacionamento do problema do galego. O padre beneditino Feijóo, de origem galega, reclama a inclusão do português e galego, entidades indistintas, no seio da família românica. Lembre-se que até então, por um critério arbitrário, apenas o espanhol, o italiano

e o francês eram aí compreendidos. A atitude de Feijóo foi também uma resposta aos gramáticos castelhanos que reduziam o português a subdialeto, uma vez que o derivavam do castelhano. Ressurgem então as apologias da língua portuguesa, apanágio do quinhentismo.

Dois fatos poriam fim à querela suscitada pelo binômio português-castelhano: a independência portuguesa em 1640 e a atitude de Verney no século XVIII propugnando o enriquecimento da língua através da adoção de neologismos, fuga à imitação servil dos clássicos e despimento da roupa barroca espanhola que sufocava o idioma. Era o racionalismo iluminista que derrocou o princípio da autoridade e estimulou estudos mais aprofundados da língua.

Na fase final do século XVIII a Arcádia Lusitana propõe o francês como exemplo, libertando a cultura portuguesa da sujeição a Castela. O fluxo gaulês se avoluma, provocando o renascimento da questão da língua. A Academia Real das Ciências, reacionária, arvora-se em defensora da pureza do idioma (donde o glossário de francesismos do Cardeal Saraiva), propondo uma volta aos clássicos de Quatrocentos e Quinhentos.

Finalmente, o Romantismo vem encontrar os gramáticos atentos ao gênio da língua e ao papel do povo em sua elaboração. Já agora a questão da língua é entregue à ciência, personificada em Francisco Adolfo Coelho. (Extraído de Castilho 1962.)

## **Apêndice**



# O Português do Brasil

---

*Ataliba T. de Castilho*

## **Introdução**

Ao fazer algumas comparações entre o Português do Brasil e o Português de Portugal (doravante PB e PP) num texto escrito para o *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi (1824-1825), Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, deu início à “questão da língua brasileira”, ecoando, de certa forma, alguns argumentos de João de Barros, quando este gramático comparou o português ao castelhano, em seu *Diálogo em louvor da linguagem*, de 1540. Pode-se dizer, assim, que a “questão da língua” ocorrida na România Velha retomou seu lugar na România Nova, e de novo se vai refletir sobre as especificidades e a importância de uma modalidade lingüística em face de outra.

O tema suscitado por Pedra Branca não mais deixou de ser versado na Cultura Brasileira, desenvolvendo-se extraordinariamente suas linhas de argumentação, ora de forma passional, ora razoavelmente. Para historiar a questão do PB, convém categorizar adequadamente essas linhas de argumentação, que reúno aqui em três grandes direções: (I) o problema da implantação do PB; (II) as variedades do PB; (III) PB e sociedade nacional.

Essas grandes linhas de consideração reaparecem continuamente na vasta literatura já produzida sobre a questão da língua brasileira. É justamente a ênfase em certos aspectos, com prejuízo

de outros, acaso mais centrais, que tem enviesado a discussão, fazendo ressaltar o que é periférico e comprometendo a percepção do conjunto. Procurarei neste capítulo dar uma visão equilibrada sobre os problemas de importância maior para o PB, oferecendo um contraponto aos trabalhos de síntese de Elia (1940 e 1979), Chaves de Melo (1946), Silva Neto (1951), Fortes (1957), Lima Sobrinho (1958), Ribeiro (1959), Houaiss (1960 e 1985), Cunha (1964 e 1968). De todo modo, dada a extensão e complexidade dos argumentos que passarei a resenhar, este apêndice deve ser entendido sobretudo como um roteiro de leituras.

## I IMPLANTAÇÃO DO PB

Vou considerar aqui três aspectos: a lusitanização do Brasil, a mudança do PB e as hipóteses interpretativas sobre o PB.

### 1 Lusitanização do Brasil

A ocupação efetiva do Brasil se deu a partir de 1532, com a distribuição de quinze capitanias hereditárias. Entre os séculos XVI e XVII a colonização ocorreu exclusivamente à conta dos portugueses, mas a partir do século XVIII os bandeirantes paulistas desempenharam um papel decisivo na ocupação das Minas Gerais e do Mato Grosso e de terras ao Sul. Em 1808, a população de Portugal e a do Brasil se equilibram (Houaiss, 1985, p. 95).

**1.1** Aparentemente, os colonos portugueses procediam de todas as regiões da metrópole, mas alguns fenômenos fonéticos apontam para uma suposta predominância do PP meridional. É o caso da ocorrência absoluta do [s] pré-dorso-dental (e a inexistência do [s] ápico-alveolar típico do Norte português), da monotongação do ditongo *ei* (dito *âi* no Norte) e da distinção entre [b] e [v] (alternantes no Norte). Apesar dessas correspondências, a constatação de que se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais tem sido invocada para rejeitar a hipótese meridionalista (Lindley Cintra, 1958). Estudos comparativos recentes destacam, aliás, um número maior de coincidências de propriedades fonéticas entre o PB e o PP do Norte (Head, 1987). Há entretanto fortes evidências demográficas e estudos lingüísticos que sustentam a influência açoriana no povoamento de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Laytano, 1940; Paiva Boléo, 1946 e 1950).



**1.2** À chegada dos portugueses, pouco mais de um milhão de indígenas, distribuídos por cerca de 300 línguas diferentes, povoavam o território. Designados genericamente Tupinambás por nossos primeiros cronistas — que se referiam com certeza às tribos que habitavam o litoral — os índios foram constantemente dizimados, restando hoje cerca de 200 mil, falantes de cerca de 170 línguas. Até o século XVIII, dada a superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram de aprender o tupinambá, ocorrendo uma situação de bilingüismo. A partir dessa época, o português se sobrepôs às línguas indígenas, favorecido entre outras razões pela extrema fragmentação do quadro lingüístico ameríndio, atualmente classificado em dois grandes troncos (Tupi e Macro-Jê) e em diversas famílias: Karib, Aruák, Arawá, Tukano, Makú, Yanomámi e outras (Rodrigues, 1986).

Duas línguas foram descritas durante o Brasil-Colônia: o tupinambá ou tupi antigo (documentado na gramática do Padre Anchieta, falado no litoral, de São Paulo ao Maranhão, donde sua designação de “língua geral” ou “língua brasílica”) e o kariri, do tronco Macro-Jê, falado no Sergipe e em partes da Bahia e de Pernambuco. O grosso das contribuições léxicas indígenas provém do tupi-guarani, de que o PB herdou cerca de 10 mil vocábulos, em sua maioria repartidos pela toponímia e pela onomástica, a que se somam nomes de vegetais e de animais. Não há notícias comprovadas de influências fonéticas ou gramaticais.

**1.3** Mas o português seria mais extensivamente exposto à influência das línguas africanas, pois de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros, sujeitos a um contacto mais intenso com a população branca.

Os negros brasileiros integravam duas culturas: a Cultura Banto e a Cultura Sudanesa.

A Cultura Banto cinde-se no Grupo Ocidental, originário do Congo e de Angola, e no Grupo Oriental, originário de Moçambique, Tanganika e Região dos Lagos. Eles se fixaram no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas.

A Cultura Sudanesa compreende os Fulá, os Mandinga, os Hauçá, os Fanti-Ashanti, os Ewê e os Iorubá ou Nagô, originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria. Eles se fixaram principalmente na Bahia, vieram em número menor que os bantos, e dois séculos mais tarde.

Estima-se em 300 o número de palavras africanas que foram incorporadas no léxico do PB. De um modo geral, pode-se dizer que são ainda escassos os estudos sobre as influências lingüísticas

dos negros. Os primeiros textos atribuem aos africanos simplificações da morfologia nominal e verbal portuguesa que outros tantos textos atribuem igualmente aos indígenas. Em maior parte, os primeiros estudos procuravam identificar as origens do vocabulário negro difundido no Brasil, e este é o caso de Raimundo (1933), Mendonça (1935) e Machado Filho (1944).

A extraordinária complexidade lingüística dos africanos, associada à prática portuguesa de misturá-los aos indígenas para dificultar as revoltas, deve ter dado origem, após o século XVII, a um “dialeto das senzalas”, sorte de *koinê* proposta por Castro (1980). Nesse dialeto, tanto quanto nas palavras que passaram para o português, as línguas banto tiveram importância, donde as expressões “vir de Aruanda” (isto é, de Luanda, costa norte de Angola), “dançar um Moçambique”, “rainha do Congo” e “congada”.

A esse “dialeto das senzalas” teria sucedido um “dialeto português rural”, com o aumento do aportuguesamento dos africanos e da entrada de africanismos no português. Segundo Castro (1980, p. 18-9), desaparece então a estrutura morfológica banto, reinterpretando-se seus conjuntos [prefixo + radical (+sufixo)] como um radical único (e assim, *ka.N.DOMB.ele* é analisado como *candomblé*, *ka.N.KUND.a* como *cacunda*), regularizando-se as sílabas portuguesas terminadas por *C* para *CV* (como em *sal. var > salavã > saravã*).

As palavras banto recobrem diversas áreas lexicais (como nesta amostra: *cacunda*, *caçula*, *fubá*, *angu*, *jiló*, *carinho*, *bunda*, *quiabo*, *dendê*, *dengo*, *samba*) ao passo que das palavras oeste-africanas (Cultura Sudanesa), 65,7% integram a linguagem litúrgica dos *candomblés* (Castro, 1980, p. 4). Essa mesma autora destaca as semelhanças nas estruturas fonológicas do português e das línguas banto: mesmo número de vogais, mesma estrutura silábica, o que explicaria a não-emergência de crioulos africanos no Brasil e certas características da pronúncia do PB.

## 2 A mudança do PB

Segundo Serafim da Silva Neto (1951), consideradas as condições de implantação do português no Brasil, três fases assinalam sua história: (i) de 1533 a 1654 ocorre uma situação de bilingüismo, a maior parte da população concentra-se na Bahia e em Pernambuco, falando predominantemente a língua geral ou língua brasileira, deno-

minações que, como já se viu, remetem ao tupinambá ou tupi antigo; (ii) de 1654 a 1808 a língua geral perde terreno, “limita-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas”, disseminando-se o português pela costa, praticando-se falares crioulos índios e africanos no interior; (iii) a partir de 1808, com a intensa “relusitanização” do Rio de Janeiro provocada pela vinda de cerca de 18 mil portugueses que fugiam à invasão francesa e que dobraram a população da nova capital, o português difunde-se pelo interior, surgem novas cidades, distinguindo-se os falares rurais dos falares urbanos.

Ao refletir sobre os diferentes momentos históricos do PB, os pesquisadores espelharam, como é natural, as diferentes teorias sobre a mudança lingüística. É possível, em conseqüência, identificar três reflexos dessas teorias entre os trabalhos voltados para a mudança no PB: a hipótese evolucionista, que defende a existência de uma “língua brasileira”, a hipótese crioulista, que acentua a importância dos contactos lingüísticos no Brasil-Colônia, e a hipótese internalista, que acentua a importância da deriva, isto é, das tendências próprias ao sistema, para explicar a dimensão histórica do PB.

**2.1** A hipótese evolucionista foi grandemente debatida no período do Romantismo. Ela foi elaborada durante o primeiro momento da Lingüística Histórica, fase em que foi muito grande a influência da Biologia Evolucionista sobre a Lingüística. Assim, o fenômeno lingüístico era freqüentemente comparado a um ser biológico, sujeito, como este, a uma evolução determinística:

o desenvolvimento das línguas é, antes de tudo, determinado e o curso de sua vida não poderia, por uma inadmissível derrogação das leis naturais, escapar às necessidades comuns de tudo aquilo que vive (Hovelacque, s.d., p. 9-10).

Whitney foi o lingüista mais evocado pelos brasileiros quando sustentavam que assim como do latim surgira o português, assim deste surgiria o brasileiro. Ora, justamente Whitney foi o autor que mais atenuou os princípios do positivismo lingüístico, fazendo ressaltar o papel do homem na elaboração e na mudança das línguas. Edith Pimentel Pinto restabeleceu a verdade das coisas, mostrando como os primeiros defensores do “brasileiro” leram mal esse autor, no qual se encontram afirmações tais como

a linguagem não é um feito natural, uma propriedade biológica, mas um fato social [...] [é preciso] reconhecer a sociedade como árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará

à língua. É preciso que alguém comece: se não o seguem, está abortada (apud Pinto, 1978, p. li-lii).

Whitney antecipou igualmente muitas das afirmações contemporâneas dos sociolinguístas, mostrando que

do trabalho imperceptível de alteração da língua, realizado pelo falante, cujo conjunto lentamente modifica o todo, decorrem variações de ordem geográfica e social, estas diretamente associadas à profissão, grau de educação, idade e classe social (Pinto, 1978, p. liii-liv).

Com a atenuação da febre nacionalista desencadeada pelo Romantismo, estes argumentos — reforçados sempre pelo papel então considerado “decisivo” da influência do substrato indígena e do superstrato africano sobre o português — foram caindo no vazio, sendo substituídos por outras explicações sobre as diferenças entre o PB e o PP.

**2.2** A hipótese crioulista fundamenta-se na fase de bilingüismo que ocorreu nos primeiros tempos da implantação do PB.

Segundo se acredita, ocorrendo o contacto entre uma língua europeia do colonizador com uma língua asiática, africana ou ameríndia do colonizado, sucedem-se duas fases. Primeiramente, instala-se uma forma simplificada de interação, voltada unicamente para o interesse comercial, surgindo o *pidgin* (de *business*). Prolongando-se os contactos, o *pidgin* evolui para o crioulo, que representa uma elaboração mais profunda dessa linguagem de emergência, cujo poder referencial aumenta, produzindo-se interessantes fenômenos de acomodação da língua europeia às regras gramaticais da língua não europeia. Assim, enquanto o *pidgin* é uma língua de emergência, o crioulo é uma língua natural, no sentido de que as pessoas podem aprendê-la quando nascem, e ela “preenche as necessidades comunicativas totais de seus falantes nativos e usuários” (Tarallo e Alkmin, 1987, p. 96). Justamente por terem uma função comunicativa, não se aceita mais que os crioulos sejam formas simplificadas de uma língua europeia. Não é possível que as comunidades se entendam através de uma linguagem “simples”.

Alguns autores têm sustentado que o PB deve muitas de suas características ao fato de ter derivado de um crioulo. Afinal, se os contactos dos portugueses com africanos e asiáticos deram origem a tantos crioulos nas regiões colonizadas, por que o mesmo não teria ocorrido no Brasil? Aparentemente, coube a João Ribeiro, num texto de 1889, levantar pela primeira vez a hipótese crioulista. Ele supôs a ocorrência de uma sorte de “bilingüismo interno” na comunidade brasileira, que pratica a língua portuguesa quando escreve, e uma

variante dialetal, a que chamou "crioulo", quando fala (apud Pinto, 1978). Silva Neto (1951) afirma que a partir da segunda metade do século XVII começam a surgir diferenças entre o PB e o PP. Tais diferenças se devem precisamente à base crioula de nossa língua, a qual acelerou a mudança lingüística. Num movimento contrário, os falares rurais manifestaram uma tendência ao conservadorismo. Assim, o PB é feito de duas tendências antitéticas: inovadorismo devido à base crioula e conservadorismo devido aos falares rurais. Se esta hipótese estiver certa, a incontrastável importância dos falares urbanos no Brasil contemporâneo desatará de vez a tendência à diferenciação, fenômeno que de fato alguns sintaticistas e sociolingüistas têm assinalado. À hipótese crioulista Chaves de Melo (1946) agregou uma explicação dificilmente verificável: a de que a notável uniformidade do português brasileiro se deve à difusão dos falares crioulos gerados na costa, e levados ao interior pelas bandeiras paulistas. As bandeiras, com efeito, valiam-se da língua geral.

2.3 A hipótese internalista toma por ponto de partida a estrutura das línguas, em que se identificam pontos de tensão, como, por exemplo, o aproveitamento incompleto das distinções fonológicas (de que resulta a transfonologização), a perda de certas distinções e conseqüente perda de fonemas (desfonologização) ou mesmo a criação de distinções novas (fonologização).

Sapir deu uma importante contribuição a este modo de ver as coisas quando falou da *deriva*, que é uma tendência própria dos sistemas a acomodarem-se, independentemente de continuarem em seu berço de origem ou serem transplantados para outros ambientes.

Parece que a primeira aplicação da teoria da deriva ao PB, também conhecida como mudança por fatores internos, foi levada a cabo por Câmara Jr. (1957). Ele procurou uma razão interna para o uso do pronome *ele* como objeto direto no PB. Partindo do pressuposto de que a colocação pronominal brasileira é predominantemente proclítica, visto que nessa variedade não há pronomes oblíquos propriamente átonos, ele argumenta que a anteposição de *o*, *a* ao verbo (como em *o vi*) formaria um vocábulo fonético iniciado por vogal, situação em que se manifesta a tendência à aférese dessa vogal (como em *magina* por *imagina* etc.). Ora, no nível sintático, essa vogal desempenha o papel de argumento do verbo, e assim sua perda acarretaria um prejuízo na organização da oração. Vem daqui sua substituição por *ele*, que se transforma na estrutura do

PB numa forma invariável, apta a desempenhar a função de nominativo ou de acusativo. Não é necessário, portanto, recorrer à influência de falares crioulos para justificar essa construção, como fizeram diversos autores.

Já Révah (1963) acha muito difícil que crioulos, constituídos a partir de contactos distintos (africano, indígena), pudessem ter-se amalgamado e dado surgimento a uma variedade lingüística tão uniforme, como o PB. Naturalmente, quando Révah se utiliza do argumento da uniformidade lingüística, ele está pensando na inexistência de reais dialetos no PB, língua em que quaisquer indivíduos podem intercomunicar-se, independentemente de sua origem geográfica ou social. Mas ele mostra que a tendência fonológica ibero-românica da abertura silábica prosseguiu com toda força no Brasil, o que explica a perda de certas flexões, enquanto em Portugal a mesma regra leva à inserção de vogais depois de *-r*, *-l*. Ele supõe que a deriva ibérica foi ativada nas camadas baixas da população metropolitana e entre os colonos vindos ao Brasil. Nos dois casos, a inexistência de escolas, de imprensa e de outras forças de controle lingüístico permitiram que a mudança se acentuasse.

Na atual fase dos estudos, há mais preocupações em documentar e descrever tanto os crioulos de base portuguesa quanto a problemática sociolingüística do país para melhor entender a mudança do PB.

### 3 Hipóteses interpretativas sobre o PB

Duas posições antitéticas tentam interpretar o PB, ora como uma modalidade conservadora, que reflete o falar quinhentista trazido pelos colonizadores, ora como modalidade inovadora, que se afasta a passos rápidos do PP. Uma sorte de posição de compromisso é assumida pelos que afirmam que o PB e o PP representam uma unidade dentro de uma grande variabilidade (Cunha, 1964; Houaiss, 1985).

**3.1** Apontadas inicialmente como provas de “brasilidade” do PB, muitas de suas características fonéticas e gramaticais foram posteriormente reestudadas, tendo-se comprovado que se tratava de fenômenos do português quinhentista, e não de criações de brasileiros. Esta reavaliação dos dados firmou a convicção de que falamos um português muito próximo do quinhentista, conservador, que

não acompanhou as mudanças havidas no português europeu. Os seguintes fenômenos fundamentam essa interpretação do PB:

### 3.1.1 Características fonéticas

a) Fechamento da vogal média átona final (-e > -i, o > u, como em *fáli, fálu* por *fale, falo*), pronúncia que foi corrente em Portugal até o século XVIII.

b) Pronúncia do ditongo *ei* como [ej] em *lei*, e como [e] em *primeiro*; *ou* soa como [o] em *vou, ouro*. O Brasil não acompanhou Portugal em sua pronúncia [aj] de *primeiro*, [ãj] de *bem*, inovações ali ocorridas no século XIX (Tessyer, 1989, p. 103).

c) Rotacismo de *l* travador de sílaba (*marvado* por *malvado*) na variedade de sujeitos não-escolarizados.

d) Supressão de -r final de sílaba: *falá, comê*.

e) Iodização da palatal [λ] (*muié, fiyo*) na variedade não-escolarizada.

### 3.1.2 Características gramaticais

a) Uso do pronome pessoal nominativo em função acusativa: *eu vi ele*.

b) Emprego de *ter* por *haver* nas construções existenciais: *hoje tem aula*.

c) Construção dos verbos de movimento com a preposição *em*: *vou na feira*.

d) Colocação do pronome pessoal átono em posição predominantemente proclítica: *me empresta dinheiro, vou lhe falar*.

A hipótese conservadorista, em suma, aponta para o PB como uma variedade que, esgalhada de seu tronco europeu, principiou um processo de estagnação, que consistiu em meramente preservar as características recebidas. Eduardo Carlos Pereira representou essa perda de vitalidade por meio de uma figuração geométrica:

Quatro séculos são passados de uma dupla evolução e, a esta hora, apresenta a língua, na história de sua dialeção divergente, o aspecto de um amplo triângulo cujo ápice atinge o século XVI, e a cujos pontos extremos da base correspondem já apreciáveis diferenciações dialetais. Deste ponto de vista, apresentam-se o falar brasileiro e o lusitano como um duplo aspecto da evolução divergente do português quinhentista, e, não raro, se descobrem, como adiante mostraremos,

em nossos hábitos prosódicos, vestígios quinhentistas que em Portugal se perderam (Pereira, 1916, apud Pinto, 1978, p. 404. Ver também Silva Neto, 1951; Palhano, 1953; Spaulding, 1956; Penha, 1970).

3.2 Outros fenômenos apontam, entretanto, para um inovadorismo do PB. Tessyer (1985, p. 104-9) relaciona os seguintes:

### 3.2.1 Características fonológicas

a) O PB não opõe timbres abertos a timbres fechados da vogal *a* seguida de nasal: cf. PB presente e pretérito *cantamos*; PP presente *cantamos* / pretérito *cantâmos*.

b) O PB ignora para as vogais escritas como *a*, *e* e *o* em sílaba pretônica a oposição de um timbre aberto a um timbre fechado. Assim, não distinguimos, como no PP, *pregar* (um prego) e *pregar* (predicar).

c) No PB ocorreu a semivocalização do *-l*, por isso se diz *animau* por *animal*, com [l] velarizado. Perde-se assim a distinção entre o advérbio *mal* e o adjetivo *mau*.

d) Ditongação da vogal tônica final seguida de *-s*, *-z*: *atrás* dito *atrâis*, *luz* dito *luís*.

e) Abertura das sílabas terminadas por oclusiva em palavras eruditas: *advogado*, dito *adivogado*; *psicologia*, dito *pissicologia* etc.

f) Palatização de /t/ e /d/ seguidos de vogal média anterior: *tio* [t'iju] e mesmo [t'ijju], *diferença* [d'iferensa].

### 3.2.2 Características gramaticais

a) Na variedade de sujeitos não-escolarizados, simplificação da morfologia nominal, indicando-se o plural simplesmente através do determinante, como em *as casa*.

b) Na mesma variedade, simplificação da morfologia verbal, que se reduz à oposição "1ª pessoa do singular / outras pessoas": *eu falo* / *você, ele, nós, eles fala*.

c) *estar* + *-ndo* em correspondência ao uso europeu *estar* + *a* + *-r*: PB: *estou falando*; PP: *estou a falar*.

d) Negação dupla do tipo *não sei não* e, com a cliticização, redução e posterior desaparecimento da primeira negação, *nun sei não* > *n'sei não* > *sei não*.

e) Sujeito pronominal da oração infinitiva no caso oblíquo: *isto é para mim comer* em lugar de *isto é para eu comer*. Este uso, inicialmente não-escolarizado, está em processo de expansão.

f) Emprego crescente de *a gente* por *nós*.



## II VARIEDADES DO PB

A observação das línguas naturais revela que elas estão sujeitas ao fenômeno da variação. As línguas variam em razão de condicionamentos situacionais que afetam os falantes, tais como o momento histórico em que se acham, o espaço geográfico, socio-cultural e temático em que se movem, e o canal lingüístico que escolhem para comunicar-se.

A variação lingüística tem sido investigada por duas disciplinas que apresentam muitos pontos de contacto entre si: a Dialectologia e a Sociolingüística.

Os dialetólogos selecionam uma área geográfica para estudo, preparam e aplicam instrumentos próprios para o levantamento dos dados, anotam-nos em cartas, constituindo os Atlas Lingüísticos, e analisam os resultados obtidos compondo monografias sobre aspectos particulares desses dados. Para orientar essa atividade, Antenor Nascentes propôs a divisão dos falares brasileiros em dois grupos, o do Norte e o do Sul. O falar do Norte compreende dois subfalares: o amazônico e o nordestino. O falar do Sul compreende quatro subfalares: o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista (Nascentes, 1922). Serafim da Silva Neto preparou então um Guia para Estudos Dialectológicos, e desenvolveu intensa pregação em favor da criação de uma "mentalidade dialectológica" em nossas universidades. Em decorrência desses esforços, foram publicados os Atlas Lingüísticos de Bahia e Sergipe (de Néelson Rossi et alii), Minas Gerais (Mário Zággarri et alii) e Paraíba (Maria do Socorro Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes). Estão em andamento os Atlas de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraná. No momento atual, dos subfalares indicados por Nascentes em sua proposta pioneira de classificação, o nordestino e o baiano são os mais estudados (Rossi et alii, 1965; Zággarri, 1974; Aragão et alii, 1980-1984).

Já os sociolingüistas dão preferência a um estudo mais verticalizado de uma só comunidade, concentrada em pequena extensão territorial, induzindo por métodos apropriados o falante a mudar de registro ou grau de formalidade, separando-os segundo o sexo, a idade e o nível sociocultural. Os materiais reunidos nesta forma controlada são então estudados a partir de pressupostos teóricos previamente selecionados. No Brasil, tem predominado a Teoria de Variação e Mudança de William Labov, descrevendo-se as regras variáveis do sistema lingüístico a partir de fatores lingüísticos e extra-

lingüísticos. O projeto Censo Lingüístico do Rio de Janeiro (de Anthony Naro e outros) inaugurou esse gênero de atividades em nosso país (Naro et alii, 1986). Bortoni-Ricardo (1985) introduziu a Sociolingüística interacionista.

Há duas bibliografias sobre os estudos dialetais no Brasil: Dietrich (1980) e Aragão (1988). Para um histórico da Dialectologia, ver Castilho (1972-1973 e 1988). Para uma coletânea de estudos variacionistas e interacionistas, ver Tarallo (org. 1989).

Na exposição que se segue, tomarei três parâmetros de variação: a variação segundo o canal (donde o português falado e o português escrito), a variação sociocultural (donde o português escolarizado e o português não-escolarizado) e a variação temática (donde o português escrito corrente e o português escrito literário).

## 1 O PB falado

Apresentarei uma síntese das descobertas dialetológicas e sociolingüísticas sobre o PB falado.

### 1.1 A variedade de sujeitos não-escolarizados do PB falado

#### 1.1.1 Características fonéticas e fonológicas

##### 1.1.1.1 Vogais

a) Elevação das vogais médias pretônicas no Nordeste do país. Esta característica distingue fortemente os falares do Norte em relação aos do Sul. A elevação pode conduzir à produção de uma vogal alta (como em *filiz*, *chuver*) ou média aberta (como em *nòturnu*, *còvardi*, *nèblina*, *rècruta*); nos dois casos produz-se no Sul uma vogal média fechada (Palácio, 1978).

b) Queda ou nasalação da vogal átona inicial: *magina* (por *imagina*), *inleição* (por *eleição*), *indução* (por *educação*).

c) Queda da vogal átona postônica, acompanhada ou não da perda de outros elementos fonéticos da palavra: *cosca* (por *cócega*) *abobra* (por *abóbora*), *arve* (por *árvore*), *oclos* (por *óculos*), *lampa* (por *lâmpada*), *figo* (por *figado*). Este é um dos fenômenos mais amplamente difundidos no país e documentados na literatura. Head (1986b) constatou que é mais freqüente entre os homens.

d) Nasalação de vogais seguidas de consoante nasal, quer essa consoante tenha desaparecido (como em *lu<sup>~</sup>a*, *u<sup>~</sup>a*, *vi<sup>~</sup>eram*), quer tenha permanecido (como em *câma*, pret. perf. *amâmos*).

e) Perda do contraste vogal/ditongo em contexto palatal, com monotongação do ditongo (*caxa*, *pexe*, *bejo*, *quejo*) ou ditongação da vogal (*bandeija*, *feichar*).

f) Desnasalação e monotongação de ditongos nasais finais: *hómi* (por *homem*), *faláru* (por *falaram*). Também um fenômeno muito difundido pelo país.

g) Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final: *ciença* (por *ciência*), *esperiença* (por *experiência*), *negoço* (por *negócio*). Metátese: *auga* (por *água*) *estauta* (por *estátua*).

### 1.1.1.2 Consoantes

a) Uma das questões mais debatidas é a da difusão *r* retroflexo, descrito inicialmente por Amaral (1920) como típico do dialeto caipira, e que ele supunha em desaparecimento. Estudos posteriores comprovaram a vitalidade dessa variante, encontrável particularmente nas áreas de penetração bandeirante (Itu, Porto Feliz, Tietê, Atibaia, Bragança, Piracicaba, Tatuí, Limeira, Taubaté, no Estado de São Paulo), mas ainda no sul de Minas e na Bahia, ainda que com frequência menor neste último. O *r* retroflexo é uma variante do *r* brando, e em nenhum lugar compromete a distinção entre este *r* e o múltiplo. Ele ocorre em final de sílaba, mas tem seu uso restringido quando em final de infinitivo, pois nestes casos predomina a execução  $\phi$ . Do ponto de vista sociolingüístico, “na medida em que o estilo varia de mais espontâneo para mais refletido, entre informantes de uma mesma classe socioeconômica e faixa etária, a frequência do *r* retroflexo diminui — o que indica seu caráter estigmatizado”; ele ocorre menos entre falantes urbanos e mais entre informantes de idade mais avançada (Head, 1973 e 1975).

b) Troca do *l* por *r* em final de sílaba e em grupos consonânticos formados por /p b k g f/, com documentação em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul: *marvado* (por *malvado*), *pranta* (por *planta*) etc. Examinando esse fenômeno na Bahia, Head (1985) concluiu que o *l* e o *r* são alternantes, com frequência maior de uso travando sílaba não final de palavra e como segundo membro dos grupos consonantais, predominando as formas em *r* entre homens analfabetos, e as formas em *l* entre mulheres alfabetizadas. Esse mesmo autor destaca a ocorrência dessa alternância no Norte de Portugal, como uma prova a mais contrária à hipótese meridionalista da origem do PB (Head, 1987).

c) Troca de *v* por *b*, comum ao Norte de Portugal e “documentada em variedades rurais de diversas localidades dentro das áreas principais da expansão colonial por via de Pernambuco, Bahia e São Paulo” (Head, 1986b, p. 91). Retomando a matéria, Head (1987) considera que se trata de fenômeno puramente lexical, restrito a alguns itens do léxico comum tradicional (como *barrer*, *bas-soura*, *bespa*, *berruga* etc.), sem repercussões no sistema fonológico. É o que igualmente concluem Ferreira e Rollemberg (1988), a partir do exame de materiais de Sergipe e Bahia.

d) Conservação das africadas [t] e [d], comuns igualmente ao Norte de Portugal. Essas africadas ocorrem no Mato Grosso como variantes de /ʃ/ e /ʒ/, e na Bahia e Sergipe como variantes de /t/ precedido de ditongo como em *oito* [ˈotʃu] e *muito* [ˈmũtʃu] (Rossi, 1968a).

e) Alternância entre [λ] e [j]: [*o'reja*] (por *orelha*), [*'vejo*] (por *velho*) etc. Esse é outro dos fenômenos pan-brasileiros. Rossi (1958) constatou que na Bahia há uma surpreendente manutenção da palatal, que explica como um processo de reconstrução.

f) Espiração e queda de -s em final de palavra: [*'vamoh*] e depois [*'vamo*] (por *vamos*), [*de'poh*], [*de'pô*] (por *depois*) (Lemle, 1978, p. 74).

## 1.1.2 Características gramaticais

### 1.1.2.1 Morfologia

a) Elevação da vogal temática *a* para *e* e *e* para *i* no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *fiquemo* (por *ficamos*), *bebimo* (por *bebemos*).

b) Perda progressiva do -s para marcar o plural nominal (*as casa*) e para compor o morfema número-pessoal da primeira pessoa do plural (*nós sabemos*); omissão do morfema número-pessoal -mos, caso se constitua uma palavra proparoxítona: *nós falava* (por *nós falávamos*).

c) perda do valor comparativo de superioridade nas formas sintéticas: *mais mió* (por *melhor*), *mais superior*.

### 1.1.2.2 Sintaxe

#### 1.1.2.2.1 Classes sintáticas

a) Generalização do reflexivo *se* para a primeira e segunda pessoas: “eu se esqueci”, “faz tempo que nós não se falemo mais”,

de par com seu desaparecimento: “eu esqueci”. Desaparecimento progressivo do clítico *o*, fato que permeia também a língua culta informal (Câmara Jr., 1957; Omena, 1978).

b) O verbo recebe a negação mesmo quando precedido de sintagma nominal negativo, como em “ninguém não viu o lobisomem” (Lemle, 1978, p. 79).

c) Generalização do pronome *que* como relativo universal, como o desaparecimento de *cujo*, *onde*, e substituição da relativização cortadora pela relativização copiadora: “o menino que eu falei com ele”, “o menino que o pai dele morreu”, “casa que eu nasci lá”. Como decorrência desse processo, preenche-se “a posição sintática vazia que corresponde à posição original do sintagma anteposto pela relativização”, como em “quero mostrar para você uma lanterna que comprei ela ontem” (Lemle, 1978, p. 83).

#### 1.1.2.2.2 Relações sintáticas

a) Concordância nominal: nas classes não-escolarizadas há uma probabilidade maior de não ocorrência da marcação redundante do plural no interior do sintagma nominal. Aumentando a saliência fônica entre o singular e o plural, aumenta a probabilidade de ocorrência da regra de pluralização, e assim “as colheres” ocorre com frequência maior do que “as mesas” (Braga, 1977). Scherre (1988) procedeu a uma vasta reanálise desta questão, valendo-se de gravações de alunos de 1º e 2º graus, representativas de um português semi-escolarizado, tendo concluído o seguinte: (i) o número de marcas formais de plural no sintagma nominal é condicionado por traços estilísticos (formalidade), semânticos (animacidade) e mórficos (normal, aumentativo ou diminutivo); “é possível então prever que qualquer item lexical [+ informal], [+ diminutivo] e [- humano] terá muita chance de não ser marcado em relação à pluralidade”: “travesseiro, fronha, *essas coisinha pra buneca*”, “eles ali tem *as barraquinha*”, “fizeram *umas casinha bunitinha* e tudo”, “com *aqueles cabelim branquim*”; (ii) a diminuição de marcação ocorre quando há menos saliência fônica na oposição singular/plural, quando os itens nucleares ocupam a segunda posição no sintagma nominal, quando o contexto fonológico seguinte é uma vogal ou uma consoante com os traços [+ sonoro], [+ labial], [+ dental] ou [+ nasal], e quando o sintagma nominal tem função resumitiva; (iii) do ponto de vista da mudança lingüística, nota-se

que a concordância nominal representa uma “variação estável com gradação etária nos falantes de concordância alta, e um processo de mudança lingüística em direção a um sistema sem concordância nos falantes de concordância baixa”.

b) Concordância verbal: Lemle e Naro (1977) descobriram que a regra de concordância verbal está sujeita a determinadas variáveis: (i) variável morfológica: quanto maior a saliência fônica da oposição entre a forma verbal do singular e do plural, tanto maior a ocorrência da regra de concordância; (ii) variável posicional: o sujeito imediatamente anteposto ao verbo favorece a concordância; (iii) variável semântica: o sujeito indeterminado desencadeia a concordância com frequência maior que o sujeito determinado; (iv) variável estilística: as situações de maior formalidade favorecem a regra de concordância. Rodrigues (1987) mostrou que no português popular de São Paulo as formas verbais de 1ª pessoa do plural quase não são realizadas, e que na 3ª pessoa do plural “a crescente saliência da oposição singular/plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância”, o que confirma os resultados do trabalho anterior.

Não tenho conhecimento de trabalhos que investiguem outros aspectos da sintaxe do PB falado não-escolarizado, tais como relações sintáticas de recção e de colocação dos constituintes na oração ou mesmo sobre as estruturas textuais desta modalidade.

## 1.2 A variedade escolarizada de PB falado

### 1.2.1 Características fonéticas e fonológicas

A primeira grande discussão sobre a fonética do PB falado culto dizia respeito à fixação da pronúncia padrão. Dois congressos, um realizado em São Paulo por convocação de Mário de Andrade (Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, 1937), e o outro realizado em Salvador (Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro, 1956), declararam que a pronúncia padrão brasileira corresponde à variedade carioca mais corrente, com exceção do *s* implosivo palatizado e de *t* e *d* africados em contexto de vogal palatal. Rodrigues (1968) mostrou que o predomínio do falar carioca nunca foi comprovado, e aconselhou a realização de estudos descritivos das diferentes variedades do PB, destacando que os locutores de rádio e televisão se valem de uma pronúncia não marcada, utilizando-a nos noticiários.

O sistema fonológico do PB culto está bem descrito em Câmara Jr. (1953 e 1969) e Head (1964), para limitar-me a obras mais extensas. Callou (1979) constatou para o Rio de Janeiro uma mudança na pronúncia culta das vibrantes, que se posteriorizaram articulando-se basicamente como uma fricativa velar surda em posição não final de palavra, e como espirada e zero fonético em posição final de palavra. Bisol (1981) estudou a harmonização vocálica, e a entoação tem sido objeto de diversos trabalhos: Cagliari (1980) e Moraes (1984); sobre a sílaba, Abaurre-Gnerre (1979). No momento, os pesquisadores se voltam para uma fonologia do discurso.

A morfologia do PB falado escolarizado foi descrita por Câmara Jr. (1970). Basílio (1980) e Sandmann (1989) trataram da formação das palavras.

A partir dos anos 70, aumenta consideravelmente a quantidade e a qualidade das pesquisas sobre sintaxe do PB. Duas perspectivas teóricas animam o debate no período: uma sintaxe formal, de raiz gerativista (modelo de regência e vinculação) e uma sintaxe funcional, que busca pontos de contacto entre o sistema e o discurso.

As obras abrangentes de Perini (1976), Lemle (1984) e Lobato (1986), as lideranças científicas surgidas no interior dos programas de pós-graduação, e ainda alguns projetos coletivos de pesquisa têm a seu crédito essa floração de estudos, que vem revelando a dinâmica do PB praticado por falantes urbanos semi-escolarizados ou de formação universitária.

Mantive o mesmo esquema de exposição do item anterior, repartindo os assuntos em classes, relações e funções.

### 1.2.1.1 Classes sintáticas

O verbo mereceu vários estudos, ainda que de uma perspectiva mais semântica. Valendo-se dos materiais do Projeto da Norma Urbana Culta, Rangel (1978 e 1984) estudou o infinitivo, Barbosa (1980) comprovou a grande vitalidade do subjuntivo, Bezerra (1980) e Baleeiro (1988) constataram a baixa frequência das formas do futuro do pretérito e do presente, substituídos progressivamente pelo pretérito imperfeito do indicativo e pelo presente do indicativo, respectivamente, ou pela perífrase de *ir* + infinitivo. Castilho (1984) constatou uma correlação entre o presente do indicativo e a baixa informatividade do texto. Com respeito à voz passiva, Moino (1984)

comparou a língua escrita à língua falada, concluindo o seguinte: a vitalidade da passiva é maior na língua escrita, a passiva pronominal é mais freqüente que a perifrástica, e a ausência do agente é quase total, sobretudo na língua falada.

Mas foi a propósito dos pronomes que se desenvolveram as indagações mais intrigantes. Lemle (1978) tinha destacado que no PB há três estratégias de relativização: padrão (“o livro de estória cuja capa é amarela sumiu”), copiadora (“o livro de estória que a capa dele é amarela sumiu”) e cortadora (“o livro de estória que a capa é amarela sumiu”); as duas últimas não padrão. Kato (1981) retomou a questão reconhecendo nesses exemplos três estratégias de relativização, respectivamente: (i) apenas com pronome relativo, correspondendo ao uso padrão, (ii) com pronome pessoal cópia, seguindo uma hierarquia de acessibilidade do SN assim formulada: suj. > OD > OI > obl. > gen. e (iii) com zero, em que o SN é regido por preposição, apagando-se o elemento relativizado e a preposição que o precede. Ela hipotetiza que há uma correlação entre estratégias de relativização e processos anafóricos. Assim, um falante que faça anáfora através de clíticos usará a estratégia (i): “eu descasquei as laranjas e Pedro *as* comeu”, logo “encontrei a revista *cuja* capa estava rasgada”. O falante que anaforiza através de pronome pessoal usará a estratégia (ii): “eu descasquei as laranjas e Pedro comeu *elas*”, logo “encontrei a revista que a capa *dela* estava rasgada”. Finalmente, o falante que anaforiza através da elipse usará a estratégia (iii): “eu descasquei as laranjas e Pedro comeu  $\phi$ ”, logo “encontrei a revista que a capa  $\phi$  estava rasgada”.

Ora, diferentes estudos têm atestado o desaparecimento de certos clíticos no PB falado. Em consequência deve ser extensivo o uso das relativas copiadoras e cortadoras nessa variedade. Tarallo (1983) examinou essa possibilidade no PB falado na cidade de São Paulo, confirmando-o em parte. Ele demonstra que o uso da relativa copiadora é favorecido (i) quando o antecedente da relativa é [+ humano, + singular, + indefinido], (ii) quando o SN relativizado ocupa funções sintáticas na seguinte hierarquia: gen. > OI > obl. > suj. > OD, (iii) em relativas com segmentos encaixados entre o SN e a oração, (iv) quando o falante procede de classes baixas, (v) quando fala informalmente. Quanto à relativa cortadora, ela corresponde às altas taxas de apagamento do pronome em posição oblíqua.

Com respeito aos pronomes retos, Omena (1986) atesta para a primeira pessoa do plural a tendência a substituir *nós* por *a gente*. Ambas as formas ocorrem com freqüência maior na posição de



sujeito, mas a substituição de *nós* é mais acentuada na função de adjunto adverbial. *A gente* e *nós* na função de sujeito figuram com verbo na primeira pessoa do plural (“*nós* rimos muito ontem à noite”, “*a gente* começamos a se entender”, esta última não padrão), ou na terceira pessoa do singular (“*nós* tem uma sinuquinha lá que *nós* fizemos”, não padrão, e “*a gente* não se fala legal”). Assim, a antiga expressão indeterminada penetrou no quadro dos pronomes pessoais, funcionando basicamente como *nós*, mas também como *eu*, quando o falante quer ser menos assertivo, como em “*a gente* desfila no Coroadó de Santa Cruz, né”. De toda forma, o referente indeterminado condiciona mais fortemente a seleção de *a gente*. Mas há uma diferença de caráter discursivo nessa seleção: “nas narrativas, pelo menos quando se consideram as sentenças que são ‘figura’, predominam os traços morfossintáticos e semânticos que selecionam a forma *nós*: tempo passado, aspecto perfectivo e referência determinada”. Se as sentenças representam o “fundo” (atividades, comportamento, costumes, opiniões, argumentos e outras generalizações), é *a gente* que é selecionado (p. 301).

Perini (1985b) estudou os pronomes pessoais e os possessivos. O paradigma dos pronomes pessoais vigente na região central do Brasil omite *tu* e *vós*, e está assim organizado:

P1	P2	P3
eu	você	ele
nós	vocês	eles

Os possessivos têm no PB padrão o seguinte paradigma:

P1	P2	P3
meu	seu	seu
nosso	seu	seu

Esse quadro apresenta um problema de concordância: enquanto *meu* e *seu* concordam com a coisa possuída (“*meu* carro, *minha* casa”), *dele* concorda com o possuidor (“*carro dele*”, “*carro dela*”, “*bicicleta dele*”, “*bicicleta dela*”). E o não surgimento de *de mim*, *de nós*, em lugar de *meu*, *nosso* ilustra o princípio de inércia do sistema, que “resiste à mudança o quanto possível”, ao qual se opõe

o princípio de ambigüidade, que tinha acarretado a substituição de *seu* como possessivo de P3 por *dele*.

A essas observações, Oliveira e Silva (1986) agrega que o possuidor com traço [+ genérico] constitui-se num fator categórico para o uso da forma *seu* como em “Todos vão para seus lugares”, em contraste com um possuidor [+ específico], como em “João vai para o lugar dele”. Ela constatou a rápida substituição de *seu* por *dele*, mais acentuada na língua falada que na língua escrita.

Ilari et alii (1989) procedem a um longo levantamento dos advérbios no português falado, em situação de entrevista, concluindo que essa classe não se esvai nos processos de modificação do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio, como consta de nossas gramáticas. Propõe-se uma reclassificação segundo dois eixos: um eixo semântico, que reconhece duas subclasses: os predicativos, modificadores (qualitativos, intensificadores, modalizadores e aspectualizadores) e os não-predicativos, não-modificadores (de verificação e circunstanciais), e um eixo sintático, que reconhece também duas subclasses: os advérbios de constituinte e os advérbios de sentença.

### 1.2.1.2 A estrutura da oração no PB: funções e relações

Estudos sobre o funcionamento e a estrutura da oração no PB têm sido motivados pelo debate de três interesses teóricos: línguas de tópico, a categoria vazia, formalismo e funcionalismo na sintaxe.

#### a) PB, língua de tópico

Há uma discussão aparentemente iniciada por Li e Thompson (1976), segundo a qual as línguas do mundo integrariam quatro tipos: línguas com proeminência do sujeito, cuja estrutura é de sujeito-predicado; línguas com proeminência do tópico, cuja estrutura é descrita como de tópico-comentário; línguas de tópico e de sujeito, em que há construções diferentes para cada estratégia; línguas sem proeminência de sujeito ou de tópico, em que os dois tipos se mesclaram: apud Pontes (1987, p. 11).

Nas línguas de tópico, o falante fornece primeiramente um quadro de referência, a que se segue o comentário, composto pela estrutura sujeito-predicado, como em “essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira” (ibidem). A estrutura dessas orações é SN [SN v. SN].

Segundo Pontes (1987), o PB é uma língua de tópico e de sujeito, tanto em sua modalidade falada quanto em sua modalidade escrita. Ela mostra que qualquer SN pode ser topicalizado, independentemente de sua função: (i) OI (ou melhor, oblíquo): “Meu cabelo desta vez não gostei nem um pouco”; (ii) OD: “A Belina o Hélio levou para a oficina”; (iii) adj. adn.: “Isso eu tenho uma porção de exemplos”; (iv) complemento nominal: “Isso aí eu tenho dúvida”; (v) adj. adv.: “Qualquer elemento você pode fazer isso” com omissão da prep. *com*; (vi) sujeito: “Essa competência ela é de natureza mental”. E conclui que as construções de tópico são tão freqüentes quanto as de sujeito-predicado, não devendo ser interpretadas como deslocções para a esquerda.

Há uma série de fenômenos correlacionados com as construções de tópico: o pronome cópia, que acompanha o sujeito topicalizado, a posposição do sujeito, a escassez da voz passiva e outros. Vou limitar-me ao problema da colocação do sujeito e dos complementos.

Bittencourt (1980) estuda a posposição do sujeito no PB, de um ângulo gerativo, afirmando que essa colocação é uma regra opcional que ocorre com verbos intransitivos e de ligação, sendo bloqueada quando o verbo é transitivo. Lira (1986) se vale de uma perspectiva variacionista, chegando a resultados parecidos: há menos de 1% de orações v. suj. com verbos transitivos, freqüência que aumenta quando os verbos são intransitivos. E como no PB o sujeito e o objeto podem ser elididos, torna-se difícil interpretar o SN posposto quando o verbo é monoargumental. Duas explicações têm sido propostas: (i) o SN é apresentacional, (ii) o SN é absolutivo (Nascimento, 1984; Tarallo-Kato, 1989). A ordem prevalente na oração seria então governada pela estratégia de predicar, donde suj. v., ou de apresentar, donde v. suj. Lira aponta ainda para outros fatores condicionantes da posição do sujeito: um SN semanticamente indefinido ou sintaticamente composto favorece a posposição. Essa pesquisadora retomou o assunto, acentuando a correlação entre verbos transitivos e ausência de posposição, verbos intransitivos e favorecimento da posposição, e demonstrando que advérbios em posição preverbal ou inicial também favorecem a posposição do sujeito (Lira, 1986). E como fenômenos semelhantes ocorrem no espanhol e no francês falado, Tarallo (1987) propôs a relação “maior número de argumentos oracionais — menor possibilidade de posposição” como um ponto a considerar numa sintaxe românica paramétrica. Resultados semelhantes ocorrem em Castilho (org. 1987), numa análise fundamentada em entrevistas do projeto NURC/SP. Constatou-se inicialmente um

equilíbrio na distribuição dos sujeitos: 25% são elípticos, 38% pronominais e 23% nominais. Quanto aos sujeitos nominais, 60% são antepostos e 40% pospostos. De um modo geral, o falante paulistano pospõe os sujeitos nominais foneticamente “pesados”, sintaticamente estruturados como SN + adjetivo / SP / relativa, semanticamente específicos e não agentivos, informacionalmente não conhecidos, isto é, mencionados pela primeira vez. Também aqui se configurou a supremacia de VS quando o verbo é existencial.

As construções de OD e OI topicalizadas foram estudadas por Braga (1986), que observou quantitativamente o seguinte: (i) os pronomes demonstrativos têm maiores probabilidades de ocorrerem como complemento topicalizado; (ii) esse constituinte “envolve preferencialmente entidades inferíveis e evocadas e apenas secundariamente entidades novas”; (iii) as construções de tópico têm um papel coesivo, pois implicam a retomada de um item anteriormente mencionado. Quanto ao sujeito topicalizado, ela identificou uma correlação entre sujeito de dez ou mais sílabas e a ocorrência de elementos interferentes entre o SN sujeito e seu predicado, como o pronome cópia (“a Ângela da matemática, ela é muito ruim”), oração (“porque o cara, quando ganha muito dinheiro, ele fica meio bobo”) etc. A frequência em que ocorre o pronome cópia, co-referencial, foi explicada como um meio auxiliar do processamento da informação, visto que ele funciona como um lembrete do sujeito. Os seguintes fatores favorecem a ocorrência de um pronome cópia quando o sujeito é topicalizado: traço [+ animado] e estatuto informacional novo do referente do SN sujeito.

#### b) PB e categoria vazia

Outro debate teórico que provocou uma série de pesquisas sobre o PB é a questão da categoria vazia. Algumas dessas pesquisas têm caracterizado o PB nos quadros de uma variação linguística intersistêmica, situando-o entre as línguas “pro-drop”.

Wheeler (1977) compara o PB ao PP e ambos ao espanhol para demonstrar a gramaticalidade de orações do PB com OD vazio. Ela propõe que se considere esse OD como um pronome, visto que os pronomes são sujeitos a condições pragmáticas de recuperabilidade, e é claro que tais ODs podem ser recuperados seja na oração, seja no discurso. Galves (1984) afirma igualmente que o parâmetro “pro-drop” distingue o PB do PP, pois enquanto naquele se omite com mais frequência o OD, neste omite-se com mais frequência o sujeito. Posteriormente, ela agregou novos argumentos para uma interpretação gerativista dessa questão (Galves, 1988).

No quadro das análises empíricas, Tarallo (1986) constata as seguintes porcentagens de apagamento: suj. 34,4%, OD 81,8%, OI 59,2%, objeto de preposição 63,9% e genitivo 20,7%, o que aponta para uma hierarquia que confirma a hipótese de Galves (1984): OD > objeto de prep. > OI > suj. > gen. Não disponho de análises do PP para verificar se aí a hierarquia seria encabeçada pelo sujeito. Uma análise anterior, concentrada na observação do pronome pessoal de terceira pessoa em função acusativa, baseada na observação de falantes não-escolarizados, apurou 76% de elisões do OD e identificou os seguintes fatores: (i) cancela-se o pronome que exerce apenas uma função (“lava ela muito bem lavadinha, refoga  $\phi$  na gordura”) mas retém-se o pronome de dupla função (“num deixava *ela* me ensiná não”); (ii) cancela-se o pronome cujo antecedente não aparece formalmente no contexto (“eu não vi [a notícia] no jornal... não vi  $\phi$ ... saiu no jornal... eu não vi  $\phi$ ”); (iii) cancela-se o pronome cujo antecedente é inanimado (Omena, 1978). Duarte (1989) confirma esses resultados exibindo os seguintes valores: 63,6% de OD nulo, 14,6% de SNs e apenas 4% de OD clíticos, concentrados entre os mais velhos e totalmente ausentes da fala dos jovens.

Galves (1987) oferece uma espécie de visão panorâmica das categorias retidas ou elididas no PB, em contraste com o PP: (i) no PB o pronome *ele* pode figurar na relativa copiadora, como em “tinha uma empregada que ela respondia no telefone”, construção inexistente em Portugal, em que figura aí uma categoria vazia: “tinha uma empregada que respondia”; (ii) no PP contemporâneo, *ele* figura apenas como sujeito; no PB, além de sujeito esse pronome pode figurar como OD; (iii) no PB, *ele* pode ocorrer como pronome cópia, após o sujeito — outra construção inexistente no PP; (iv) omite-se o pronome *se* no PB (“nos nossos dias não usa mais saia”, “essa camisa lava facilmente”) e retém-se nas orações infinitivas para expressar a indeterminação (“é impossível se achar lugar aqui”); no PP a situação é inteiramente inversa; (v) o sujeito nulo é interpretado no PB como um indeterminado (isto é, “usa saia” = “alguém usa saia”); no PP o sujeito nulo tem uma interpretação determinada; (vi) no PB processam-se o suj. e o OD nulos tomando o tópico como antecedente, e isto acarretou o desaparecimento progressivo dos clíticos nessa variedade; como o PP não é uma língua de tópico, mantêm-se os clíticos.

### c) Formalismo e funcionalismo na sintaxe do PB

O embate desses dois modelos nos estudos do PB mereceu um criterioso detalhamento em Scherre (1988). Ilari (1992) examina a oração portuguesa do ângulo da articulação tema e rema sob cuja luz estuda fenômenos tais como a negação, as orações cindidas, a interpretação dos tempos verbais, o alcance dos quantificadores. Tarallo et alii (1989) descrevem a estrutura sintagmática da oração, partindo de um quadro teórico sugerido por Stowell (1981) e retomado por Kato (1987). Distinguindo as línguas de adjacência estrita das línguas em que há ruptura da adjacência, mostra que no PB falado em situação de entrevista há 76,4% de orações com sintaxe não interrompida, para 23,6% de orações com sintaxe interrompida. Os principais pontos de ruptura ocorrem entre o sujeito e o predicado, e, depois, entre este e o objeto. A adjacência é rompida por orações, advérbios, sintagmas nominais e preposicionais, marcadores conversacionais. Esse trabalho demonstra que nessa variedade do PB, apesar da aparente desordem sintática, os padrões são mais conservados do que se esperava.

#### 1.2.1.3 Abordagens do texto no PB falado

As principais contribuições ao estudo do texto no PB falado procedem da Análise da Conversação (AC) e da Linguística do Texto (LT).

Ainda que voltada mais para a análise da interação, a AC acaba por fornecer importantes pistas sobre a constituição do texto falado, ao examinar a organização dos turnos e dos pares adjacentes, o sistema de correção e seu efeito alimentador da interação, e os marcadores conversacionais (Marcuschi, 1986 e 1987; Preti, 1988; Urbano, 1987; Oliveira e Silva e Macedo, 1987; Silva, Rosa e Galembeck, 1989).

A LT dá seus primeiros passos no país. Os primeiros estudos retratam os rumos dessa disciplina (como Marcuschi, 1986 e Fávero-Koch, 1983), e examinam como se dá o fluxo da informação e como se organizam as unidades discursivas (Koch et alii, 1989 e Castilho, 1987). Scherre (1988) discute os princípios discursivos que têm orientado os estudos da sintaxe.

## 2 O PB escrito

Para facilitar a exposição, vou considerar duas modalidades de PB escrito: o PB escrito corrente, modalidade de interesse veicular, e o PB escrito literário, modalidade de alcance estético.

As gramáticas editadas no Brasil nos últimos anos fundamentam-se na modalidade literária do PB escrito. A publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959 divide essas gramáticas em dois momentos.

As gramáticas anteriores à NGB recalcam as diferenças entre o PB e o PP, servindo aos consulentes fartas doses de autores clássicos portugueses e brasileiros, limitados ao século XIX. As gramáticas posteriores à NGB passaram a escolher um número maior de autores brasileiros modernistas, mas continuaram limitadas a esse recorte de língua. Pinto (1986) desdobra o PB escrito em língua literária, língua veicular e língua comprometida, propondo um interessante modelo para dar conta dos diferentes problemas envolvidos por esta questão.

## 2.1 PB escrito corrente

O grande prestígio da língua literária retardou o reconhecimento da importância da língua escrita corrente, de interesse informativo e argumentativo (jornalismo, oratória política, correspondência, comunicação de massa, relatórios, textos científicos). Isso prejudicou uma avaliação mais equilibrada de ambas as modalidades, a ponto de as gramáticas considerarem que apenas a língua literária pode legitimar a norma gramatical, como já se disse.

Não será exagero reconhecer que foram os lingüistas e os educadores que puseram as idéias no lugar. Câmara Jr. (1961) mostrou as especificidades de cada uma dessas variedades, e Garcia (1967) descreve a prosa moderna. No final dessa década e no começo da seguinte, muitas vezes se juntaram para frisar a importância da comunicação de massa (e da modalidade lingüística que ela seleciona) numa sociedade democrática. A Análise do Discurso, preocupada fundamentalmente com a articulação ideológica do texto, teve como efeito secundário a valorização do PB escrito corrente (Osakabe, 1975 e org., 1979; e Orlandi, org., 1981). Finalmente, diversos debates sobre a renovação da gramática condenaram a língua literária como fonte exclusiva da descrição e da normatividade gramaticais: (Perini, 1985a; Ilari, 1985; Luft, 1985 e Bechara, 1985). Restitui-se assim a língua literária à sua verdadeira dimensão, de manifestação artística, mais elaborada, cercada de ambições de permanência e de universalidade que ultrapassam os limites mais práticos da língua escrita corrente.

## 2.2 PB escrito literário

O destinatário exerceu sempre uma enorme influência na constituição de nossa língua literária.

Durante o período colonial, nossos escritores produziram suas obras de olhos postos em Portugal. Não havia ensino público no país, o analfabetismo era extensivo, e curso superior só daria seus primeiros passos no começo do século XIX. As elites iam buscar sua formação em Lisboa e em Coimbra, e sua linguagem espelhava o padrão escrito dessas cidades.

Com o Romantismo, desenvolve-se um sentimento nacionalista de auto-afirmação e antilusitanismo. Levanta-se forte oposição ao estilo literário vigente no Brasil-Colônia, em que se via subserviência à metrópole e uma humilhante imitação de seus escritores. Alençar agita a questão da língua brasileira, que conheceu muitas variantes, detalhadas em Pinto (1978, p. lii).

Mas a reação não tardou, como demonstra Lima Sobrinho (1958). Os movimentos literários subseqüentes, o Parnasianismo e o Simbolismo, mostraram-se francamente conservadores. Em 1897 funda-se a Academia Brasileira de Letras, que deveria zelar pela "pureza" do idioma e reagir contra os fatores da diversificação. Escritores como Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Carlos de Laet, Silva Ramos, Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Coelho Neto cultivam uma língua literária bastante classicizante, em desacordo com nossa realidade lingüística. Ativa-se a publicação dos clássicos portugueses (são dessa época as iniciativas editoriais de Solidônio Leite com seu *Clássicos esquecidos*, e Laudelino Freire com a *Estante clássica*) e zelosos gramáticos buscam no uso literário clássico as fontes das normas gramaticais. Mas é no Maranhão que se exacerba essa tendência, com seus escritores lusitanizantes, vinculados a uma tradição que vinha de João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis e Odorico Mendes.

O Modernismo devolve o pêndulo ao pólo do nacionalismo. Os modernistas começam por combater a geração de 1900, que voltara as costas ao Brasil, nesta matéria. Eles deram duas importantes contribuições ao desenvolvimento do PB escrito literário: (i) diminuíram a distância entre a língua escrita e a língua falada, retratando a fala das personagens e incorporando regionalismos. Retomam, com isto, uma prática que vinha desde o Romantismo, como demonstra Preti (1974), em seu estudo sobre o grau de fidelidade dos escritores na recolha da linguagem e sua interferência na fala



da personagem. É preciso aqui confrontar duas experiências literárias distintas. Mário de Andrade recolheu elementos das variedades escolarizada e não-escolarizada, acrescentando a isso regionalismos oriundos de todos os quadrantes do país, com fortes doses do dialeto caipira. Já Guimarães Rosa fez da linguagem dos vaqueiros das Gerais um ponto de partida, de onde se encaminhou para uma mistura criativa de latinismos, arcaísmos e indianismos. Aprofundando seus experimentos, apela frequentemente para a consciência etimológica do leitor, acentuando tendências de mudança latentes na linguagem do povo. (ii) Os modernistas alçaram à importância de estilo nacional o que era antes considerado erro, ignorância de brasileiros. Lessa (1966) procedeu a um minucioso levantamento das freqüentes construções sintáticas dos escritores modernistas, as quais seriam facilmente consideradas pelos parnasianos e simbolistas como "usos não autorizados pelos clássicos". O projeto estético dos modernistas significou o reconhecimento da ruptura na língua literária dos dois países, um fenômeno que começa agora a ser estudado na gramática do PB falado, como demonstrei anteriormente.

De novo não se pode julgar que o PB escrito literário pós-1922 é feito somente de rupturas, pois ao lado desse impulso inovador registram-se alguns casos de escritores mais dados ao estilo tradicional, como Ciro dos Anjos, donde o conflito entre o canônico e o popular que assinala as nossas experiências literárias, segundo Houaiss (1948).

No Pós-Modernismo brasileiro, a continuidade do coloquialismo e a irrupção do jornal no romance assinalam as novas pesquisas de uma forma nova de narrativa, diminuindo as distâncias entre a língua escrita corrente e a literária. Novas pesquisas sobre a língua literária como um fenômeno lingüístico (como as decomposições e recomposições do texto para a identificação de propriedades retóricas e estilísticas de Salum, 1971 e 1972) poderão deitar novas luzes ao estudo do PB escrito literário.

### III PB E SOCIEDADE NACIONAL

As discussões sobre PB e sociedade nacional exemplificam os embates entre o pensamento radical e o pensamento conservador que tanto assinalam a Cultura Brasileira.

Desde logo, uma visão oficialista do "mundo que o português criou" tentou apagar as diferenças entre o PB e o PP (com a teoria da unidade na variabilidade) e buscou simplificar o panorama lingüístico brasileiro, descrevendo-o como um país praticamente unilingüe (Elia, 1979).

A pesquisa universitária mais recente tem contribuído para tornar mais claras as relações entre língua e sociedade, desenvolvendo temas tais como a identificação da norma culta do PB, o choque rural  $\times$  urbano, a sobrevivência de falares crioulos, situações de bilingüismo no território nacional, o português fronteiriço.

### **1 Identificação da norma culta do PB**

A identificação da norma culta do PB tem sido obscurecida por uma série de incompreensões do que seja a norma e pelo conhecimento ainda incompleto de nossa realidade lingüística.

A norma culta é o conjunto de usos e atitudes da classe social de prestígio, sobre que se assentam as "regras do uso bom" que devem ser passadas pela escola. Deve-se distinguir, em consequência, a norma objetiva, a norma subjetiva e a norma prescritiva.

A norma objetiva, explícita ou padrão real é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, identificável hoje no Brasil com a chamada classe culta, escolarizada, e desempenhando na sociedade funções suscetíveis de difundir hábitos lingüísticos. O dialeto social praticado por essa classe de contornos antes culturais que econômicos nada tem em si de "melhor" em relação aos outros dialetos. Seu prestígio decorre da importância social de seus usuários nos quadros da sociedade amplamente considerada.

Norma subjetiva, implícita ou padrão ideal é a atitude que o falante assume perante a norma objetiva, fato que pode ser avaliado por testes especiais. Essa atitude corresponde ao que a comunidade lingüística "espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações" (Rodrigues, 1968, p. 43).

A norma prescritiva decorre da combinação da norma objetiva com a subjetiva. Merecem ser veiculados pela escola os usos lingüísticos de uma classe prestigiosa, considerados mais adequados a cada situação, por identificarem-se com o ideal de perfeição lingüística perseguido pelas comunidades. Assim, (i) a autoridade da norma

prescritiva decorre das próprias regras sociais, e (ii) a norma prescritiva está sujeita ao fenômeno da variabilidade, havendo portanto uma norma escrita e uma norma falada, uma norma tensa e uma norma distensa, e, no caso do Brasil, distintas normas regionais.

Ora, até há bem pouco tempo, concebia-se a norma de maneira unitarista, de que resultaram vários preconceitos: a norma prescritiva do PB identifica-se com determinada variedade geográfica (elegendo-se ora a do Rio de Janeiro, ora a de São Paulo), restringe-se à língua escrita e tem suas raízes no passado (nos chamados "períodos áureos" da literatura). Pode ser que esses preconceitos tenham decorrido de uma visão européia do fenômeno. Fatores históricos próprios àquele continente e estranhos ao desenvolvimento de nossa cultura fizeram com que a implantação dos Estados nacionais fosse acompanhada de severas medidas de controle lingüístico, dada a enorme diversidade dialetal existente. Essa norma, baixada por atos governamentais, é bastante uniforme, identifica-se com a variedade de uma região (o francês de Paris, o espanhol de Castela, o italiano da Toscana) e se mostra muito afastada da chamada "fala popular". No Brasil, é mais adequado reconhecer que não há muita distância entre a fala culta e a fala não-escolarizada.

Parece, então, ser de interesse discutir se vivemos uma situação de diglossia.

Pessoas da mesma classe selecionam diferentes claves lingüísticas em função do momento particular que estão vivendo, segundo, por exemplo, estejam conversando com um juiz de direito, ou com seus colegas de trabalho. Essas claves apresentam diferenças fonológicas, gramaticais e léxicas e estão distribuídas complementarmente, isto é, quando ocorre a variedade A, "mais alta", não pode ocorrer a variedade B, "mais baixa". Segundo Froehlich (1975) parece haver uma situação de diglossia no PB, pois ninguém usará normalmente a variedade A como meio de comunicação normal; se o fizer, será "considerado pedante ou desleal à comunidade lingüística em questão". Além disso, "não há nenhum falante nativo da variedade A", cujo domínio exige muitos anos de estudo e de leitura. E a transformação da situação de diglossia para uma situação de língua padrão, prevista no modelo de que ele se serviu, demorará muito a ocorrer no Brasil.

Mas se admitirmos que há no Brasil uma língua padrão, será então necessário postular um policentrismo cultural, hipótese formulada pela primeira vez por Nelson Rossi, para quem "a cidade do

Rio de Janeiro, apesar de sua excepcional significação como aglomerado urbano e como centro de irradiação de padrões culturais, não daria por si só a imagem do português do Brasil” (Rossi, 1968b, p. 49). Tomada em seu conjunto, a norma culta do PB representa outra norma, paritária em relação à norma do PP (Cunha, 1981).

De todo modo, projetos coletivos de pesquisa principiaados nos anos 70 objetivam sanar nossa falta de conhecimentos a esse respeito; menciono, particularmente, o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Castilho, 1988).

## 2 O choque rural × urbano

No começo deste século, 8% da população vivia nas cidades. Nos anos 50 essa percentagem passou dos 36%, e em 1980 o censo indicava um novo salto na população urbana, que atingiu a marca dos 67,6%, numa migração de camponeses para as cidades que está longe de esgotar-se.

São inúmeros os problemas lingüísticos suscitados por esse movimento migratório, que começou a ser estudado em bases modernas por Bortoni-Ricardo (1985), no quadro da Sociolingüística Interacionista. Partindo da observação das “redes sociais” constituídas nas complexas sociedades urbanas, essa pesquisadora escolheu Braslândia, cidade satélite de Brasília, para indagar sobre (i) “a manutenção ou o deslocamento de línguas ou dialetos em comunidades tradicionais que começaram a sofrer influência modernizadora”, e (ii) “a preservação de dialetos não-padrão de grupos territorialmente definidos em áreas metropolitanas” (Bortoni, 1989). Ela identificou um alto índice de urbanização entre os homens, e conseqüente começo de assimilação do padrão lingüístico, enquanto entre as mulheres há maior preservação dos traços lingüísticos vernáculos (semivocalização da palatal /λ/, redução do ditongo crescente em final de palavra paroxítona, concordância verbal).

Adant (1989) estudou a preservação do tratamento das vogais pretônicas e das consoantes dentais em alagoanos transferidos para Brasília; ela descobriu que há um rebaixamento das vogais pretônicas /e/ e /o/ por ser este um traço urbano de mais prestígio, o que mostra que esses migrantes estão alterando seus hábitos lingüísticos. Em outras propriedades desse dialeto, registrou-se uma tendência à manutenção, mais forte em pessoas de mais de quarenta anos,

que, depois de migrarem para a capital, permanecem integradas a uma rede social restrita.

### **3 A sobrevivência de falares crioulos, situações de bilingüismo e o português fronteiriço**

São relativamente extensos os estudos sobre os crioulos portugueses na Ásia, na Oceania, na África e na América (Cunha, 1984; Tarallo e Alkmin, 1987). Já sobre os crioulos do Brasil escasseiam esses estudos. Alude-se a um crioulo de Helvécia (em Caravelas, Bahia). Fry-Vogt-Gnerre (1981) estudaram a comunidade de Cafundó, localidade pertencente ao município de Salto de Pirapora, São Paulo. Essa comunidade, integrada por ex-escravos, fala o português caipira da região, usando ainda um léxico de origem banto, como forma de preservação de sua identidade, enquanto camponeses pobres e pretos.

Problemas de bilingüismo e de aculturação de indígenas e europeus e asiáticos foram estudados por Philipson (1953), sobre o ensino do guarani, Vandresen (1969), sobre os alemães, Bonatti (1968), sobre os italianos, Kato-Barbara (1979) e Nawa (1989), sobre os japoneses, e Bisol (1988), sobre as vogais de quatro subsistemas do PB falado no Rio Grande do Sul.

Com seu trabalho sobre a fronteira lingüística brasileiro-uruguaia, Rona (1963) inaugurou os estudos sobre os contactos lingüísticos entre o PB e o espanhol nessa área. Ele destaca uma peculiaridade local: a inexistência de limites nítidos separando a área espanhola da área portuguesa, bem como de um dialeto de mescla das duas línguas. Explica o fenômeno pelas formas de povoamento do território, inicialmente pelos espanhóis, incluindo o Rio Grande do Sul, e depois por portugueses, a partir do século XVIII. Com a independência do Brasil, o Uruguai é transformado numa província do Império Brasileiro. Vencida essa fase, e ainda hoje, são intensos os intercâmbios nos dois sentidos, motivados pelas difíceis comunicações dos uruguaios do norte com Montevidéu, e de brasileiros do extremo sul com Porto Alegre. Isto criou uma penetração muito forte do português sobre a área espanhola, fato que se repete na fronteira com a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, invertendo-se a situação na fronteira com o Peru. Rona procedeu a um levantamento fonético, léxico e de algumas questões gramaticais, que lhe permitiram reconhecer quatro zonas no falar fronteira-

ço: uma zona de “português virtualmente puro”, uma de fronteira português, uma de fronteira castelhano, e uma quarta, de portuguesismos isolados.

Esse tema foi retomado por Hensey (1967) e Elizaincin (1979), daí resultando análises comparativas dos sistemas fonológicos, para ressaltar as alterações processadas por um bilingüe cujo sistema primário é o português: execução palatal da velar aspirada espanhola, desafricação de [tsi], posteriorização de /r/, desfonologização das médias aberta e fechada /e/ = /ɛ/, /o/ = /ɔ/ etc. Mas é em Elizaincin-Behares-Barrios (1987) que aparece uma descrição bem detalhada dos “dialetos portugueses do Uruguai” incluindo aspectos morfológicos e sintáticos. O sugestivo título desse livro, *Nós falemo brasileiro*, evidencia a forte penetração do português no norte do Uruguai, constatando-se: (i) no SN, a utilização do artigo português: “*us* (por *los*) *terneru pa as* (por *las*) *casa*”, mesmo contraído com as preposições: “*depois bota no* (por *en el*) *fogo*”, “*sofria dos* (por *de los*) *pulmone*”, “*quando vin pru* (por *para el*) *barrio*”; (ii) no SV diversas alterações na morfologia verbal; (iii) na oração, preferência por marcar o objeto indireto com *para*, mesmo quando pronominal (“*María cocinou una sopa para él*”, por “*María le cocinó una sopa*”); em outras situações, há uma tendência generalizada à omissão das palavras gramaticais, mesmo as preposições (“*nací φ Itaquí*”, “*vo φ Montevideo*”, “*eu vo pra casa φ mia ermã casada*”), as conjunções (“*dise φ compró us ovo*”), o pronome relativo (“*eso φ u senhor ve ali*”).

## Conclusão

O português ocupa hoje o quinto lugar entre as línguas mais faladas no mundo. Só no Brasil, são mais de 130 milhões de indivíduos, os quais integram uma vasta comunidade, sujeita a um intenso processo de mudança. De que modo o dinamismo da nação brasileira afetará sua língua majoritária?

A expectativa mais razoável é a de uma aceleração das tendências inovadoras relacionadas no item I, 3 deste texto, sobretudo se levarmos em conta o rápido processo de urbanização dos brasileiros e a perda progressiva de seu perfil rural-conservador.

Mas o PP prossegue, igualmente, em seu processo de mudanças, e é muito provável que se tenham constituído duas derivas emparelhadas.

As pesquisas sobre a deriva do PB apontam para um rearranjo dos sistemas fonológico e gramatical. Neste particular, os estudos têm documentado alterações no sistema pronominal (desaparecimento progressivo dos clíticos, utilização de *ele* como acusativo, aplicação distinta das regras de relativização) e na organização da estrutura oracional (aplicação distinta das regras de preenchimento e ordenação dos lugares oracionais).

Somente a realização de estudos simultâneos sobre as duas modalidades, fundamentados em princípios teóricos e metodológicos compatíveis, poderá constatar até que ponto as duas variedades se afastaram, ou se é verdade que ambas ainda integram uma grande unidade que não exclui a variedade.

# Referências bibliográficas

---

## 1. Bibliografia geral

- AGARD, Frederick B. 1974. *A course in romance linguistics*. Georgetown, Georgetown University Press. 2 v.
- BALDINGER. 1963. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid, Gredos.
- BATTISTI. 1949. *Avviamento allo studio del latino volgare*. Bari, Leonardo da Vinci.
- BOURCIEZ. 1946. *Éléments de linguistique romane*. Paris, Klincksieck.
- BOYD-BOWMAN. 1954. *From latin to romance in sound charts*. Georgetown, Georgetown University Press.
- CASTELHO, A. T. 1962. Recensão de Luciana Stegagno Picchio, "La questione della lingua in Portogallo". In: BARROS, João de. *Diálogo em louvor de nossa linguagem*. Modena, Soc. Tipográfica Editrice Modenese, 1961. Publicada em *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 1962.
- CHAVES DE MELO, G. s.d. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- COUTINHO. 1973. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro, Acadêmica.



- DAUZAT, A. 1927. *Les patois, évolution, classification*. Paris, Delagrave.
- DIAZ Y DIAZ. 1962. *Antología del latín vulgar*. Madrid, Gredos.
- ELCOCK. 1960. *The romance languages*. London, Faber & Faber.
- ELIA, SÍLVIO. 1979. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- ENTWISTLE. 1936. *The Spanish language*. London, Faber & Faber.
- GRANDGENT. 1952. *Introducción al latín vulgar*. Madrid, RFE.
- HALL JR. 1974. *External history of the romance languages*. New York, Elsevier.
- . 1976. *Proto-romance phonology*. New York, Elsevier.
- JORDAN. 1973. *Introdução à lingüística românica*. Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- JORDAN-MANOILIU. 1972. *Manual de lingüística románica*. Madrid, Gredos.
- LAPESA. 1980. *Historia de la lengua española*. Madrid, Gredos.
- LAURAND & LAURAS. 1937. *Manuel des études grecques et latines*. Paris, Picard.
- LAUSBERG. 1974. *Lingüística românica*. Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- LUDTKE. 1974. *Historia del léxico románico*. Madrid, Gredos. (Biblioteca Románica.)
- MAGNO, L. M. dos Santos. 1961. Áreas lexicais em Portugal e na Itália. *Revista de Filologia Portuguesa* (Coimbra).
- MEIER. 1974. *Ensaio de filologia românica*. Rio de Janeiro, Grifo.
- MAURER JR. 1962. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- . 1951. *A unidade da România Ocidental*. São Paulo, Boletim da Cadeira de Filologia Românica da FFCL-USP.
- . 1959. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- MEYER-LÜBKE. 1916. *Introdução à glotologia românica*. Lisboa, Clássica.
- MIAZZI, M.-L. 1976. *Introdução à lingüística românica; histórico e método*. São Paulo, Cultrix.
- MIGLIORINI. 1961. *Storia della lingua italiana*. Firenze, Sansoni.
- MONTEVERDI. 1952. *Manuale di avviamento agli studi romanzi*. Milão, Vallardi.

- OPERTI-ALASIA. s.d. *Storia Antica*. Firenze, Le Monnier.
- RINZI. 1976. *Introducción a la filología románica*. Madrid, Gredos.
- SAVI-LOPEZ. 1972. *Orígenes neolatinos*. Barcelona, Labor.
- SHRADER, F. 1907. *Atlas de Géographie Historique*. Paris, Hachette.
- SILVA NETO, S. 1952. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- . 1956. *Fontes do latim vulgar; o Appendix Probi*. 3. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- . 1957. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico. Reed. 1977.
- TAGLIAVINI. 1959. *Le origini delle lingue neolatine*; introduzione alla filologia romanza. Bologna, Patron.
- ULTMANN. 1962. *Semantics*; an introduction to the science of meaning. Oxford, Basil Blackwell.
- VASCONCELOS, L. de. 1901. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris, Aillaud & Cie.
- VIDOS. 1968. *Manual de lingüística románica*. Madrid, Gredos.
- WARTBURG. 1941. *Les origines des peuples romains*. Paris, Presses Universitaires de France.
- . 1946. *Évolution et structure de la langue française*. Berna, Francke.
- . 1952. *La fragmentación lingüística de la România*. Madrid, Gredos.
- ZAMORA-VICINI. 1960. *Dialectología española*. Madrid, Gredos.

## 2. Complementação bibliográfica\*

### Primeira parte: História e métodos

	Diez, os primeiros comparatistas e os neogramáticos. (1.1 e 1.2)	O método comparativo (1.3)	Gilliéron e os atlas (2.1 e 2.3)	<i>Wörter und Sachen</i> (2.2)
BOYD-BOWMAN		obra esp.		
ELIA	4-25	4-25	4-25	4-25
JORDAN 1973	28-114	28-114	197-362	24-114
MAURER JR. 1962		35-52		
SAVJ-LOPEZ		132-137		
TAGLIAVINI	1-56	1-56	1-56	1-56
VIDOS	6-35	6-35	36-157	36-157

Os quadros que seguem visam a orientar o leitor na pesquisa bibliográfica dos principais temas tratados neste livro. Os números entre parênteses identificam assuntos e capítulos deste livro; os nomes próprios e as datas remetem a livros citados na "Bibliografia geral", cuja leitura recomendamos. Na casa que corresponde simultaneamente ao assunto e à obra recomendada para leitura, indicam-se as páginas que dizem respeito ao assunto. "Obra esp." significa que o livro recomendado é específico sobre o assunto.

## Segunda parte: A romanização

	Expansão territorial e perdas (3.1 e 3.2)	Romanização (3.3)	O termo <i>Romania</i> (3.4)	A România atual (3.5)
EIJA	60-88 passim	60-88 passim		
LAURAND & LAURAS		tomo 2 obra esp.		
SAVJ-LOPEZ			16-19	19-43
TAGLIAVINI	119-162	119-162	119-130	119-162
VIDOS		171-176	165-170	

## Terceira parte: O latim vulgar

	Sociolinguística (4)	Fontes (5)	Fonética (6)	Morfologia (7)	Sintaxe (8)	Léxico (9)
BOURCHIZ	30-32					
DIAZ Y DIAZ		obra esp.				
EI COCK			39-154	55-169	55-169	
EIJA	21-46	156-195	196-237	238-243		
ENTWISHE			46-81 passim	46-81 passim	46-81 passim	
GRANDGENT		apêndice				
HALL JR. 1976			obra esp.			
HALL JR. 1974	57-79					
JORDAN-MANOIU	11-36					
LAPISA			55-109 passim	55-109 passim	55-109 passim	
LAUSBERG			57-244	245-444		
LUDTKE						35-86
MAURER JR. 1962	obra esp.	15-3				
MAURER JR. 1959			9-76	77-168	169-230	
SAVJ-LOPEZ	133 et seqs.	138-143				
SILVA NETO 1956	obra esp.					
SILVA NETO 1957		obra esp.				
TAGLIAVINI	163-166	166-173	189-202	202-214	186-189	
ULLMANN						218-266
VIDOS	176-200	176 et seqs.				

**Quarta parte: A formação das línguas românicas**

**(1) O processo de fragmentação lingüística da România**

	Substratos (10.3)	Superstratos (10.4)	Adstratos e influência cultas (10.5)	Fragmentação România Oriental e Occidental (11.1 e 11.2)
AGARD (v. 2)				obra esp.
BAIDINGER	obra esp.	obra esp.		
BOURCIEZ	25-30			
EI COCK	170-211	212-299		
EIIA	89-104	105-120		
ENTWISTLE	14-45			
HALL 1974	47-56	81-100	133-170	
JORDAN-MANOIU				37-74
LAPESA	15-54	113-158		
LUDIKE		65-86		
MAURER JR. 1951			obra esp.	obra esp.
MÉYER-LUBKI		37-40	60-71	
SAVJ-LOPEZ	53-115 168-242	270-313		
TAGLIAVINI	57-118	217-292	217-292	
VIDOS	201-240	201-240		
WARTBURG 1941	obra esp.			
WARTBURG 1946	13-28	77-192		obra esp.

**(2) Os domínios dialetais na România**

	Iberia (12.1)	Gália (12.2)	Italia (12.3)	Dacia (12.4)
BAIDINGER	obra esp.			
BOURCIEZ	394-398	285-289	477-480	546-548
COUTINHO	58-64			
DALZAI		obra esp.		
EIIA	121-155 passim	121-155 passim	121-155 passim	121-155 passim
ENTWISTLE	obra esp.			
LAPESA	462-597			
TAGLIAVINI	373-384	357-373	316-356	293-315
VASCONCELOS	obra esp.			
VIDOS	299-325	299-325	299-325	299-325
ZAMORA-VICENTE	obra esp.			

## (3) As línguas nacionais românicas

	Acesso a escrita e primeiros documentos (13.1 e 13.2)	Critérios para língua nacional (14.1)	Eormação das línguas nacionais (14.2)	Consolidação das línguas nacionais (14.3)
COLTINHO	65-80		46-57	
EI COCK	334-488		334-488	
ELIA			121-137	
ENIWSHIE			106-228 82-105 278-313	
HALL 1974	100-132		100-132	133-245
LAPESA			obra esp.	obra esp.
LUSBERG			27-43	
MEHR			5-34	
MIGLIORINI			obra esp.	obra esp.
MONI VERDI	77-120	77-120	77-120	
SILVA NETO 1952			obra esp.	obra esp.
TAGLIAVINI	405-498			
VIDOS		350-383	325-339	
WARTBURG 1946			obra esp.	obra esp.

## (4) As línguas românicas fora da Europa

	(14)
ENIWSHIE	229-277 313-329
JORDAN-MANOILU	109-118
LAPESA	535-599

### 3. Bibliografia do Apêndice

- ABAURRE-GNERRE, M. B. 1979. *Phonostylistic aspects of a brazilian portuguese dialect*. Buffalo, SUNY. PhD Thesis.
- ADANI, J. A. 1989. Difusão dialetal: o caso dos alagoanos em Brasília. In: TARALHO, org. 1989.
- AMARAL, Amadeu. 1920. *O dialeto caipira, gramática, vocabulário*. 3. ed. São Paulo, Hucitec-Secretaria da Cultura, 1976.
- ARAGÃO, M. S. S. 1988. *Bibliografia dialetal brasileira*. João Pessoa, UFPb.
- et alii. 1980-1984. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. João Pessoa, UFPb/CNPq. 2 v.
- BALEIRO, M. I. 1988. *O futuro do presente no português culto de S. Paulo*. Campinas, Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- BARBOSA, N. M. 1980. *O subjuntivo no português culto de São Paulo*. Moji da Cruzes, UMC. Dissertação de Mestrado.
- BARROS, João de. 1540. *Gramática da língua portuguesa*. Ed. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Publicações da Fac. de Letras da Universidade de Lisboa.
- BASILIO, M. 1980. *Estudos lexicais do português*. Petrópolis, Vozes.
- BECHARA, E. 1985. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo, Ática.
- BIZERRA, A. M. C. 1980. *A forma em -ria no português culto de S. Paulo*. Moji das Cruzes, UMC. Dissertação de Mestrado.
- BISOL, L. 1981. *Harmonização vocálica, uma regra variável*. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado.

- . 1988. A vogal pretônica e a diversidade "dialetal". *Ilha do Desterro*, 20: 9-18.
- BILHENCOURT, V. 1980. Considerações sobre as condições sintáticas de posposição do sujeito em português. *Ensaio de Linguística*, 3: 72-86.
- BONATI. 1968. *Aculturação lingüística*. Lorena, Faculdade Salesiana de Filosofia.
- BORBA, F. S. 1989. *Dicionário gramatical de verbos do português*. São Paulo, Edunesp.
- BORTONI, S. M. 1989. A imigração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística. In: TARALLO, org. 1989.
- BORTONI-RICARDO, S. M. 1985. *The urbanization of rural dialect speakers*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRAGA, M. L. 1977. *A concordância de número no sintagma verbal no Triângulo Mineiro*. Rio de Janeiro, PUC. Dissertação de Mestrado.
- . 1986. Construções de tópico de discurso. In: NARO, org. 1986. p. 393-446. Versão preliminar em *Boletim da Abralin*, 6: 147-85, 1984.
- CAGLIARI, L.-C. 1980. A entoação do português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, 3: 308-29.
- CAILLOU, D. I. 1979. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- CÂMARA JR., J. M. 1953. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro, Simões.
- . 1957. *Ele* como acusativo no português do Brasil. In: FGV. *Dispersos*. Rio de Janeiro, 1972. p. 47-53.
- . 1961. *Manual de expressão oral e escrita*. Rio de Janeiro, J. Ozon.
- . 1969. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis, Vozes.
- . 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes.
- CASTILHO, A. T. 1972-1973. Rumos da dialetologia portuguesa. *Alfa*, 18/19: 115-53.
- . 1984. O presente do indicativo na oração e no texto. *Actas del VII Congreso Internacional de ALFAL*. Santo Domingo, Universidad Nacional Pedro Henríquez Ureña, 1987. v. I, p. 389-404.



- . 1987. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. *Comunicação ao VII Congresso Internacional da ALFAL*. San Miguel de Tucumán, Argentina.
- . 1988. Estudo do português culto falado no Brasil. História do Projeto NURC. In: PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson, org. 1989.
- , org. 1987. *A ordem do sujeito nominal no português culto falado em S. Paulo*. São Paulo, no prelo.
- , org. 1988. *Estudos sobre o português falado culto*. Campinas, Editora da Unicamp. No prelo.
- CASTRO, Y. P. 1980. *Falares africanos na interação social do Brasil-Colônia*. Salvador, UFBA. Publ. n. 89.
- CHAVES DE MELO, G. 1946. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro, Agir.
- CUNHA, C. 1964. *Para uma política do idioma*. Rio de Janeiro, São José.
- . 1968. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- . 1981. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- . 1984. A língua portuguesa em face dos crioulos. *Atas do II Congresso de Socio e Etnolingüística*. Niterói, UFF. p. 41-52.
- DIETRICH, W. 1980. *Bibliografia da língua portuguesa do Brasil*. Tübingen, Günter Narr Verlag.
- DUARTE, M. E. C. 1989. Clíticos acusativos, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALHO, org. 1989.
- ELIA, Sílvio. 1940. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro, Agir.
- . 1979. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro, Padrão.
- ELIZAINCIN, A. 1979. Estado actual de los estudios del fronterizo uruguayo-brasileño. *Cuadernos del Sur*, 12: 119-40.
- ; BEHARES, L.; BARRIOS, G. 1987. *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevideo, Amesur.
- FAVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. 1983. *Lingüística textual*. São Paulo, Cortez.
- FERREIRA, C. & ROLLEMBERG, V. 1988. Neutralização do traço contigüidade em área brasileira (Bahia e Sergipe). In: FERREIRA et alii. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador, UFBA, 1988. p. 93-9.
- FORTES, H. P. 1957. *A questão da língua brasileira*. Rio de Janeiro, s.e.

- FROELICH, P. A. 1975. Brasil: língua padrão ou diglossia? *Revista de Letras*, 17: 165-77.
- FRY, P.; VOGL, C. A. GNERRI, M. 1981. Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade. *Revista de Ciências Sociais*, 24-3: 373-89.
- GALVES, Ch. 1984. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 7: 107-36.
- . 1987. A sintaxe do português do Brasil. *Ensaios de Lingüística*, 13: 131-50.
- . 1988. Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português do Brasil. *Delta*, 4-2: 273-90.
- GARCIA, O. 1967. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- HEAD, B. F. 1964. *A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. Austin, University of Texas. Tese de Doutorado.
- . 1973. O estudo do *r* caipira no contexto social. *Vozes*, 67-8: 43-9.
- . 1978. Subsídios do "Atlas prévio dos falares bahianos" para o estudo de uma variante dialetal controvertida. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 1: 21-34.
- . 1985. A alternância entre consoantes e líquidas: um caso de condicionamento múltiplo. *Estudos Lingüísticos*, Anais dos Seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de S. Paulo, 11: 142-58.
- . 1986a. Relações entre linguagem rural brasileira e portuguesa. *Simpósio sobre Diversidade Lingüística no Brasil*. Salvador, UFBA. p. 89-97.
- . 1986b. O destino de palavras proparoxítonas na linguagem popular. *Anais do IV Encontro de Variação Lingüística e Bilingüismo na Região Sul*. Porto Alegre, UFRS. p. 38-56.
- . 1987. Comparação do português de Portugal e do português do Brasil. *Actas do 3.º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa. p. 261-91.
- HENSELY, F. H. 1967. *Linguistic consequences of cultural contact in a border community*. Austin, University of Texas at Austin. Tese de Doutorado.
- HOVELACQUE, A. s.d. *La linguistique*. 4. ed. Paris, Librairie Schleicher.

- HOUAISS, A. 1948. Poesia e estilo de Carlos Drummond de Andrade. *Cultura*, 1: 167-86.
- . 1960. *Sugestões para uma política do idioma*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- . 1985. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro.
- LIARI, R. 1985. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes.
- . 1992. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- et alii. 1989. Considerações sobre a posição dos advérbios. Campinas, Unicamp. Manuscrito.
- KATO, M. A. 1981. Orações relativas: variação universal e variação individual do português. *Estudos Lingüísticos*, 5: 1-16.
- . 1987. A teoria da adjacência do caso e a posição entre o sujeito e o elemento portador de flexão em português. *Estudos Lingüísticos*, 15: 213-21.
- & BARBARA, L. 1979. *Aculturação de japoneses em São Paulo*. São Paulo, PUC. Inédito.
- KOCH, I. V. et alii. 1989. *Aspectos do processamento do fluxo da informação no discurso oral dialogado*. Comunicação ao II Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado.
- LAYTANO, D. 1940. O português de Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil. *Congresso do Mundo Português*. t. II, v. X, p. 341-56.
- LEMIL, Miriam. 1978. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, 53/54: 60-94.
- . 1984. *Análise sintática*. São Paulo, Ática.
- & NARO, A. 1977. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro, Mobral.
- LISSA, L. C. 1966. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- LIMA SOBRINHO, B. 1958. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LINDLEY-CINTRA, L.-F. 1958. Alguns estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- LIRA, S. A. 1986. Subject postposition in portuguese. *Delta*, 2-1: 17-36.

- LOBATO, L. M. P. 1986. *Sintaxe gerativa do português*. Belo Horizonte, Vigília. 2 v.
- LUIZ, C. P. 1985. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre, L&PM.
- MACHADO FILHO, A. M. 1944. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARCUSCHI, L. A. 1983. *Linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- . 1986. *Análise da conversação*. São Paulo, Ática.
- . 1987. Marcadores conversacionais. In: CASTILHO, org. 1988.
- MENDONÇA, R. 1935. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo, Nacional.
- MOINO, R. E. L. 1984. Passivas no discurso oral e escrito. In: TARALLO, org. 1989.
- MORAES, J. A. 1984. *Recherches sur l'intonation modale du portugais parlé à Rio de Janeiro*. Paris, Université de Paris VIII. Tese de Doutorado.
- NARO, A. J. 1981. Morphological constraints on subject deletion. In: SANKOFF, D. & CEDERGREN, H. *Variation omnibus*. Canada, Linguistic Research Inc. p. 351-8.
- et alii. 1986. *Projeto subsídios sociolinguísticos do censo à educação. Relatório final à Finep*. Rio de Janeiro, UFRJ. 3 v.
- NASCENTES, A. 1922. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro, Simões, 1986.
- NASCIMENTO, M. 1984. *Sur la postposition du sujet dans le portugais du Brésil*. Paris, Université de Paris VIII. Tese de Doutorado.
- NAWA, T. N. 1989. Bilingüismo e mudança de código: proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília. In: TARALLO, org. 1989.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. 1986. Estruturas do possessivo *seu* na 3ª pessoa. In: NARO, org. 1986. p. 275-85.
- & MACEDO, A. T. 1987. As formas expletivas em português e sua função no discurso. *Comunicação ao VIII Congresso Internacional da ALFAL*. San Miguel de Tucumán, Argentina.
- OMENA, N. P. 1978. *Pronome pessoal de terceira pessoa: formas variantes na função acusativa*. Rio de Janeiro, PUC-RJ. Dissertação de Mestrado.
- . 1986. A referência variável na primeira pessoa do discurso plural. In: NARO, org. 1986. p. 286-315.

- ORLANDI, E. L. P., org. 1981. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas, Unicamp.
- OSAKABE, H. 1975. *O componente subjetivo no discurso político*. Campinas, Unicamp. Tese de Doutorado; publicado como *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979.
- \_\_\_\_\_, org. 1979. *Sobre o discurso*. Uberaba, Faculdades Integradas S. Tomás de Aquino. (Série Estudos, 6.)
- PAIVA-BOIÉO. 1946. Brasileirismos: problemas de método. *Brasília*, 3: 69-73.
- \_\_\_\_\_. 1950. O Congresso de Florianópolis. *Brasília*, 5: 603-67.
- PALÁCIO, A. P. 1978. Flutuação da vogal pretônica no dialeto do Recife. Campinas, Unicamp. Ms. inédito.
- PALHANO, H. 1953. A linguagem popular do Brasil. *Estudos de Linguagem*, Lisboa, Ed. Álvaro Pinto.
- PENHA, J. A. 1970. *A teoria do português do Brasil como modalidade arcaizante*. Araraquara, Unesp. Tese de Doutorado.
- PERINI, M. A. 1976. *A gramática gerativa*; introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte, Vigília.
- \_\_\_\_\_. 1985a. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. 1985b. O surgimento do possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *Delta*, 1 (1-2): 1-16.
- PHILIPSON, J. 1953. La enseñanza del guaraní como problema de bilingüismo. *Jornal de Filología*, 1: 45-58.
- PINTO, E. Pimentel, org. 1978. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos; 1820-1920* — Fontes para a teoria e a prática. São Paulo, Edusp. v. I.
- \_\_\_\_\_, org. 1981. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos; 1920-1945* — Fontes para a teoria e a história. São Paulo, Edusp. v. II.
- \_\_\_\_\_. 1986. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo, Ática.
- PONTES, E. S. L. 1987. *O tópicio no português do Brasil*. Campinas, Pontes.
- PRETI, D. 1974. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo, Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1988. Norma lexical e variedades do português oral urbano. In: CASTILHO, org. 1988.

- & URBANO, H. 1989. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*; estudos e históricos. São Paulo, Tomás Queiroz e Fapesp. v. IV.
- RAIMUNDO, J. 1933. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Renascença.
- RANGEL, E. 1978. O infinitivo na norma lingüística culta de S. Paulo. *Estudos Lingüísticos*, 2: 153-64.
- . 1984. Sobre o infinitivo simples no português culto de S. Paulo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 6: 234-56.
- RIVAH, I. S. 1963. La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien: les parlars populaires doivent-ils être considérés comme des parlars "créoles" ou "sémi-créoles"? *Romania*, 84: 433-50.
- RIBEIRO, J. 1959. *História da romanização da América*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- RODRIGUES, A. C. S. 1987. *A concordância verbal no português popular de São Paulo*. São Paulo, USP. Tese de Doutorado.
- RODRIGUES, A. D. 1968. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. *Atas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Contemporânea*. Coimbra, Universidade de Coimbra. p. 41-55.
- . 1986. *Línguas brasileiras*; para conhecer as línguas indígenas. São Paulo, Loyola.
- RONA, J. P. 1963. *La frontera lingüística entre el portugués y el español en el norte de Uruguay*. Porto Alegre, Champagnat.
- ROSSI, N. 1958. A iotização do /-lh/ em algumas localidades baianas. *Anais do Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1970. p. 161-82.
- . 1968a. Sobre africadas no Brasil. *El Simpósio de México*. México, UNAM. p. 207-21.
- . 1968b. El proyecto estudio del habla culta y su ejecución en el dominio de la lengua portuguesa. *El Simpósio de México*. México, UNAM. p. 248-54.
- et alii. 1965. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro. 2 v.
- SALUM, N. I. 1971. Abordagem sintático-estilística de um texto. Marília, FFCL. Manuscrito.
- . 1972. Decomposição, recomposição e análise crítica de um texto. *Língua e Literatura*, 1: 19-41.

- SANDMANN, A. J. 1989. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba, Ícone.
- SCHERRE, M. M. 1988. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado.
- SILVA, L. A.; ROSA, M.; GALEMBLICK, P. de T. 1989. O turno conversacional: estratégias de gestão do turno. In: PRETI-URBANO, org. 1989.
- SILVA NETO, S. 1951. *Introdução à língua portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- SPALDING, W. 1956. A linguagem popular brasileira, especialmente do Rio Grande do Sul, e o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*. Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa. v. I.
- STOWELL, T. A. 1981. *Origins of phrase structure*. Harvard, MIT. PhD Thesis.
- TARALHO, F. 1983. *Relativization strategies in portuguese*. Philadelphia, University of Pennsylvania. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_. 1986. Zelig, um camaleão lingüístico. *Delta*, 2-1: 127-44.
- \_\_\_\_\_. 1987. Por uma sociolingüística românica paramétrica: fonologia e sintaxe. *Ensaios de Lingüística*, 13: 51-84.
- \_\_\_\_\_, org. 1989. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_ & ALKMIN, Tânia M. 1987. *Falares crioulos; Línguas em contato*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_ et alii. 1989. *Rupturas na relação de adjacência canônica no português falado*. Campinas, Unicamp. Manuscrito.
- TESSYER, P. 1989. *Histoire de la langue portugaise*. Paris, Presses Universitaires de France.
- URBANO, H. 1987. O corte de palavras na língua falada: um estudo exploratório na norma culta de S. Paulo. *Estudos Lingüísticos*, 15: 469-71.
- VANDRESEN, P. 1969. *Fonologia do dialeto westfaliano de Rio Fortuna (SC)*. Florianópolis, UFSC. Dissertação de Mestrado.
- WHEELER, D. 1977. Object deletion in portuguese. *Comunicação ao XI Symposium on Romance Languages*. San Antonio, USA.
- ZÁGGARI, M. R. I. 1974. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa.

# SÉRIE PRINCÍPIOS

- Temas que integram os currículos de diversas áreas do Ensino Superior.
- Abordagem objetiva, textos divididos em intertítulos, conceitos explicados no próprio texto.
- "Vocabulário crítico", guia explicativo de termos que possam oferecer dúvida.
- "Bibliografia comentada", roteiro bibliográfico para aprofundamento do tema.

Veja, a seguir, nossos últimos lançamentos:

6 Versos, sons, ritmos Norma Godstein ★ 7 Erotismo e literatura Jesus Antônio Durigan ★ 8 Semântica – Rodolfo Ilari & João Wanderley Geraldini ★ 9 A pesquisa sociolinguística Fernando Torres ★ 10 Pronúncia do inglês norte-americano Marília Steinberg ★ 11 Rumos da literatura inglesa Maria Elisa Cevasco & Václav Lelak Siqueira ★ 12 Técnicas de comunicação escrita Izidoro Blikstein ★ 13 O caráter social da ficção do Brasil Fabrice Lucat ★ 14 Best seller: a literatura de mercado Mônica Sodré ★ 15 O signo Isaac Galvão ★ 16 A dança – Maria Helena Mendes ★ 17 Linguagem e persuasão Adilson Citei ★ 18 Para uma nova gramática do português – Maria A. Peres ★ 19 A telenovela Samira Youssef Campedoni ★ 20 A poesia lírica Sabele de Almeida Cara ★ 21 Períodos literários Lígia Cademartori ★ 22 Informática e sociedade Antônio Nocaou Youssef & Vicente Paz Ferreira ★ 23 Espaço e romance Antonio Dimas ★ 24 O herói Flavio R. Kotne ★ 25 Sonho e loucura José Roberto Witt ★ 26 Ensino da gramática Opressão? Liberdade? Evandro Bechara ★ 27 Morfologia inglesa – Noções introdutórias Marília Steinberg ★ 28 Iniciação à música popular brasileira Waldemir Caldas ★ 29 Estrutura da notícia Nelson Lage ★ 30 Conceito de psiquiatria Adilson Grandino & Durval Nogueira ★ 31 O inconsciente – Um estudo crítico Afonso Naffar Neto ★ 32 A histeria Juliana Borges A. Ramadani ★ 33 O trabalho na América Latina colonial Ciro Famarion S. Cardoso ★ 34 Umbanda José Guilherme Cantor Magnani ★ 35 Teoria da informação Isaac Epstein ★ 36 Oenredo Samira Nahid de Mesquita ★ 37 Linguagem jornalística Nelson Lage ★ 38 O feudalismo: economia e sociedade Hamilton M. Monteiro ★ 39 A cidade-Estado antiga Ciro Famarion S. Cardoso ★ 40 Negritude – Usos e sentidos Kabengele Munanga ★ 41 Imprensa feminina Dúrcia Schröder Budor ★ 42 Sexo e adolescência Marília Steinberg ★ 43 Magia e pensamento mágico Paulo Monteiro ★ 44 A metalinguagem Samira Chahub ★ 45 Picané e linguagem Eneida de Moura Castro ★ 46 Teoria da literatura – Roberto Alcázar de Souza ★ 47 Sociedades do Antigo Oriente Próximo Ciro Famarion S. Cardoso ★ 48 Lutas camponesas no Nordeste – Manuel Correia de Andrade ★ 49 A linguagem literária Domício Proença Filho ★ 50 Brasil Império Hamilton M. Monteiro ★ 51 Perspectivas históricas da educação Eneida Maria Teixeira Lopes ★ 52 Camponeses – Margarida Maria Moura ★ 53 Região e organização espacial – Roberto Lobato Corrêa ★ 54 Despotismo esclarecido Francisco

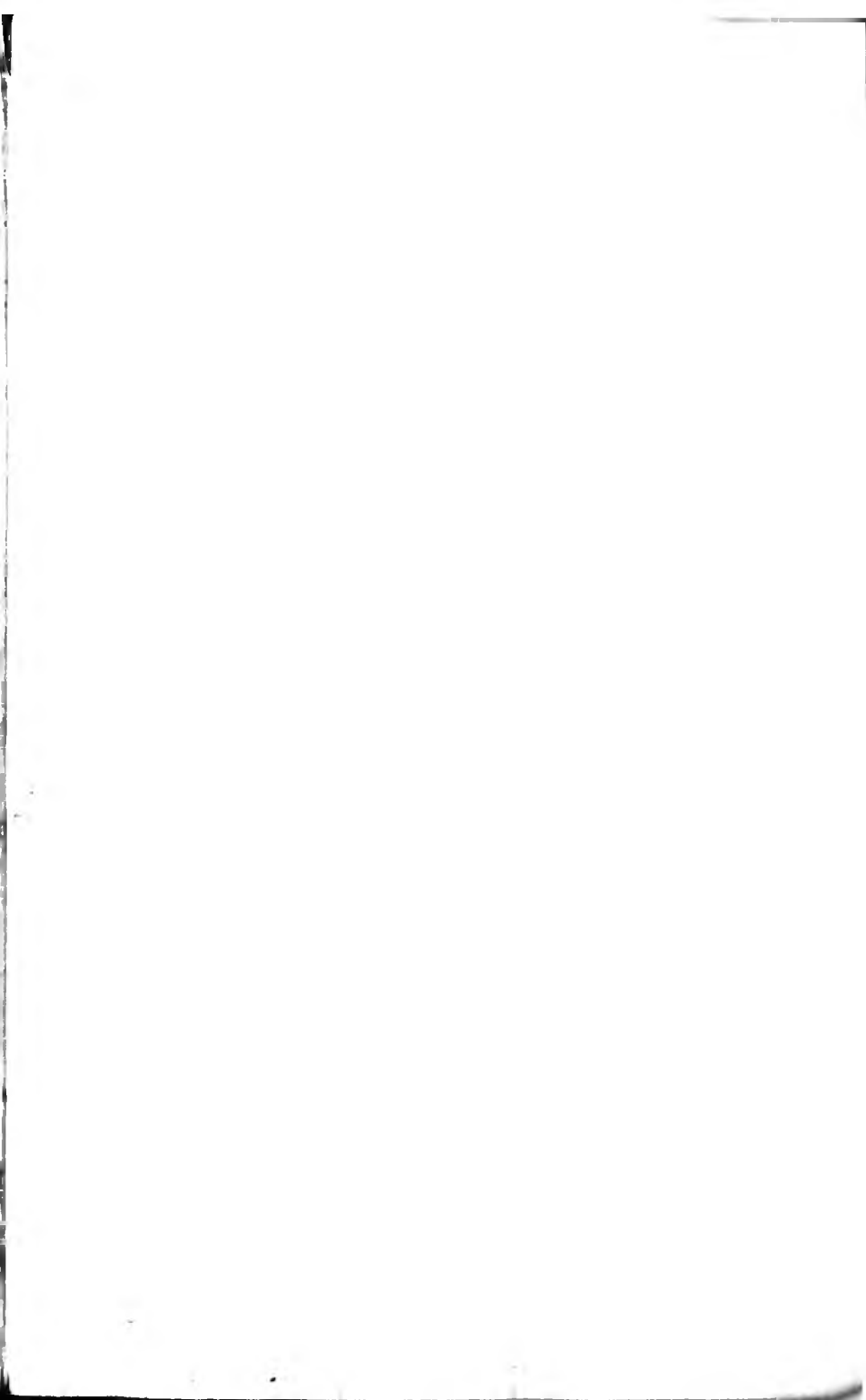
José Calazans Faicon ★ 55 Concordância verbal Maria Aparecida Baccaga ★ 56 Comunicação e cultura brasileira – Virgílio Nova Pinto ★ 57 Conceito de poesia Pedro Lyra ★ 58 Literatura comparada – Tania Francescaviana ★ 59 Sociedades indígenas Alcida Rita Figueira ★ 60 Modernismo brasileiro e vanguarda Luiza Helena ★ 61 Personagens da literatura infanto-juvenil Sonia Saionara Khede ★ 62 Cibernética Isaac Epstein ★ 63 Greve – Fatos e significados Pedro Castro ★ 64 A aprendizagem do ator Antônio Janczowski ★ 65 Carnaval carnavais José Carlos Sebe ★ 66 Brasil República – Sérgio M. Murgel ★ 67 Computador e ensino – Uma aplicação à língua portuguesa Cristina P. C. Marques, M. Isabel de Mattos & Tereza da Taveira ★ 68 Modo capitalista de produção e agricultura Arnoaldo Umberto de Oliveira ★ 69 Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão Romaldo Vargas ★ 70 Marxismo e teoria da revolução proletária – Cesar Sadler ★ 71 Pescadores do mar Simone Carneiro Maldonado ★ 72 Alegoria Flavio R. Kotne ★ 73 Consciência e identidade Milayna Muszka ★ 74 Oficina de tradução – A teoria na prática Rosemarie Arrojo ★ 75 História do movimento operário no Brasil Antônio Fausto Romão ★ 76 Neuroses Miriam Ignácio Guesz ★ 77 Surrealismo – Maria de Vasconcelos Rebouças ★ 78 Romantismo Adilson Citei ★ 79 Higiene bucal Giorgio de Migne, Carlos Eduardo Aun & Michel Nicolau Youssef ★ 80 Aspectos econômicos da educação Ladislau Dowbor ★ 81 Escola Nova Cristiano Di Giorgi ★ 82 Análise da conversação Luiz Antônio Marcuschi ★ 83 O Estado Federal – Dalmiro de Abreu Dalar ★ 84 Iluminismo – Frases de José Calazans Faicon ★ 85 Constituições – César Gavão Quirino & Maria Lucia Montes ★ 86 Literatura infantil – Voz de criança Maria José Palo & Maria Rosa D. Oliveira ★ 87 A imagem Eduardo Newaj Jr. ★ 88 Teoria lexical Margarida Basilio ★ 89 A política externa brasileira (1922-1985) Amado Luiz Cervo & Códaco de Bueno ★ 90 Energia & fome – Gilberto Kieber Corrêa ★ 91 Sonhar, brincar, criar, interpretar – Araldo C. Pimenta ★ 92 História da literatura alemã Edo Heise & Rutilo Ror ★ 93 História do trabalho Carlos Roberto de Oliveira ★ 94 Nazismo – "O Triunfo da Vontade" – Acrilennas ★ 95 Fascismo italiano Angelo Trento ★ 96 As drogas Luiz Carlos Rocha ★ 97 Poesia infantil Maria da Graça Bordir ★ 98 Pactos e estabilização econômica – Pedro Scuro Neto ★ 99 Estética do sorriso – Mônica Nocaou Youssef, Carlos Eduardo Aun & Giorgio de Migne ★ 100 Letura sem palavras – Lucrécia D'Aesso



Família ★ 101 O Diabo no imaginário cristão Carlos Roberto F. Nogueira ★ 102 Psicoterapias - Zaccaria Borge Au Ramadani ★ 103 O conto de fadas - Neivy Novaes Borelli ★ 104 Guia teórico do alfabetizador Miriam Zanetti ★ 105 Entrevista - O diálogo possível - Cremilda de Araújo Medina ★ 106 Quilombos - Resistência ao escravismo - Carlos Moura ★ 107 Raça - Conceito e preconceito - Evane Azevedo ★ 108 Candomblé - Religião e resistência cultural - Rau Lody ★ 109 Abolição e reforma agrária - Mônica Correa de Andrade ★ 110 Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade Rita de Cassia Catão ★ 111 Cinema e montagem - Elizabeth de Sá & Maria Clara Moura ★ 112 Democracia - Decididos ★ 113 O verbo inglês - Teoria e prática - Valter F. Kuhl ★ 114 Descobrimientos e colonização - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 115 D. João VI: os bastidores da independência - Maria Margarida Aguiar ★ 116 Escravidão negra no Brasil - Valter F. Kuhl & Reis de Queiroz ★ 117 Anarquismo e anarcossindicalismo - Inês de Jesus Pereira ★ 118 A ferticaria na Europa moderna - Maria de Lourdes de Souza ★ 119 Funções da linguagem - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 120 Ciclo da vida - Ritos e ritmos - Tereza de Azevedo ★ 121 Televisão e psicanálise - Maria Siqueira ★ 122 Cultura popular no Brasil - Maria de Azevedo & Maria Ignez de Souza Aguiar ★ 123 Desenvolvimento da personalidade - Símbolos e arquétipos - Carlos Rodrigues ★ 124 Imperialismo grego romano - Norberto Luiz Guimarães ★ 125 Períodos filológicos - João da Palma ★ 126 Os povos bárbaros - Maria Sotomaior Guimarães ★ 127 Abolição - Antônio Tomás Montenegro ★ 128 Como ordenar as ideias - Carlos de M. B. Albuquerque ★ 129 Advérbios - Maria de Lourdes de Souza ★ 130 Imprensa operária no Brasil - Maria de Lourdes de Souza ★ 131 O método junguiano - Gustavo de Aguiar ★ 132 O fantástico - Selma Lúcia de M. de Aguiar ★ 133 Gramsci e a escola - Lúcia Helena de M. de Aguiar ★ 134 Dimensões simbólicas da personalidade - Carlos Byington ★ 135 Estrutura da personalidade - Persona e sombra - Valter F. Kuhl ★ 136 Grandezas e unidades de medida - O Sistema Internacional de Unidades - Valter F. Kuhl ★ 137 Linguagem e ideologia - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 138 Subordinação e coordenação - Confrontos e contrastes - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 139 Ernest Hemingway - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 140 Roma Republicana - Norma M. de Aguiar ★ 141 Pesquisa de mercado - Marina Ruter & Lígia M. Teodoro de Paula ★ 142 Burguesia e capitalismo no Brasil - Antônio Carlos Muzio ★ 143 Sistemas de comunicação popular - José Maria Lajolo ★ 144 Evolução biológica - Controvérsias - Lígia Piedmonte de Lima ★ 145 Arqueologia - Pedro Paulo Aguiar de Aguiar ★ 146 Escara - Problema na hospitalização - Maria de Lourdes de Souza & Paulo Roberto de Aguiar ★ 147 Injeções - Modos e métodos - Brígida de Aguiar de Aguiar ★ 148 Ecologia cultural - Uma antropologia da mudança - Brígida de Aguiar de Aguiar ★ 149 Incas e astecas - Culturas pré-colombianas - Jorge Luiz Ferreira ★ 150 O pensamento medieval - Inês de Jesus & Tereza de Aguiar de Aguiar ★ 151 O romance picaresco - Maria de Aguiar de Aguiar ★ 152 História do Brasil recente - Maria de Aguiar de Aguiar & Virginia de Aguiar de Aguiar ★ 153 História da música - Da Idade da Pedra à Idade do Rock - Lúcia M. de Aguiar ★ 154 Pós-modernismo e literatura - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 155 Make or Do? Etc., etc., etc. - Resolvendo dificuldades - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 156 O Nordeste e a questão regional - Maria de Aguiar de Aguiar ★ 157 A guerra na Grécia Antiga - Maria de Aguiar de Aguiar & Lígia M. Teodoro de Paula ★ 158 Introdução à dramaturgia - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 159 A pesquisa em história - Maria de Aguiar de Aguiar & Lígia M. Teodoro de Paula ★ 160 A Revolução Industrial - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 161

Antropologia aplicada - Frans Moonen ★ 162 O complexo de Édipo - Franklin Goulgrub ★ 163 As Cruzadas - José Roberto Melo ★ 164 Representação política - César Fernandes Campionogo ★ 165 Geopolítica do Brasil - Manuel Correa de Andrade ★ 166 Gêneros literários - Angélica Soares ★ 167 Análise de investimentos e taxa de retorno - Pedro Schubert ★ 168 A rede urbana - Roberto Lubato Correa ★ 169 A língua portuguesa no mundo - Silvia Eia ★ 170 Empréstimos linguísticos - Neivy Zanetti ★ 171 O cotidiano da pesquisa - Neivy Zanetti & Senra ★ 172 Iniciação ao Latim - Zaira de Almeida Carreira ★ 173 Expressões idiomáticas e convencionais - Sheila Cristina Tagliari ★ 174 O espaço urbano - Roberto Lubato Correa ★ 175 Acentuação gráfica em vigor - Amor Boanin Hau ★ 176 Fotografia e história - Boris Kessly ★ 177 Cenografia - Anna Maria de Aguiar ★ 178 Getulismo e trabalhismo - Angela de Castro Lima & Maria Luiza D. Aguiar ★ 179 Artigo e crase - Maria de Aguiar de Aguiar ★ 180 História do negro brasileiro - Cívica Moura ★ 181 O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional - Antônio Carlos Woelner ★ 182 A articulação do texto - Lígia Guimarães ★ 183 O império de Carlos Magno - José Roberto Melo ★ 184 Novas tecnologias em educação - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 185 Comunicação do corpo - Mônica Rêber & Azevedo P. Trenta ★ 186 Terceiro Mundo - Conceito e história - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 187 Introdução à sociologia do trabalho - Augusto Castro Bastos ★ 188 Morfemas do português - Valter Kehl ★ 189 Educação, tecnocracia e democratização - Maria de Lourdes Mariz de Souza ★ 190 Evolução humana - Lígia Piedmonte de Lima ★ 191 Neologismo - Criação lexical - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 192 Amazônia - Bertoldo Becker ★ 193 Introdução ao maneirismo e à prosa barroca - Sérgio de Aguiar de Aguiar & Maria de Aguiar de Aguiar ★ 194 As duas Argentinas - Emanuel Serebrenski & Vera de Aguiar ★ 195 O período regencial - Antônio F. de Aguiar ★ 196 A Antiguidade Tardia - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 197 Planejamento familiar - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 198 Introdução à terapia familiar - Maddalena Rêber ★ 199 Linguagem e sexo - Maria de Lourdes de Souza ★ 200 Aristocratas versus burgueses - A Revolução Francesa - C. A. Banning ★ 201 O Tratado de Versalhes - Ruth Hering ★ 202 Jung - Custódio Barreto ★ 203 A geografia linguística no Brasil - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 204 A Revolução Norte-Americana - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 205 As origens da Revolução Russa - Aján Wood ★ 206 Coesão e coerência textuais - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 207 Como analisar narrativas - Cândida Viare Gancho ★ 208 Inconfidência Mineira - Cândida Viare Gancho & Vera Vinena ★ 209 O sistema colonial - José Roberto Amara Lapa ★ 210 A unificação da Itália - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 211 A posse da terra - Cândida Viare Gancho, Helena Queróz F. Lopes & Vera Vinena ★ 212 As origens da Primeira Guerra Mundial - Ruth Hering ★ 213 As origens da Segunda Guerra Mundial - Ruth Hering ★ 214 O Antigo Regime - William Dowling ★ 215 Formação de palavras em português - Valter Kehl ★ 216 Maquiavelismo - Sérgio Bath ★ 217 A poética de Aristóteles - Lígia Miltz da Costa ★ 218 Conquista e colonização da América espanhola - Jorge Luiz Ferreira ★ 219 Vozes verbais - Amor Boanin Hau ★ 220 A década de 50 - Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil - Mary Rodrigues ★ 221 A década de 60 - Rebelião, contestação e repressão política - Maria Helena Paes ★ 222 A década de 70 - Apogeu e crise da ditadura militar brasileira - Lígia M. Teodoro de Paula ★ 223 A década de 80 - Brasil, quando a multidão voltou às praças - Mary Rodrigues ★ 224 Grande sertão: veredas - Roteiro de leitura - Lígia M. Teodoro de Paula & Roseli de Aguiar ★ 225 O Impressionismo - Lígia M. Teodoro de Paula & José Baz ★ 226 A Semana de Arte Moderna - Lígia M. Teodoro de Paula





A parte seguinte é dedicada à fragmentação do latim vulgar em vários domínios dialetais distintos, e — mais recente — ao surgimento nesses domínios de "línguas nacionais" como o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno, fazendo ainda a distinção entre língua e dialeto.

Uma breve antologia de textos que remontam à origem das línguas românicas e uma indicação das vicissitudes comuns em seu processo de consolidação completam o quadro.

Este volume contém ainda um estudo do Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, intitulado "O Português do Brasil", que traz informações essenciais sobre o português brasileiro: sua implantação, as características que o distinguem do português de Portugal, suas variedades regionais e sociais.

Rodolfo Ilari é professor da Unicamp desde 1970, onde trabalha com Lingüística Aplicada e Semântica. Sua formação inclui, além do doutorado na própria Unicamp, passagens pelas Universidades de Besançon, da Califórnia-Berkeley e de Bordeaux III. Publicou **Estrutura funcional da frase portuguesa, Lingüística e ensino do português** e, como co-autor, **Semântica**, além de vários artigos. Participa também do projeto "Gramática do português falado".

**D**estacando a importância da Lingüística Românica para o estudo do nosso idioma, Rodolfo Ilari faz neste livro uma extensa análise das línguas românicas desde as suas origens no latim — esboçando uma "gramática" do latim vulgar — até a sua dialetação, que resultou na formação das línguas nacionais que hoje conhecemos.

Para o estudo da constituição da língua portuguesa, mais especificamente do Brasil, apresenta-se o ensaio "O Português do Brasil" do professor Ataliba Teixeira de Castilho, estudioso da língua portuguesa, responsável pelo projeto "Gramática do português falado" e autor de várias obras.

Rodolfo Ilari é professor da Unicamp desde 1970. Contribuíram para a sua formação passagens pela França e pelos Estados Unidos. É co-autor de **Semântica** com João Wanderley Geraldi, pela Editora Ática, além de outras publicações.

### ÁREA DE INTERESSE DO VOLUME

• LINGÜÍSTICA

### OUTRAS ÁREAS DA **FUNDAMENTOS** SÉRIE

• ADMINISTRAÇÃO • ANTROPOLOGIA • ARTES  
• CIÊNCIAS • COMUNICAÇÕES • DIREITO  
• ECONOMIA • EDUCAÇÃO • FILOSOFIA  
• GEOGRAFIA • HISTÓRIA • LITERATURA  
• POLÍTICA • PSICOLOGIA • SOCIOLOGIA

ISBN 85-08-04250-7



9 788508 042500